

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DOS ESTADOS UNIDOS
Washington, D.C. 20549

FORMULÁRIO 20-F

**RELATÓRIO ANUAL EM CONFORMIDADE COM A SEÇÃO 13 OU 15(d)
DA LEI DE MERCADO DE CAPITAIS DE 1934**
Para o exercício findo em: **31 de dezembro de 2004**
Número de registro na Comissão: **001-15030**

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE
(Denominação exata do solicitante do registro, conforme especificado em
seu Estatuto Social)

VALE OVERSEAS LIMITED
(Denominação exata do solicitante do registro, conforme
especificado em seu Estatuto Social)

República Federativa do Brasil
(Jurisdição de constituição ou organização)

Ilhas Cayman

Avenida Graça Aranha, Nº 26
20030-900 Rio de Janeiro, RJ, Brasil
(Endereço da sede social)

Títulos registrados ou a serem registrados em conformidade com a Seção 12(b) da Lei:

<u>Título de cada classe</u>	<u>Nome de cada Bolsa de Valores na qual as ações foram registradas</u>
Ações preferenciais classe A da CVRD, sem valor nominal por ação	Bolsa de Valores de Nova Iorque*
Ações de Depósitos Americanos (conforme evidenciadas pelos Recibos de Depósitos Americanos), cada um representando uma ação preferencial classe A da CVRD	Bolsa de Valores de Nova Iorque
Ações Ordinárias da CVRD, sem valor nominal	Bolsa de Valores de Nova Iorque *
Ações de Depósitos Americanos (conforme comprovadas pelos Recibos de Depósitos Americanos), cada um representando uma ação ordinária da CVRD	Bolsa de Valores de Nova Iorque

* As ações não estão listadas para negociação, mas apenas em correspondência com o registro das Ações de Depósitos Americanos registradas de acordo com as exigências da Bolsa de Valores de Nova Iorque.

Títulos registrados ou a serem registrados em conformidade com a Seção 12(g) da Lei: **Nenhum**

Títulos para os quais existe a obrigação de apresentação de relatório em conformidade com a Seção 15(d) da Lei: **Nenhum**

O número de ações em circulação de cada classe da CVRD em 31 de dezembro de 2004 foi de:

735.803.919 ações ordinárias, sem valor nominal
415.751.785 ações preferenciais classe A, sem valor nominal
3 ações preferenciais de classe especial, sem valor nominal

Assinale com um X se o solicitante do registro (1) arquivou todos os relatórios cujo arquivamento seja exigido pela Seção 13 ou 15(d) da Lei de Mercado de Capitais de 1934 durante os últimos 12 meses (ou um período mais curto no qual o solicitante do registro tivesse a obrigação de arquivar tais relatórios) e (2) ficou sujeito a tais exigências de arquivamento nos últimos 90 dias.

Sim Não

Assinale com um X qual item de Demonstrações Contábeis o solicitante do registro optou por seguir.

Item 17 Item 18

INDICE

	<u>Página</u>
Glossário.....	4
Apresentação das Informações Contábeis	7
Apresentação das Informações Relativas às Reservas.....	8
Expectativa de Tendências (Forward-Looking Statements).....	8
 PARTE I	
Item 1. Identidade dos Conselheiros, Diretores Executivos e Consultores.....	9
Item 2. Estatísticas da Oferta e Cronograma Previsto	9
Item 3. Informações-Chave	10
Informações Financeiras Seleccionadas.....	10
Taxas de Câmbio.....	11
Fatores de Risco.....	12
Item 4. Informações sobre a Companhia	22
Visão Geral da Atividade.....	22
Segmentos de Negócio.....	29
Regulamentação.....	56
Marcas e Patentes.....	61
Seguro.....	61
Investimentos.....	61
Item 5. Avaliação Operacional/Financeira e Perspectivas.....	63
Visão Geral.....	63
Fatores-Chave que Afetam a Receita e os Resultados das Operações	64
Práticas e Estimativas Contábeis Críticas.....	71
Resultados de Operações—2004 Comparados a 2003.....	75
Resultados de Operações—2003 Comparados a 2002.....	82
Liquidez e Recursos de Capital.....	90
Debêntures do Acionista.....	93
Obrigações Contratuais.....	94
Off-balance Sheet Arrangements.....	94
Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente.....	94
Item 6. Conselheiros, Diretores Executivos e Funcionários	95
Conselho de Administração.....	95
Diretoria Executiva.....	99
Conselho Fiscal.....	101
Comitês de Assessoramento.....	102
Remuneração dos Conselheiros, Diretores Executivos, Membros do Conselho Fiscal e Comitês de Assessoramento.....	103
Funcionários.....	104
Item 7. Acionistas Majoritários e Transações com Partes Relacionadas	105
Acionistas Majoritários.....	105
Transações com Partes Relacionadas.....	108
Item 8. Informações Financeiras.....	109
Processos Judiciais.....	109
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio.....	110
Item 9. Oferta e Registro em Bolsa de Valores	112
Histórico dos Preços das Ações.....	112
Negociações de Ações.....	112
Item 10. Informações Adicionais.....	113
Documentos Constitutivos e Estatuto Social.....	113
Ações Ordinárias e Preferenciais.....	114
Contratos Relevantes.....	120
Controles de Câmbio e outras Limitações que Afetam os Detentores de Títulos Mobiliários.....	120
Tributação.....	122
Documentos Exigidos.....	126
Item 11. Divulgações Quantitativas e Qualitativas Sobre Riscos de Mercado	127
Risco de Taxa de Câmbio e Taxa de Juros.....	127

Risco de Preço de <i>Commodity</i>	130
Risco de Crédito.....	132
Item 12. Descrição dos Títulos Mobiliários Exceto Títulos Patrimoniais	132

PARTE II

Item 13. Descumprimentos, Dividendos Atrasados e Inadimplências.....	132
Item 14. Modificações Relevantes aos Direitos dos Detentores dos Títulos Mobiliários e Uso dos Recursos.....	132
Item 15. Controles e Procedimentos	132
Avaliação dos Controles e Procedimentos de Divulgação	132
Mudanças nos Controles Internos	133
Item 16A. Audit Committee Financial Expert.....	133
Item 16B. Code of Ethics.....	133
Item 16C. Principais Honorários e Serviços do Contador	133
Honorários do Contador Principal.....	133
Políticas e Procedimentos Pré-aprovados pelo Comitê de Auditoria	134
Item 16D. Isenções das Normas para Registro - para Comitês de Auditoria.....	134
Item 16E. Compras de Títulos Patrimoniais pelo Emitente e Comprador Afiliado.....	134

PARTE III

Item 17. Demonstrações Contábeis	134
Item 18. Demonstrações Contábeis	134
Item 19. Anexos.....	134
Assinaturas	136
Índice das Demonstrações Contábeis Consolidadas.....	137

GLOSSÁRIO

Alumina	Óxido de alumínio. É extraído da bauxita em um processo de refino químico e é a principal matéria-prima no processo eletro-químico a partir do qual o alumínio é produzido.
Antracito	O tipo de carvão mais duro que contém um alto percentual de carbono fixo e um percentual baixo de matéria volátil. O antracito é o carvão de alta classificação e contém aproximadamente 90% de carbono fixo, mais do que qualquer outra forma de carvão. O antracito possui um lustro semi-metálico e é capaz de queimar produzindo pouca fumaça. É usado principalmente para fins de metalurgia.
Bauxita	É uma rocha composta basicamente de óxido de alumínio hidratado. É o principal minério de alumina, matéria-prima da qual o alumínio é produzido.
Beneficiamento	O processo de separar, concentrar e classificar minério por tamanho de partícula ou algumas outras características (por exemplo, gravidade específica, suscetibilidade magnética, química de superfície, etc.) para obter o mineral ou metal desejado.
Carvão	O carvão é uma substância combustível sólida preta ou marrom-preta formada pela decomposição de matéria vegetal sem acesso ao ar. A classificação do carvão, a qual inclui o antracito, o carvão betuminoso (ambos chamados de carvão duro), o carvão sub-betuminoso e o linhito são baseados no carbono fixo, matéria volátil e valor calorífico.
Coque	É um produto de beneficiamento do carvão coque essencial na transformação do minério de ferro em ferrogusa.
Carvão Metalúrgico	Um carvão betuminoso de consistência dura com uma qualidade que permite a produção de coque adequado a apoiar uma carga do alto forno. É normalmente usado em fornos de coqueamento para fins metalúrgicos (produção de ferrogusa).
Concentração	Processo físico, químico ou biológico para aumentar o teor do metal ou mineral desejado.
Cobre	Um elemento metálico de cor marrom avermelhado. O cobre é extremamente condutivo, tanto de modo térmico como elétrico. É altamente maleável e dúctil, podendo ser facilmente laminado e utilizado em fios.
Concentrado de cobre	Material produzido através da concentração de minerais de cobre contidos no minério de cobre. É a matéria-prima utilizada pelas fundições para produzir metal de cobre.
DR	Direct Reduction (redução direta). Processo que retira oxigênio do minério de ferro utilizando gás natural. O produto resultante possui um conteúdo de ferro de 90% a 92%.
DRI	Ferro diretamente reduzido. Minério de ferro processado (granulado ou pelletizado) por meio do processo de Redução Direta, utilizado principalmente, como substituto da sucata na fabricação de aço em

fornos elétricos.

DWT	<i>Deadweight ton.</i> (Tara). A capacidade de um navio em toneladas métricas de 1.000 kg para transporte de cargas, óleo combustível, depósitos e tripulação. A tara total de um navio corresponde ao peso total que o mesmo pode conter quando carregado em relação a uma linha de carregamento.
Unidade de ferro	Medida de ferro contido no minério de ferro equivalente a 1% do ferro presente em uma tonelada de minério de ferro.
Ferroligas.....	Ferroligas são ligas de ferro que contêm um ou mais elementos químicos. Essas ligas são utilizadas para adicionar outros elementos ao metal fundido utilizado na fabricação de aço. As ferroligas principais são cromo, minério de manganês e silício. O minério de manganês é essencial para a produção de praticamente todos os tipos de aço e é importante na produção de ferro fundido. O minério de manganês é utilizado para neutralizar o efeito danoso do enxofre e como um elemento de ligação.
FOB	<i>Free-on-board.</i> (Livre a bordo). Indica que o comprador paga pelo transporte, seguro e todos os demais custos associados ao transporte de mercadorias até o seu destino.
Ouro.....	Um metal precioso às vezes encontrado livre na natureza, mas normalmente encontrado juntamente com a prata, o quartzo, a calcita, o chumbo, o telúrio, o zinco e o cobre. É o metal mais maleável e dúctil, um bom condutor de calor e eletricidade e não afetado pelo ar e a maioria dos reagentes.
Gradação.....	A proporção metal ou mineral presente em uma onça ou em qualquer outro material hospedeiro.
HBI	Ferro briquetado. Ferro diretamente reduzido, processado em briquetes. Como o DRI (ferro diretamente reduzido) pode entrar em combustão espontaneamente durante o transporte, o HBI tem a preferência quando o material metálico precisar ser armazenado ou transportado.
Caulim	Uma argila branca fina de silicato de alumínio usada como agente de revestimento, obturador, expansor e absorvente pelas indústrias de papel, cerâmica e farmacêutica.
Minério granulado	Minério de ferro ou de manganês cujas partículas mais grossas variam de 6,35 mm a 50 mm de diâmetro, mas que apresentam pequenas variações entre as diferentes minas e minérios.
Minério de manganês	Um elemento metálico duro, quebradiço, encontrado principalmente nos minerais pirolusita, hausmanita e manganato.
Metanol.....	Um combustível alcoólico amplamente utilizado na produção de componentes químicos e plásticos.
Depósitos minerais ou materiais mineralizados	Referem-se a um corpo mineralizado que foi objeto de interseção por um número suficiente de perfurações de sondagem espaçadas o mínimo possível umas das outras e/ou amostras subterrâneas/ de superfície para suportar tonelagem suficiente e teor de metais ou minerais de interesse para garantir exploração-desenvolvimento futuros. A jazida não se classifica como um corpo mineral até que esta seja legal e economicamente extraída no momento da

	determinação da reserva de minério.
Níquel	Metal branco prateado que aceita um alto polimento. É um condutor duro, maleável, levemente ferromagnético e condutor razoável de calor e eletricidade. Pertence ao grupo de metais do ferro-cobalto e é especialmente valioso para as ligas que ele forma, como aço inoxidável e outras ligas resistentes à corrosão.
Ntk	Toneladas líquidas (o peso das mercadorias sendo transportadas menos o peso do vagão) por quilômetro.
Mineração a céu aberto	O método de extração pelo qual a superfície ou a rocha improdutivo é removida de forma que o minério possa ser retirado com o uso de escavadeiras mecânicas, carregadores de extremidade frontal, escavadeiras hidráulicas, cabos de reboque, etc.
Óxido	Compostos de oxigênio com um outro elemento. Por exemplo, a magnetita é um mineral de óxido formado pela união química do ferro com o oxigênio.
Ultrafinos de minério de ferro (pellet feed) ..	Partículas de minério de ferro ultrafinas (menos de 0,15 mm) geradas pela mineração, classificação, manipulação e transporte de minério de ferro. Este material é agregado em pelotas através de um processo de aglomeração.
Pelotas	Partículas ultrafinas aglomeradas de minério de ferro, com tamanho e qualidade apropriado para processos específicos em siderurgia. O tamanho de nossas pelotas varia de 8 mm a 18 mm.
Ferrogusa	Ferro fundido produzido em alto forno.
Potássio	Um composto de cloreto de potássio, especialmente KCl, utilizado como fertilizante simples e na produção de mistura fertilizante.
Alumínio primário	Metal branco obtido do processo eletroquímico da redução do óxido de alumínio.
Reservas prováveis (indicadas)	Reservas para as quais a quantidade e o teor e/ou qualidade são computados a partir de informações semelhantes àquelas usadas para reservas provadas (medidas), mas que os locais para inspeção, amostragem e medição estão demasiadamente distantes ou ainda inadequadamente espaçados. O teor de certeza, embora mais baixo que nas reservas provadas (medidas), é alto o suficiente para se assumir a continuidade entre os pontos de observação.
Reservas provadas (medidas)	Reservas para as quais (1) a quantidade é computada a partir de dimensões reveladas em afloramentos, cortes na terra, furos de broca ou de trabalho; (2) o teor e/ou qualidade são computados a partir de resultados de amostras detalhadas; e (3) os locais para inspeção, amostragem e medição estão tão claramente determinados e a característica geológica está tão bem definida que o tamanho, a forma, a profundidade e o teor mineral das reservas podem ser bem estabelecidos.
Reserva	Refere-se à parte da jazida mineral que poderia ser legal e economicamente extraída ou produzida no momento da determinação da reserva.
Run-of-mine “ROM”	Minério em seu estado natural (não processado), da maneira como é

	minerado antes de ser britado.
Mercado Transoceânico.....	Compreende o comércio de minério de ferro global (exportação) entre os países por meio de navios de carga.
Finos de minério de ferro (sinter feed)	Refere-se ao minério de ferro com partículas que variam de 0,15 mm a 6,35 mm de diâmetro. Utilizado para sinterização.
Sinterização	Refere-se à aglomeração de pequenas partículas em uma massa uniforme mediante aquecimento sem fusão.
Placas.....	O tipo mais comum de aço semi-acabado. As placas medem comumente 25,5 cm (10”) de espessura e 76 a 2,15 m (30-85”) de largura (aproximadamente 6 metros em média), enquanto a produção das “placas finas” recém-fundidas é de aproximadamente 5 cm) Após a fundição, as placas são enviadas ao laminador de tiras a quente, onde são transformadas em bobinas e chapas.
Carvão Térmico	Refere-se ao tipo de carvão mineral adequado para a geração de energia após suas propriedades de vaporização - para uso em usinas de energia térmica.
Ton.....	Tonelada métrica equivalente a 1.000 quilogramas.
Onça troy	Uma onça troy equivale a 31,103 gramas.
Mineração subterrânea	Exploração mineral na qual as operações de extração são realizadas sob a superfície terrestre.

APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Elaboramos nossas Demonstrações Contábeis que aparecem neste relatório anual em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (definidos como “US GAAP”), os quais diferem em certos aspectos dos princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil (definidos como “BR GAAP”). Os princípios contábeis brasileiros estão determinados na Lei No. 6404, de 15 de dezembro de 1976, e seus aditivos (Legislação Societária Brasileira), e as normas e os regulamentos da Comissão de Valores Mobiliários Brasileira, ou CVM. Publicamos também as Demonstrações Contábeis no Brasil em conformidade com os princípios contábeis brasileiros, às quais nos referimos como nossas Demonstrações Contábeis pela Legislação Societária Brasileira. Utilizamos nossas Demonstrações Contábeis pela Legislação Societária Brasileira para:

- relatórios aos acionistas brasileiros;
- arquivamento na CVM;
- determinar o pagamento de dividendos; e
- determinar as obrigações tributárias.

Nossas Demonstrações Contábeis e outras informações contábeis que aparecem neste relatório anual foram convertidas de reais brasileiros para dólares norte-americanos nos termos explanados na Nota Explicativa 3 de nossas Demonstrações Contábeis, salvo indicado de outra maneira.

Referências aos termos “real”, “reais” ou “R\$” são para reais brasileiros (plural) e para o real brasileiro (singular), a moeda oficial do Brasil. Referências aos “dólares norte-americanos”, “dólares” ou “US\$” são para os dólares norte-americanos.

Exceto onde especificado o contrário, foram utilizadas unidades métricas como, por exemplo, o termo “toneladas”, que se refere a toneladas métricas.

Referências a “CVRD” estão relacionadas à Companhia Vale do Rio Doce. Referências à “Vale Overseas” estão relacionadas à Vale Overseas Limited. Os termos “nosso” ou a “nós” referem-se à CVRD, suas controladas consolidadas e suas *joint ventures* e outras companhias controladas. As referências ao termo a “coligadas” distinguem companhias nas quais a Companhia Vale do Rio Doce tem participação minoritária e excluem as controladas que são consolidadas para fins de Demonstrações Contábeis.

Referências à “ANEEL” estão relacionadas à *Agência Nacional de Energia Elétrica*, órgão regulador do setor de energia elétrica no Brasil.

Referências à “ANTT” estão relacionadas refere-se à *Agência Nacional de Transportes Terrestres*, órgão regulador do setor de transportes no Brasil.

Referências as nossas “ADSs” ou “*American Depositary Shares*” incluem tanto as nossas Ações Ordinárias de Depósito Americano (nossas ADSs ordinárias), cada uma representando uma ação ordinária da CVRD, e nossas Ações Preferenciais de Depósito Americano (nossas ADSs preferenciais), cada uma representando uma ação preferencial classe A da CVRD. As ADSs são representadas pelos recibos de depósito americano (ADRs) emitidos pelo JPMorgan Chase Bank, como depositário.

“BNDES” refere-se ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o Banco Nacional de Desenvolvimento Brasileiro.

APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS RESERVAS

As estimativas das reservas provadas e prováveis de nossas minas e suas estimativas de vida útil, em 31 de dezembro de 2004, incluídas neste relatório anual foram calculadas de acordo com as definições técnicas requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos da América, ou SEC. Procedemos as estimativas da vida útil das minas descritas neste relatório anual a partir da estimativa de tais reservas. Ajustamos nossas estimativas das reservas de minério com perdas de extração e recuperações metalúrgicas durante a extração dos depósitos de manganês e bauxita. Nossas reservas estimadas de ferro, caulim, cobre e potássio são reportadas com as toneladas em seu lugar de origem e ajustadas pelas perdas na diluição e na mineração. Consulte o *Item 3. Informações-Chave—Fatores de Risco—Riscos Relacionados ao Nosso Negócio* para obter uma descrição dos riscos relativos às reservas e as estimativas das reservas. Contratamos Pincock, Allen & Holt para auditar e verificar a maior parte de nossas estimativas de reservas provadas e prováveis a partir de 31 de dezembro de 2004.

EXPECTATIVA DE TENDÊNCIAS (FORWARD-LOOKING STATEMENTS)

Este relatório anual contém expectativa de tendências (*Forward-Looking Statements*) de acordo com o significado do U.S. Private Securities Litigation Reform Act de 1995. Muitas das expectativas contidas neste relatório anual podem ser identificadas pelo uso de palavras com conotação futurista tais como “antecipamos”, “acreditamos”, “poderia”, “esperamos”, “deveria”, “planejamos”, “pretendemos”, “estimamos” e “potencial”, entre outras. Essas declarações aparecem diversas vezes neste relatório anual e dizem respeito à nossa intenção, crença ou projeções atuais com relação:

- à nossa administração e operação futura;
- à implementação de nossas principais estratégias operacionais, incluindo nossa participação potencial em privatizações, aquisições ou transações com *joint ventures* ou outras oportunidades de investimentos;
- aos nossos planos de aquisições ou venda de investimentos;
- à implementação de nossa estratégia financeira e planos de investimentos de capital;
- à exploração das reservas minerais e desenvolvimento de instalações de mineração;
- ao esgotamento e à exaustão das minas e das reservas minerais;
- à declaração ou ao pagamento de dividendos;

- as tendências da indústria, incluindo a direção dos preços e dos níveis estimados de oferta e demanda;
- aos outros fatores ou tendências que afetem nossa condição financeira ou o resultado das operações; e
- aos fatores discutidos no *Item 3. Informações-Chave—Fatores de Risco*.

Alertamos que tais expectativas não são garantia de desempenho futuro e envolvem riscos e incertezas. Os resultados reais podem divergir significativamente daqueles propostos por diversos fatores, incluindo aqueles identificados no *Item 3. Informações-Chave—Fatores de Risco*. Estes riscos e incertezas incluem fatores relacionados à economia brasileira e mercado de capitais, os quais exibem volatilidade e podem ser negativamente afetados por acontecimentos em outros países, fatores relacionados com o negócio de minério de ferro e sua dependência da indústria siderúrgica global, que é de natureza cíclica, e fatores relacionados às indústrias altamente competitivas nas quais operamos. Para obter informações adicionais sobre os fatores que poderiam ocasionar de nossos resultados reais serem diferentes daqueles de nossas expectativas propostas, Consulte o *Item 3. Informações-Chave—Fatores de Risco*, e nossos relatórios arquivados na SEC. As expectativas de tendências valem somente para a data em que são feitas, e não assumimos nenhuma obrigação de atualizá-las à luz de novas informações ou fatos futuros.

PARTE I

Item 1. Identidade dos Conselheiros, Diretores Executivos e Consultores

Não aplicável.

Item 2. Estatísticas da Oferta e Cronograma Previsto

Não aplicável.

Item 3. Informações-Chave

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

O quadro abaixo apresenta informações financeiras consolidadas levantadas nos períodos indicados. Estas informações devem ser lidas juntamente com nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas que aparecem neste relatório anual.

	Para os exercícios findos em 31 de dezembro				
	2000	2001	2002	2003	2004
	(em milhões de US\$)				
Demonstração de Resultado					
Receitas operacionais líquidas	US\$ 3.935	US\$ 3.935	US\$ 4.123	US\$ 5.350	US\$ 8.066
Custo dos produtos e serviços	(2.429)	(2.272)	(2.263)	(3.128)	(4.081)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(225)	(241)	(224)	(265)	(452)
Pesquisa e desenvolvimento	(48)	(43)	(50)	(82)	(153)
Participação dos empregados nos lucros	(29)	(38)	(38)	(32)	(69)
Outras despesas	(180)	(379)	(119)	(199)	(188)
Lucro operacional	1.024	962	1.429	1.644	3.123
Receitas (despesas) não-operacionais:					
Receitas (despesas) financeiras	(107)	(200)	(248)	(249)	(589)
Perdas monetárias e cambiais, líquidas	(240)	(426)	(580)	242	65
Ganho na venda de investimentos	54	784	—	17	404
Subtotal	(293)	158	(828)	10	(120)
Lucro antes do imposto de renda, equivalência patrimonial e participação minoritária	731	1.120	601	1.654	3.003
Imposto de renda	32	218	149	(297)	(749)
Equivalência patrimonial em controladas e <i>joint ventures</i> e variação da provisão por perdas de investimentos	322	(53)	(87)	306	542
Participação minoritária	1	2	17	(105)	(223)
Mudança no método de contabilização de obrigações com descontinuidade de uso de ativos	—	—	—	(10)	—
Lucro líquido	US\$ 1.086	US\$ 1.287	US\$ 680	US\$ 1.548	US\$ 2.573
Total de dividendos distribuídos aos acionistas (1) ..	US\$ 246	US\$ 1.066	US\$ 602	US\$ 675	US\$ 787

(1) O total de dividendos distribuídos aos acionistas consiste no pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos dos acionistas durante o período.

	Para os exercícios findos em 31 de dezembro				
	2000	2001	2002	2003	2004
	(Em US\$ exceto os dividendos registrados e os juros sobre o capital próprio por ação em reais e número de ações)				
Dados por ação – Lucros e dividendos					
Lucro básico por ação ordinária e preferencial classe A (1)	US\$ 0,94	US\$ 1,11	US\$0,59	US\$134	US\$ 2,23
Lucros diluídos entre Ações Ordinárias e Preferenciais Classe A (1)	US\$ 0,94	US\$ 1,11	US\$0,59	US\$1,34	US\$ 2,23
Distribuição de juros sobre o capital próprio por ação em US\$ (2)	US\$ 0,22	US\$ 0,88	US\$0,56	US\$0,59	US\$ 0,68
Distribuição de juros sobre o capital próprio por ação em reais (2)	R\$ 0,39	R\$ 1,88	R\$1,66	R\$1,68	R\$ 1,95
Média ponderada do número de ações em circulação (em milhares):					
Ações ordinárias (1)	749.949	749.592	749.592	734.804	735.804
Ações preferenciais classe A (1)	404.751	405.126	405.126	415.713	415.716
Total	1.154.700	1.154.718	1.154.718	1.151.517	1.151.520

- (1) Em agosto de 2004 foi realizado um desdobramento acionário três por um. As quantias de ações e por ações são disponibilizadas após dado o efeito ao desdobramento acionário.
- (2) Cada ação ordinária de depósito americano representa uma ação ordinária e cada ação preferencial de depósito americano representa uma ação preferencial classe A.
- (3) Nossas distribuições aos acionistas podem ser na forma de dividendos ou de juros sobre o capital próprio. De 1997 a 2003, todas as distribuições têm sido na forma de juros sobre o capital próprio. Em 2004, parte da distribuição foi feita na forma de juros sobre o capital próprio. O valor demonstrado representa distribuições pagas durante o exercício.

	Em 31 de dezembro				
	2000	2001	2002	2003	2004
	(em milhões de US\$)				
Balanco Patrimonial					
Ativo circulante	US\$ 2.502	US\$ 2.638	US\$ 2.589	US\$ 2.474	US\$ 3.890
Imobilizado, líquido	3.955	3.813	3.297	6.484	9.063
Investimentos em controladas, <i>joint ventures</i> e outros investimentos	1.795	1.218	732	1.034	1.159
Outros ativos	1.543	1.839	1.337	1.442	1.603
Total do ativo	<u>US\$ 9.795</u>	<u>US\$ 9.508</u>	<u>US\$ 7.955</u>	<u>US\$ 11.434</u>	<u>US\$ 15.715</u>
Passivo circulante	2.136	1.921	1.508	2.253	2.455
Exigível a longo prazo (1)	1.061	772	774	1.201	1.867
Empréstimos e financiamentos de longo prazo (2)	2.020	2.170	2.359	2.767	3.214
Total do passivo	<u>5.217</u>	<u>4.863</u>	<u>4.641</u>	<u>6.221</u>	<u>7.536</u>
Participação minoritária	9	5	27	329	788
Patrimônio Líquido:					
Capital social	1.927	2.211	2.446	2.869	3.209
Capital integralizado excedente ao valor nominal	498	498	498	498	498
Reservas e lucros acumulados	2.144	1.931	343	1.517	3.684
Total patrimônio líquido	<u>4.569</u>	<u>4.640</u>	<u>3.287</u>	<u>4.884</u>	<u>7.391</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>US\$ 9.795</u>	<u>US\$ 9.508</u>	<u>US\$ 7.955</u>	<u>US\$ 11.434</u>	<u>US\$ 15.715</u>

(1) Exclui os empréstimos e os financiamentos de longo prazo.

(2) Exclui a parcela no circulante e empréstimos a longo prazo de partes relacionadas. Em 31 de dezembro de 2004, tínhamos garantias concedidas para tomadas de empréstimos de *joint ventures* e controladas no valor total de US\$ 7 milhões. Estes passivos contingentes não aparecem em nosso balanço patrimonial consolidado, mas estão divulgados na Nota Explicativa 18 de nossas Demonstrações Contábeis consolidadas.

TAXAS DE CÂMBIO

O Banco Central do Brasil (o Banco Central) permite que a taxa de câmbio real/dólar norte-americano flutue livremente e, o Banco Central ocasionalmente vem intervindo para controlar a instabilidade nas taxas de câmbio. Não podemos prever se o Banco Central ou o governo brasileiro continuarão a deixar o real flutuar livremente ou intervirão no mercado de câmbio através de um sistema de banda cambial ou de qualquer outra forma de controle. O real pode desvalorizar ou valorizar substancialmente em relação ao dólar americano no futuro. Para obter mais informações sobre esses riscos, consulte *Item 3 Informações-Chave - Fatores de Risco—Riscos Relacionados ao Brasil*.

O quadro abaixo mostra a evolução da taxa comercial de venda, expressa em reais por dólares norte-americanos (R\$/US\$) para os períodos indicados. Antes de 14 de março de 2005, sob as normas brasileiras, as transações de moeda estrangeira eram realizadas tanto no mercado de câmbio de taxa comercial quanto no mercado de taxa flutuante. As taxas nos dois mercados eram basicamente as mesmas. A tabela utiliza a taxa comercial de venda antes de 14 de março de 2005.

<u>Exercícios findos em 31 de dezembro de</u>	<u>Final do Período</u>	<u>Média por Período (1)</u>	<u>Mínima</u>	<u>Máxima</u>
2000	R\$ 1,955	1,835	1,723	1,985
2001	2,320	2,353	1,936	2,801
2002	3,533	2,998	2,271	3,955
2003	2,889	3,060	2,822	3,662
2004	2,654	2,917	2,654	3,205
Mês				
Dezembro de 2004	R\$ 2,654		R\$ 2,654	R\$ 2,787
Janeiro de 2005	2,625		2,625	2,722
Fevereiro de 2005	2,595		2,562	2,632
Março de 2005	2,666		2,601	2,762
Abril 2005	2,531		2,520	2,660
Maio 2005	2,394		2,378	2,515

(1) Média das taxas de cada período, usando-se as médias das taxas de câmbio do último dia de cada mês para cada período.

Fonte: Banco Central do Brasil.

Em 31 de maio de 2005, a taxa de venda era de R\$2,4038 por US\$ 1,00.

FATORES DE RISCO

Riscos Relacionados à Nossa Atividade

Devido à nossa dependência da indústria siderúrgica global, oscilações na demanda de aço podem afetar negativamente nossa atividade.

Os preços e o volume de vendas na indústria global de minério de ferro ao redor do mundo dependem do nível da demanda existente e esperada de minério de ferro gerada pela indústria mundial de aço. A indústria mundial de aço é cíclica. Uma série de fatores, sendo o mais importante deles o nível existente de demanda mundial por produtos siderúrgicos, influenciam a indústria global de aço. Durante períodos de morosidade ou de declínio do crescimento econômico regional ou global, a demanda por produtos siderúrgicos geralmente se retrai, o que normalmente leva a correspondentes reduções na demanda por minério de ferro.

Impulsionado principalmente pela forte demanda dos fabricantes chineses de aço, junto com uma expansão modesta em outros mercados, o comércio transoceânico global de minério de ferro registrou aumento na demanda e nos preços de minério de ferro e pelotas em 2004. Não é possível prever por quanto tempo essa demanda permanecerá nos níveis atuais ou se haverá aumento ou redução de preços futuros. Reduções ou declínios futuros prolongados nos preços dos contratos mundiais ou no volume de vendas de minério de ferro podem ter efeitos negativos significativos em nossas receitas.

A indústria de mineração é altamente competitiva e podemos encontrar dificuldades para concorrer com outras companhias mineradoras no futuro.

A indústria mundial de minério de ferro é caracterizada pela competição intensa. Competimos com grandes companhias mineradoras internacionais. Alguns de nossos concorrentes possuem importantes jazidas minerais de minério de ferro localizadas próximas aos nossos principais clientes asiáticos e europeus. A competição entre produtores de minério de ferro estrangeiros e/ou brasileiros pode resultar na nossa perda de mercado e receitas. Nossas atividades, dentre elas as de alumínio, manganês e concentrado de cobre, também estão sujeitas à intensa competição e a riscos similares.

A demanda por minério de ferro e pelotas em períodos de pico pode ultrapassar nossa capacidade produtiva, nos tornando incapazes de atender a demanda dos clientes.

Nossa habilidade em aumentar rapidamente a capacidade produtiva para satisfazer aumentos na demanda por minério de ferro é limitada. Em períodos em que a demanda dos clientes excede nossa capacidade de produção, geralmente atendemos o excesso de demanda dos clientes revendendo minério de ferro e pelotas comprados das *joint ventures* ou de terceiros. Se formos incapazes de atender a demanda dos clientes mesmo comprando das *joint ventures* ou de terceiros, poderemos perder clientes. Da mesma forma, uma vez que o aumento da capacidade de produção exige muito tempo, talvez não consigamos completar os projetos de expansão da capacidade produtiva de minério de ferro em tempo hábil e nos beneficiar de sua alta demanda atual. Além disso, a operação na capacidade máxima ou acima poderá nos expor a custos mais altos, incluindo taxas por atraso devido a limitações da capacidade em nossas minas, ferrovias e portos.

O alumínio e o cobre são comercializados ativamente em bolsas de mercadorias mundiais e seus preços estão sujeitos a flutuações significativas.

O alumínio e o cobre são comercializados em um mercado mundial ativo em bolsas de mercadorias, como a Bolsa de Metais de Londres e a Commodities Exchanges, Inc. Os preços desses metais estão sujeitos a grandes flutuações e são influenciados por muitos fatores, como condições econômicas e políticas internacionais reais e esperadas, níveis de oferta e procura, disponibilidade e custo de substitutos, níveis de inventário mantidos por produtores e outros, e ações de participantes nos mercados de *commodities*. Os preços desses metais são mais voláteis que os do minério de ferro e pelotas, pois respondem mais rapidamente às mudanças reais e esperadas nas condições de mercado.

O início de nossas operações de cobre nos exporá a riscos novos.

Em 2004, iniciamos a produção e a comercialização de concentrado de cobre em nossa mina de Sossego, em Carajás. O cobre é o novo minério comercializado pela CVRD. Entre outros, alguns dos riscos envolvidos com nossa entrada no negócio de cobre são, mas não estão limitados a:

- o concentrado de cobre é comercializado a preços determinados como referência pela Bolsa de Metais de Londres, que são mais voláteis que os preços de minério de ferro e pelotas;
- podemos incorrer em custos de tratamento e refino mais altos do que o esperado, o que poderá reduzir nossas margens de lucro;
- devido a nossa falta de experiência no setor do cobre, podemos nos deparar com dificuldades operacionais que poderão nos levar a altos custos operacionais.
- aumento da capacidade de outros produtores de cobre poderá pressionar a queda nos preços de cobre; e
- problemas inesperados poderão surgir no início e na ampliação de nossas operações de cobre devido a atrasos de construção ou dificuldades de obtenção das licenças ambientais necessárias.

Os produtos brasileiros de exportação (por ex.: grãos e aço) podem perder sua competitividade internacional, reduzindo a demanda interna por serviços de logística.

Os setores de agricultura e aço atualmente são os principais impulsionadores da demanda por serviços de logística. Em 2004, aproximadamente 78,8% de nossa receita de logística foi atribuída a estes mercados. Uma redução na demanda mundial por aço ou produtos agrícolas brasileiros poderia reduzir a demanda por serviços de logística e prejudicar a rentabilidade de nossos negócios de logística.

Desenvolvimentos econômicos adversos em nossos mercados principais, especialmente a China, poderiam reduzir a demanda por nossos produtos, levando a uma diminuição de receitas e lucratividade.

A economia mundial é o principal impulsionador da demanda pelo comércio transoceânico de minério de ferro e pelotas. Nos últimos anos, a China tem sido o principal responsável pelo aumento de nossas vendas. Em 2004, 16,0% de nossa receita bruta de minério de ferro e pelotas foi atribuída a clientes na China, que responderam por 11,7% de nossa receita operacional bruta consolidada. Durante o mesmo período, 14,1% de nossa receita bruta consolidada foi atribuída a clientes de países asiáticos além da China e 30,1% resultantes de vendas a clientes europeus. Uma economia global debilitada ou em mercados específicos onde vendemos nossos produtos, como a China, poderia reduzir a demanda, resultando na queda de receita e rentabilidade.

Nossas estimativas de reservas podem ser significativamente diferentes das quantidades de minério que podemos realmente recuperar, nossas estimativas de vida útil das minas podem provar ser inadequadas e as flutuações dos preços de mercado e as alterações nos custos operacionais e de capital podem tornar certas reservas de minério ou depósitos minerais economicamente inviáveis para exploração.

Nossas reservas de minério e depósitos minerais reportados são quantidades estimadas de minério e minerais, os quais sob condições atuais e antecipadas têm o potencial de ser economicamente explorados e processados para extração de seu conteúdo mineral. Há inúmeras incertezas inerentes em estimar as quantidades de reservas e em projetar taxas potenciais futuras de produção mineral, incluindo muitos fatores que vão além do nosso controle. A medição de reserva é um processo subjetivo de estimativa de depósitos subterrâneos de minerais que não podem ser medidos de maneira exata e a acurácia de qualquer estimativa de reserva é função da qualidade dos dados disponíveis e da interpretação e do julgamento geológico e de engenharia. Estimativas de diferentes engenheiros podem ser diferentes entre si e os resultados de nossa mineração e produção subsequentes à data de uma estimativa podem justificar a revisão dessas estimativas. As estimativas de reservas e de vida da mina podem requerer revisão com base na produção real e em outros fatores. Por exemplo, oscilações nos preços de mercado de metais, taxas de recuperação reduzidas ou custos de produção crescentes devido à inflação ou a outros fatores podem tornar as reservas provadas e prováveis com teores mais baixos de minério economicamente inexploráveis e podem resultar em ajuste das reservas.

Podemos não ser capazes de renovar nossas reservas, o que poderia afetar negativamente nossas perspectivas de exploração.

Nossa atuação em exploração mineral, a qual é de natureza altamente especulativa, envolve muitos riscos e freqüentemente não é produtiva. Nossos programas de exploração, os quais envolvem investimentos de capital, podem não resultar na expansão ou na substituição de reservas exauridas pela produção corrente. Se não desenvolvermos novas reservas, não seremos capazes de sustentar o nível atual de produção além da vida remanescente das minas hoje existentes.

Mesmo que descobramos depósitos minerais, permanecemos sujeitos aos riscos de perfuração e produção, o que pode afetar negativamente o processo de mineração.

Uma vez que descobramos reservas minerais, poderemos levar anos a partir da fase inicial de perfurações até que a produção seja possível, período no qual a viabilidade econômica da produção pode mudar. Tempo e gastos substanciais são necessários para:

- estabelecer reservas através das perfurações;
- determinar processos metalúrgicos apropriados para otimizar a recuperação de metais contidos no minério;
- obter licenças ambientais e demais licenças;
- construir instalações de mineração e processamento para novos projetos; e
- obter o minério ou extrair seus metais.

Se um projeto prova não ser economicamente viável no momento que estamos aptos a explorá-lo, podem ocorrer baixas substanciais. Além disso, mudanças ou complicações envolvendo processos metalúrgicos ou outros processos tecnológicos que surjam durante a vida do projeto podem causar aumento nos custos e tornar o projeto economicamente inviável.

Nos deparamos com crescentes custos de extração na medida em que nossas jazidas se exaurem.

Reservas se esgotam gradativamente no curso normal de uma dada operação de mineração. Na medida que a exploração progride, as distâncias para o britador primário e os depósitos de estéril se tornam maiores e as cavas mais íngremes. Conseqüentemente, ao longo do tempo, temos nos deparado com crescentes custos unitários de extração para cada mina. Várias de nossas minas já operam há muito tempo e, provavelmente, no futuro, enfrentaremos altos custos unitários dessas operações.

Aumentos nos custos de combustíveis podem afetar negativamente nossas atividades.

Nossas operações dependem consideravelmente das fontes de combustível. Gastos com combustíveis representam 11% dos nossos custos de mercadorias vendidas em 2004. Os custos com combustível são o componente principal do total de custos com logística e de produção de pelotas e afetam indiretamente diversas áreas de atividade, como mineração e produtos relacionados ao alumínio. Um aumento nos preços de óleo e gás pode levar à redução das margens de lucro nas áreas de logística, mineração e produtos relacionados ao alumínio.

Estamos envolvidos em processos de antitruste que podem resultar em desinvestimentos, multas ou outras restrições que poderiam prejudicar nossos negócios.

Atualmente, estamos envolvidos em 14 processos perante o *Conselho Administrativo de Defesa Econômica*, ou CADE, que é o principal órgão regulador de antitruste brasileiro. Onze destes processos envolvem a análise de aquisições já ocorridas ou transações com *joint ventures* e abrangem quase todas as nossas aquisições e *joint ventures*. Os outros 3 processos são de natureza administrativa que alegam que praticamos concorrência desleal em nossas atividades de minério de ferro, logística e produtos relacionados ao alumínio. Temos a intenção de nos defender vigorosamente nesses processos, mas não podemos prever o resultado dos mesmos. Se o CADE julgar que praticamos concorrência desleal, ele poderá impor o término da prática desta conduta e/ou pagamento de multas elevadas, o que poderia ser relevante.

Nossos principais processos de análise pós-transação pendentes envolvem as aquisições da Socoimex, Samitri, Ferteco, Belém e CAEMI pela CVRD, e o acordo para o descruzamento das participações recíprocas entre a CVRD e a Companhia Siderúrgica Nacional, ou CSN. O CADE pode não aprovar estas transações ou impor condições sobre sua aprovação que teriam um efeito adverso substancial em nossas atividades. Em relação à análise do CADE, a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, ou SDE e a Secretaria Brasileira para Acompanhamento Econômico, ou SEAE, emitiram relatórios ao CADE recomendando que o CADE condicione sua aprovação a transações sobre ações que pudessem ter um efeito adverso em nossas atividades, incluindo a manutenção de certas políticas de preço, desinvestimento de algumas de nossas minas, a cessação de nossos direitos relacionados ao minério de ferro da mina Casa de Pedra, da CSN, e a venda e reestruturação de algumas de nossas participações

logísticas. Antes de tomar sua decisão, o CADE pode adotar algumas, ou nenhuma das recomendações feitas por tais órgãos ou escolher impor outras condições de acordo com sua aprovação que seriam prejudiciais a nossas atividades.

Para mais informações, veja o *Item 8. Informações Financeiras—Procedimentos Legais*.

Nosso principal acionista pode ter influência significativa sobre nossa Companhia.

A Valepar, nosso principal acionista, atualmente possui 53,3% de nossas ações ordinárias em circulação e 34,1% de nosso capital total em circulação. Para obter uma descrição sobre nossa composição acionária, consulte o *Item 7. Principais Acionistas e Transações com Partes Relacionadas—Principal Acionista*. Como resultado de sua participação acionária, a Valepar pode controlar o resultado de qualquer ato que requeira aprovação dos acionistas, exceto pela indicação dos conselheiros e membros de nosso conselho fiscal. Ainda, o governo brasileiro possui três ações preferenciais de classe especial da CVRD que lhe dão o direito de veto sobre certas medidas que podemos propor. Para obter uma descrição detalhada do direito de veto dado ao governo brasileiro por conta de suas ações preferenciais de classe especial, consulte o *Item 10. Informações Adicionais—Ações Ordinárias e Preferenciais—Geral*.

Muitas de nossas operações dependem de joint ventures e poderiam ser afetadas negativamente caso nossos sócios nessas joint ventures não cumpram seus compromissos.

Atualmente operamos partes importantes de nossos negócios de pelotização, energia elétrica, alumínio, bauxita e siderurgia através de *joint ventures* com outras companhias. Nossas previsões e planos para estas *joint ventures* nos levam a crer que nossos respectivos sócios cumprirão suas obrigações de fazer contribuições de capital, compra de produtos e, em alguns casos, fornecer talento gerencial. Se algum de nossos sócios não cumprir seus compromissos, a *joint venture* correspondente pode não ser capaz de operar de acordo com seus planos de negócios ou talvez tenhamos que aumentar o nível de nossos investimentos para atender a tais planos. Para obter mais informações sobre nossas *joint ventures*, consulte o *Item 4. Informações sobre a Companhia—Segmentos de Negócio*.

Nossa estratégia de gerenciamento de risco pode não ser eficiente.

Estamos expostos a mercados de risco tradicionais, tais como flutuações de taxas de juros, taxas de câmbio e preços de *commodities*. Para nos proteger parcialmente da volatilidade do mercado, contratamos periodicamente transações de *hedge* para administrar estes riscos. Consulte o *Item 11. Divulgações Quantitativas e Qualitativas sobre Riscos de Mercado*. Nossa estratégia de *hedge* pode não ser bem-sucedida em minimizar nossa exposição do nosso fluxo de caixa a estas flutuações e podemos não conseguir identificar correlações entre os diversos riscos de mercado aos quais estamos expostos. Além disso, até o ponto em que utilizamos as transações de *hedge* parcialmente para nossa exposição a preços de *commodity*, podemos limitar os benefícios futuros que teríamos caso os preços das *commodities* aumentassem. Atualmente não usamos transações de *hedge* para riscos relacionados a flutuações de preço do minério de ferro, manganês, ferroligas, cobre e óleo combustível.

A falha em manter um controle interno efetivo sobre o relatório financeiro pode prejudicar a confiança do investidor na integridade de nossas informações contábeis, o que poderia ter um impacto negativo sobre o preço de negociação de nossos títulos.

Consoante com a Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002, iniciando no nosso Relatório Anual no Formulário 20-F para o exercício que finda em 31 de dezembro de 2006, teremos que apresentar um relatório preparado pela administração sobre o controle interno dos relatórios contábeis. Tal relatório conterà, entre outros assuntos, uma avaliação da eficácia de nosso controle interno sobre o relatório contábil a partir do fim do exercício, incluindo uma declaração que revele se o controle interno sobre o relatório contábil é ou não eficaz. Esta avaliação deve incluir a divulgação de quaisquer fraquezas relevantes em nosso controle interno sobre o relatório contábil identificadas pela administração. Tal relatório também conterà uma declaração que nossos auditores emitiram um relatório de atestação sobre a avaliação da administração de tais controles internos.

Se identificarmos fraquezas materiais em nosso controle interno sobre o relatório contábil e não formos capazes de corrigi-los em tempo hábil, nossa administração pode não ser capaz de concluir em seu relatório de controle interno que nosso controle interno sobre o relatório contábil é eficaz, o que poderia afetar a confiança do investidor sobre a integridade de nosso relatório contábil, levando a uma diminuição no preço de negociação de nossos títulos ou limitar nossa capacidade de acessar mercados de capital. Efeitos adversos semelhantes poderiam levar nossos

auditores a expressarem uma opinião adversa ou desaprovar ou qualificar uma opinião sobre a avaliação da administração ou sobre a eficiência do controle interno sobre o relatório contábil.

Podemos não ter cobertura adequada de seguros para alguns riscos da atividade os quais podem nos trazer conseqüências econômicas prejudiciais.

Nossas atividades estão geralmente sujeitas a uma série de riscos e danos, incluindo:

- acidentes industriais;
- acidentes ferroviários;
- reclamações trabalhistas;
- desabamentos;
- danos ambientais;
- interrupções no fornecimento de energia;
- falhas em equipamentos ou embarcações; e
- condições climáticas e outros fenômenos naturais.

Estes eventos podem causar danos ou destruições de propriedades minerais, instalações produtivas, instalações de transportes, equipamentos ou embarcações. Eles podem também resultar em danos pessoais ou morte, danos ambientais, desperdício de recursos ou produtos intermediários, atrasos ou interrupções nas atividades de mineração, produção ou transporte, perdas monetárias e possíveis passivos legais. O seguro que mantemos contra riscos, que são típicos em nossa atividade, pode não oferecer uma cobertura adequada. Os seguros contra alguns riscos (incluindo responsabilidades por certos danos ou poluição ambiental ou interrupção de certas atividades) podem não estar disponíveis a um custo razoável ou mesmo não existirem. Conseqüentemente, acidentes ou outros fatos negativos podem causar um efeito adverso em nossas operações.

Se não formos capazes de administrar com sucesso os riscos à saúde e segurança, aos quais nossa atividade expõe nossos funcionários, nossos negócios podem ser adversamente afetados.

Operamos em regiões onde as doenças tropicais prevalecem e desenvolvemos uma potencial operação de mineração de carvão em Moçambique, onde a AIDS é uma questão de saúde de preocupação pública. Se não formos capazes de proteger adequadamente nossos funcionários destas doenças ou não formos capazes de assegurar a saúde e segurança de nossos funcionários, nossos negócios podem ser afetados adversamente.

Dificuldades na implementação do software de planejamento de recurso empresarial (enterprise resource planning software) podem interferir no funcionamento normal de nossos negócios.

Estamos no processo de implantação do *software* de sistema de gestão integrada. Se estivermos impossibilitados de substituir, atualizar ou modificar nossos sistemas de tecnologia de informação para adaptar este novo *software* de forma oportuna e econômica, nossa capacidade de apreensão e processamento das transações financeiras pode ser impactada. Implementar o *software* pode provar-se mais custoso ou mais demorado do que o esperado, resultar na perda de dados ou ocasionar um mau funcionamento do sistema que interfira com processo normal de nossas atividades. Se estivermos impossibilitados de gerenciar com sucesso o processo de implementação do novo *software*, nossos resultados das operações podem ser adversamente afetados.

Podemos nos deparar com a deficiência em nosso fornecimento de pneus off-the-road e equipamentos de mineração devido ao aumento do consumo por empresas mineradoras que excedam a capacidade do fornecedor.

A demanda global por pneus off-the-road (“OTR”) aumentou substancialmente em 2004. Embora os fabricantes de equipamentos de mineração e perfuração terem aumentado suas capacidades em 2005, tais aumentos não foram suficientes para compensar o aumento significativo na demanda por equipamento de mineração. Há apenas cinco grandes fabricantes de pneus no mundo e cada um deles está trabalhando em sua capacidade total. Os três maiores fornecedores já venderam toda sua produção de pneus OTR até meados de 2006. Prevemos aumentos muito

limitados na produção de pneu radial largo ao longo dos dois próximos anos e que os tempos de entrega *lead-time* aumentarão substancialmente. Além disso, os aumentos de capacidade foram limitados por gargalos na distribuição de peças e equipamentos dos fornecedores aos fabricantes de equipamento. Se não formos capazes de garantir pneus OTR o suficiente para manter nossos equipamentos, podemos sofrer reduções temporárias em nossa capacidade produtiva.

Um aumento nos preços de equipamentos de mineração pode afetar nossos negócios adversamente.

Devido à significativa expansão dos investimentos em mineração no mundo e o movimento dos preços do aço, os preços dos equipamentos de mineração aumentaram substancialmente. Os aumentos no custo de equipamentos de mineração podem ter um efeito negativo nas margens de lucratividade dos negócios de mineração.

Riscos relacionados ao Brasil

Historicamente o governo brasileiro exerceu, e vem exercendo forte influência sobre a economia brasileira. As condições políticas e econômicas brasileiras têm um impacto direto em nossa atividade e no valor de mercado de nossos títulos.

O governo brasileiro freqüentemente intervém na economia brasileira e ocasionalmente faz mudanças significativas na política, como ocorre continuamente nas economias emergentes. No passado, as ações do governo brasileiro para controlar a inflação e efetuar outras políticas envolveram controles de salários e preços, desvalorizações da moeda, controles de capital e limites às importações, entre outras medidas. Nossa atividade, condição financeira e resultados das operações podem ser negativamente afetados por fatores no Brasil, que incluem:

- volatilidade da moeda;
- aceleração da inflação;
- política monetária e aumentos nas taxas de juros;
- política fiscal e mudanças tributárias;
- política de comércio internacional, incluindo barreiras comerciais tarifárias e não tarifárias;
- controles do câmbio;
- racionamento de energia; e
- outros desenvolvimentos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que o afete.

Inflação e medidas do governo para inibi-la podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade no mercado brasileiro de capitais o que, conseqüentemente, pode afetar negativamente o valor de mercado de nossos títulos.

O Brasil viveu, no passado, experiência com taxas de inflação extremamente altas e taxas anuais que chegaram a 2.567% em 1993 (conforme o Índice Geral de Preços do Mercado publicado pela Fundação Getúlio Vargas, ou índice IGP-M). Mais recentemente, as taxas de inflação no Brasil foram de 10,4% em 2001, 25,3% em 2002, 8,7% em 2003, 12,4% em 2004 e 2,4% nos quatro meses que terminaram em 30 de abril de 2005 (conforme medido pelo índice IGP-M Index). A inflação, as medidas governamentais para combatê-la e a especulação pública sobre os possíveis atos futuros geraram efeitos adversos sobre a economia brasileira no passado, e têm contribuído para a incerteza econômica no Brasil e para elevar a volatilidade nos mercados brasileiros de títulos e valores mobiliários. Se o Brasil apresentar alta inflação no futuro, nossos custos poderão subir, nossas margens operacional e líquida poderão diminuir e, se a confiança do investidor diminuir, o valor de mercado de nossos títulos poderá cair. As pressões inflacionárias podem restringir nossa capacidade de acesso aos mercados financeiros internacionais e podem levar a uma intervenção do governo na economia, o que poderia envolver a introdução de políticas governamentais que poderiam afetar negativamente o desempenho da economia brasileira como um todo.

As flutuações do real frente ao dólar norte-americano podem resultar em incertezas na economia brasileira e no mercado brasileiro de capitais, podendo causar um efeito adverso sobre o nosso lucro líquido e fluxo de caixa.

Historicamente, a moeda brasileira vem sofrendo freqüentes desvalorizações. No passado, o governo brasileiro implementou vários planos econômicos e políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, mini-desvalorizações durante as quais a freqüência dos ajustes variava de diária a mensal, sistemas de câmbio flutuante, controles cambiais e mercados de câmbio paralelo. Embora em longos períodos a depreciação da moeda brasileira geralmente tenha correlação com o diferencial entre a taxa de inflação no Brasil em comparação com a taxa de inflação nos EUA, a depreciação em períodos mais curtos tem resultado em flutuações significativas nas taxas de câmbio entre a moeda brasileira e o dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras.

O real se valorizou em 8,1% em relação ao dólar norte-americano em 2004, e se valorizou em 4,6% durante os primeiros quatro meses de 2005. A taxa de câmbio entre o real e o dólar norte-americano pode continuar a flutuar e pode subir ou cair substancialmente em relação aos níveis atuais.

A desvalorização do real frente ao dólar norte-americano reduz o valor em dólares norte-americanos das distribuições e dos dividendos de nossas ADRs e pode também reduzir o valor de mercado de nossos títulos. Além disso, as flutuações da taxa de câmbio têm afetado significativamente nosso lucro líquido. A desvalorização do real frente ao dólar norte-americano pode resultar no registro de significativas perdas cambiais e monetárias com relação à dívida em dólar norte-americano, ao passo que a valorização do real geralmente conduz ao efeito oposto. Os ganhos ou perdas cambiais e monetárias podem ser significativos, o que pode fazer com que haja volatilidade nos lucros de um período quando comparado com o anterior. As flutuações de taxa de câmbio também têm um enorme impacto sobre nossas receitas e custos, pois a maioria das receitas está vinculada aos dólares norte-americanos e a maioria dos custos aos reais. Como resultado, a valorização do real em relação ao dólar norte-americano resulta geralmente em receitas menores e custos mais altos, o que pode afetar nossa rentabilidade operacional. As flutuações da taxa de câmbio também influenciam a economia brasileira e as taxas de inflação, que podem levar o governo brasileiro a adotar políticas com impacto negativo em nossas atividades. Para obter mais informações sobre as taxas de câmbio históricas, consulte o *Item 3. Informações-Chave—Taxas de Câmbio*.

Acesso e custo da captação de recursos para companhias brasileiras em mercados de capital internacionais são influenciados pela percepção dos riscos relacionados ao Brasil e de outras economias emergentes, que podem afetar a capacidade de financiamento de nossas operações a um custo aceitável ou reduzir o preço de negociação dos nossos títulos.

Os investidores internacionais geralmente consideram o Brasil um mercado emergente. Como consequência, as condições econômicas e de mercado em outros mercados de países de mercados, especialmente os da América Latina, influenciam o mercado de títulos emitidos por empresas brasileiras. As crises econômicas em um ou mais países emergentes podem reduzir o interesse dos investidores globais em títulos emitidos por mercados emergentes. Crises econômicas ocorridas em mercados emergentes no passado, como as do Sudeste Asiático, Rússia e Argentina, resultaram em substancial saída do Brasil de dólares norte-americanos e fizeram as empresas brasileiras enfrentarem custos mais altos para a captação de fundos, tanto no país como no exterior, e impediu o acesso a mercados internacionais de capital por longos períodos. Não podemos assegurar que mercados internacionais de capitais permanecerão abertos para as companhias brasileiras ou que as taxas de juros nestes mercados nos serão vantajosas. Além disso, crises financeiras futuras em países de mercados emergentes poderão ter impacto negativo nos mercados brasileiros, o que poderia afetar negativamente o preço de nossos títulos.

As políticas do governo brasileiro no setor de energia podem ter um impacto adverso sobre o custo ou o fornecimento de energia para nossas operações de produtos relacionados ao alumínio e ferroligas.

Somos um importante consumidor de energia elétrica e respondemos por aproximadamente 4,5% do consumo total no Brasil em 2004. Os custos de energia são um fator importante no custo de produção de alumínio e ferroligas e representaram 7,7% de nosso custo de mercadorias vendidas em 2004.

O Brasil enfrentou a escassez de energia durante a segunda metade de 2001, o que resultou em um programa de racionamento de energia com a diminuição do consumo em pelo menos 20%. Como consequência deste programa, passamos por uma redução temporária em nossa produção de alumínio e de ferroligas, as quais consomem significativa quantidade de energia. Embora a escassez de energia tenha sido solucionada no final de 2001, com a suspensão das restrições do uso de energia em março de 2002, não podemos assegurar que o Brasil não sofrerá escassez de energia futuramente. A escassez de energia no futuro e as políticas do governo para responder ou evitar

a escassez podem ter um impacto adverso sobre o custo ou o fornecimento de energia para operações de produção de alumínio e ferroligas.

A atividade brasileira de geração de energia depende de concessões providas pelo governo e é regulada e supervisionada pela ANEEL. Uma nova lei para o setor de energia foi recentemente aprovada pelo Congresso Nacional em março de 2004 e estabeleceu dois leilões públicos com o objetivo de comercializar o excesso de energia disponível no mercado. O primeiro leilão ocorreu em dezembro de 2004 e o segundo em abril de 2005. Os preços estabelecidos nestes leilões foram baixos e podem contribuir para uma queda nos investimentos nos projetos de geração futura que podem levar a deficiências de energia no futuro. Mudanças nas leis, regulamentos ou políticas governamentais relativas ao setor de eletricidade ou requerimentos de concessão poderiam reduzir os retornos esperados para os investimentos na geração de energia. Para obter mais informações sobre as regulamentações referentes a nossa produção de energia, consulte o *Item 4. Informações sobre a Companhia—Regulamentação*.

Nossas atividades de mineração e logística dependem de autorizações das agências reguladoras e mudanças nos regulamentos podem causar efeito negativo em nossa atividade.

Nossas atividades de mineração e logística no Brasil dependem de autorizações e concessões dadas pelas agências reguladoras do governo brasileiro. Nossas atividades de exploração, mineração, processamento mineral e logística também estão sujeitas às leis e regulamentos brasileiros, que podem mudar a qualquer momento. Se estas leis e regulamentos sofrerem alteração no futuro, nossas tecnologias e operações talvez precisem ser alteradas, o que nos obrigaria a fazer investimentos não orçados. Para obter detalhes sobre as autorizações e as concessões das agências reguladoras do governo brasileiro, das quais nossas atividades de mineração e logística dependem, consulte o *Item 4. Informações sobre a Companhia—Regulamentação*.

As leis ambientais brasileiras podem afetar negativamente nossos negócios de mineração e energia.

Nossas operações freqüentemente envolvem o uso, a manipulação, a baixa e a descarga de materiais perigosos no meio ambiente ou o uso de recursos naturais e, portanto, estão sujeitas às leis e regulamentos ambientais do Brasil. A regulamentação ambiental no Brasil tornou-se mais rigorosa nos últimos anos e é possível que mais regulamentos ou exigências mais agressivas nos afetem adversamente através de restrições impostas a nossas atividades, criando-se novas exigências para emitir ou renovar as licenças ambientais, elevando nossos custos ou exigindo que incorramos em reclamações onerosas.

Nossos projetos exigem freqüentemente a obtenção ou renovação de nossas licenças ambientais. Dificuldades na obtenção dessas licenças podem atrasar as construções ou aumentar custos e, em alguns casos, podem levar ao abandono de um projeto.

Estamos também sujeitos à recente legislação ambiental brasileira que exige que companhias responsáveis por projetos causadores de impacto ambiental significativo paguem uma taxa de "compensação ambiental" no valor de pelo menos 0,5% sobre o investimento total da empreitada. Há várias incertezas sobre como essa lei será aplicada na prática. Se o índice efetivamente cobrado for superior aos 0,5%, isso significará um aumento em nossos custos e, dependendo da magnitude das taxas envolvidas, poderia representar um efeito adverso sobre nossa liquidez. As incertezas relacionadas ao cálculo ou pagamento dessas taxas podem causar tensões com as autoridades ambientais brasileiras ou levar a atrasos na obtenção das permissões ambientais necessárias.

As leis brasileiras que restringem o desenvolvimento na bacia do rio do Amazonas em relação à reserva legal podem impor limites sobre nossa capacidade de expandir algumas operações de cobre ou outras operações e explorar completamente nossos direitos aos minerais naquelas regiões. Consulte o *Item 4. Informações sobre a Companhia – Questões Reguladoras – Questões Ambientais* e o *Item 8 – Informações Financeiras – Processos Judiciais*.

Muitos estados brasileiros onde operamos estão atualmente considerando a implementação de taxas para o uso da água de acordo com a Política Nacional de Recursos Hídricos. Isto pode exigir que paguemos taxas no futuro pelo direito do uso da água que atualmente utilizamos gratuitamente, o que poderia aumentar consideravelmente nossos custos nas regiões onde os recursos hídricos são escassos.

Além disso, atualmente somos réus em uma ação judicial impetrada pelo Município de Itabira, no Estado de Minas Gerais, que alega que nossas operações de minério de ferro em Itabira causam danos ambientais e sociais. Se não vencermos esta ação, poderemos incorrer em uma despesa significativa. Para obter informações sobre as leis

ambientais e os desafios legais que enfrentamos, consulte o *Item 4. Informações sobre a Companhia—Questões Reguladoras – Questões Ambientais* e *Item 8. Informações Financeiras – Processos Judiciais*.

Riscos relacionados às ADSs

Restrições na remessa de capital para fora do Brasil poderão se tornar obstáculos à capacidade dos seus detentores de receber dividendos e distribuições sobre as ADSs, e recursos provenientes de qualquer venda de ADSs.

O governo brasileiro pode impor restrições à saída de recursos sempre que haja um desequilíbrio sério na balança de pagamentos do Brasil ou razão para prever um desequilíbrio grave. Isto dificultaria ou privaria o custodiante que age em nome do depositário das ADSs de converter os recursos provenientes de ações lastreadas pelas ADSs em dólares norte-americanos e remetê-los para o exterior.

O governo brasileiro impôs restrições para remessas por aproximadamente seis meses entre 1989 e o início de 1990. Se aprovadas no futuro, restrições semelhantes poderiam dificultar ou privar a conversão de dividendos, distribuições ou recursos provenientes de qualquer venda de ações de reais para dólares norte-americanos e a remessa de dólares norte-americanos para o exterior. Neste caso, o custodiante, agindo em nome do depositário, ficará com os reais que não poderão ser convertidos para a conta dos detentores dos ADRs, que não receberão seus fundos. O depositário não investirá os reais e não será responsável por juros sobre esses valores. Além disso, quaisquer reais então retidos estarão sujeitos ao risco de desvalorização.

Se você trocar ADSs por ações subjacentes, você corre o risco de perder a capacidade de remeter moeda estrangeira para o exterior e as vantagens fiscais brasileiras.

O custodiante brasileiro de ações que lastreiam as ADSs obterá um registro eletrônico do Banco Central para tornar-se apto a remeter dólares norte-americanos para o exterior para pagar dividendos e outras distribuições relacionadas às ações de lastro das nossas ADSs ou na venda das ações subjacentes. Se você optar por trocar suas ADSs por ações locais, você será obrigado a confiar, por cinco dias úteis a partir da data da troca, no registro eletrônico do custodiante. Portanto, você pode não ser capaz de obter e remeter dólares norte-americanos para o exterior no caso de venda ou distribuições relacionadas às ações, a não ser que você obtenha seu próprio registro eletrônico através do cadastro de seu investimento nas ações sob a Resolução No. 2.689 do Conselho Monetário Nacional, que habilita investidores estrangeiros a comprar e vender ações na Bolsa de Valores de São Paulo, ou BOVESPA. Para obter mais informações referentes aos controles cambiais, consulte o *Item 10. Informações Adicionais—Controles de Câmbio e Outras Limitações que Afetam os Detentores de Títulos Mobiliários*. Se você tentar obter seu próprio registro eletrônico, você poderá incorrer em despesas ou sofrer atrasos no processo de aplicação, o que poderia postergar sua capacidade de receber dividendos ou distribuições relativas às ações ou ao retorno de seu capital em tempo hábil. Não podemos lhe assegurar que o registro eletrônico do custodiante ou qualquer certificado de registro de capital estrangeiro obtido por você não será afetado por alterações futuras da legislação, ou que outras restrições aplicáveis a você, a venda de ações ou o repatriamento dos recursos provenientes da venda não serão impostos no futuro.

Tendo em vista que não somos obrigados a arquivar a declaração de registro referente aos direitos relativos a nossas ações, há a possibilidade de não conseguirmos exercer estes direitos.

Os detentores de ADR residentes nos Estados Unidos podem não conseguir exercer seus direitos de preferência ou outros direitos relacionados a ações locais. A habilidade de exercer os direitos de preferência não é garantida sem que um relatório de registro seja efetivo com respeito àqueles direitos ou que uma dispensa das exigências de registro do Ato de Garantias esteja disponível. Não somos obrigados a arquivar a declaração de registro relativo aos direitos referentes às ações subjacentes e não podemos assegurar que tomaremos medidas que nos isentem de realizar o registro, e não podemos assegurar que arquivaremos qualquer declaração de registro ou tomaremos as medidas para tal. Caso alguma declaração não seja arquivada e não exista uma dispensa do registro, o JP Morgan Chase Bank, como depositário, tentará vender os direitos e você será designado para o recebimento dos resultados da venda. Entretanto, os direitos irão expirar se o depositário não puder vendê-los. Para obter uma descrição mais completa dos direitos de preferência relativos às ações de lastro, consulte o *Item 10. Informações Adicionais—Ações Ordinárias e Preferenciais – Direitos de Preferência*.

Detentores de nossas ADSs podem encontrar dificuldades em exercer os direitos de voto.

Os detentores de nossas ações ordinárias e preferenciais classe A estão aptos a votar sobre assuntos relacionados aos acionistas. Você pode ter dificuldades em exercer alguns de seus direitos como acionista caso possua ADSs em vez de ações locais. Por exemplo, se não conseguirmos fornecer ao depositário materiais com as instruções de voto em tempo hábil, você pode não conseguir instruir o depositário sobre como votar por você.

Nossos assuntos corporativos são governados pelo nosso Estatuto e pela legislação Societária Brasileira; os quais diferem dos princípios legais que seriam aplicáveis se fôssemos sujeitos a jurisdição dos Estados Unidos ou qualquer lugar fora do Brasil.

Pela Legislação Societária brasileira, detentores de nossas ações ordinárias e preferenciais classe A podem ter poucos e menos direitos para proteger seus interesses relativos às ações tomadas pelo nosso Conselho de Administração ou pela Valepar em comparação às leis de outras jurisdições fora do Brasil.

Embora a lei brasileira imponha restrições contra informações privilegiadas ou manipulação de preços, o mercado de capital brasileiro não é tão regulamentado e supervisionado como os mercados de capitais norte-americanos ou os mercados de outras jurisdições. Além disso, regras e políticas contra negociações com ações próprias e aquelas relacionadas à preservação dos interesses dos acionistas minoritários podem ser menos desenvolvidas e cumpridas no Brasil do que nos Estados Unidos, o que potencialmente poderá deixá-lo em desvantagem como detentor das ações locais e ADSs. Por exemplo, quando comparada à legislação societária geral de Delaware, a Legislação Societária brasileira tem regras menos detalhadas e não tão bem estabelecidas, e precedentes judiciais relativos à revisão das decisões da administração sobre os padrões do dever de zelo e lealdade no contexto de reestruturações societárias, transações com partes relacionadas e transações de venda de negócios. Além disso, acionistas de empresas brasileiras normalmente não têm o hábito de instituir uma ação de classe.

Além disso, como emissor privado estrangeiro, não somos obrigados a seguir muitas das regras de governança corporativa aplicáveis a emissores norte-americanos com títulos à venda na Bolsa de Valores de Nova Iorque (ou NYSE). Para obter mais informações relativas à nossas políticas de governança corporativa, consulte o Item 6, *Conselheiros, diretores executivos e funcionários*.

Item 4. Informações sobre a Companhia

VISÃO GERAL DA ATIVIDADE

Visão geral

Somos os maiores produtores e exportadores mundiais de minério de ferro e pelotas, a maior companhia de metais e mineradora das Américas e uma das maiores companhias do setor privado na América Latina por mercado *market capitalization*. Possuímos direitos de exploração que cobrem 12,0 milhões de hectares (29,6 milhões de acres) no Brasil e 3,8 milhões de hectares (9,4 milhões de acres) fora do Brasil no Gabão, Chile, Moçambique, Mongólia, Argentina e Peru. Operamos grandes sistemas de logística incluindo ferrovias e portos que são integrados com nossas operações de mineração. Diretamente e através de controladas e de *joint ventures*, temos importantes investimentos nos negócios relacionados aos produtos relacionados ao alumínio, energia e aço. Estamos investindo expressivamente na exploração de cobre e nossa primeira mina de cobre iniciou suas operações em junho de 2004.

Nossos principais segmentos de negócio são:

- *Minerais ferrosos (68,9% das receitas operacionais brutas consolidadas em 2004)*. Operamos dois sistemas integrados de classe mundial no Brasil para produção e distribuição de minério de ferro (Sistema Norte e Sistema Sul), cada qual consistindo de minas, ferrovias e portos e terminais marítimos, além de um terceiro sistema que consiste em minas e instalações portuárias da CAEMI. Em 31 de dezembro de 2004, tínhamos um total de 6.869 milhões de toneladas de reservas de minério de ferro provadas e prováveis nos três sistemas no Brasil, com uma média de teor de 51,7% de ferro no Sistema Sul e 66,7% no Sistema Norte e 65,8% nas minas de minério de ferro da CAEMI. Também operamos dez usinas de produção de pelotas, seis das quais *joint ventures* com parceiros e temos 50% de participação em uma *joint venture* que possui e opera duas usinas de pelotização. Somos um dos maiores produtores mundiais de minério de manganês e ferroligas.
- *Minerais não-ferrosos (5,8% das receitas operacionais brutas consolidadas em 2004)*. Somos o terceiro maior produtor de caulim e o maior produtor brasileiro de potássio. Nossa mina de cobre de Sossego, em Carajás, no estado do Pará, Brasil, começou a produção de concentrado de cobre em junho de 2004 e é o maior produtor de cobre do Brasil. Nosso negócio de minerais não-ferrosos também inclui a exploração de cobre, ouro e níquel.
- *Logística (10,3% das receitas operacionais brutas consolidadas em 2004)*. Somos o principal fornecedor de serviços de logística no Brasil, oferecendo transporte ferroviário, linhas de cabotagem e operações portuárias. Cada um de nossos complexos de minério de ferro dos Sistemas Norte e Sul incorpora uma rede ferroviária integrada ligada às instalações portuárias automatizadas e são projetados para fornecer transporte de minério de ferro, de carga geral e de passageiros, armazenar cargas e realizar serviços de carga de navios para nós mesmos e para terceiros. Em 2004, nossas ferrovias transportaram aproximadamente 65,6% da tonelagem total de frete transportado pelas ferrovias brasileiras, ou aproximadamente 139,0 bilhões de tku (toneladas quilômetros útil) de carga, das quais 110,1 bilhões de tku foram nosso minério de ferro e pelotas.
- *Produtos relacionados ao alumínio (14,7% das receitas operacionais brutas consolidadas em 2004)*. Através de controladas e *joint ventures*, conduzimos grandes operações de produção da cadeia de alumínio. Elas incluem:
 - *Mineração de bauxita*, conduzida através participação de 40,0% na Mineração Rio do Norte S.A., MRN, que possui reservas substanciais de bauxita com baixa relação estéril versus minério e alta taxa de recuperação. MRN, uma das maiores produtoras de bauxita do mundo, possui capacidade de produção nominal de 16,3 milhões de toneladas ao ano e produziu 16,7 milhões de toneladas de bauxita em 2004. Estamos desenvolvendo uma mina de bauxita de propriedade da CVRD na região de Paragominas, no estado do Pará.
 - *Refino de alumina*, conduzido através de nossa controlada de refino de alumina - Alumina do Norte do Brasil S.A., ou Alunorte, que tem capacidade nominal de produção de 2,4 milhões de toneladas de alumina por ano. Em julho de 2003, a Alunorte começou a trabalhar em um projeto de expansão para aumentar sua capacidade anual para 4,2 milhões de toneladas por ano. Também

estamos negociando os termos de uma potencial *joint venture* com a Aluminum Corporation of China Limited (Chalco) para a construção de uma nova refinaria de alumina no estado do Pará.

- *Fundição de alumínio*, conduzidas através de nossa controlada, Albras - Alumínio Brasileiro S.A., ou Albras, que produz lingotes de alumínio e na qual temos 51,0% de participação e nossa *joint venture* Valesul Alumínio S.A., ou Valesul, que produz lingotes, tarugos e ligas de alumínio, na qual temos participação de 54,5%. Estas empresas têm capacidade produtiva combinada de aproximadamente 541.000 toneladas de alumínio por ano.
- *Outros investimentos*. Além de nossas atividades principais de mineração, investimos atualmente em três companhias siderúrgicas e estamos conduzindo um estudo de viabilidade para determinar a implementação de *joint ventures* com a Baosteel Shanghai Group Corporation (Baosteel), Arcelor Group (Arcelor), Posco, Dongkuk, Danieli, BNDES e ThyssenKrupp Stahl A.G. para construir e operar usinas de placas em São Luís, no estado do Maranhão, no Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro e Fortaleza, no estado do Ceará, Brasil. Também temos investimentos em nove projetos de usinas hidrelétricas com capacidade projetada total de 3.364 MW (da qual nossa parte corresponde a 1.333,5 MW), sendo que quatro das quais já iniciaram suas operações e as demais estão previstas para iniciar operações nos próximos cinco anos. Há negociações em andamento para devolver a concessão da usina hidrelétrica Santa Isabel ao governo brasileiro.

Através de nossas atividades de prospecção e produção de minérios no Brasil, adquirimos vasta experiência em técnicas e processos de exploração, e mantemos um ativo programa de exploração mineral no Brasil e em outros países. Em 2004, nossos esforços de exploração mineral se concentraram de cobre, ouro, níquel, minério de manganês, caulim, bauxita, diamante e metais do grupo da platina.

Incorporação da CVRD e Vale Overseas

CVRD

A denominação jurídica e legal da CVRD é Companhia Vale do Rio Doce. A CVRD é uma sociedade anônima, ou *sociedade por ações*, devidamente constituída em 11 de janeiro de 1943 e existente sob as leis da República Federativa do Brasil.

A CVRD foi privatizada em três fases entre 1997 e 2002, começando pela venda pelo governo brasileiro de ações majoritárias da CVRD para a Valepar em 1997. A última fase da privatização aconteceu em 2002, quando o governo brasileiro vendeu o restante das participações minoritárias em ações ordinárias através de ofertas públicas (*global equity*). A CVRD foi constituída por prazo indeterminado. A sede da CVRD está localizada na Avenida Graça Aranha, No. 26, CEP 20030-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, e o telefone é 55-21-3814-4540.

Vale Overseas

A Vale Overseas é uma companhia financeira integral de propriedade da CVRD. Foi registrada e constituída como uma companhia com isenção fiscal nas Ilhas Cayman, com responsabilidade limitada, em 3 de abril de 2001. A Vale Overseas foi constituída por prazo indeterminado. Seu escritório oficial é em Walker House, P.O. Box 908 GT, Mary Street, Georgetown, Grand Cayman, Cayman Islands.

Os negócios da Vale Overseas visam a emissão de títulos de dívida para financiamento das atividades da CVRD. A empresa não possui outras operações ou empregados. A Vale Overseas emitiu três séries de títulos de dívida, incluindo US\$ 300 milhões em Notas Garantidas a 8,625% com vencimento em 2007, que foram emitidas em março de 2002, US\$ 300 milhões em Notas a 9,0% com vencimento em 2013, que foram emitidas em agosto de 2003 e US\$ 500 milhões em notas, a 8,25%, com vencimento em 2034, que foram emitidas em janeiro de 2004. Usamos os recursos obtidos com esses títulos para fins corporativos gerais.

Em 17 de dezembro de 2004, a Vale Overseas concluiu o processo de oferta de troca de bônus garantidos e recomprou US\$ 187 milhões de suas Notas Garantidas a 8,625%, com vencimento em 2007. US\$ 113 milhões dessas Notas permanecem em circulação.

Estratégia de Negócio

Nosso objetivo é fortalecer nossa competitividade entre as principais companhias mineradoras mundiais com ênfase no crescimento diversificado em mineração, principalmente baseado na exploração de oportunidades de crescimento orgânico e desenvolvendo novos empreendimentos em logística. Estamos buscando um crescimento disciplinado de administração de capital, buscando maximizar o retorno sobre o capital investido e o retorno total aos nossos acionistas. Embora enfatizemos um crescimento orgânico em nossas principais atividades, podemos fazer aquisições estratégicas visando criar valor para nossos acionistas.

Nos últimos anos, temos desenvolvido um processo de planejamento estratégico de longo prazo mais robusto. Nos baseamos nestas mudanças para realizar planos ambiciosos de largo espectro em cada um de nossos principais negócios, inclusive significativos investimentos em crescimento orgânico até 2012.

Os parágrafos a seguir descrevem os principais pontos das estratégias principais.

Manter Nossa Posição de Liderança no Mercado Transoceânico de Minério de Ferro

Em 2004, consolidamos a nossa liderança no mercado transoceânico de minério de ferro em torno de 32,1% do total de 602 milhões de toneladas negociadas no ano. Estamos comprometidos a manter nossa posição no mercado mundial de minério de ferro fortalecendo relacionamentos com nossos clientes, concentrando-nos na linha de produtos desenvolvidos sob medida para capturar tendências industriais, aumentando nossa capacidade produtiva em função do crescimento da demanda e controlando custos. Acreditamos que o forte relacionamento com nossos principais clientes (corroborado por contratos de longo prazo), juntamente com produtos customizados e de alta qualidade nos permitirão atingir este objetivo.

Estamos tomando medidas para encorajar diversos fabricantes de aço a desenvolver fábricas de placas voltadas para exportação no Brasil de modo a criar demanda adicional para nosso minério de ferro.

Aumentar os Nossos Negócios de Logística

Acreditamos que a qualidade de nossos ativos ferroviários e nossos vários anos de experiência como operadores de ferrovias e portos, juntamente com a deficiência na área de transporte nacional de carga geral, nos posicionam como líderes em logística no Brasil. Também estamos expandindo a capacidade de nossas ferrovias através da compra de mais locomotivas e vagões.

Aumentar Nossas Atividades em Produtos Relacionados ao Alumínio

Planejamos desenvolver e aumentar a capacidade de produção de nossas operações da cadeia de alumínio, enfatizando o início da produção da bauxita de baixo custo e desenvolvendo projetos de alumina. Temos grandes reservas não desenvolvidas de bauxita de alta qualidade e oportunidades para expansões a baixo custo em nossa refinaria de alumina. Estamos trabalhando no desenvolvimento destas oportunidades. Também estamos investindo na exploração mineral para aumentar nossas reservas de bauxita. Podemos buscar aquisições e/ou parcerias na produção de alumínio primário para garantir a demanda por nossa alumina.

Desenvolver Nossos Recursos em Cobre

Acreditamos que nossos projetos de cobre, todos situados na região de Carajás, no estado do Pará, podem estar entre os mais competitivos do mundo em termos de custo de investimento por tonelada de minério. Nossas minas de cobre se beneficiarão das instalações de transporte do nosso Sistema Norte.

Investimento em Carvão

Estamos envidando diversos esforços para nos tornar um grande participante global no negócio de carvão. Como um importante fornecedor de matérias primas para a indústria do aço, o carvão metalúrgico irá complementar nosso portfólio de produtos.

Globalização dos Esforços de Exploração de Minerais

Estamos comprometidos em um programa de exploração mineral ativo, com presença em vários países como Brasil, Peru, Chile, Argentina, Mongólia, Gabão, Angola e Moçambique. Buscamos principalmente novos

depósitos de cobre, ouro, minério de manganês, níquel, caulim, bauxita, carvão, diamante e metais do grupo da platina. A prospecção mineral é uma parte importante de nossa estratégia de crescimento orgânico.

Desenvolvimento de Projetos de Geração de Energia

Gerenciamento e eficiente fornecimento de energia se tornou uma prioridade. Estimulada tanto por mudanças estruturais no segmento, quanto por incertezas reguladoras, o que poderia elevar o risco de aumento nos preços da energia e programas de racionamento, à semelhança do que ocorreu no Brasil no segundo semestre de 2001, investimos em nove consórcios para desenvolver projetos de geração de energia hidrelétrica e planejamos utilizar a energia gerada por esses projetos para atender a necessidades internas. Como somos grandes consumidores de energia, esperamos que, investindo no setor de energia, estaremos nos protegendo da volatilidade dos preços de energia.

Aquisições, Vendas de Ativos e Mudanças Significativas em 2004 e 2005

Minério de Ferro e Pelotas

Expansão de Carajás. Em 2004 completamos uma grande expansão de capacidade em nosso Sistema Norte, incluindo um novo píer no porto local, Ponta da Madeira e expansão de nossas operações de minério de ferro em Carajás. Como resultado, a capacidade nominal de Carajás é agora de 70 milhões de toneladas por ano, um aumento de 14 milhões de toneladas. Atualmente estamos realizando novas expansões para atingir 85 milhões de toneladas por ano em 2006 e 100 milhões de toneladas por ano até 2007.

Arrendamento da Mina de Andrade. Em 2004 celebramos um acordo de arrendamento da mina de minério de ferro de Andrade para explorá-la pelo restante de sua vida útil. Ela está localizada no estado de Minas Gerais, distante 80 km da mina de minério de ferro de Itabira e ligada à ferrovia Vitória-Minas. Nosso projeto é expandir a capacidade atual da mina de 1,4 milhão de toneladas para 9,4 milhões de toneladas até 2008.

Início das operações da mina de Capão Xavier. Em junho de 2004 iniciamos as operações de nossa mina de minério de ferro Capão Xavier, no sistema CAEMI. A proximidade entre as minas de Capão Xavier e Mutuca, que vem operando há mais de 40 anos, permite o uso do processamento de minérios e infra-estrutura de transportes que já existe na região. Em 2004 Capão Xavier produziu 4,2 milhões de toneladas de minério de ferro e deve produzir 8 milhões de toneladas em 2005.

Contratos de longo prazo. Ao longo de 2004 assinamos contratos de longo prazo para o fornecimento de mais de 1,1 bilhão de toneladas de minério de ferro com vencimento médio de dez anos.

Aquisição do Depósito de Maquiné. Em 18 de março de 2005 adquirimos a Sociedade de Mineração Estrela de Apolo, ou Estrela de Apolo, por US\$ 9,3 milhões. A Estrela de Apolo é uma mineradora que tem direitos minerais de minério de ferro e de bauxita no Estado de Minas Gerais. Desenvolveremos estudos de viabilidade para estimar a capacidade de produção anual do depósito.

Logística

Linha de Serviço de Cabotagem. Em maio de 2003, assinamos contrato com a Mitsui & Co. para a criação da DCNDB, uma *joint venture* organizada para desenvolver uma linha de serviço de cabotagem. Em novembro de 2004, a Mitsui adquiriu 21% das ações da *joint venture* e detemos os 79% de ações restantes. Estimamos que esta *joint venture* nos possibilitará sermos o primeiro grande transportador a oferecer serviço de cabotagem entre os portos de Fortaleza, no estado do Ceará, Brasil, e Buenos Aires, Argentina. Acreditamos que esta *joint venture* nos ajudará a aumentar nossa participação no mercado de cabotagem e atrair mais clientes nacionais e internacionais.

Pier III do Terminal Marítimo de Ponta da Madeira. Na primeira metade de 2004, o Pier III do Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, no estado do Maranhão, iniciou suas operações. O Pier III pode acomodar navios de até 220.000 DWT e tem capacidade máxima de embarque de 8.000 toneladas por hora. O pier está sendo usado para o transporte de minério de ferro e pelotas, suportando a expansão da capacidade de produção em Carajás. A fase II da expansão do Pier III está em andamento para instalar um novo carregador de navios. Esperamos concluir esta fase até julho de 2005, consulte o Item 4. *Informações da Companhia—Investimentos de Capital*

Expansão do Terminal Marítimo CPBS. Planejamos expandir a capacidade do Terminal Marítimo CPBS, na Baía de Sepetiba, no estado do Rio de Janeiro, de 16 milhões de toneladas para 19 milhões de toneladas até 2005, e para 21 milhões de toneladas até 2007.

Operações Relacionadas a Produtos Relacionados ao Alumínio

Expansão de capacidade da Alunorte. Em julho de 2003, a Alunorte começou a desenvolver uma nova expansão de capacidade para sua refinaria de alumina. Este projeto *brownfield*, com início previsto para 2006, envolve a construção dos estágios 4 e 5 da refinaria e deverá aumentar sua capacidade anual de 2,4 para 4,2 milhões de toneladas de alumina por ano.

Projeto Paragominas. Estamos desenvolvendo uma nova mina de bauxita de nossa propriedade integral da CVRD localizada em Paragominas, no estado do Pará. A Paragominas está prevista para começar sua produção comercial na primeira metade de 2007 e fornecer à nova expansão da Alunorte de 4,5 milhões de toneladas por ano de bauxita com umidade de 12%. A qualidade da bauxita será similar à da MRN e o projeto utilizará o método *strip mining* de extração, e possuirá uma usina de beneficiamento que incluirá um moinho e um mineroduto com 244 quilômetros de extensão.

Projeto da Refinaria ABC. Em maio de 2004, assinamos um contrato estrutural com a Chalco que estabelece as linhas gerais para um potencial investimento em conjunto em uma refinaria de alumina no Brasil (a refinaria ABC). Consoante o contrato, acordamos com a Chalco em desenvolver um estudo em conjunto para a construção de uma refinaria *greenfield* no estado do Pará, próximo às instalações existentes da Alunorte. Espera-se que a refinaria de alumina tenha capacidade inicial de 1,8 milhão de toneladas por ano e exija investimentos atualmente estimados em aproximadamente US\$ 810 milhões. O projeto da refinaria é parte de uma série de transações correlatas envolvendo mineração, transporte, embarque e desenvolvimento de portos no Brasil. O contrato estrutural contempla que a bauxita para o projeto seria fornecida por nossa mina de bauxita de Paragominas. Se o projeto prosseguir, o primeiro estágio da refinaria deve estar concluído e operacional em 2008. Desde maio de 2004, dois memorandos de entendimentos foram assinados para definir as principais diretrizes para o projeto. Entretanto, o projeto permanece sujeito à negociação da documentação final e recebimento de aprovações dos conselhos das duas companhias e do governo brasileiro.

Depósito de Bauxita de Pitinga. Em novembro de 2004, a CVRD venceu uma concorrência internacional da Parapanema S.A. no valor de US\$ 20 milhões para pesquisar, avaliar e explorar um depósito de bauxita na região de Pitinga, no estado do Amazonas, Brasil.

Cobre

Sossego. Na primeira metade de 2004, nossa mina de cobre de Sossego começou suas operações. Sossego produziu 73 mil toneladas de concentrado de cobre em 2004, gerando receitas brutas de US\$ 201. Nosso segundo projeto de cobre, 118, está sujeito à aprovação do Conselho de Administração. Caso tal aprovação seja obtida, espera-se iniciar a construção do 118 ainda na primeira metade de 2005.

Aço e Metálicos

Joint venture de Ferrogusa. Em abril de 2003, assinamos um acordo de investimento com a Nucor Corporation, uma fabricante de aço norte-americana, com o objetivo de formar uma *joint venture* no Brasil, a Ferrogusa Carajás S.A. ou Ferrogusa, na qual 78% e 22% das ações com direito a voto serão controladas pela CVRD e Nucor Corporation (ou uma de suas controladas), respectivamente. O objetivo principal da Ferrogusa é a produção e venda de ferrogusa. Em setembro de 2003, contribuimos para a Ferrogusa com ativos florestais que antes eram de propriedade da Celmar, uma subsidiária de propriedade integral da CVRD, a qual foi incorporada à CVRD em agosto de 2003. As florestas cultivadas, que agora são de propriedade da Ferrogusa, serão utilizadas como fonte de energia para a produção de ferrogusa. Em 3 de maio de 2004 e 15 de março de 2005, a Nucor Brasil Participações Ltda. (“Nucor”) uma subsidiária da Nucor Corporation, investiu US\$ 10 milhões no capital da Ferrogusa (conforme

contemplado no acordo de investimento). Como resultado, a CVRD atualmente detém aproximadamente 78% e a Nucor atualmente detém aproximadamente 22% das ações com direito a voto da Ferrogusa. Esperamos iniciar a planta no terceiro trimestre de 2005.

Estudo de viabilidade para usina de placas. Estamos dando passos para encorajar diversos fabricantes de aço no Brasil a desenvolverem usinas de placas voltadas para a exportação de modo a criar demanda adicional para o nosso minério de ferro.

- *Baosteel.* Em fevereiro de 2004, fizemos um acordo com a Baosteel, principal fabricante de aço da China, para iniciar um estudo para avaliar a viabilidade da implementação de uma *joint venture* para construir e operar uma usina de placas de aço em São Luis, no estado do Maranhão. Um Acordo de Serviços de Engenharia foi assinado autorizando o estudo de engenharia básica e de viabilidade formal para o projeto. O relatório de viabilidade se encontra atualmente sob revisão e espera-se que a versão final seja emitida em breve. Conforme planejado, espera-se que a usina produza aproximadamente 4,1 milhões de toneladas de placas de aço por ano, com uma capacidade de expansão futura para 7,5 milhões de toneladas por ano. A Arcelor também participou do estudo de viabilidade, contudo, não se chegou a um acordo em relação a sua participação potencial no projeto.
- *Dongkuk, Danieli e BNDES.* Em março de 2004, assinamos um memorando de entendimentos com a Dongkuk, um fabricante de aço sul-coreano, Danieli, uma fornecedora italiana de equipamentos e com o BNDES para realizar um estudo de viabilidade para a construção e implementação de uma usina de placas de aço, baseada em DRI e um Forno de Arco Elétrico, a ser localizada em Fortaleza, Estado do Ceará, Brasil. O estudo contempla um módulo de 1,5 milhão de toneladas por ano de placas e a estrutura financeira do projeto deverá ser definida em julho de 2005.
- *Posco.* Em setembro de 2004, assinamos um memorando de entendimentos com a Posco, a principal fabricante de aço coreana, para realizar um estudo de pré-viabilidade para a construção de uma usina de placas integrada em São Luis no estado do Maranhão, Brasil. O trabalho está em progresso e os relatórios de pré-viabilidade devem ser emitidos no segundo semestre de 2005.
- *ThyssenKrupp - Companhia Siderúrgica do Atlântico.* Em dezembro de 2004, assinamos um memorando de entendimentos com a ThyssenKrupp Stahl A.G., uma das principais fabricantes de aço da Europa, para a construção de uma usina de placas de aço integrada no Brasil. A Companhia Siderúrgica do Atlântico será criada como uma *joint venture* para concluir o estudo de viabilidade e implementar o projeto. Caso o projeto tenha continuidade, a usina de placas deverá ser localizada no estado do Rio de Janeiro e iniciar sua produção em 2008, com uma capacidade anual de 4,4 milhões de toneladas por ano.

Carvão e Coque

Estamos envidando diversos esforços no sentido de nos tornarmos um importante participante global no negócio de carvão.

- *Estudo de viabilidade de mina de carvão em Moçambique.* Em novembro de 2004, a CVRD venceu uma concorrência internacional para explorar jazidas de carvão na região de Moatize, ao norte de Moçambique, totalizando 122,8 milhões dólares norte-americanos. Somos proprietários de 95% do consórcio vencedor; American Metals & Coal International (AMCI), um produtor de carvão americano, é proprietário dos 5% restantes. Estima-se que Moatize tenha reservas de carvão que possam permitir a extração de carvão metalúrgico e carvão térmico. O estudo conceitual do projeto foi concluído e o estudo de viabilidade deve ser concluído até junho de 2006. Se o projeto prosseguir, o investimento total é estimado em US\$ 1 bilhão, que inclui os custos do desenvolvimento da mina e a construção de um terminal marítimo para carregamento de navios, investimentos relacionados e projetos sociais.
- *Projeto de (carvão) antrácito Longyu.* No fim de 2004 e início de 2005, celebramos contratos com o Yongcheng Coal & Electricity Group e com a Shanghai Baosteel International Economic & Trading Co., Ltd para adquirir participação de 25% no produtor de antrácito chinês Henan Longyu Energy Resources Co. Ltd, ou Longyu, por US\$ 86 milhões. A Longyu está comprometida com o desenvolvimento, operação e manutenção de minas de carvão e vendas de carvão e produtos

relacionados na China. A parceria contempla que teremos direitos *off-take* garantidos a uma parte da produção de carvão das minas, a qual pretendemos consumir em nossas usinas de pelotização e vender aos nossos clientes nos mercados brasileiro e internacional. Se o projeto prosseguir, as minas deverão produzir 1,7 milhão de toneladas de carvão em 2005. A transação permanece sujeita à negociação da documentação final, bem como à aprovação do governo chinês e deverá estar fechada em julho de 2005.

- *Projetos Shandong de Coque e Carvão.* Em julho de 2004, concordamos em adquirir uma participação de 25% em uma *joint venture* com o Yankuang Group (Yankuang), um dos maiores produtores de carvão na China e com a Itochu Corporation, uma empresa comercial japonesa. Nosso compromisso de investimento foi de aproximadamente US\$ 26 milhões. O propósito da *joint venture* é operar uma unidade na cidade de Jining, Província de Shandong, China, que produziria dois milhões de toneladas de coque e 200.000 toneladas de metanol por ano. Em dezembro de 2004, o governo chinês aprovou a incorporação da *joint venture*, a qual recebeu o nome de Shandong Yankuang International Coking Company Limited. Após a incorporação, fizemos uma contribuição inicial de US\$ 10,6 milhões. Atualmente, detemos uma participação indireta de 25%, a Yankuang detem 70% e a Itochu os 5% restantes. Conforme recentemente planejado, a usina começaria a operar em 2006 e aproximadamente 25% de sua produção seria exportada principalmente para o Brasil. Também estamos verificando com a Yankuang a possibilidade de participar de uma *joint venture* para desenvolver uma nova mina de carvão na Cidade de Zhaolou, Província de Shandong, China. A mina de Zhaolou tem capacidade de produção esperada de aproximadamente 3 milhões de toneladas por ano e, se o projeto seguir adiante, espera-se que a mina inicie operações em 2007.

Outros Minerais

Potássio. Em novembro de 2004, vencemos a concessão de pesquisa para avaliar um depósito de potássio na Província de Neuquen, nos bancos do Rio Colorado na Argentina.

Fosfatos. Em março de 2005, a CVRD ganhou licitação internacional para explorar o depósito de fosfato de Bayóvar, localizado na região de Piura, no Peru. A CVRD terá o direito de avaliar e desenvolver um terminal marítimo multimodal na região de Piura para embarcar fosfato e alavancar outros projetos no norte do Peru. O estudo de viabilidade deve ser concluído dentro de dois anos; depois disso o projeto deve ser implementado no período de 36 meses.

Níquel. Recentemente concluímos os estudos de viabilidade para o nosso projeto de níquel Vermelho. A aprovação do Conselho de Administração para começar sua construção é esperada para junho de 2005. Caso o projeto avance, a construção da mina, com uma capacidade estimada de 45.000 toneladas de catodo de níquel e 2.000 toneladas de cobalto por ano, deverá estar completa em 2008.

Energia

Início da usina hidrelétrica de Candonga. Em setembro de 2004, a usina hidrelétrica de Candonga começou suas operações com sua primeira turbina. As outras duas turbinas de Candonga iniciaram suas operações em outubro e dezembro de 2004. Detemos uma participação de 50% no Consórcio Candonga, proprietário desta usina. Candonga possui capacidade instalada de 140 MW e capacidade de geração média de 64,5 MW, equivalente a 565.020 megawatt hora por ano. Usaremos nossa parte da energia de Candonga em nossas operações de minério de ferro, pelotização, operações portuárias e outras instalações nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, Brasil.

Disposições e Vendas de Ativos

Coerentes com o nosso foco em mineração e logística, decidimos reduzir nossas participações em ativos não-estratégicos. Resumimos a seguir nossas principais vendas de ativos desde o início de 2004.

Companhia Siderúrgica Tubarão. Em julho de 2004, vendemos à Arcelor, a maior produtora de aço do mundo, 4,42% do capital votante e 29,96% do capital societário sem direito a voto da Companhia Siderúrgica de Tubarão, ou CST por US\$ 415 milhões. Em dezembro de 2004, vendemos nossa participação remanescente na CST para a Arcelor por US\$ 164 milhões. Isto foi possível devido a renúncia das outras partes ao acordo de acionistas da CST. Isto resultou no total desinvestimento de nossa participação na CST.

Usina hidrelétrica de Santa Isabel. Estamos no momento negociando com a ANEEL a devolução da concessão da usina hidrelétrica de Santa Isabel devido a dificuldades relativas às permissões ambientais.

SEGMENTOS DE NEGÓCIO

Nossos principais segmentos de negócio consistem em mineração e logística. Também investimos em energia para suprir parte de nosso consumo. Para fins de gerenciamento interno, agrupamos nossas operações de produtos relacionados ao alumínio com as nossas demais participações relevantes em outras companhias.

Mineração

Minerais Ferrosos

Nosso segmento de extração de minerais ferrosos inclui a produção de minério de ferro, pelotas, mineração de minério de manganês e produção de ferroligas.

O quadro abaixo indica nossas receitas brutas de minerais ferrosos por área geográfica e por categoria para os períodos indicados conforme refletido em nossas demonstrações contábeis consolidadas.

	Para os exercícios findos em 31 de dezembro		
	2002	2003(1)	2004
	(Em milhões de US\$)		
Receitas brutas classificadas por área geográfica			
Américas, exceto Estados Unidos e Brasil	US\$ 392	US\$ 526	US\$ 735
Brasil	996	1.142	1.424
Estados Unidos.....	340	337	533
Europa	1.799	2.213	3.223
Oriente Médio /África/ Oceania.....	239	292	412
Japão.....	488	569	683
China	574	897	1.392
Ásia, exceto Japão e China	368	422	611
Subtotal.....	5.196	6.398	9.013
Eliminações(2)	(2.093)	(2.549)	(3.169)
Total.....	US\$ 3.103	US\$ 3.849	US\$ 5.844
Receitas brutas classificadas por categoria			
Minério de ferro	2.147	2.662	3.995
Pelotas	673	838	1.148
Minério de manganês e ferroligas.....	283	349	701
Total.....	US\$ 3.103	US\$ 3.849	US\$ 5.844

(1) As operações da Caemi estão refletidas na tabela acima a partir de setembro de 2003, data que adquirimos e consolidamos suas operações.

(2) Eliminação das transações para números consolidados.

Minério de Ferro

Conduzimos nosso negócio de minério de ferro basicamente no nível da controladora e através de nossas controladas Urucum Mineração S.A., ou Urucum, e CAEMI.

Reservas

O quadro abaixo mostra informações relativas às nossas reservas provadas e prováveis de minério de ferro e datas de exaustão projetadas em 31 de dezembro de 2004. As estimativas das reservas minerais foram auditadas e verificadas pela Pincock Allen & Holt, especialistas em engenharia mineral. As datas de exaustão previstas são baseadas em nossas estimativas dos níveis de produção futura.

Mina(1)	Operações Iniciadas	Data Projetada Real de Exaustão	Produção para os Exercícios Findos em 31 de dezembro			Reservas Provadas e Prováveis em 31 de dezembro de 2004	
			2002	2003	2004	Tonelagem de minério (Em milhões de tons)	Teor (% Fe)
(Em milhões de tons)							
Sistema Sul							
Itabira:							
Cauê(2)	1942	2004	20,7	22,3	22,0	—	—
Conceição(3).....	1957	2023	20,0	20,8	21,6	425,7	54,5
Minas do Meio(4).....	1976	2020	—	—	—	587,9	53,3
Minas Centrais							
Água Limpa / Cururu(5).....	2000	2013	3,2	4,0	4,1	70,9	45,0
Gongo Soco (6).....	2000	2009	6,8	3,2	5,4	108,1	59,2
Brucutu(7).....	1994	2027	0,1	1,6	6,0	745,6	51,9
Baú(8)	2005	2020	—	—	—	37,1	55,7
Maquiné(9)	2006	2027	—	—	—	278,7	58,3
Córrego do Meio (10).....	2000	2005	1,2	1,2	1,9	—	—
Mariana							
Alegria(11).....	2000	2024	9,9	9,9	12,2	212,9	53,5
Fábrica Nova(11).....	2005	2034	—	—	—	1.046,5	47,1
Fazendão(12)	1976	2032	0,8	0,3	0,6	353,7	50,1
Timbopeba(13)	1984	2008	5,2	5,8	6,2	88,1	55,3
Capanema/Ouro Fino(14).....	1982	2003	4,0	6,4	—	—	—
Minas do Oeste							
Córrego do Feijão(15).....	2003	2012	6,3	7,2	7,7	20,5	67,0
João Pereira(16).....	2003	2025	5,2	9,9	11,1	404,6	49,0
Área 10, Segredo, Ponto 2 e 3(16)	2005	2025	—	—	—	118,7	57,3
Total Sistema Sul			83,4	92,6	98,8	4.499,0	51,7
Urucum(17)	1993	n.d.	0,8	0,8	0,7	n.d.	n.d.
Sistema Norte (18)							
N4W.....	1994	2025	12,8	13,2	19,4	634,5	66,5
N4E	1984	2018	17,8	21,4	21,9	407,1	66,8
N5W.....	1998	2020	6,3	6,1	5,0	289,4	66,0
N5E	1998	2008	17,0	17,9	21,7	50,2	67,4
N5EN	2003	2016	—	0,3	1,4	22,2	65,5
N5S	2006	2017	—	—	—	371,3	67,3
Total Sistema Norte			53,9	58,9	69,4	1.774,7	66,7
Sistema CAEMI (19)							
Pico :							
Pico / Sapocado.....	1942	2009	11,6	—12,6	-13,1	60,2	63,1
Abóboras.....	2004	2024	—	—	0,2	32,8	66,0
Tamanduá:							
Tamanduá	1993	2016	8,5	10,2	10,5	106,2	66,4
Capitão do Mato	1997	2016	6,4	10,2	10,8	161,2	66,2
Minas Individuais:							
Jangada	2001	2017	2,5	3,0	3,6	68,3	66,2
Capão Xavier	2004	2021	—	—	4,2	166,7	65,9
Águas Claras.....	1973	2002	1,5	—	—	—	—
Total Sistema CAEMI.....			30,5	35,9	42,4	595,4	65,8
Total CVRD.....			167,8	188,3	211,3	6.869,1	56,8

-
- (1) A participação da CVRD nas minas é de 100%, exceto quando indicado o contrário.
 - (2) As reservas não foram informadas em 2004 devido ao estado de exaustão da mina. A usina beneficia o minério de ferro das Minas do Meio.
 - (3) A recuperação média do produto após o beneficiamento é de 76%. A usina beneficia o minério de ferro da Mina de Conceição e das Minas do Meio.
 - (4) A recuperação média de produto após o beneficiamento é de 74%. O *run of mine* é enviado a Usina de Concentração de Cauê e Usina de Concentração de Conceição. A produção é informada em Cauê e Conceição.
 - (5) A recuperação média de produto após o beneficiamento é de 49%.
 - (6) A recuperação média de produto após o beneficiamento é de 69%.
 - (7) A recuperação média do produto é de 100% (embarque direto).
 - (8) A recuperação média do produto é de 84%.
 - (9) A recuperação média do produto é de 84%.
 - (10) A recuperação média do produto é de 100% (embarque direto). As reservas não foram informadas em 2004 devido ao estado de exaustão da mina.
 - (11) A recuperação média de produto após o beneficiamento é de 72%.
 - (12) A recuperação média do produto é de 100% (embarque direto). Produz apenas minério granulado.
 - (13) A recuperação média de produto após o beneficiamento é de 74%.
 - (14) A participação da CVRD é de 51%. Recuperação média de produto após o beneficiamento é de 84%. As reservas não foram informadas em 2004 devido ao estado de exaustão da mina.
 - (15) A recuperação média de produto após o beneficiamento é de 80%.
 - (16) A recuperação média do produto é de 60%. O *run-of-mine* é enviado à Usina de Concentração de Fábrica.
 - (17) Não há reservas provadas e prováveis de minério de ferro em Urucum.
 - (18) A recuperação média de produto após o beneficiamento é de 85%.
 - (19) A recuperação média de produto após o beneficiamento é de 77,2%.

Sistemas Integrados

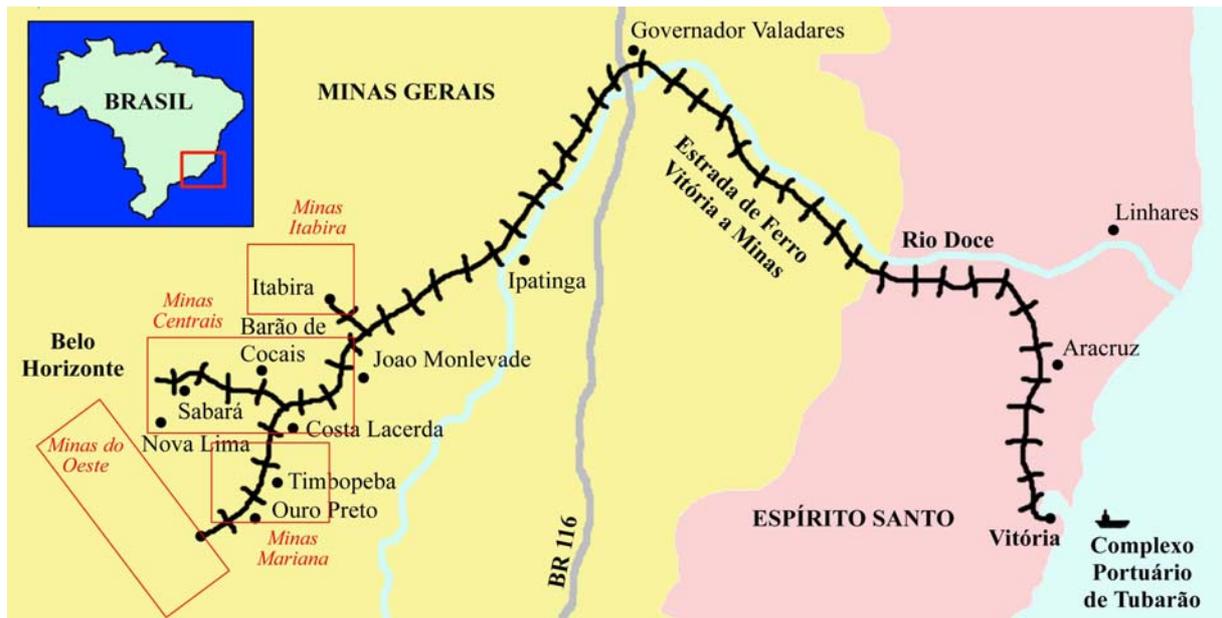
O mapa a seguir mostra a localização de nossas principais operações.



Nossas minas de minério de ferro e operações correspondentes estão concentradas em três sistemas no Brasil, o Sistema Sul, o Sistema Norte e o Sistema CAEMI. O Sistema Sul situa-se nos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, e o Sistema Norte situa-se nos estados do Pará e do Maranhão. Cada um dos sistemas Norte e Sul inclui reservas de minério de ferro e outros depósitos minerais, minas, instalações para processamento do minério e transportes por ferrovias e terminais marítimos integrados. Nossas estradas de ferro conectam as minas do Sistema

Norte ao Complexo do Terminal Marítimo de Ponta da Madeira e as minas do Sistema Sul ao Complexo do Terminal Marítimo de Tubarão. Uma pequena parte do minério de ferro produzido em nosso Sistema Sul é transportada através da MRS, uma companhia ferroviária na qual temos participação direta e indireta de 37,2%, para nosso Terminal Marítimo CPBS, do qual somos proprietários integrais. A operação destes sistemas separados, cada um com sua própria capacidade de transporte, aumenta a confiabilidade dos serviços para nossos clientes. Também operamos o Sistema CAEMI, o qual da mesma forma contrata serviços de transporte da MRS para transportar toda a produção de suas minas na região do Quadrilátero Ferrífero no estado de Minas Gerais ao Terminal Marítimo da Ilha de Guaíba no estado do Rio de Janeiro.

Sistema Sul

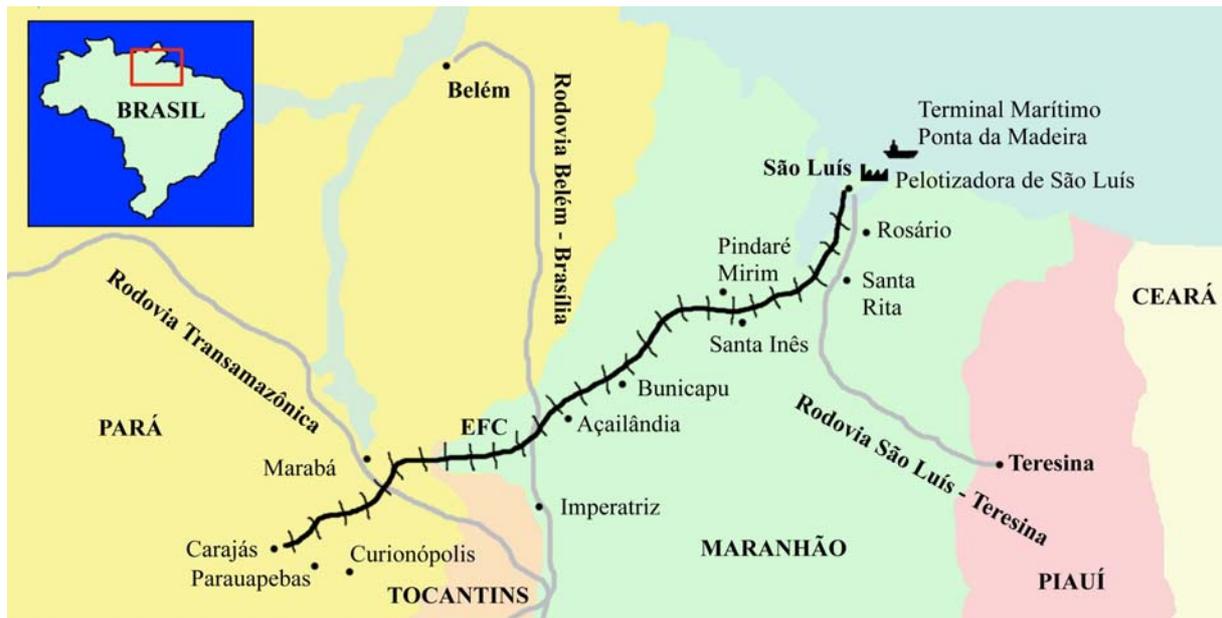


O Sistema Sul é um sistema integrado constituído por minas de minério de ferro, a ferrovia Vitória-Minas e o Terminal Marítimo de Tubarão (localizado em Vitória, no estado do Espírito Santo). As minas de minério de ferro do Sistema Sul estão divididas em quatro áreas de mineração (Itabira, Minas Centrais, Mariana e Minas do Oeste) e localizadas em uma região chamada Quadrilátero Ferrífero no estado de Minas Gerais, no sudeste do Brasil. O Sistema Sul é acessível por rodovias ou por desvios da ferrovia na estrada de ferro Vitória-Minas. Uma pequena parcela do minério de ferro produzido nas minas do Sistema Sul é transportada para o nosso Terminal Marítimo CPBS no Porto de Sepetiba, estado do Rio de Janeiro, pela ferrovia MRS. O transporte de minério de ferro produzido no Sistema Sul é discutido abaixo no *Item 4. Informações da Companhia—Linhas de Negócios—Logística*.

O minério de ferro no Sistema Sul é extraído pelo método de mineração a céu aberto. Essas reservas de minério possuem altas concentrações de minério de itabirito, em comparação ao minério de hematita. Itabirito é uma rocha de quartzo-hematita com teor de médio de ferro que varia de 35% a 60%, requerendo concentração para alcançar o teor para embarque, o qual é superior a 64% do teor médio de ferro. A hematita é um minério de ótima qualidade com um conteúdo de ferro de aproximadamente 66%. As minas do Sistema Sul normalmente processam seu minério natural por meio de *run-of-mine*, classificação e concentração, produção de *sinter feed*, minério granulado e *pellet feed* nas usinas de beneficiamento localizadas nas minas.

Em 2004 produzimos 57,5% da energia consumida no Sistema Sul em nossas usinas hidrelétricas de Igarapava, Porto Estrela, Funil e Candonga.

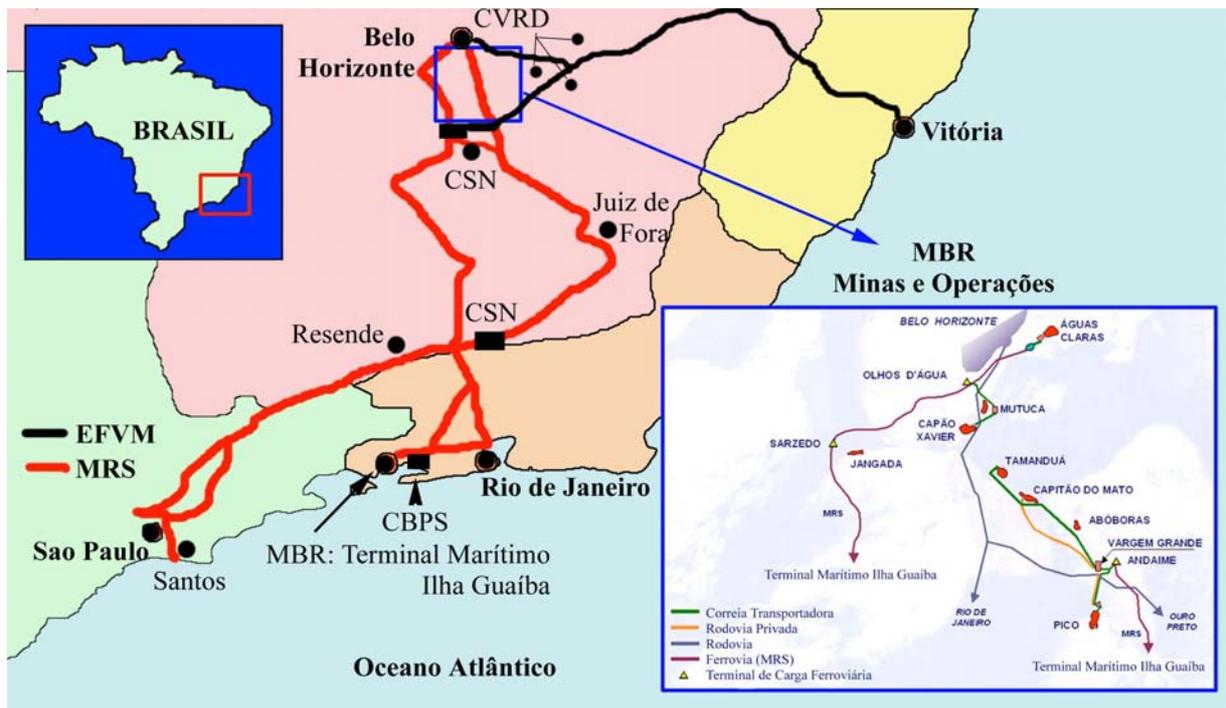
Sistema Norte



O Sistema Norte é um sistema integrado, incluindo minas a céu aberto e um complexo de processamento de minério, na região de Carajás, no estado do Pará, a ferrovia Carajás e o Terminal de Ponta da Madeira, no estado do Maranhão. Os terminais estão localizados no norte do Brasil (na bacia do rio Amazonas), em terras públicas para as quais temos concessões para mineração. As reservas do Sistema Norte estão entre os maiores depósitos de minério de ferro do mundo. Estas reservas estão divididas em duas sessões principais (norte e sul), afastadas aproximadamente 35 quilômetros. As atividades de extração de minério de ferro no Sistema Norte estão atualmente sendo conduzidas na sessão norte, a qual é dividida em cinco corpos principais de mineração (N4E, N4W, N5W, N5E e N5EN). As operações industriais em escala industrial começaram em 1985.

Devido ao alto teor de ferro (66,7% em média) no Sistema Norte, não temos de operar uma usina de concentração em Carajás. O processo de beneficiamento consiste simplesmente em classificar os produtos por tamanho, incluindo peneiramento, hidrociclone, moagem e filtragem. Isto nos permite produzir minério de ferro comercializável no Sistema Norte a um custo mais baixo que no Sistema Sul. A produção do processo de beneficiamento consiste de granulados (*sinter feed* e *pellet feed*) e finos de minério especiais para processos de redução direta e minério granulado. Após o processo de beneficiamento, nossa estrada de ferro Carajás transporta o minério de ferro do Sistema Norte ao Terminal Marítimo de Ponta da Madeira.

Nosso complexo em Carajás é acessível por transportes rodoviário, aéreo e ferroviário. Adquire energia elétrica a taxas de mercado das fornecedoras regionais. Para auxiliar nossas operações de Carajás oferecemos moradia e outras instalações em um vilarejo nas proximidades.



CAEMI atua na produção de minério de ferro através de sua controlada MBR. A MBR opera suas minas no Quadrilátero Ferrífero em Minas Gerais e embarques são feitos através de seu próprio terminal marítimo na Ilha de Guaíba, Baía de Sepetiba, estado do Rio de Janeiro.

MBR opera atualmente em duas áreas de mineração, Pico e Tamanduá, e duas outras minas individuais, Jangada e Capão Xavier, que têm um teor médio de ferro de 65,9%. O minério de ferro é extraído em cada mina pelo método de mineração a céu aberto. Os granulados e os finos de minério (*sinter feed* e *pellet feed*) são produzidos após o beneficiamento a partir do minério de ferro extraído de cada mina. Jangada, Pico e Tamanduá têm suas próprias usinas de beneficiamento.

A MBR transporta seu minério de ferro para o terminal marítimo da Ilha de Guaíba a preços de mercado através da ferrovia MRS.

Pelotas

O quadro abaixo mostra informações relativas às nossas participações e parcerias em *joint ventures* em 31 de maio de 2005 e a produção total de pelotas por nós e nossas *joint ventures* nos períodos indicados.

	Sistema	Nossa participação direta ou indireta no capital		Sócios	Produção Total de Pelotas (1) para o Exercício findo em 31 de dezembro			Capacidade Nominal
		Votante	Total		2002	2003	2004	
		%			(Em milhões de tons)			
CVRD(2)	Norte/ Sul	n.d.	n.d.	----	10,3	13,0	16,3	15,7
GIIC	Bahrain	50,0	50,0	GIC	3,1	3,7	3,7	4,0
Hispanobrás	Sul	51,0	50,9	Arcelor	3,7	3,6	4,0	3,8
Itabasco	Sul	51,0	50,9	Ilva	3,3	3,3	3,5	3,3
Kobrasco	Sul	50,0	50,0	Posco	4,1	4,4	4,5	4,3
Nibrasco	Sul	51,1	51,0	Nippon Steel Sumitomo JFE Steel Kobe Steel Nisshin Steel SOJITZ Corp.	7,1	7,7	8,3	8,4
Samarco	Ponta do Ubú	50,0	50,0	BHP Billiton	11,6	13,3	13,8	14,0
Total					43,2	49,0	54,1	51,5

(1) Produção total por *joint venture*.

(2) Os valores de produção e capacidade incluem a CVRD I e II em Tubarão, a usina de pelotização de São Luís e a unidade de pelotização Fábrica.

Vendemos minério fino para nossas *joint ventures* de pelotização com base nos preços de mercado. Historicamente, temos atendido todas as necessidades de minério de ferro de nossas unidades peletizadoras e *joint ventures*, exceto a Samarco e GIIC para quem fornecemos uma parte de suas necessidades. Além das pelotas de alto forno (BF), parte das pelotas que nós e nossas *joint ventures* peletizadoras produzimos são pelotas de redução direta “DR”, utilizadas em usinas siderúrgicas que usam a tecnologia de forno de arco elétrico no lugar de altos-fornos.

Operamos nossas *joint ventures* peletizadoras localizadas na área portuária de Tubarão. Em 2004 recebemos US\$ 53 milhões como receita em taxas pela operação destas operações.

O quadro abaixo apresenta informações relativas aos embarques de minério de ferro para nossas *joint ventures* de pelotas para os períodos indicados.

	Para o Exercício Findo em 31 de dezembro		
	2002	2003	2004
	(Em milhões de tons)		
GIIC	2,6	2,7	3,5
Hispanobrás	3,7	3,8	4,2
Itabasco	3,6	3,5	3,7
Kobrasco	4,4	4,7	4,8
Nibrasco	7,3	7,1	7,1
Samarco	2,0	2,0	2,0
Total	23,6	23,9	25,3

Cientes, Vendas e Marketing (Minério de Ferro e Pelotas)

Direcionamos todo nosso minério de ferro e pelotas (incluindo a nossa parte na produção de pelotas das *joint ventures*) para suprir a indústria siderúrgica. Os níveis de demanda atuais e esperado por produtos siderúrgicos afetam a demanda por nosso minério de ferro e pelotas. A demanda por produtos siderúrgicos é influenciada por muitos fatores, tais como as taxas esperadas de crescimento da economia.

A maior parte de nosso minério de ferro e pelotas é exportada para a Ásia e Europa, com clientes na China, no Japão, na Coreia do Sul, na França e na Alemanha representando aproximadamente 46,5% do nosso total de exportações de minério de ferro e pelotas em 2004. Historicamente, vendemos um terço de nossos embarques de minério de ferro para o mercado brasileiro. Em 2004, 36% do minério de ferro vendido no Brasil foi direcionado para nossas *joint ventures* de pelotização, cujas pelotas são vendidas principalmente para outros mercados. Nossos dez maiores clientes juntos compraram 89 milhões de toneladas de minério de ferro e pelotas, representando 38,7% de nossas vendas de minério de ferro e pelotas em 2004 e 33,6% de nossas receitas totais de minério de ferro e pelotas. Com exceção da Arcelor que foi responsável por 11% de nossas vendas de minério de ferro e pelotas em 2004, nenhum cliente sozinho representa mais que 10% de nossas vendas de minério de ferro e pelotas em nenhum dos três anos findos em 31 de dezembro de 2004.

Enfatizamos o serviço a clientes para melhorar nossa competitividade. Trabalhamos com nossos clientes para entender seus principais objetivos e então fornecer nosso minério de ferro sob medida para atender as necessidades específicas de nossos clientes. Para fornecer um produto sob medida, aproveitamos a nossa grande quantidade de minas de minério de ferro e usinas de pelotização para produzir produtos múltiplos de minério de ferro com diferentes teores de ferro, sílica e alumina, e várias propriedades físicas. Acreditamos que nossa capacidade de fornecer um pacote total de produtos siderúrgicos e a qualidade de nossos produtos constituem vantagens muito importantes que nos ajudam a melhorar nossa competitividade em relação aos concorrentes que talvez estejam mais convenientemente localizados geograficamente do que nós. Além de oferecer assistência técnica a nossos clientes, a CVRD opera escritórios de suporte de vendas em Tóquio, Bruxelas, Nova Iorque e Xangai. Estes escritórios nos permitem manter um contato mais estreito com nossos clientes, monitorar suas necessidades e nosso desempenho contratual, e assegura que nossos clientes recebem suas encomendas conforme o planejado. Nosso escritório central de vendas no Rio de Janeiro coordena as atividades destes escritórios. Os escritórios de suporte de vendas da CAEMI estão localizados em Westport, Connecticut (Estados Unidos), The Hague (Holanda), Hong Kong e Xangai (China).

Distribuição (Minério de Ferro e Pelotas)

Nossa participação e operação dos sistemas de transportes desenhados para um eficiente transporte de produtos de minério de ferro complementam nosso negócio mineração nos Sistemas Norte e Sul. Operamos uma rede de ferrovias e terminais integrados em cada um de nossos Sistemas Norte e Sul. Estas redes transportam nossos produtos de minério de ferro das minas localizadas no interior para os terminais marítimos e clientes domésticos. Para mais detalhes sobre as redes, veja *Logística* abaixo.

Não possuímos nem operamos um sistema de transporte integrado ao Sistema Caemi. Em vez disso, contratamos frete junto à MRS para transportar nossos produtos de minério de ferro a preços de mercado das minas da MBR ao terminal marítimo da Ilha de Guaíba e a seus clientes domésticos.

Concorrência (Minério de Ferro e Pelotas)

Em geral, o mercado internacional de minério de ferro é altamente competitivo. Vários grandes produtores operam neste mercado. Os principais fatores que afetam a concorrência são preço, qualidade, tipos de produtos oferecidos, confiabilidade e custos de transporte. Em 2004, os mercados europeu e asiático (principalmente China, Japão e Coreia do Sul) foram os principais mercados para o nosso minério de ferro.

Nossos maiores concorrentes no mercado asiático estão localizados na Austrália e incluem subsidiárias e coligadas da BHP Billiton PLC e Rio Tinto Ltd. Embora os custos de frete para entrega de minério de ferro da Austrália para os clientes na Ásia sejam normalmente mais baixos que os nossos em virtude da proximidade geográfica, acreditamos que somos capazes de nos manter competitivos no mercado asiático por duas principais razões. Primeiro, os produtores de aço normalmente procuram pelos tipos (ou blendagens) de minério de ferro que podem originar o produto final pretendido de maneira mais eficiente e econômica. Nosso minério de ferro tem níveis baixos de impurezas e outras propriedades, o que geralmente nos leva a custos de processamento mais baixos. Por

exemplo, o teor de alumina em nosso minério de ferro é muito baixo se comparado com o minério da Austrália. Nosso minério também tem alto teor de ferro, melhorando a produtividade nos altos-fornos, o que é importante em períodos de alta demanda. Segundo, as usinas siderúrgicas freqüentemente desenvolvem relacionamentos de vendas baseados em um suprimento confiável de mix específico de minério de ferro. Temos uma política de marketing voltada ao cliente e dispomos de pessoal especializado no contato direto com nossos clientes para determinar o tipo de mistura que melhor se adapta a cada cliente em particular. Vendemos a maior parte de nossos produtos FOB (*Free on Board*) de nossos portos, o que significa que o preço na fatura inclui os custos somente até os portos. Em geral, nos Sistemas Norte e Sul, nossa participação no processo produtivo e de transporte de minério de ferro até os portos ajuda a assegurar que os produtos chegam no tempo previsto e a custos competitivos.

Somos competitivos no mercado europeu pelas razões descritas acima, bem como pela proximidade dos portos de Ponta da Madeira e Tubarão com os clientes europeus. Nossos principais concorrentes na Europa são:

- Kumba Resources (África do Sul);
- Luossavaara Kiirunavaara AB - LKAB (Suécia);
- Société Nationale Industrielle et Minière - SNIM (Mauritânia);
- Rio Tinto PLC (Reino Unido), Rio Tinto Ltd (Austrália) e suas controladas e coligadas; e
- BHP Billiton (Austrália) e suas coligadas.

O mercado brasileiro de minério de ferro é competitivo e há uma série de pequenos produtores e produtores de aço integrados tais como a CSN e Mannesmann. Embora a precificação seja relevante, a qualidade e a confiabilidade também são fatores competitivos importantes. Acreditamos que nossos sistemas de transportes integrados, como o minério de alta qualidade e os serviços técnicos, nos tornam fortes concorrentes nas vendas nacionais. Os preços para os clientes brasileiros são baseados nos preços de referência global descontados pelos custos mais baixos de transporte para suas instalações. Assim, os preços para estes clientes são mais baixos do que para os clientes localizados fora do Brasil.

Minério de Manganês e Ferroligas

Conduzimos nossos negócios de manganês e ferroligas principalmente através das seguintes controladas e *joint ventures*, em 31 de maio de 2005:

	Nossa Participação Direta ou Indireta no Capital		Sócios
	Votante (%)	Total	
Nova Era Silicon S.A. (NES).....	49,0%	49,0%	Mitsubishi JFE Steel
Rio Doce Manganês Europe (RDME).....	100,0	100,0	
Rio Doce Manganese Norway AS (RDMN)	100,0	100,0	
Rio Doce Manganês S.A. (RDM).....	100,0	100,0	
Urucum Mineração S.A. (Urucum)	100,0	100,0	

Em 2004, fomos o maior produtor de minério de manganês das Américas e um dos maiores operadores do mercado transoceânico global, com vendas de aproximadamente 1.002 mil toneladas de minério de manganês e 616 mil toneladas de ferroligas. Tivemos receitas de US\$ 701 milhões em 2004 com vendas de minério de manganês e ferroligas.

Produzimos produtos de minério de manganês na mina do Azul, na região de Carajás, no estado do Pará, e na mina de Urucum, na região do Pantanal, no estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. Operamos usinas de beneficiamento tanto na mina do Azul como na mina de Urucum. Ambas as minas são acessíveis por rodovias e têm

energia elétrica a preços de mercado das fornecedoras regionais. Também operamos cinco minas secundárias: Morro da Mina, Coribe, Barnabé, Cobra e São Desidério, nos estados de Minas Gerais e Bahia.

Nossas minas de manganês produzem três tipos de produtos de manganês:

- minério metalúrgico usado principalmente para a produção de ferroligas;
- dióxido de manganês natural utilizado na manufatura de baterias eletrolíticas; e
- minério químico usado em várias indústrias para a produção de fertilizantes, pesticidas e alimento para animais, e usados como pigmentos na indústria de cerâmica.

A produção de ferroligas consome muita eletricidade. Para obter mais informações sobre os riscos associados com a potencial interrupção de energia, consulte o *Item 3. Informações-Chave—Fatores de Risco*.

O quadro abaixo apresenta informações relativas às minas de manganês e à produção recente de minério de manganês para os períodos indicados. As reservas minerais estimadas de Urucum e Azul foram auditadas e verificadas pela Pincock, Allen & Holt. Detemos 100% de todas as minas.

	Operações Iniciadas	Data Projetada para Exaustão	Produção para os Exercícios Findos em 31 de dezembro,			Reservas Provadas e Prováveis		
			2002	2003	2004	Tipo	Tonelagem de Minério (1)	Teor(2)
Azul	1985	2013	1,8	1,5	2,0	Céu aberto	36,8	36,0
Urucum(3)	1976	2022	0,3	0,4	0,4	Sub-solo	10,0	45,5
Morro da Mina (4) ... Coribe, Barnabé, Cobra e São Desidério (4)	1902	n.d.	0,1	0,1	0,2	Céu aberto	n.d.	n.d.
Desidério (4)	1972	n.d.	0,1	0,2	0,1	Céu aberto	n.d.	n.d.
Total			2,3	2,2	2,7		46,8	38,0

(1) Reservas reportadas como toneladas líquidas de run-of-mine, em milhões de toneladas.

(2) Reportado como o teor Mn% de run-of-mine

(3) Com base na informação coletada durante o processo normal de perfuração bem como o método de cálculo de expansão/ erosão.

(4) Não reservas provadas e prováveis no Morro da Mina, Coribe, Barnabé, Cobra ou São Desidério.

Atualmente operamos oito usinas que produzem ferroligas e ligas especiais: Santa Rita, Barbacena, Ouro Preto, São João del Rey (todas localizadas no estado de Minas Gerais), Simões Filho (no estado da Bahia), Corumbá (no estado de Mato Grosso do Sul), RDME (em Dunkerque, França) e RDMN (em Mo I Rana, Noruega). O quadro abaixo apresenta informações sobre nossa produção em 2004:

	Capacidade Produtiva (Em milhares de tons por ano)	Produção em 2004 (Em milhares de tons)
Rio Doce Manganèse Europe (RDME)(1)(2).....	136	106
Rio Doce Manganese Norway (RDMN)	110	106
Rio Doce Manganês S.A. (RDM)(3)	340	338
Urucum Mineração S.A.	20	19
Nova Era Silicon S.A. (NES).....	45	40
Total	651	609

(1) A produção na RDME foi interrompida por três 3 meses em 2004 para permitir que o forno da usina fosse realinhado.

(2) Inclui a produção de 4 mil toneladas de ligas especiais (cored wire).

(3) Inclui a produção de 26 mil toneladas de ligas especiais (cored wire).

Concorrência (Minério de Manganês e Ferroligas)

Os mercados de minério de manganês e ferroligas são altamente competitivos. A concorrência no mercado de minério de manganês ocorre em dois setores. O minério de manganês de alto teor (40% de Mn ou mais) compete no mercado transoceânico enquanto o minério de baixo teor compete regionalmente. Para a produção de determinados tipos de ferroligas, o minério de alto teor é obrigatório, ao passo que, para outros, os minérios de alto e baixo teores se complementam. Além do teor de manganês, o custo e as características físico-químicas têm um papel importante na concorrência (por exemplo, blendagem, impurezas). Os principais fornecedores de minério de alto teor (AT) são África do Sul, Gabão e Austrália. Os principais produtores de minério de baixo teor (BT) são Ucrânia, China, Gana, Cazaquistão, Índia e México. A CVRD é o segundo maior fornecedor mundial de minérios de manganês com minas de minério de AT em Carajás e Urucum, e minérios de BT produzidos nos estados de Minas Gerais e da Bahia. O mercado de ferroligas é caracterizado por um grande número de participantes que competem basicamente em termos de preço (que é uma função de custos mais baixos). A CVRD produz vários tipos de ferroligas, tais como ligas de manganês ferro-silicone (SiMnFe), ligas de alto carbono de ferro-manganês (HCFeMn), ligas médio carbono de ferro-manganês (MCFeMn) e cored wire (ligas especiais). Os principais fatores competitivos neste mercado são os custos do minério de manganês, eletricidade, logística e carbono. Competimos tanto com produtores individuais como com produtores integrados que também processam o seu próprio minério. Nossos concorrentes estão localizados principalmente em países produtores de minério de manganês ou aço.

Minerais não-ferrosos

Nosso segmento de negócio de minerais não-ferrosos inclui a produção de caulim, potássio, cobre e ouro. O quadro abaixo apresenta informações sobre as receitas brutas de minerais não-ferrosos e as vendas por área geográfica para os períodos indicados.

	Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro		
	2002	2003(2)	2004
	(Em milhões de US\$)		
Receitas brutas classificadas por área geográfica			
Américas, exceto o Brasil	US\$ 35	US\$ 8	US\$ 1
Brasil	96	106	163
Europa/Oriente Médio/África/Oceania	100	76	301
China	4	7	81
Japão	3	13	31
Ásia, menos Japão e China	1	1	107
Subtotal	<u>US\$ 239</u>	<u>US\$ 211</u>	<u>US\$ 684</u>
Eliminações (1)	-	-	(195)
Total	<u>US\$ 239</u>	<u>US\$ 211</u>	<u>US\$ 489</u>
Receitas brutas classificadas por categoria			
Ouro	US\$ 103	US\$ 21	US\$ -
Potássio	91	94	124
Cobre	-	-	201
Caulim	45	96	164
Total	<u>US\$ 239</u>	<u>US\$ 211</u>	<u>US\$ 489</u>

(1) Eliminações das transações entre entidades consolidadas.

(2) As operações da CAEMI são refletidas na tabela acima a partir de setembro de 2003, a data na qual adquirimos e começamos a consolidar suas operações.

Caulim

Conduzimos os negócios de caulim através da CAEMI, que controla a CADAM S.A. (“CADAM”), que iniciou suas operações em 1976, e a Pará Pigmentos S.A., (“PPSA”), que iniciou suas operações em agosto de 1996. A PPSA e a CADAM produzem caulim para o revestimento de papéis. Elas também conduzem pesquisas e desenvolvimento de outros usos para produtos de caulim, visando criar um portfólio mais diversificado.

	Nossa participação direta e indireta no capital		Parceiros
	Votante (%)	Total (%)	
CADAM S.A.	100,00%	37,03%	Banco do Brasil S.A. BNDES
Pará Pigmentos S.A.	85,57%	82,05%	Mitsubishi Corporation International Finance Corporation

Em dezembro de 2004, vendemos nossa participação na PPSA para a CAEMI, consolidando a administração de nossos negócios de caulim na CAEMI.

	Operações Iniciadas	Data Projetada para Exaustão	Produção para os Exercícios Findos em 31 de dezembro, (em tons por ano)			Tipo	Reservas Provadas e Prováveis			
			2002	2003	2004		Tonelagem de Minério	Teor		
							Brilho	Pureza	PSD	
Morro do Felipe ..	1976	2013	710,7	711,2	750,0	Céu aberto	16,3	87,0%	7	n.d.
Rio Capim (1).....	1996	2008	330,0	423,0	460,1	Céu aberto	36,7	82,9	34	66,3
Total			1.040,7	1.134,2	1.210,1		53,0	84,2	26	n.d.

(1) A recuperação é de 37%.

A PPSA comercializou aproximadamente 463 mil toneladas de caulim em 2004, gerando receitas de US\$ 72 milhões. A mina a céu aberto de Rio Capim e a usina de beneficiamento da PPSA estão localizadas em Ipixuna, no estado do Pará. Essas operações são ligadas às instalações de secagem e às portuárias de Barcarena, também no estado do Pará, através de um mineroduto de 180 km. O caulim beneficiado é bombeado através do mineroduto que ajuda a preservar o meio ambiente, garante a qualidade do produto e atende aos prazos de entrega, além de ser economicamente atraente.

A PPSA atualmente está expandindo suas produção e vendas, buscando operar em sua capacidade plena de 600.000 toneladas por ano. Em julho de 2004, ela assinou um contrato com a International Paper, a maior produtora mundial de papel, para o fornecimento de 110.000 toneladas de caulim por ano entre 2005 e 2009. Este acordo permitirá que a PPSA opere a um alto nível de utilização da capacidade a partir de 2005. A PPSA fabrica três produtos: Century HC, Century S e Paraprint, que são vendidos principalmente nos mercados europeu e asiático.

A CADAM comercializou aproximadamente 744 mil toneladas de caulim em 2004, gerando receitas de US\$92 milhões. A CADAM está situada na fronteira dos estados do Pará e Amapá, na região Amazônica no Norte do Brasil. Devido a qualidade e logística de seus produtos, a empresa obteve uma sólida posição competitiva no seu segmento no mercado global. As reservas da CADAM estão concentradas principalmente na mina de Felipe, em Mazagão, no estado do Amapá. A usina de beneficiamento e o porto privado estão situados na margem esquerda do rio Jari, em Munguba, no estado do Pará. A CADAM extrai caulim de sua mina a céu aberto.

O processo de produção da CADAM pode ser sintetizado da seguinte forma: o minério bruto (*run-of-mine*) é extraído e misturado à água e a produtos químicos para criar um líquido (caulim diluído na água) que é então bombeado para uma estação de flotação, onde as impurezas naturais são retiradas. O caulim distribuído na forma líquida ou slurry é transportado por gravidade por um mineroduto de 6 km até a usina de beneficiamento na margem oposta do rio Jari. Depois disso o *slurry* é processado por centrifugação, retirando o ferro por separação magnética e branqueamento químico e o material resultante é filtrado, evaporado e seco para produzir caulim lump ou em pó. O caulim é embarcado pelo porto privado da CADAM, localizado perto da usina de beneficiamento na margem esquerda do Rio Jari. O caulim também pode ser transportado em sua forma líquida, slurry, pouco antes das operações de secagem.

O caulim é carregado em navios no porto da CADAM em Munguba. Parte da produção lump também é processada em forma de slurry pela subsidiária da CADAM localizada na Antuérpia, Bélgica. Na Holanda, um avançado Centro de Assistência Técnica realiza constantemente pesquisas sobre o uso do caulim, oferecendo suporte técnico e comercial a clientes europeus e asiáticos.

Potássio

Administramos nossas operações de potássio na controladora. Arrendamos da Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), a companhia brasileira de petróleo, uma mina de potássio (mina Taquari – Vassouras) em Rosário do Catete, no estado de Sergipe, Brasil. O arrendamento foi assinado em 1991 por um período de 25 anos, renováveis por outros 25 anos. A mina é a única mina de potássio do Brasil e atualmente possui capacidade nominal de 600.000 toneladas por ano. A Taquari – Vassouras é uma mina subterrânea cuja profundidade varia de 430 a 640 metros. Em 2004, produzimos 638 mil toneladas de potássio e vendas de 630 mil toneladas, e tivemos um faturamento de US\$ 124 milhões. Todas as vendas da mina Taquari – Vassouras são destinadas ao mercado interno.

Orçamos em US\$ 78 milhões os investimentos para expandir a capacidade da mina para 850.000 toneladas por ano. A expansão está programada para estar concluída em 2005. Nossas reservas provadas e prováveis devem ser suficientes para assegurar a produção estimada pelos próximos cinco anos.

	Arrendada Desde	Data Projetada para Exaustão	Produção para os Exercícios Fintos em 31 de dezembro			Reservas Provadas e Prováveis		
			(Em milhares de tons por ano)			Tipo	Tonelagem de Minério	Teor
			2002	2003	2004			
Taquari – Vassouras (1)....	1992 (2)	2010	627	658	638	Subterrânea	19,2	31,0
Total							19,2	31,0

(1) O espaçamento da broca é feito em interseções de 200 metros nominais da perfuração vertical e sub-horizontal. As tonelagens são expressas como toneladas secas ROM. A recuperação é de 90%.

(2) A mina iniciou suas operações em 1986.

Em novembro de 2004, vencemos a concessão para pesquisar e avaliar um depósito de potássio na Província de Neuquen, nos bancos do rio Colorado na Argentina.

Ouro

Nossas operações com ouro atualmente consistem do metal produzido como um derivado de nossas operações de minério de ferro em Itabira. Em 2004, produzimos 0,97 mil toneladas de onças troy de ouro como um derivado da produção de minério de ferro de nossa mina de Itabira que vendemos para terceiros. O concentrado de cobre que produzimos em nossa mina de Sossego também inclui ouro, mas não vendemos separadamente do concentrado. O concentrado de cobre que produzimos em nossa mina de Sossego em 2004 continha 56,76 mil onças troy de ouro. Receitas relacionadas ao ouro contido no concentrado de cobre estão incluídas em nossas receitas de cobre. Também continuamos a investir em exploração mineral visando a descoberta de reservas de ouro. As vendas de ouro geraram receitas inferiores a US\$1 milhão em 2004. O quadro abaixo mostra informações relacionadas a nossas minas de ouro e recente produção de ouro para os períodos indicados. A data projetada para exaustão está baseada nos níveis de produção de 2004.

	Início das Operações	Data de Exaustão	Produção para os Exercícios Fintos em 31 de dezembro		
			2002	2003	2004
			(Em milhares de onças troy)		
Fazenda Brasileiro (1)	1984	n.d.	153,0	51,3 (2)	----
Igarapé Bahia.....	1991	2002	148,2	—	----
Itabira (3).....	1984	n.d.	13,1	2,3	0,97
Total			314,5	53,6 (1)	0,97

(1) A mina de Fazenda Brasileiro foi vendida em agosto de 2003.

(2) Inclui a produção antes da venda da mina de Fazenda Brasileiro.

(3) Ouro na mina de Itabira é produzido junto com minério de ferro. São pequenas jazidas de ouro e suas produções dependem do nível de produção de minério de ferro.

Cobre

Sossego. Sossego é nossa primeira mina de cobre e começou a produção comercial de concentrado de cobre em junho de 2004. A mina de cobre de Sossego está localizada em Carajás, no estado do Pará, norte do Brasil. Conduzimos nossa operação de Sossego na controladora.

A mina de cobre de Sossego possui duas jazidas principais (Sossego e Sequeirinho). O minério de cobre é extraído a céu aberto e a *run-of-mine* é processada pelo método padrão de britagem primária e transporte em correia, SAG (uma retífica semi-autogênea que utiliza um grande moinho revolvente cheio de minério, água e esferas de aço de moagem que transforma o minério em pasta) e moinho de bolas, flotação de concentrado de cobre, remoção de impureza, espessamento do concentrado, filtragem e carregamento. A capacidade operacional anual projetada é de 15 milhões de toneladas extraídas para produzir uma média de 140 mil toneladas de concentrado de cobre contido (teor de 30%). O cobre concentrado é transportado em caminhões até um terminal de armazenagem em Parauapebas e então transportado pela ferrovia Carajás até o Terminal Marítimo de Ponta da Madeira em São Luís, no estado do Maranhão.

	Operações Iniciadas	Data Projetada para Exaustão	Produção em 2004 (tons)	Reservas Provadas e Prováveis		
				Tipo	Tonelagem de Minério	Teor
Sossego (1)	2004	2021	73.000	Céu aberto	250,3	0,95% Cu e 0,27% Au (GPT)

(1) A recuperação das reservas de cobre de Sossego chega a 92% do metal concentrado. O espaçamento para perfuração é de 80 metros nominais centralizados.

Construímos uma estrada de 85 quilômetros ligando Sossego à Carajás e uma linha de transmissão de energia que nos permitiu comprar energia elétrica a preços de mercado. Temos um contrato de longo prazo para o fornecimento de energia com a Eletronorte, que nos vende energia da usina hidrelétrica de Tucuruí, localizada no rio Tocantins.

Projetos de exploração de cobre

O quadro abaixo apresenta informações, em 31 de maio de 2005, sobre nossas *joint ventures* e a situação atual e potencial de produção dos nossos principais projetos de cobre, dos quais todos, menos um, possuem ouro como subproduto.

	Nossa Participação Direta ou Indireta no Capital (Votante e Total) (1)	Situação atual	Total esperado de outros depósitos minerais	Total Esperado dos Investimentos de Capital	Data Antecipada de Início
	(%)		(Em milhões de tons)	(Em milhões de US\$)	
118.....	50,0	Viabilidade concluída	64 a 0,95% Cu	218	2007
Salobo.....	100,0	Viabilidade em andamento	700 a 0,86% Cu e 0,52 g/t Au	n.d.	n.d.
Cristalino.....	50,0	Pré-viabilidade em andamento	375 a 0,64% Cu e 0,12 g/t Au	n.d.	n.d.
Alemão.....	67,0	Pré-viabilidade em andamento	161 a 1,3% Cu e 0,87 g/t Au	n.d.	n.d.

(1) Projetos que não são 100% da CVRD e possuem o BNDES como parceiro.

Além disso, nós e o BNDES prospectamos na região de Carajás para novos projetos de exploração de cobre. Consulte o *Item 4. Informações da Companhia—Linhas de negócios—Mineração—Contrato de Risco Mineral*.

Construiremos uma usina semi-industrial para processar o cobre usando a rota hidro-metalúrgica. O objetivo desta usina, que terá a capacidade de produzir 10.000 toneladas de catodos de cobre por ano, é testar uma nova rota tecnológica para produzir metal a partir de concentrados de sulfideo de cobre.

Utilizaremos concentrado de cobre da mina de Sossego para alimentar a usina, a qual deverá iniciar suas operações no segundo trimestre de 2007 e funcionar por dois anos. Estimamos que este período seja suficiente para provar a viabilidade da produção industrial através da rota hidro-metalúrgica, apoiando a construção de uma usina maior para processar minério de cobre de outros depósitos da CVRD, inclusive do projeto Salobo. O orçamento para a construção desta usina semi-industrial chega a US\$ 58 milhões.

Exploração

Como parte de nossas atividades de prospecção mineral e desenvolvimento no Brasil, adquirimos larga experiência em técnicas de exploração e processos especificamente desenhados para uso em regiões tropicais do mundo. Nossos esforços de exploração mineral atuais estão principalmente no Brasil, Peru, Chile, Mongólia, Gabão, Moçambique, Angola e Argentina e se concentram principalmente em cobre, ouro, níquel, minério de manganês, caulim, bauxita, carvão, potássio, diamante e metais do grupo da platina. Os custos de exploração são reconhecidos como despesa até que a viabilidade das atividades de mineração seja estabelecida (consulte a Nota Explicativa 3 das Demonstrações Contábeis). As despesas de capital orçadas para pesquisa e desenvolvimento em 2005 é de US\$375 milhões.

Contrato de Risco Mineral

Nós e o BNDES celebramos um Contrato de Risco Mineral em março de 1997, relacionado às autorizações de exploração mineral em regiões de mineração onde a perfuração e a exploração ainda estão em seus estágios iniciais. O Contrato de Risco Mineral prevê o desenvolvimento conjunto de determinados depósitos minerais inexplorados em aproximadamente dois milhões de hectares de terra identificados na região de Carajás, que fazem parte do Sistema Norte, além da participação proporcional em quaisquer benefícios financeiros obtidos a partir do desenvolvimento desses recursos. Os depósitos de minério de ferro e manganês já identificados, e ainda sujeitas a desenvolvimento, foram excluídas do Contrato de Risco Mineral.

Conforme o Contrato de Risco Mineral, concordamos com o BNDES, em disponibilizar US\$ 205 milhões cada parte, que representa metade dos US\$ 410 milhões em investimentos estimados como necessários para concluir os projetos de exploração geológica e de desenvolvimento de projetos de recursos minerais na região. Em abril de 2004, o Contrato de Risco Mineral foi renovado por um período adicional de cinco anos ou até que o valor total de US\$ 410 milhões seja gasto (incluindo desembolsos já feitos, os quais somavam US\$ 357,6 milhões em 31 de dezembro de 2004) o que ocorresse primeiro.

Supervisionaremos esses projetos e o BNDES nos adiantará metade de nossos custos trimestralmente. Sob o Contrato de Risco Mineral, em 31 de dezembro de 2004, as contribuições remanescentes voltadas para as atividades de exploração e desenvolvimento totalizaram US\$ 52,4 milhões. O contrato prevê que qualquer uma das partes poderá optar por não contribuir e ter sua participação financeira proporcionalmente diluída. Se a participação de uma das partes no Contrato de Risco Mineral for diluída para um montante inferior a 40% do valor investido em relação aos projetos de exploração e desenvolvimento, então o Contrato de Risco Mineral prevê que a parte diluída perderá todos os direitos e benefícios fornecidos no mesmo e qualquer valor previamente investido em relação ao projeto.

De acordo com o Contrato de Risco Mineral, o BNDES concordou em compensar-nos por nossa contribuição aos direitos de desenvolvimento e de propriedade existentes na região de Carajás, por meio de um *finder's fee - royalty* de produção sobre recursos minerais que sejam descobertos e postos em produção. Essa comissão de um *finder's fee* é equivalente a 3,5% das receitas oriundas da venda de ouro, prata e metais do grupo da platina, e 1,5% das receitas oriundas da venda de outros minerais, incluindo o cobre, e excluindo o ouro e outros minerais descobertos na Serra Leste, pelos quais a comissão de agente promotor é equivalente a 6,5% das receitas.

Logística

Operamos nosso negócio de logística, compreendido pelo transporte de produtos de terceiros e de passageiros através das seguintes controladas e *joint ventures* em 31 de maio de 2005:

	Atividade Principal	Nossa Participação Direta ou Indireta no Capital		Parceiros
		Votante (%)	Total (%)	
Cia. Portuária Baía de Sepetiba (CPBS)	Portos e terminais	100,00%	100,00%	
DCNDB Overseas S.A. (DCNDB)	Navegação	79,00	79,00	Mitsui
Navegação Vale do Rio Doce S.A.- Docenave (Docenave).....	Navegação	100,00	100,00	
Ferrovias Centro-Atlântica S.A. (FCA).....	Ferrovias	99,99	99,99	Empregados Outros
Terminal de Vila Velha S.A. (TVV).....	Portos e terminais	99,89	99,89	Empregados
MRS Logística S.A. (MRS) (Inclui ações da CVRD e MBR)	Ferrovias	37,2	29,35	CSN Usiminas Gerdau Empregados Outros
Ferrobán-Ferrovias Bandeirantes S.A. (Ferrobán).....	Ferrovias	0,00	3,75	Nova Ferrobán Outros

O quadro abaixo apresenta informações sobre nossas receitas brutas de logística com terceiros e vendas por área geográfica para os períodos indicados.

	Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro					
	2002		2003(2)		2004	
Receitas brutas classificadas por área geográfica:	(Em milhões de US\$)					
Continente americano, exceto Brasil e Estados Unidos	US\$	25	US\$	38	US\$	65
Estados Unidos		3		—		15
Europa		9		30		12
Oriente Médio		—		4		-
Japão		1		—		-
Ásia, exceto Japão		3		3		-
Brasil.....		374		472		871
Subtotal		415		547		963
Eliminações(1).....		43		57		(86)
Total	US\$	458	US\$	604	US\$	877
Receitas classificadas por categoria:						
Ferrovias		286		373		612
Portos		107		144		173
Navios		65		87		92
Total	US\$	458	US\$	604	US\$	877

(1) Eliminação de transações entre as entidades consolidadas.

(2) As operações da CAEMI e FCA estão refletidas na tabela acima a partir de setembro de 2003, a data na qual adquirimos e começamos a consolidar suas operações.

Ferrovias

Ferrovias Vitória-Minas. A ferrovia Vitória-Minas liga as minas do Sistema Sul no Quadrilátero Ferrífero, no estado de Minas Gerais ao Porto de Tubarão, em Vitória, no estado do Espírito Santo. Operamos esta ferrovia de 905 quilômetros sob uma concessão renovável de 30 anos, que expira em 2027. A ferrovia Vitória-Minas consiste em duas linhas ferroviárias que se estendem por 601 quilômetros para permitir viagens ferroviárias contínuas em direções opostas, e ramificações ferroviárias simples de 304 quilômetros. Empresas industriais estão localizadas nas proximidades desta área e as principais regiões agrícolas estão adjacentes e acessíveis à ferrovia Vitória-Minas. A Vitória-Minas tem capacidade diária de 310.000 toneladas de minério de ferro. Em 2004, a ferrovia Vitória-Minas

transportou um total de 64,8 bilhões de tku de minério de ferro e outras cargas (das quais 18,5 bilhões de tku, ou 28%, consistiram em cargas transportadas para terceiros). A ferrovia Vitória-Minas também transportou aproximadamente 1,1 milhão de passageiros em 2004.

Os principais carregamentos da ferrovia Vitória-Minas consistem em:

- minério de ferro e pelotas, transporte próprio e para terceiros;
- aço, carvão, ferrogusa, calcário e outras matérias-primas transportadas para siderúrgicas localizadas ao longo da ferrovia;
- produtos agrícolas, como grãos e farinha de soja; e
- outras cargas gerais tais como materiais de construção, polpa (slurry), combustíveis e produtos químicos.

Cobramos valores de mercado (que são limitados pelas tarifas fixadas pela ANTT) pelo frete a terceiros, incluindo pelotas originárias das *joint ventures* e outras empresas nas quais não detemos 100% do capital. Os preços de mercado variam com base na distância transportada, o tipo de produto e o peso da carga em questão.

Ferrovia Carajás. Operamos a ferrovia Carajás por uma concessão renovável de 30 anos que expira em 2027. Esta ferrovia, situada no Sistema Norte, inicia-se com nossa mina de minério de ferro em Carajás, no estado do Pará, e estende-se por 892 quilômetros até o nosso Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, localizado nas proximidades do Porto de São Luís, no estado do Maranhão. A ferrovia Carajás consiste em uma linha ferroviária, com desvios para permitir a passagem de trens em direções opostas. A ferrovia Carajás tem capacidade diária de 200.000 toneladas de minério de ferro. Em 2004, a ferrovia Carajás transportou um total de 63,5 bilhões de tku de minério de ferro e outras cargas (das quais 6,5 bilhões de tku, ou 10,2%, consistiram em cargas transportadas para terceiros). A ferrovia Carajás também transportou aproximadamente 347.000 passageiros em 2004. A principal carga da ferrovia Carajás é o minério de ferro, transportada principalmente para nós.

Ferrovia Centro-Atlântica. Nossa controlada FCA opera a rede ferroviária do Centro-Leste do sistema ferroviário nacional brasileiro por uma concessão renovável de 30 anos concedida em 1996. A rede centro-leste contém aproximadamente 7.000 quilômetros de trilhos estendendo-se pelos estados de Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal, Brasil. Ela se conecta com a nossa ferrovia Vitória-Minas nas proximidades das cidades de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais e de Vitória, no estado do Espírito Santo. A FCA opera com trilhos de mesma bitola que a nossa ferrovia Vitória-Minas. O trecho da rede da Ferrobán – Ferrovias Bandeirantes S.A. (Ferrobán) entre Araguari e a estação ferroviária de Vale Fertil, próxima à cidade de Uberaba, no estado de Minas Gerais, tem sido operado pela FCA desde 1998 e, em janeiro de 2002, a FCA começou a operar também o trecho entre Vale Fertil, no estado de Minas Gerais, e Boa Vista, no estado de São Paulo. Essa conexão permite que a FCA chegue até o Porto de Santos, no estado de São Paulo. Em 2004, a FCA transportou um total de 10,5 bilhões de tku de carga para terceiros.

Outros investimentos. Atualmente, possuímos 3,8% do capital total da Ferrobán sem direito a voto. A Ferrobán opera uma ferrovia de 4.236 quilômetros ligando os estados de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul e Paraná. Em 2004, a Ferrobán reportou receitas líquidas de US\$ 57 milhões e um prejuízo líquido de US\$ 37 milhões.

Como resultado da aquisição da CAEMI e incorporação da Ferteco detemos direta e indiretamente 37,2% do capital total e 29,4% do capital total da MRS. A MRS é uma ferrovia de 1.674 quilômetros, a qual liga os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais com uma capacidade de transporte de 110 milhões de toneladas por ano. A MRS opera de acordo com uma concessão de 30 anos, renováveis, concedida em 1996. De acordo com os termos nas regras de licitação da concessão, nenhuma entidade pode, direta ou indiretamente, possuir mais do que 20% do capital votante da MRS, exceto se aprovado pela ANTT. Atualmente estamos discutindo a estrutura acionária com a ANTT e nossos parceiros na MRS de modo a nos adequar aos requisitos aplicáveis. Também estamos engajados em discussões com o CADE em relação à nossa participação na MRS.

Portos e Terminais

Operamos portos e terminais principalmente como um meio de finalizar a distribuição de nosso minério de ferro e pelotas para as embarcações transoceânicas que atendem ao mercado de exportação. Consulte *Item 4. Informações da Companhia—Linhas de Negócios—Mineração—Minerais Ferrosos—Pelotas—Distribuição (Minério de Ferro e*

Pelotas). Usamos também os nossos portos e terminais para o manejo de cargas de terceiros. Em 2004, 22% da carga manipulada em nossos portos e terminais representaram cargas de terceiros.

Porto de Tubarão. O Porto de Tubarão, que cobre uma área de aproximadamente 18 quilômetros quadrados, está situado próximo ao Porto de Vitória no estado do Espírito Santo. O terminal marítimo de minério de ferro localizado nessa área possui dois píers. O Pier I acomoda dois navios de uma vez, um de até 170.000 DWT no lado sul e um de até 200.000 DWT no lado norte. O Pier II acomoda uma embarcação de até 360.000 DWT por vez, com limite de calado de 20 metros. No Pier I, há dois carregadores, que podem carregar até 14.000 toneladas por hora. No Pier II, há dois carregadores que trabalham alternadamente e podem, cada um, carregar até 16.000 toneladas por hora. Em 2004, 77,7 milhões de toneladas de minério de ferro e pelotas foram embarcadas pelo terminal. O Terminal de Praia Mole, também localizado no Terminal de Tubarão, é principalmente um terminal de carvão e embarcou 13,1 milhões de toneladas em 2004. Operamos um terminal de grãos chamado de Terminal de Produtos Diversos, na área de Tubarão, que movimentou 5,2 milhões de toneladas de grãos e fertilizantes em 2004. Operamos também um terminal de granel líquido, que movimentou 0,8 milhões de toneladas em 2004. Até agosto de 2005, a CVRD está autorizada a operar o Terminal de Paul, que é especializado na operação de ferrogusa e está localizado próximo ao Porto de Vitória, Espírito Santo. Esse terminal possui um píer que acomoda uma embarcação de até 75 mil DWT e pode embarcar até 900 toneladas por hora. O Terminal de Paul foi responsável pelo embarque de 2,5 milhões de toneladas de ferrogusa em 2004.

Terminal Marítimo de Ponta da Madeira. O Terminal Marítimo de Ponta da Madeira está situado próximo ao porto de São Luís no estado do Maranhão. As instalações do porto de Ponta da Madeira podem acomodar três navios. O Pier I pode acomodar navios com capacidade de até 420.000 DWT. O Pier II pode acomodar navios de até 155.000 DWT. Cada ancoradouro tem capacidade máxima de descarga de 16.000 toneladas por hora no Pier I e 8.000 toneladas por hora no Pier II. Em fevereiro de 2004, o Pier III iniciou suas operações. O Pier III pode acomodar embarcações de até 220.000 DWT e possui capacidade máxima de embarque de até 8.000 toneladas por hora.

A carga embarcada através do nosso terminal marítimo de Ponta da Madeira consiste basicamente na nossa produção de minério de ferro. Outras cargas incluem minério de manganês e concentrado de cobre produzido por nós e ferrogusa e soja para terceiros. Em 2004, 63,1 milhões de toneladas foram embarcadas através do terminal pra nós e 3,5 milhões de toneladas para terceiros.

Outros investimentos. Desde novembro de 1994, a CVRD opera o terminal marítimo de Inácio Barbosa localizado no estado de Sergipe. Esse terminal foi construído pela Petrobrás e transferido para a Sergiportos, uma empresa estatal. Em dezembro de 2002, a Petrobrás assumiu o controle do terminal marítimo de Inácio Barbosa em troca do cancelamento de dívidas com o estado do Sergipe. A CVRD e a Petrobrás entraram em acordo em 2002 que permitirá que a CVRD administre esse terminal por um período de 10 anos, que terminará em 30 de dezembro de 2012.

Em maio de 1998, arrendamos por 25 anos o terminal marítimo de Capuaba em Vitória, no estado do Espírito Santo. Para administrar o terminal, a CVRD criou a empresa Terminal de Vila Velha S.A (TVV). O TVV é um terminal portuário para carga e descarga de contêineres além de ser uma alternativa de carga geral (operações de importação e exportação) e de operações com automóveis no sudeste e no centro-oeste do Brasil. TVV está conectado com a ferrovia Vitória-Minas e com fácil acesso às auto-estradas BR101 e BR262. O terminal é formado pelos ancoradouros 203 e 204 no cais de Capuaba, tem uma área de ancoragem de 450 metros e uma área de fundos medindo cerca de 100 mil metros quadrados. Tem uma área coberta de armazenagem de 13.300 metros quadrados e um pátio com capacidade para 3.300 contêineres. TVV está equipado com dois guindastes de cais, dois portêineres e quatro transtêineres. Em 2004, o TVV embarcou mais de 144,4 mil contêineres e aproximadamente 725,3 mil toneladas de carga geral.

Cia. Portuária Baía de Sepetiba (CPBS), uma companhia criada para operar um terminal no Porto de Sepetiba, no estado do Rio de Janeiro, é uma de nossas controladas. O terminal marítimo da CPBS tem um píer que permite o carregamento de navios de até 18,1 metros e até 230.000 DWT. Em 2004, o terminal embarcou aproximadamente 16,8 milhões de minério de ferro, dos quais apenas 3,4 toneladas foram embarcadas para companhias não relacionadas à CVRD.

MBR tem o seu próprio terminal marítimo na Ilha de Guaíba, também no Porto de Sepetiba. O terminal de minério de ferro tem um píer que permite o carregamento de navios de até 300.000 DWT. Em 2004, o terminal carregou aproximadamente 34 milhões de toneladas de minério de ferro.

Navegação

Operamos em três áreas diferentes de navegação: navegação marítima a granel, contêineres e rebocadores.

No serviço de navegação marítima a granel, transportamos 6,7 milhões de toneladas de carga, gerando receita de US\$ 84 milhões em 2004. O quadro abaixo apresenta informações sobre o volume de carga que o nosso serviço de navegação a granel transportou nos períodos indicados.

	Para os exercícios findos em 31 de dezembro		
	2002	2003	2004
	(Em milhares de tons)		
Minério de ferro:			
CVRD.....	4.287	4.386	5.291
Terceiros.....	1.888	1.860	312
Carvão.....	437	256	306
Outros.....	1.294	2.819	830
Total.....	7.906	9.321	6.739

Para o transporte da carga acima em 2004 operamos uma frota de embarcações a granel que inclui três navios do tipo capesize que nos pertencem, além de um navio panamax e um navio do tipo *capesize* que operamos na forma de arrendamento. Além disso, também contratamos serviço para o transporte de placas de aço do Brasil para os E.U.A. e para o transporte de minério de ferro do terminal marítimo de Ponta da Madeira para o terminal de Praia Mole, no Porto de Tubarão. Para atender estes contratos, outras embarcações foram arrendadas por períodos curtos ou longos. Planejamos vender nossos três navios capesize num futuro próximo.

A atividade de contêineres é operada por cinco embarcações, arrendadas sem tripulação (“bare boat basis”) da Frota Oceânica S/A, gerando receitas de US\$ 62 milhões com 98.687 TEUs (“twenty equivalent units”) transportados em 2004. O negócio de contêineres atende portos no Brasil e na Argentina, desde a cidade de Fortaleza até Buenos Aires.

Também operamos uma frota de dezesseis rebocadores (sete próprios e nove arrendados) nos portos de Vitória no estado do Espírito Santo, Trombetas no estado do Pará, São Luís no estado do Maranhão e Aracaju, no estado de Sergipe. Os serviços em Vitória e Trombetas geraram receita de US\$ 16 milhões correspondendo a 4.568 operações (manobras) em 2004, contra US\$ 18 milhões correspondendo a 4.892 operações (manobras) em 2003. Em São Luiz e Aracaju, operamos através de um consórcio de rebocadores com uma participação de 50% em cada operação gerando uma receita de US\$ 5 milhões em 2004, o que corresponde a 4.274 operações (manobras), contra US\$ 3 milhões em 2003, a qual corresponde a 3.710 operações (manobras).

Concorrência na indústria de logística. Nossas ferrovias competem com o transporte rodoviário, inclusive caminhões, sendo os principais fatores custo, segurança e tempo de transporte. Também temos muitos concorrentes internacionais no transporte de contêineres.

Operações de Produtos Relacionados ao Alumínio

O quadro abaixo apresenta informações sobre nossas receitas consolidadas de bauxita, alumina e alumínio e as vendas por área geográfica para os períodos indicados. Estes valores não incluem as receitas de nossas *joint ventures* não consolidadas.

	Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro		
	(Em milhões de US\$)		
	2002	2003	2004
Receitas classificadas por área geográfica			
Continente americano, exceto Brasil e Estados Unidos.....	US\$ 27	US\$ 156	US\$ 221
Europa/Oriente Médio/África/Oceania.....	318	378	738
Japão.....	11	96	361
Estados Unidos.....	10	32	186
Ásia, exceto Japão.....	21	96	129
Brasil.....	75	165	227
Subtotal.....	462	923	1.862
Eliminações (1).....	—	(71)	(612)
Total.....	US\$ 462	US\$ 852	US\$ 1.250

Receitas classificadas por categoria

Bauxita.....	23	37	53
Alumina.....	159	495	458
Alumínio.....	280	320	739
Total.....	<u>US\$ 462</u>	<u>US\$ 852</u>	<u>US\$ 1.250</u>

(1) Eliminação de transações entre as entidades consolidadas.

Operamos nossos negócios relacionados ao alumínio através das seguintes controladas e *joint ventures*, com base em 31 de maio de 2005:

	Negócio	Nossa Participação Direta ou Indireta no Capital (Votante, Total)		Sócios
		Votante	Total	
		(%)		
Albras-Alumínio Brasileiro S.A. (Albras).....	Alumínio	51,00%	51,00%	Nippon Amazon
Alunorte-Alumina do Norte do Brasil S.A. (Alunorte).....	Alumina	60,12	57,03	Companhia Brasileira de Alumínio – CBA JAIC Mitsui Mitsubishi Nippon Amazon Norsk Hydro
Mineração Rio do Norte S.A. (MRN).....	Bauxita	40,00	40,00	Abalco Alcoa Alcan BHP Billiton Metais Companhia Brasileira de Alumínio — CBA Norsk Hydro
Valesul Alumínio S.A. (Valesul).....	Alumínio	54,50	54,50	BHP Billiton Metais

Estas controladas e *joint ventures* atuam em:

- mineração de bauxita,
- refino de bauxita em alumina, e
- fundição de alumina para produzir alumínio primário e ligas de alumínio.

Em 2004, as receitas líquidas dos produtos de alumínio totalizaram US\$ 1.229 milhões.

Bauxita

MRN. MRN, uma das maiores produtoras de bauxita do mundo, produz bauxita para vender a nossos sócios nessa *joint venture* e a nós. O excesso da produção pode ser vendido a terceiros. A MRN opera três minas a céu aberto que produzem bauxita de alta qualidade. Além disso, a MRN controla recursos adicionais substanciais de bauxita de alta qualidade que acreditamos poder ser produzida economicamente no futuro. A MRN teve receitas líquidas de US\$ 325 milhões e lucro líquido de US\$ 142 milhões em 2004. As minas da MRN estão localizadas na região norte do estado do Pará.

O quadro abaixo dá informações sobre as reservas de bauxita da MRN em 31 de dezembro de 2004. As estimativas das reservas minerais foram auditadas e verificadas pela Pincock Allen & Holt.

	Data Projetada para Exaustão	Reservas Provadas e Prováveis(1)		
		Tipo	Tonelagem de Minério	Teor(2)
			(Em milhões de tons)	(% Al ₂ O ₃)
Mineração Rio do Norte S.A.				
Almeidas	2009	Céu aberto	19,8	51,2
Aviso	2011	Céu aberto	63,8	51,1
Saraca V	2009	Céu aberto	7,4	47,6
Total			91,0	50,8 (3)

(1) Informado como produto recuperável, com teor de umidade de aproximadamente 12% na forma úmida. CVRD é proprietária de 40% das reservas de bauxita da MRN.

(2) Expresso como extraível Al₂O₃.

(3) Teor médio para as três minas.

As operações nas minas da MRN tiveram início em 1979. Em 2002, 2003 e 2004, a produção chegou a 9,9, 14,4, e 16,7 milhões de toneladas respectivamente.

MRN opera instalações de beneficiamento em suas minas, que são ligadas por ferrovia a um terminal de cargas e a instalações portuárias no rio Trombetas. O rio Trombetas é um afluente do rio Amazonas e as instalações portuárias da MRN podem manusear navios de até 60.000 DWT. A MRN possui e opera a ferrovia e as instalações portuárias que atendem às suas minas. As minas de bauxita da MRN são acessadas por rodovias a partir da área do porto e obtêm eletricidade de sua própria estação de energia termoelétrica. A MRN completou a expansão de sua capacidade, passando de 11 milhões de toneladas para 16,3 milhões de toneladas anuais em 2003.

Nossa *joint venture* de bauxita MRN produz bauxita para vender como compromisso firmado (*take-or-pay*) a nós e nossos sócios a um preço determinado por uma fórmula vinculada aos preços do alumínio e alumina no mercado internacional. Nossa subsidiária de alumina Alunorte, a qual passamos a consolidar em julho de 2002, compra toda a bauxita de que necessita da MRN. Nosso compromisso anual de compra em 2004 foi de aproximadamente US\$ 60 milhões.

Projeto Paragominas. Em julho de 2002, adquirimos o restante do capital da Mineração Vera Cruz, ou MVC, o que fez nossa participação aumentar para 100% de controle sobre o capital total da MVC. A MVC foi posteriormente incorporada à CVRD. A aquisição dos ativos da MVC nos proporcionou direitos de mineração na região de Paragominas, no estado do Pará. A nova mina de bauxita, localizada em Paragominas, iniciará sua produção comercial no primeiro semestre de 2007 para fornecer à nova expansão da Alunorte 4,5 milhões de toneladas por ano de bauxita com umidade a 12%. A qualidade da bauxita será similar à da MRN e o projeto utilizará o método de extração (*strip mining*), e possuirá uma usina de beneficiamento que incluirá um moinho e um mineroduto com 244 quilômetros. Esperamos que os investimentos totais de capital neste projeto somem aproximadamente US\$ 352 milhões.

A tabela abaixo apresenta as informações relacionadas às reservas de bauxita em Paragominas em 31 de dezembro de 2004. As estimativas das reservas minerais foram auditadas e verificadas pela Pincock Allen & Holt.

	Reservas Provadas e Prováveis	
	Tonelagem de Minério (milhões de toneladas)	Teor (% Al ₂ O ₃)
Miltonia III	68,0	49,6

Alumina

A Alunorte iniciou as operações em julho de 1995 e produz alumina pelo refinamento da bauxita fornecida pela MRN. A Alunorte ampliou a capacidade de sua unidade em 2003, que agora tem capacidade de produção de 2,4 milhões de toneladas de alumina por ano. Em 2004, a Alunorte produziu 2,5 milhões de toneladas. A Alunorte vende a maior parte de sua produção para a Albras, Valesul e outras empresas produtoras de alumínio. A planta da Alunorte fica próxima a Belém, no estado do Pará, perto das instalações de produção de alumínio da Albras. Isto

permite à Alunorte e seu principal cliente, Albras, dividir infra-estrutura e outros recursos. Alunorte registrou receitas líquidas de US\$545 milhões e lucro líquido de US\$166 milhões em 2004. Esta refinaria possui um dos custos de conversão mais baixos do mundo (US\$ 67,70 por tonelada em 2004).

Cada sócio da *joint venture* Alunorte deve comprar em bases de compromisso firmado *take or pay* (de consumo ou pagamento obrigatório) toda a alumina produzida pela Alunorte na proporção de suas respectivas participações. Cada sócio paga o mesmo valor, que é determinado por uma fórmula que se baseia em preços do alumínio vigentes no mercado mundial.

A tabela abaixo apresenta as informações relativas à produção de alumina da Alunorte para os períodos indicados.

	Para o exercício Findo em 31 de dezembro de		
	2002	2003	2004
	(milhões de toneladas)		
Produção de Alumínio.....	1,656	2,323	2,548

Expansões de capacidade da Alunorte. Em abril de 2003, a Alunorte inaugurou sua terceira linha de produção, com capacidade de 825.000 toneladas ao ano. Com esta terceira linha, a Alunorte aumentou sua capacidade de produção para 2,4 milhões de toneladas de alumina por ano.

Em julho de 2003, a Alunorte começou um novo aumento de capacidade de sua refinaria de alumina. Este projeto *brownfield*, com início previsto para 2006, envolve a construção dos estágios 4 e 5 da refinaria e deverá aumentar sua capacidade anual de 2,4 para 4,2 milhões de toneladas de alumina. Espera-se que o investimento total da Alunorte neste projeto seja de aproximadamente US\$ 583 milhões dos quais US\$ 310 milhões foi financiado em julho de 2004.

Alumínio

Albras e Valesul produzem alumínio com a alumina fornecida pela Alunorte. Alunorte atendeu todas as necessidades de alumina da Albras e 54,5% das necessidades de alumina da Valesul de outubro de 1995 a dezembro de 2004. Albras produz lingotes de alumínio e a Valesul produz lingotes, placas, barras, tarugos e ligas de alumínio. O alumínio é produzido a partir da alumina, através de um processo eletro-químico contínuo que envolve um alto consumo de eletricidade.

Albras. A unidade industrial da Albras, com capacidade para produzir cerca de 430.000 toneladas de alumínio por ano, é uma das maiores da América Latina. A Albras iniciou suas operações em 1985 em uma unidade industrial próxima a Belém, no Estado do Pará. A Albras teve receita líquida de US\$705 milhões e lucro líquido de US\$145 milhões em 2004.

Com base no contrato *take-or-pay* (de consumo ou pagamento obrigatório) firmado entre as partes, os sócios da *joint venture* Albras se obrigam a adquirir todo o alumínio produzido pela Albras na proporção de suas participações acionárias. Normalmente comercializamos nosso alumínio nos mercados internacionais para outras empresas processadoras de alumínio.

O quadro abaixo mostra informações referentes aos recentes volumes de produção da Albras.

	Para o Exercício Findo em 31 de dezembro		
	2002	2003	2004
	(Em milhares de toneladas)		
Produção da Albras.....	407,7	432,1	435,0

A produção de alumínio exige um fornecimento substancial de eletricidade. A Albras consome energia elétrica fornecida pela Eletronorte, uma empresa estatal. A Eletronorte gera eletricidade na usina hidrelétrica de Tucuruí, localizada no rio Tocantins. Em toda a região, essa usina é a única fonte de energia elétrica nas atividades de produção da Albras. Albras consome cerca de um quarto da produção de energia da Eletronorte no período de demanda normal.

Em maio de 2004, a Albras realizou um leilão que lhe dará o direito de adquirir eletricidade por um período de 20 anos. Esse contrato passou a valer a partir de junho de 2004. O preço básico da aquisição é de R\$ 53,00 MWh,

que variará de acordo com o índice geral de preços do mercado (IGP-M) calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Além do preço básico, é pago um prêmio que está vinculado à quantia pela qual o preço do alumínio primário for superior a US\$ 1.450,00 por tonelada na Bolsa de Metais de Londres - LME. Vide *Item 4. Informações da Companhia—Questões Reguladoras—Energia*.

Valesul. Valesul iniciou suas atividades em 1982 com uma unidade de produção no estado do Rio de Janeiro. A Valesul produz alumínio primário e ligas de alumínio na forma de lingotes e tarugos. O alumínio da Valesul é vendido basicamente no mercado brasileiro ao preço à vista vigente no mercado. Em 2004 a Valesul atingiu uma receita líquida de US\$185 milhões, resultando em lucro líquido de US\$ 26 milhões. A Valesul realiza vendas diretas a seus clientes.

A tabela abaixo mostra informações referentes à produção atual da Valesul e a reciclagem de sucata de outras empresas na Valesul.

	Para o Exercício Findo em 31 de dezembro		
	2002	2003	2004
	(Em milhares de toneladas)		
Produção da Valesul.....	92,9	94,0	95,8
Reciclagem de sucata de outras empresas	19,6	16,7	14,4

Atualmente, a Valesul adquire parte da energia elétrica que precisa de quatro pequenas usinas hidrelétricas de sua propriedade no estado de Minas Gerais, parte da hidrelétrica de Machadinho, no estado de Santa Catarina, na qual tem participação acionária de 7%, o restante de outras empresas a preços de mercado. Valesul tem capacidade de gerar 40% da energia elétrica de que necessita e está atualmente engajada em litígio em relação às taxas que a Light cobra dela pela transmissão de eletricidade. Ver *Item 8. Informações Financeiras—Procedimentos Legais*.

Concorrência no Mercado de Bauxita, Alumina e Alumínio

O mercado internacional de alumínio é bastante competitivo. Os maiores produtores são Alcoa, Rusal, Alcan, Norsk Hydro, BHP Billiton e a Chalco. Os mercados de alumina e bauxita também são competitivos, porém bem menores, porque várias das principais empresas produtoras de alumínio integraram as operações de bauxita, alumina e alumínio.

Bauxita. A maior parte da produção de bauxita não é comercializada, pois se destina a refinarias integradas de alumina. A concorrência no mercado exportador de bauxita se baseia em dois fatores chave: qualidade da bauxita e confiabilidade nas entregas. Acreditamos que a MRN se mantém competitiva em seu mercado por causa da alta qualidade da bauxita brasileira e de nosso sistema de produção de alumínio, que garante o consumo interno de nossa produção de bauxita. Utilizamos grande parte de nossa quota na produção de bauxita da MRN para o fornecimento à Alunorte.

Alumina. A concorrência no mercado de alumina baseia-se principalmente na qualidade, confiabilidade do fornecimento e preço, que está diretamente ligado a custos mais baixos. Acreditamos que a Alunorte é competitiva no mercado de alumina em virtude da excelente qualidade de sua alumina, de sua superioridade em escala e tecnologia, baixo custo de conversão, de suas eficientes instalações portuárias e do firme compromisso de seus proprietários de adquirir significativa parte de sua produção anual. Utilizamos boa parte de nossa quota de alumina, produzida pela Alunorte, para atender ao mercado interno (Albras e Valesul) e vendemos o restante no mercado internacional. Em 2004, os principais mercados estrangeiros onde vendemos alumina foram Argentina, China e Canadá.

Alumínio. Como o alumínio primário é uma *commodity*, a concorrência neste mercado se baseia principalmente na economia de transporte e custos de produção. Acreditamos que a Albras é competitiva no mercado de alumínio em virtude de suas instalações portuárias relativamente eficientes e acessíveis e de seus vigentes custos de produção que, em geral, são mais baixos que os da indústria. Normalmente comercializamos o alumínio a outras empresas processadoras de alumínio na Ásia e Europa.

Investimentos em Siderurgia

Com base em 31 de maio de 2005, temos investimentos nas seguintes *joint ventures* do setor siderúrgico:

	Nossa participação direta ou indireta no capital (Votante— Total)		Sócios	Receitas líquidas em 2004 (em milhões de US\$)	Principais produtos
	Votante	Total			
CSI (Califórnia, Estados Unidos).....	(%) 50,0%	50,0%	JFE Steel	US\$ 1.257	Aço laminado a quente; aço laminado a frio; aço galvanizado; tubos de aço
Siderar (Argentina).....	4,85	4,9	Techint Group Empregados Usiminas Outros	1.205	Placas de aço; aço laminado a quente; aço laminado a frio; aço galvanizado; folhas de flandres
Usiminas (Brasil).....	23,0	11,5	Nippon Usiminas Previ Caixa dos Empregados da Usiminas Outros	4.180	Aço laminado a quente; aço laminado a frio; chapas de aço grossas; aço eletro-galvanizado

Em 31 de dezembro de 2004, o valor de mercado de nossos investimentos na Usiminas e Siderar, ambas de capital aberto, eram respectivamente de US\$ 483 milhões e US\$ 110 milhões. Nessa mesma data, o valor líquido total desses investimentos era de US\$ 250 milhões e o valor líquido contábil total de todos os nossos investimentos em empresas do setor siderúrgico (incluindo a CSI, uma empresa privada) era de US\$ 399 milhões. No ano de 2004 recebemos US\$ 22 milhões em dividendos decorrentes desses investimentos.

Coerentes com nossa estratégia de consolidação e concentração no setor de mineração e logística, em março de 2001, demos seqüência ao descruzamento com a CSN. Como parte da transação de descruzamento, a CSN nos concedeu os direitos de preferência abaixo, relacionados à mina de minério de ferro Casa de Pedra, de sua propriedade, cada um por um período de 30 anos:

- o direito de adquirir, a preços de mercado, todo o minério de ferro produzido pela mina que esteja além das necessidades internas da CSN,
- o direito de comprar ou arrendar a mina, caso a CSN decida vendê-la ou arrendá-la; e
- o direito de nos tornarmos sócios de uma eventual *joint venture*, caso a CSN decida constituir uma *joint venture* com outra empresa para pelotização do minério de ferro produzido pela mina.

Em contrapartida, garantimos à CSN o direito de preferência de participar conosco da construção de qualquer nova unidade de produção de aço empreitada antes de março de 2006 relativos a produção de placas, bobinas e laminados sobre cujos projetos teremos controle direto ou indireto.

A transação de descruzamento com a CSN, como um todo, está sujeita a revisão de pós-notificação pelo CADE. Veja o *Item 8. Informações Financeiras—Procedimentos Legais*.

A CVRD e a Nucor Corporation assinaram um acordo para a construção e desenvolvimento de um projeto de produção de ferrogusa ecologicamente correto na região norte do Brasil em abril de 2003. O projeto utilizará dois mini alto-fornos convencionais que produzirão aproximadamente 380.000 toneladas métricas de ferrogusa por ano, utilizando o minério de ferro extraído de nossas minas em Carajás, norte do Brasil. A fonte de carvão vegetal será exclusivamente árvores de eucaliptos plantadas e cultivadas numa área aproximada de 82.000 acres, sendo que o

todo o projeto envolve aproximadamente 200.000 acres. Nós e a Nucor Corporation constituímos uma companhia chamada Ferrogusa para operar a unidade. A Nucor Corporation deverá adquirir toda a produção da unidade, que deve iniciar suas atividades no segundo semestre de 2005.

Entre aproximadamente 78% e 22% do capital votante é controlado pela CVRD e pela Nucor respectivamente, vide o *Item 4. Informações da Companhia—Aquisições, Vendas de Ativos e Mudanças Significativas em 2003 e 2004—Aço*.

Em 2004 vendemos toda nossa participação na CST, ver *Item 4. Informações sobre a Companhia—Aquisições, Vendas de Ativos e Mudanças Significativas em 2003 e 2004—Disposições e Vendas de Ativos*.

Investimento em Energia

Em 2004 consumimos 16,7 TWh de energia elétrica. A administração e a eficiente distribuição dos recursos energéticos se tornaram prioritárias para nós em virtude das incertezas relativas às mudanças nos regulamentos, que fizeram aumentar o risco de aumento de preços e de escassez de energia elétrica, como a que aconteceu no Brasil no segundo semestre de 2001. Percebemos boas oportunidades favoráveis de investimentos no setor de produção de energia elétrica do Brasil e as aproveitamos investindo em nove projetos de geração de energia hidrelétrica descritos na tabela abaixo. A nossa intenção é utilizar a energia elétrica produzida por estes projetos para atender às nossas necessidades internas. É possível que haja atraso no desenvolvimento de certos projetos de geração em virtude de questões ambientais ou legais, o que, conseqüentemente, poderá resultar em aumento dos custos. A análise de viabilidade de cada projeto e dos investimentos dependerá das novas leis e normas aplicáveis do setor elétrico, que estão sendo analisadas pelo Governo Federal, e do impacto delas na distribuição e nos preços da energia elétrica. Como grandes consumidores de energia elétrica, esperamos que o investimento em projetos de geração de energia ajudará na redução de custos e nos protegerá contra possíveis flutuações de preços e distribuição de energia.

Atualmente temos quatro usinas hidrelétricas em operação e três em construção.

O quadro abaixo contém informações sobre nossos projetos de geração de energia com base em 31 de maio de 2005:

	Localização	Nossa	Sócios	Início das Operações	Capacidade de Projetada (em MW)	Nosso Investimento	
		Participação (%)				Em dezembro de 2004 (em milhões de US\$)	Total Projetado (em milhões de US\$)
Aimorés.....	Bacia do rio Doce, no estado de Minas Gerais.	51,00%	Cemig C/T	Julho de 2005(1)	330MW	US\$ 119	JS\$ 144
Candongá	Bacia do rio Doce, no estado de Minas Gerais.	50,00	Novelis	Setembro de 2004	140	45	48
Capim Branco I.....	Rio Araguari, no estado de Minas Gerais.	48,42	Cemig-Capim Branco Paineiras CMM	Fevereiro de 2006(1)	240	40	90
Capim Branco II	Rio Araguari, no estado de Minas Gerais.	48,42	Cemig-Capim Branco Paineiras CMM	Dezembro de 2006 (1)	210	20	90
Estreito.....	Rio Tocantins, na fronteira dos estados do Maranhão e Tocantins.	30,00	Tractebel Alcoa BHP Billiton Camargo Energia S.A.	Agosto de 2009(1)	1.087	1	258
Foz do Chapecó	Rio Uruguai, na fronteira dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.	40,00	CPFL-G CEEE	Junho de 2009(1)	855	2	247
Funil.....	Rio <i>Rio Grande</i> , no estado de Minas Gerais.	51,00	Cemig / GT	Dezembro de 2002	180	49	53
Igarapava	Rio Grande, na fronteira dos estados de São Paulo e Minas Gerais.	38,15	CMM CSN Cemig / GT AngloGold	Janeiro de 1999	210	88	88
Porto Estrela	Rio Santo Antônio, no estado de Minas Gerais.	33,33	Cemig / GT Coteminas	Setembro de 2001	112	20	20
Total (2).....					<u>3.364MW</u>	<u>US\$ 384</u>	<u>US\$ 1.038</u>

(1) Data prevista para início da primeira unidade do projeto.

(2) Também detemos 43,85% de um consórcio que tem o direito de concessão para construir a usina hidrelétrica de Santa Isabel no rio Araguaia, que tem capacidade projetada de 1.087 MW. Em vista das dificuldades em obter as licenças ambientais necessárias para começar sua construção, atualmente estamos negociando com a ANEEL a devolução desta concessão.

Nossos sócios nos investimentos em geração de energia são:

- Cemig Geração e Transmissão S.A., conhecida como Cemig G/T, uma afiliada da Cemig, uma empresa estatal;
- Cemig Capim Branco Energia S.A., conhecida como Cemig-Capim Branco, uma afiliada da Cemig;
- Comercial e Agrícola Paineiras Ltda., conhecida como Paineiras, uma afiliada da Suzano Participações S.A.;

- BHP Billiton Metais S.A., uma subsidiária integral da BHP Billiton;
- Companhia Mineira de Metais, conhecida como CMM, uma afiliada da Votorantim Participações S.A.;
- Alcoa Alumínio S.A., conhecida como Alcoa, uma subsidiária da Alcoa Inc.;
- Mineração AngloGold Ltda., conhecida como AngloGold, que é uma afiliada da Anglo American Brasil Ltda., que, por sua vez, é afiliada da Anglo American Plc.;
- Companhia de Tecidos do Norte de Minas, conhecida como Coteminas, uma subsidiária da Coteminas International Ltd;
- Tractebel Egi South America Ltda., conhecida como Tractebel, uma subsidiária da Tractebel S.A., uma divisão de energia do Grupo SUEZ;
- CPFL Geração de Energia S.A., conhecida como CPLFs-G, uma subsidiária da CPFL Energia, uma subsidiária da VBC Participações;
- Companhia Estadual de Energia Elétrica, conhecida como CEEE, que é uma empresa elétrica estatal;
- Novelis do Brasil Ltda., conhecida como Novelis, afiliada da Novelis, Inc.;
- Companhia Siderúrgica Nacional, conhecida como CSN, uma subsidiária da Vicunha Siderurgia; e
- Camargo Corrêa Energia S.A., conhecida como Camargo Energia S.A., uma subsidiária da Camargo Corrêa S.A.

O total de nossos investimentos nesses projetos de hidrelétricas deverá ser de aproximadamente US\$ 1 bilhão. Não podemos garantir que o custo total será exatamente este ou que os projetos serão concluídos dentro do prazo previsto.

No segundo semestre de 2004, Candonga iniciou suas operações com a ativação de três turbinas. A CVRD possui participação de 50% no Consórcio da usina hidrelétrica de Candonga. A usina está localizada no rio Doce, no estado de Minas Gerais. Possui uma capacidade instalada de 140 MW e capacidade de geração média de 64,5 MW, equivalente a 565.020 MWh por ano.

Além do acima exposto, algumas de nossas afiliadas geram parte da energia que consomem.

REGULAMENTAÇÃO

Mineração

De acordo com a Constituição Brasileira, todos os recursos minerais no Brasil pertencem ao governo brasileiro. A Constituição Brasileira especifica que as companhias mineradoras devem ser constituídas de acordo com as leis brasileiras.

A Constituição Brasileira e o Código de Minas impõem às mineradoras várias restrições legais relativas, entre outras coisas, à:

- maneira como os depósitos minerais são explorados,
- saúde e segurança dos funcionários,
- proteção e recuperação do meio ambiente,
- prevenção de poluição, e
- apoio às comunidades locais onde estão as minas.

No Brasil, as mineradoras só podem prospectar e lavrar recursos minerais de acordo com as licenças de prospecção ou concessões de lavra outorgadas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, ou DNPM, um órgão do Ministério das Minas e Energia do governo brasileiro. O DNPM outorga licenças de prospecção a uma empresa solicitante por um período inicial de três anos. Essas licenças podem ser renovadas, a critério do DNPM, por mais um período que pode variar de um a três anos, desde que a parte requisitante consiga provar que a renovação é necessária para a conclusão adequada das atividades de prospecção. As atividades de prospecção no local devem iniciar dentro de 60 dias, a partir da publicação da licença de prospecção por um órgão oficial. Concluídos os trabalhos de prospecção e exploração geológicas no local, a empresa concessionária deverá apresentar um relatório final ao DNPM. Se a exploração geológica revelar a existência de um depósito mineral economicamente explorável, a empresa concessionária terá, a partir da aprovação do relatório pelo DNPM, o prazo de um ano (que pode ser prorrogado pelo DNPM) para requerer uma concessão de lavra, ou transferir seu direito de requerê-la para outra empresa interessada. Uma vez outorgada uma concessão de lavra, a concessionária deverá iniciar os trabalhos de lavra no local dentro de seis meses. O DNPM outorga concessões de lavra por um período de tempo indeterminado que vai até se esgotar o depósito mineral. Os minerais extraídos, especificados no termo de concessão, pertencer à empresa concessionária. Com a aprovação prévia do DNPM, a dona de uma concessão de lavra pode transferi-la para outra empresa qualificada para obter concessões. Em alguns casos, as concessões de lavra são contestadas por outras empresas.

De acordo com o Artigo 20 da Constituição Brasileira de 1988 e amparado pela Lei 8001/1990, o governo brasileiro nos cobra um *royalty*, conhecido como Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), sobre as receitas da venda de minerais por nós lavrados, excluindo-se os impostos e os custos de seguro e transporte. As taxas anuais pagas sobre nossos produtos são:

- minério de ferro e potássio fertilizante, 2%;
- minério de manganês e bauxita, 3%;
- caulim, 2%;
- cobre, 2%; e
- ouro, 1%.

Além disso, nos são impostas outras obrigações financeiras. Por exemplo, as companhias mineradoras devem compensar os proprietários das terras pelos danos e perdas de receitas causadas pelo uso e ocupação da terra (seja para pesquisa ou exploração) e devem também dividir com os proprietários das terras os resultados da exploração, à base de 50% da CFEM. As mineradoras devem também compensar o governo pelos danos causados às terras públicas. Uma grande maioria de nossas minas e concessões de lavra está em terras de nossa propriedade ou em terras públicas para as quais temos concessões de lavra.

Ferrovias

O governo brasileiro, através do Ministério dos Transportes e da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), regulamenta e supervisiona as políticas do setor de transporte ferroviário. O Governo Federal pode fazer concessões a empresas privadas para a construção, operação ou exploração comercial de ferrovias. Os contratos de concessão de ferrovias outorgados pelo Governo Federal estabelecem certos limites de propriedade aos acionistas. Para a FCA e a MRS, os contratos de concessão dispõem que cada acionista só poderá deter até 20% do capital votante da concessionária, a menos que permitido de outra forma pela ANTT. Estamos em conformidade com as exigências impostas pelos contratos de concessão para nossas operações de ferrovia. Recebemos uma autorização da ANTT para a nossa atual participação de 99,99% na FCA. Ao adquirir a CAEMI em setembro de 2003, aumentamos nossa participação na MRS para 37,2% do capital com direito a voto e 29,4% do capital total. Atualmente estamos discutindo a estrutura de participação acionária com a ANTT, CADE e nossos parceiros na MRS de forma a cumprirmos com as exigências aplicáveis. Vide o *Item 4. Informações da Companhia—Linha de Negócios—Logística* e o *Item 8 Informações Financeiras e Procedimentos Legais*. A limitação de propriedade não se aplica nos casos das Estradas de Ferro Vitória-Minas e Carajás.

A ANTT também estabelece diferentes limites tarifários para cada concessionária de serviços ferroviários e cada um dos vários produtos transportados. Uma vez respeitados esses limites, os preços praticados podem ser negociados diretamente com os usuários de tais serviços.

Energia Elétrica

O setor elétrico no Brasil é regulamentado pelo próprio governo federal através do Ministério de Minas e Energia e da ANEEL. O papel da ANEEL é implementar e manter em vigor as políticas e normas estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia visando organizar e regulamentar o setor elétrico e as empresas do ramo. A ANEEL deve garantir aos consumidores um eficiente e econômico fornecimento de energia fazendo valer os regulamentos e monitorando os preços e a eficiência operacional das empresas elétricas.

De acordo com as leis que regem o setor elétrico, as concessões garantem direitos exclusivos de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica em uma área específica, por um determinado período, que seja suficiente para a concessionária recuperar seus investimentos. As concessões de geração de energia são garantidas por até 35 anos e podem ser renovadas, a critério do Governo Federal, por mais até 35 anos. As concessionárias devem fornecer energia elétrica aos serviços públicos de modo contínuo, em quantidade suficiente e dentro de um padrão de qualidade aceitável, desde que, no entanto, as concessionárias possam se auto-abastecer ou vender energia elétrica a outros clientes não públicos sob certas circunstâncias.

Em virtude da natureza hidrológica e integrada da matriz brasileira de geração de energia elétrica, a ANEEL tem implementado algumas normas que criaram o Mecanismo de Realocação de Energia, conhecido como MRE, um mecanismo de compartilhamento do risco hidrológico e, conseqüentemente, de redução da volatilidade no processo de geração de todas as empresas geradoras. Para implantar o MRE, a ANEEL determina para cada empresa geradora, a cada cinco anos, um nível de produção de energia conhecido como Cota de Energia. A Cota de Energia é calculada de acordo com um modelo estatístico baseado na média de chuvas na região em questão, na vazão dos rios e nos níveis de água no reservatório de cada unidade medidos ao longo de muitos anos. Cada empresa geradora pode assinar contratos de venda de até 100% de sua Cota de Energia. Tendo uma empresa geradora assinado contratos para a venda de sua Cota de Energia e se os membros do MRE, em geral, puderem atender aos níveis da Cota de Energia, ela é remunerada com base nos termos contratuais, não importando seu nível de geração neste caso. Se todos os membros do MRE atenderem seus níveis de energia contratada, e ainda houver energia excedente, a energia gerada excedente será distribuída entre empresas geradoras de diferentes regiões e essa energia excedente poderá ser vendida no mercado atacadista.

Todos os contratos de compra e venda de energia no atacado são atualmente registrados no mercado atacadista, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ou CCEE. O CCEE é uma entidade privada sem fins lucrativos, sujeita à autorização, regulamentação e fiscalização da ANEEL, responsável pela operação do mercado atacadista de energia e que tem a função de garantir que as transações de energia no mercado de curto prazo sejam liquidadas e consolidadas com eficiência. Basicamente, o CCEE foi criado para efetuar a liquidação das diferenças entre a quantidade de energia contratada com base em contratos bilaterais dos diversos agentes de mercado (empresas geradoras, distribuidoras, *traders* e grandes consumidores) e a quantidade de energia realmente produzida e consumida. A liquidação é efetuada de acordo com os preços vigentes no CCEE, expressos em R\$/MWh, e que são calculados para cada período de liquidação de cada sub-mercado.

Em março de 2004, o governo brasileiro aprovou uma nova lei, a Lei 10848/2004, para o setor de energia. Embora a lei não tenha sido totalmente regulamentada, acreditamos que ela criará um setor ainda mais regulamentado, especialmente no segmento de geração de energia. A nova lei transfere a jurisdição de algumas áreas reguladoras da ANEEL para o Ministério de Minas e Energia. De acordo com essa nova lei, todos os consumidores de energia elétrica, inclusive os grandes consumidores como a CVRD, devem formalizar a aquisição de toda sua energia necessária através de contratos, estando previstas penalidades no caso de erros acima de 5% da energia consumida. Essa nova lei cria dois mercados paralelos de energia: um mercado regulamentado, no qual um consumidor cativo, ou consumidor regulamentado fechará contratos sujeitos a preços controlados; e um mercado não regulamentado, no qual um consumidor livre ou não controlado fechará contratos com produtores independentes de energia (IPPS) a preços vigentes no mercado. Os consumidores poderão migrar de um mercado para outro. Entretanto, os consumidores devem esperar até o vencimento de seus contratos de longo prazo e, de acordo com normas pendentes, poderão ter que notificar o Ministério de Minas e Energia de que pretendem mudar de mercado um, dois, três ou até cinco anos antes, dependendo das circunstâncias.

A nova lei de comissão de comercialização de energia - CCEE também chamada de *pool*, criada pela nova lei em substituição ao MAE, será responsável pela liquidação de todas as transações de energia entre empresas distribuidoras e geradoras. Além da CCEE ter substituído o MAE no mercado atacadista de energia, não esperamos grandes mudanças nos procedimentos de liquidação referentes às transações de curto prazo. Os auto-geradores energia, como a CVRD, podem ter que fornecer uma certa parte da energia gerada, a partir de novas concessões conseguidas depois de 2004, para o *pool*. A porcentagem exata, além das taxas sobre a quantidade de energia consumida por empresas que geram suas próprias necessidades, ainda não foi definida. Outros fatores, que ainda

não foram determinados e estão sujeitos de regulamentação pendente, incluem contribuições setoriais incluídas nos preços regulados que a ANEEL cobrará das empresas auto-geradoras pela utilização das linhas de transmissão e a maneira como os projetos de energia serão leiloados.

Como a regulamentação do setor é recente e ainda não está totalmente implementada, nós ainda não podemos avaliar todas as consequências materiais dessa nova lei sobre nossas atividades no setor elétrico. As mudanças relativas às normas e regulamentos poderão afetar negativamente nossos investimentos no setor elétrico. A Valesul está atualmente engajada em litígio em relação às taxas que a Light cobra da Valesul para a transmissão de energia. Ver *Item 8. Informações Financeiras—Procedimentos Legais*.

Questões Ambientais

As leis federais, estaduais e municipais contêm dispositivos relativos ao controle e proteção do meio ambiente no Brasil. Essas leis regem o uso de recursos naturais, a recuperação e restauração de áreas lavradas, o controle de emissões atmosféricas, o tratamento de efluentes industriais e também o uso, manuseio e descarte de materiais perigosos, além do controle de recursos hídricos de acordo com a Política Nacional de Recursos Hídricos, que define os direitos de uso da água e as taxas referentes a esse uso. É possível que as normas ambientais sejam mais rígidas no futuro. Qualquer endurecimento dessas leis poderá elevar mais os custos relacionados ao cumprimento das exigências ambientais.

Para que possamos desenvolver nossas atividades de mineração, geração de energia e industriais, devemos elaborar estudos de impacto ambiental e submetê-los às autoridades responsáveis pelas concessões de licenças relativas ao meio ambiente. Procuramos atender todas as exigências legais e alcançar boas relações ambientais com as partes interessadas, especialmente com as comunidades dos lugares onde desenvolvemos nossas atividades. Nosso sistema de gestão ambiental foi desenvolvido de modo a garantir um tratamento adequado às questões ambientais.

De acordo com a Lei Federal 9.605/1998, a não observância das leis e normas ambientais pode resultar em penas criminais, como detenção e outras restrições de cunho pessoal (aplicadas inclusive a diretores, executivos e gerentes de empresas) e multas, e prestação obrigatória de serviços públicos pelas empresas envolvidas. As penas administrativas vão desde advertências e multas até a suspensão das atividades da empresa, podendo incluir também a perda ou redução de incentivos e até o cancelamento ou interrupção de concessões de crédito oferecido por instituições governamentais.

Expedição de licenças ambientais. Para construir, desenvolver, expandir e operar unidades que utilizam recursos naturais ou que possam poluir o meio ambiente é necessário solicitar licenças ambientais. Para cada uma de nossas instalações e desenvolvimento de nossas atividades buscamos obter as respectivas licenças exigidas por lei. Em alguns casos, este processo exige um bom tempo para a preparação e avaliação de relatórios ambientais completos, bem como para o estabelecimento de programas adequados de educação ambiental das comunidades que vivem em áreas em que são desenvolvidos os projetos propostos. No que diz respeito às nossas unidades em que foram detectadas não-conformidades ambientais, estabelecemos um acordo com o governo federal e estadual através do qual nos comprometemos a fazer com que essas unidades atendam às exigências.

Compensação ambiental. A Lei Ambiental 9.985/2000 exige que paguemos às autoridades federais e estaduais uma “compensação ambiental” para que sejam criadas e mantidas áreas de proteção ambiental. Os valores pagos devem corresponder a pelo menos 0,5% do investimento total de cada empreitada com um impacto ambiental material. Ainda há muitas incertezas em relação à abrangência e aplicação desta lei, como a taxa a ser aplicada pelos órgãos federais e estaduais de controle ambiental, como essa taxa será aplicada e com que base um investimento será avaliado.

Reserva legal. De acordo com a mais recente versão do Código Florestal Brasileiro, a exploração de atividades econômicas na bacia amazônica só pode envolver 20% da área geográfica do projeto. Nós temos vários projetos na região legal amazônica (composta pelos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte dos estados do Mato Grosso e Maranhão), bem como as regiões de mineração da MRN, PPSA, Paragominas e CADAM. Atualmente, nós estamos abaixo do limite de exploração em todos esses projetos. Entretanto, algumas de nossas minas poderão atingir esse limite quando expandirmos nossas operações. Ainda há muitas incertezas em relação à abrangência e aplicação da mais recente versão do Código Florestal Brasileiro, particularmente quando a empresa já possui unidades pré-existentes, como é caso de nossa atual unidade de mineração.

Medidas de prevenção e controle ambiental. Nossas políticas ambientais visam, também, prevenir, controlar e reduzir o impacto ambiental causado por nossas operações. Para que isso seja possível, fizemos importantes

investimentos (aproximadamente US\$ 29,2 milhões em 2004) em nossas instalações e em programas de treinamento de empregados dirigidos à questão ambiental. Estamos também investindo no desenvolvimento de projetos ambientais dirigidos às comunidades que vivem nas imediações de nossas unidades (aproximadamente US\$ 6,5 milhões em 2004).

Uso dos recursos hídricos. Fazemos uso intensivo de água em onze estados com recursos hídricos bem variados, ou seja, desde aqueles com grande disponibilidade de água, como o estado do Amazonas, até os que apresentam certa escassez, como os estados do nordeste do Brasil. O Sistema de Gestão dos Recursos Hidrológicos, que está sendo implementado em toda a CVRD, inclui uma avaliação da disponibilidade de água nas áreas onde operamos e programas de racionalização e controle do uso da água. Estamos sempre atentos às novas leis e normas relativas a recursos hídricos, com um especial interesse nas exigências da Política Nacional de Recursos Hídricos, estabelecida pela Lei 9.433/1997, que define as condições para obtenção de concessões de uso de água e lançamento de efluentes. A CVRD também participa no Conselho Nacional de Recursos Hídricos e nos Comitês Locais das Bacias Fluviais, que oferecem a abordagem estratégica e os critérios de tributação para cada bacia. As taxas relativas ao uso de recursos hídricos têm sido discutidas desde 2002. A Valesul, localizada na bacia fluvial da Paraíba é a primeira de nossas afiliadas a ser solicitada a pagar uma taxa pelo uso da água, que começou a pagar taxas nominais em 2004. Até o momento, nenhuma decisão foi tomada nas regiões onde a CVRD opera.

Certificações ISO. Nosso sistema de gestão ambiental baseia-se nas normas ISO 14001. Já obtivemos 14 certificados de conformidade envolvendo as unidades de produção de minérios de ferro e manganês, ferroligas, as usinas de pelotização, operações portuárias e nosso centro de pesquisa. Todas as operações do ciclo de produção do alumínio (bauxita, alumina e alumínio) e as instalações de produção do caulim de nossas empresas controladas e coligadas também são certificadas por este padrão.

Sistemas de controle ambiental. Como uma empresa mineradora, um dos nossos principais objetivos é o controle das emissões atmosféricas em todas as nossas unidades, incluindo das unidades de pelotização. Os sistemas e equipamentos de controle conhecidos como *stockpiles* e aspersão de água (*road water aspersion*) e uso de supressores de pó químico ou a instalação de filtros e precipitadores eletrostáticos em nossas unidades são complementados por sistemas de monitoramento abrangentes e software de controle. Além de atender às conformidades legais, a qualidade do ar nas unidades e seus efeitos nas comunidades e adjacências é avaliado continuamente e os investimentos necessários para a melhoria da qualidade do ar são feitos sempre que necessário.

Com relação às melhorias na qualidade da água, sempre procuramos tratar e controlar os poluentes lançados no mar e rios locais, ou outras fontes hídricas, e também fazer uso extensivo de água reciclada em nossas operações. Estamos pesquisando novos processos e tecnologias para a melhoria do uso hídrico, reciclagem e redução de rejeito.

Através de nosso abrangente sistema de gestão de resíduos, pretendemos melhorar o controle da geração e descarte de nossos resíduos, a fim de criar oportunidades de reutilização, reciclagem e redução do descarte.

Em 2003, foi desenvolvido nosso manual de fechamento de minas, que estabelecia um conjunto completo de diretrizes, incluindo métodos e procedimentos técnicos a serem seguidos durante o fechamento de minas. O manual destacava procedimentos para a recuperação e monitoração das áreas degradadas, os principais procedimentos e seqüência a ser seguida no processo de fechamento de uma mina e todas as obrigações resultantes do fechamento. O manual também contém critérios e procedimentos básicos e padronizados, baseados nas diretrizes da CVM e da SEC (FAS 143), para avaliação de custos, a elaboração de orçamentos atuais, futuro fechamento e recuperação. (Veja nota 4 das nossas demonstrações contábeis consolidadas)

Nosso programa ambiental também inclui projetos de reflorestamento para proteger o solo contra erosão e amenizar o impacto das nossas atividades e nas comunidades vizinhas. Pesquisas extensas são desenvolvidas em parceria com universidades e entidades governamentais de pesquisa para desenvolver procedimentos de reflorestamento, proteção de solo utilizando espécies nativas das regiões gerenciadas e para o melhoramento do crescimento e da taxa de crescimento de sementes. São desenvolvidas investigações abrangentes sobre a fauna e flora, principalmente na região de Carajás para compreender e evitar riscos ambientais envolvidos no investimento em áreas potencialmente sensíveis.

Em 2004, investimos US\$ 14,4 milhões nestas atividades. Participamos também na manutenção e preservação aproximadamente 1,3 milhões de hectares das florestas brasileiras, incluindo a Floresta Nacional de Carajás no Amazonas, e possuímos e preservamos a Reserva Natural do Vale do Rio Doce, uma das áreas remanescentes da Floresta Atlântica no estado do Espírito Santo. Em 2004, US\$ 0,7 milhões foram gastos nesta atividade. Nos últimos vinte anos, temos dado suporte às comunidades indígenas nas áreas de educação, saúde, desenvolvimento de infra-

estrutura e assistência técnica com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e a auto-suficiência destas comunidades. Os gastos nestes programas chegaram a US\$ 6,5 milhões em 2004.

MARCAS E PATENTES

Nós temos, ou requeremos, um grande número de patentes junto a órgãos de propriedade intelectual de 38 países e ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) do Brasil, o órgão oficial responsável pela concessão de patentes e registro de marcas comerciais. A maioria de nossas patentes se refere a direitos de propriedade sobre processamento de minério de ferro. Uma de nossas patentes mais importantes refere-se ao processo de redução de minério de ferro, conhecido como “itabirito”, que é bastante utilizado por outras mineradoras em todo o mundo. Atualmente, estamos conduzindo uma pesquisa tecnológica para investigar a exploração comercial de nossos itabiritos duros. Temos também certificados de nossas marcas, incluindo a marca comercial (logotipo) e os nomes fantasia, registrados no INPI e em outros 61 países. Esses registros são sistematicamente renovados a cada dez anos no Brasil e no exterior de acordo com as leis vigentes em cada país.

SEGUROS

Temos cobertura de seguros para vários tipos de riscos, como de propriedade, passivos, veículos, riscos de terminais marítimos e de transporte e também uma apólice de seguro de vida em grupo para nossos empregados. Acreditamos que nossas apólices são equivalentes em número e cobertura de riscos às de outras empresas do ramo. Em 2002, iniciamos as atividades da SRV Insurance Company Limited, uma subsidiária de “resseguro cativo” estabelecida nas Ilhas Cayman, nos possibilitando a obter seguro e resseguro a taxas mais competitivas assumindo uma parcela do risco consoante com nossas apólices de seguro.

INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta um histórico de nossos investimentos por área de negócio nos períodos indicados. Nossos investimentos têm sido historicamente maiores no segundo semestre de cada ano. Vide *Item 5. Visão Geral—Fatores Chaves Afetando as Receitas e Resultados das Operações —Desinvestimentos e Vendas de Ativos*, para obter uma descrição de nossas alienações.

	Do período encerrado em 31 de dezembro,		
	2002	2003	2004
		(em milhões de US\$)	
Minerais Ferrosos	US\$ 435	US\$ 698	US\$ 636
Minerais não ferrosos	132	332	302
Logística	33	274	484
Alumínio	63	79	224
Carvão	---	---	10
Energia	72	40	79
Centro corporativo	31	120	178
Aquisições e outros investimentos	46	448	143
Total	US\$ 812	US\$ 1.991	US\$ 2.056

Investimentos 2004 e Investimentos Previstos para 2005

Durante o ano de 2004, a CVRD realizou investimentos da ordem de US\$ 2.056 milhões. Em 2004, a CVRD concluiu cinco projetos importantes: a mina de cobre de Sossego, a expansão da capacidade de produção de minério de ferro em Carajás para 70 milhões de toneladas por ano, o Pier III no terminal marítimo em Ponta da Madeira, a usina hidrelétrica de Candonga e o início das operações da mina de minério de ferro Capão Xavier.

Estimamos US\$ 3.332 milhões em nosso orçamento para investimentos em 2005. Deste total, 77,9%, ou US\$ 2.596 milhões serão expansões de investimentos em itens que promovam o crescimento (“investimentos em crescimento”) e o restante, US\$ 736 milhões são investimentos em itens para manutenção das operações existentes (“investimentos *stay-in-business*”).

A tabela abaixo relaciona nossos principais projetos de investimento em 2004 e os investimentos orçados para projetos em 2005, juntamente com o investimento total estimado em cada um:

Área	Projeto	Atual	Orçado		Status
		2004	2005	Total	
(em milhões de US\$)					
Minerais Ferrosos	Expansão das minas de minério de ferro de Carajás (Sistema Norte)	104	140	296	Esperamos concluir a expansão de Carajás em 2006 com um conseqüente aumento de 15 milhões de toneladas por ano em capacidade, elevada para um total de 85 milhões de toneladas por ano.
	Mina de minério de ferro Brucutu (Sistema Sul)	39	205	448	Esperamos a nova instalação em Brucutu para dar início à produção e produzir 15 milhões de toneladas de minério de ferro em 2006. A Fase II deve ser concluída em 2007, resultando num aumento na capacidade para 24 milhões de toneladas de minério de ferro por ano.
	Mina de minério de ferro Fábrica Nova (Sistema Sul)	35	37	106	Fábrica Nova começou a operar em abril de 2005. O mineroduto da Samarco está atualmente sendo mudado para aumentar a área de mineração. Esperamos concluir este projeto até o final de 2005.
	Mina de minério de ferro Timbopeba	--	25	25	O projeto deve expandir a vida útil da mina Timbopeba até 2008 com uma produção anual estimada de 2,7 milhões de toneladas por ano.
	Expansão e modernização das minas de minério de ferro de Itabira (Sistema Sul)	17	16	75	O nivelamento da mina está em andamento e o trabalho na unidade de processamento deve começar na primeira metade de 2005. Este projeto deve aumentar a capacidade de produção de Itabira de seus atuais 43 milhões de toneladas por ano para 46 milhões e deve ser concluída em 2006.
	Expansão da mina de minério de ferro Fazendão (Sistema Sul)	—	52	100	O trabalho deve começar na primeira metade de 2005, para a implementação da mina Fazendão, a ser concluída em 2006. A mina Fazendão deve ter uma capacidade de produção de 14 milhões de toneladas por ano de ROM (<i>run of mine</i>).
	Expansão da mina de minério de ferro Fábrica (Sistema Sul)	—	38	144	A expansão da mina Fábrica deve começar a operar no início de 2007, com um aumento estimado de 5 milhões de toneladas por ano, de 12 milhões de toneladas para 17 milhões de toneladas por ano.
	Expansão do Porto de Tubarão (Sistema Sul)	9	22	65	A expansão do sistema de correia transportadora e maquinário para carregamento e a construção de novos pátios de estocagem devem ser concluídos em 2006.
	Expansão da unidade de pelotização de São Luis (Sistema Norte)	—	18	18	Esperamos que a expansão da capacidade da unidade para 7 milhões de toneladas por ano seja concluída na segunda metade de 2005.
Carvão	Mina de antracito Longyu	—	86	86	Concordamos em comprar 25% do produtor chinês de antracito Henan Longyu Energy Resources Ltd., em parceria com a Yongcheng e a Baosteel. Esperamos que esta mina produza 1,7 milhões em 2005.

Área	Projeto	Autal	Orçado	Status	Área
		2004	2005	Total	
		(em milhões de US\$)			
	Usina metalúrgica de Coque Shandong Yankuang	10	16	26	Temos 25% da <i>joint venture</i> Shandong Yankuang International Coking Ltd. para produzir o coque metalúrgico. A unidade deve começar a produzir em 2006 com uma capacidade estimada de 2 milhões de toneladas por ano de coque e 200.000 toneladas por ano de metanol.
Minerais não ferrosos	Expansão da mina de potássio Taquari-Vassouras	29	9	78	Nosso projeto para expandir a produção nominal de 600.000 para 850.000 toneladas por ano está aproximadamente 90% concluído. Esperamos concluir a expansão na segunda metade de 2005.
	mina de cobre 118	6	32	218	A construção será iniciada na segunda metade de 2005 com conclusão projetada para 2007. A mina deve ter uma capacidade de produção de 36.000 toneladas de catodos de cobre por ano.
	Mina de níquel Vermelho	—	34	875	A construção da mina, com uma capacidade estimada de 45.000 toneladas de níquel catodo e 2.000 toneladas de cobalto por ano deve ser concluída em 2007.
Alumínio	Expansão da Alunorte: estágios 4 e 5—alumina	187	306	583	Estágios 4 e 5 aumentarão a capacidade da refinaria de alumina para 4,2 milhões de toneladas por ano dos atuais 2,4 milhões de toneladas por ano e deve ser concluída em 2006.
	Mina de bauxita Paragominas I	29	154	352	Nossa construção de uma mina com capacidade de produção estimada em 4,5 milhões de toneladas por ano deve ser concluída em 2006.
Logística	EFVM, EFC, FCA: aquisição de locomotivas e vagões	284	559	559	Em 2004 compramos 109 locomotivas (79 para carga geral e 30 para minério de ferro) e 4.276 vagões (2.212 para carga geral e 2.064 para minério de ferro). Esperamos comprar 123 locomotivas (82 para minério de ferro e 41 carga geral) e 5.606 vagões (4.742 para minério de ferro e 864 para carga geral) em 2005.
Geração de Energia	Usina hidroelétrica de Aimorés	27	12	144	Esperamos que a unidade de 330MW no Rio Doce, estado de Minas Gerais, inicie suas operações no segundo semestre de 2005. Temos uma participação de 51% neste projeto.
	Usinas Hidroelétricas Capim Branco I e II	45	73	181	As duas usinas devem começar a operar em 2006, com uma capacidade de geração de 240 MW e 210 MW respectivamente.

Além dos orçamentos para os referidos projetos, a CVRD orçou US\$ 375 milhões para pesquisa e desenvolvimento. Do total orçado, 36% deve ser gasto na província mineral de Carajás e 27% em outras áreas do Brasil. Os 37% restantes serão orçados para explorações no exterior.

Item 5. Avaliação Operacional/Financeira e Perspectivas

Visão Geral

O ano de 2004 foi outro ano recorde para a CVRD. Geramos um lucro líquido de US\$ 2.573 milhões em 2004, um aumento de 66,2% sobre o montante registrado em 2003.

Este desempenho foi derivado principalmente de um pronunciado aumento na receita operacional, que subiu 90,0%, US\$ 3.123 milhões em 2004. O aumento na receita líquida operacional refletiu em margens operacionais melhores, que subiram de 30,7% em 2003 para 38,7% em 2004, explicados por um aumento de 50,8% nas receitas líquidas com custos e despesas diminuindo de 69,3% de receita líquida em 2003 para 61,3% em 2004. A melhora nas margens gerais refletiu numa melhoria em nossas atividades de minério de ferro, pelotas e ferro ligas, principalmente em consequência de preços mais altos e aumento em nossas margens operacionais de alumínio devido à consolidação da Albras. Estas melhorias foram compensadas parcialmente por declínio de margens em nossa atividade de alumina, como resultado da consolidação da Albras e em nossas atividades de logística, devido principalmente à consolidação da FCA. O aumento nas receitas, que refletiu em forte demanda e elevação dos preços de nossos principais produtos, foi derivado da alta demanda contínua da China e crescente demanda de nossos demais mercados na Ásia e Europa, bem como os aumentos na produção e o impacto da consolidação dos resultados de um ano inteiro da CAEMI, Albras e FCA em 2004.

Nossa maior receita operacional foi parcialmente compensada por despesas líquidas não operacionais de US\$ 120 milhões em 2004, comparado a um ganho de US\$ 10 milhões em 2003, resultado principalmente da valorização do *real* contra o dólar norte americano e aumento dos impostos de renda, de US\$ 749 milhões em 2004, contra US\$ 297 milhões em 2003, devido à maior receita operacional.

Outros destaques de 2004 incluem:

- *Início das operações de mineração de cobre.* A mina de Sossego, nosso primeiro projeto de cobre, iniciou a realização de embarques de concentrado de cobre em junho de 2004. Nos seus primeiros sete meses de operações, Sossego, que ainda está em sua fase inicial, contribuiu com US\$ 201 milhões para nossas receitas brutas e US\$ 92 milhões para nossa receita operacional.
- *Efeitos da taxa de câmbio.* As mudanças nas taxas de câmbio tiveram um impacto negativo em nossa receita operacional em 2004. A taxa de câmbio média de R\$/US\$ foi de R\$ 3,0722 durante 2003 e R\$ 2,9257 durante 2004, representando uma valorização de 5,0% do *real*. Esta valorização teve um impacto negativo em nossa receita operacional, visto que a maioria de nossas receitas é denominada em dólares norte-americanos e a maioria de nossos custos é denominada em *reais*. O dólar americano, depreciado em 8,1% do final de 2003 para o final de 2004, contra 18,2% do final de 2002 para o final de 2003, resultou em câmbio e ganhos monetários inferiores em 2004 comparado com 2003.
- *Consolidação da Albras.* Com início em 1º de janeiro de 2004, começamos a consolidação da Albras, um produtor primário de alumínio, na qual detemos 51% do capital votante, em conformidade com o *Financial Accounting Standards Board (FASB) Interpretation No. 46R*. Para mais informações, veja a Nota Explicativa 4 de nossas demonstrações contábeis. Albras foi responsável por US\$ 388 milhões de nossas receitas brutas de alumínio e US\$ 250 milhões de nossa receita operacional de alumínio em 2004, que levou a uma redução nos volumes de alumina e refletiu na eliminação por consolidação das vendas de alumina pela Alunorte para a Albras.
- *Consolidação da FCA e CAEMI.* Nossos resultados de operações em 2004 também refletem a consolidação de um ano inteiro dos resultados da FCA e CAEMI, comparados com apenas quatro meses em 2003. Em 2004, a CAEMI contribuiu com US\$ 840 milhões para nossa receita de minério de ferro, US\$ 288 milhões para nossa receita operacional de minério de ferro e US\$ 92 milhões para nossas receitas de caulim e US\$ 33 milhões para nossa receita operacional de caulim. A FCA contribuiu com US\$ 217 milhões para nossas receitas de transporte ferroviário e US\$ 29 milhões em perdas operacionais de transporte ferroviário.
- *Venda da CST.* Em 2004 vendemos nossa participação na CST por US\$ 579 milhões. O ganho resultante foi de US\$ 404 milhões.

Fatores-Chave que Afetam a Receita e os Resultados das Operações

Demanda

Demanda por minério de ferro e pelotas

Nos últimos anos, passamos por um significativo aumento na demanda da China e, em 2004, continuamos a ver uma recuperação da demanda na Europa e Japão. A demanda por nossos produtos de minério de ferro é uma função de demanda mundial por aço, que é, em troca, fortemente influenciada pela atividade econômica mundial. Uma

desaceleração na atividade econômica global irá normalmente afetar a demanda pelos nossos produtos de minério de ferro. A demanda mundial por aço vem crescendo desde 2002. A demanda transoceânica global por minério de ferro cresceu a uma taxa aproximada de 12,1% em 2004. Em 2005, esperamos que a demanda continue a crescer, embora a uma taxa mais baixa do que em 2004.

A demanda por minério de ferro e pelotas ultrapassou nossa capacidade produtiva ao longo de 2004 e esperamos que a demanda continue a exceder nossa capacidade produtiva em 2005. Planejamos investir US\$ 1.266 milhões em 2005 na divisão de minerais ferrosos. Esta quantia inclui gastos em sete projetos de minério de ferro que adicionarão aproximadamente 90 milhões de toneladas à nossa capacidade produtiva de minério de ferro, além de expandir a capacidade de nossos portos e uma das nossas unidades peletizadoras. Embora nossa produção programada de minério de ferro para este ano seja 10% maior que 2004, ainda nos deparamos com o excesso de demanda. Na medida em que a demanda ultrapassa nossa capacidade produtiva, esperamos comprar e revender minério de ferro e pelotas de terceiros para tentar atender a qualquer necessidade. Em 2004, compramos 15,9 milhões de toneladas de minério de ferro e pelotas de terceiros. Esperamos que nossas compras de terceiros permaneçam em níveis semelhantes em 2005.

Demanda por produtos relacionados ao alumínio

A demanda por produtos relacionados ao alumínio é derivada principalmente por condições econômicas mundiais. Nos últimos anos, a China tem sido o país de maior demanda no setor de alumínio. A demanda mundial por bauxita, alumina e alumínio atualmente supera a oferta e esperamos que esta tendência continue ao longo de 2005.

Demanda por serviços de transporte de terceiros

A demanda de terceiros por nossos serviços terceirizados no Brasil é basicamente uma consequência de uma demanda reprimida de serviços eficientes de logística e pelo crescimento na economia brasileira. A demanda por serviços de transporte terceirizados no Brasil continuou a superar a oferta em 2004 e esperamos que esta tendência continue em 2005, na medida que a economia brasileira continue a crescer. Acreditamos que nossa habilidade em aumentar nossas receitas dependerá muito de nossa habilidade em aumentar nossas frotas de vagões e locomotivas e outros equipamentos para atender a demanda em excesso.

Capacidade Produtiva

As expansões da capacidade são o fator chave de influência de nossas receitas. Em 2004, completamos as seguintes principais expansões de capacidades:

- Expansão da capacidade de produção anual de Carajás de 56 milhões para 70 milhões de toneladas por ano. Esta expansão de capacidade irá parcialmente compensar o fechamento de nossa mina Capanema, que produziu 6,4 milhões de toneladas de minério de ferro 2003 antes de cessar suas operações em dezembro de 2003;
- Lançamento da produção de concentrado de cobre em nossa mina Sossego em junho de 2004; e
- Compra de 109 locomotivas e 4.276 vagões em 2004 para aumentar a capacidade de transporte de carga geral e minério de ferro de nossas ferrovias.

Os principais aumentos de capacidade que esperamos concluir em 2005 incluem:

- Aumento da capacidade de nossa unidade peletizadora de São Luís de 6 milhões de toneladas por ano para 7 milhões de toneladas por ano;
- No primeiro semestre de 2005, a construção de um projeto *greenfield* de minério de ferro na Fábrica Nova, que deve ter uma capacidade produtiva anual de 15 milhões de toneladas por ano e produção aproximada de 10 milhões de toneladas em 2005;
- O projeto de expansão de capacidade na mina de potássio Taquari-Vassouras de 600.000 toneladas por ano para 850.000 toneladas por ano;
- Instalação de um novo carregador de navio no Pier III no Terminal Marítimo de Ponta da Madeira;

- Expansão da capacidade do Terminal Marítimo da Ilha de Guaíba de 16 milhões de toneladas para 19 milhões; e
- Compra de 123 locomotivas e 5.606 vagões em 2005 para expandir a capacidade de transporte de carga geral e minério de ferro de nossas ferrovias.

Ver *Item 4. Informações sobre a Empresa—Investimentos de Capital* para mais detalhes relacionados aos nosso budget de dispêndios com investimentos de 2005.

Preços

Minérios e metais

Minério de ferro. Nossas exportações de minério de ferro ocorrem mediante contratos de fornecimento de longo prazo que prevêem ajustes de preços anuais. Alterações cíclicas na demanda global por produtos de aço afetam os preços e volumes das vendas no mercado mundial de minério de ferro. Diferentes fatores, tais como o teor de ferro de depósitos de minério específicos, os vários processos de beneficiamento e purificação necessários para produzir o produto final desejado, tamanho de partícula, teor de umidade e o tipo e concentração de contaminantes (tais como fósforo, alumina e minério de manganês) no minério influenciam os preços contratuais para o minério de ferro. Finos, granulados e pelotas tipicamente têm diferentes preços fixados. Normalmente, promovemos negociações anuais de preços que vão desde o mês de novembro até o início do ano seguinte. Em virtude da ampla variedade na qualidade e características físicas do minério de ferro e pelotas, esses produtos não são considerados *commodities*. Esse fator, aliado à estrutura do mercado, impediu o desenvolvimento de um mercado de futuros de minério de ferro. Não realizamos operações de *hedge* relacionadas à nossa exposição à volatilidade de preços do minério de ferro e não há mercado de futuros do minério de ferro.

Preços de Referência para Europa em centavos de US\$ /unidade de ferro por tonelada métrica

Ano	Finos de Carajás	Minério padrão para	
		Minério padrão para sintetização	Pelotas de alto forno
2002	29,31	28,62	47,36
2003	31,95	31,04	52,00
2004	37,90	36,45	61,88
2005	65,00	62,51	115,51

Nossos preços de referência por unidade de ferro para finos de minério de Carajás tiveram um aumento geral em 2004 de 18,6% dos níveis de 2003, após aumentar em 9% em 2003 em relação a níveis de 2002. Passamos por tendências semelhantes no mercado para pelotas, onde os preços de referência aumentaram 19% em 2004, após o aumento de 9,8% em 2003. Fechamos acordos com importantes empresas siderúrgicas através dos quais ficou estabelecido que, em 2005, nossos preços de minério de ferro sofrerão aumentos médios de 71,5% e nossos preços de pelotas sofrerão aumentos médios de 86,6%. Os preços do minério granulado aumentarão em média 79,0%.

Produtos relacionados ao alumínio. Nossas operações de alumínio ocorrem através de uma combinação de controladas e *joint ventures* não consolidadas. Consolidamos as receitas da (i) Alunorte, que refina e vende alumina, da (ii) Albras, que produz e vende alumínio e (iii) de nossa *trading* controlada integral Itabira Rio Doce Company Ltd., que chamamos de Itaco e revende bauxita, alumina e alumínio. O restante de nossas operações de bauxita e alumínio são refletidas no item “Equivalência Patrimonial em coligadas e *Joint Ventures* e Provisão para Perdas e Investimentos” em nossa demonstração consolidada dos resultados.

Através da Itaco, vendemos nosso alumínio em um mercado mundial ativo, onde os preços são determinados com relação aos preços vigentes em mercados terminais, tais como a Bolsa de Metais de Londres e a Commodity Exchange, Inc. (Bolsa de Commodities), ou COMEX, na época da entrega. A tabela abaixo mostra os preços médios trimestrais de mercado para o alumínio na Bolsa de Metais de Londres nos períodos indicados.

	<u>Alumínio</u> (<u>\$ por ton.</u>)
1° trim. de 2002.....	1.394,48
2° trim. de 2002.....	1.377,17
3° trim. de 2002.....	1.330,35
4° trim. de 2002.....	1.356,92
1° trim. de 2003.....	1.392,04
2° trim. de 2003.....	1.379,55
3° trim. de 2003.....	1.419,94
4° trim. de 2003.....	1.519,80
1° trim. de 2004.....	1.667,37
2° trim. de 2004.....	1.687,60
3° trim. de 2004.....	1.716,60
4° trim. de 2004.....	1.813,80
1° trim. de 2005.....	1.888,60

Fonte: Bloomberg.

A Albras e a Alunorte buscam gerenciar os riscos relacionados às mudanças nos preços do alumínio por meio de transações de *hedge*. Para mais informações sobre o *hedge* relacionado ao alumínio, veja o *Item 11. Divulgações Quantitativas e Qualitativas sobre Riscos de Mercado*. Durante o primeiro trimestre de 2005, os preços médios para o alumínio na Bolsa de Metais de Londres subiu 4,1%, comparado ao trimestre anterior. Os preços da Alumina permaneceram em níveis altos durante o primeiro trimestre de 2005 e acreditamos que a atual instabilidade estrutural entre oferta e demanda no mercado da alumina continuará a ter um impacto positivo nos preços da alumina a curto prazo.

Nossa *joint venture* não consolidada, a MRN, vende uma porção substancial de sua bauxita à nossa subsidiária consolidada Alunorte, que por sua vez vende uma parcela significativa de sua produção de alumina para a nossa *joint venture* não consolidada Valesul. Segue abaixo os acordos básicos sob os quais estas vendas são feitas:

- Nossa *joint venture* de bauxita, a MRN produz bauxita para vender em bases de compromissos firmados (*take-or-pay*) para nós e nossos sócios de *joint venture* a um preço determinado por uma fórmula baseada em preços vigentes de alumínio e alumina do mercado internacional. Nossa controlada de alumina Alunorte compra toda a bauxita que necessita da MRN. Nosso compromisso anual de compra para 2004 foi de aproximadamente US\$ 60 milhões.
- Cada sócio da Alunorte deve comprar em bases de compromisso firmado (*take-or-pay*) toda a alumina produzida pela Alunorte na proporção de suas respectivas participações. Cada sócio paga o mesmo preço, que é determinado por uma fórmula vinculada aos preços do alumínio vigentes no mercado internacional. Em 30 de junho de 2002, aumentamos nossa participação e adquirimos controle da Alunorte e passamos a consolidá-la em nossas demonstrações contábeis. Como consequência, desde aquela data, os pagamentos que fizemos à Alunorte pelo compromisso firmado (*take-or-pay*) são eliminados quando da preparação das nossas demonstrações contábeis consolidadas. Em 2004 utilizamos 51% de nossa participação da produção da Alunorte na Albras, vendemos 47% ao mercado estrangeiro e vendemos o restante em nossas operações de alumínio para a Valesul.
- Cada sócio de alumínio da Albras deve comprar em bases de compromissos firmados (*take-or-pay*) todo o alumínio produzido pela Albras na proporção de suas respectivas participações. Em 2004, passamos a consolidar a Albras em nossas demonstrações financeiras. Como consequência, incluímos 100% dos resultados da Albras em nossas demonstrações contábeis e pagamentos feitos pela Itaco à Albras sob nosso compromisso firmado (*take-or-pay*) são eliminados na preparação de nossas demonstrações contábeis consolidadas 2004. Antes de 2004, nossas vendas de alumínio compreenderam a revenda pela Itaco de nossa participação na produção da Albras. Não temos um compromisso firmado com a Valesul, que vende produtos do alumínio diretamente a seus clientes.

Minério de manganês e ferro ligas. Os preços do manganês e de ferroligas são fortemente influenciados pelas tendências no mercado siderúrgico. Os preços do minério de manganês são normalmente negociados em bases anuais por *benchmarking* estabelecido no mercado japonês, com base no preço de referência de ferroligas correspondente. Os preços de ferro ligas são negociados em ofertas de compra, por contratos trimestrais

(principalmente na Europa) ou à vista. Eles são influenciados por diversos fatores e são mais voláteis que os preços do minério de manganês. Entre os principais fatores estão os preços do minério de manganês, os estoques mantidos pelos produtores ou *traders*, eventuais interrupções da produção e tarifas *anti-dumping* nos principais mercados (E.U.A., Europa, Japão e Coréia do Sul). Os preços médios do minério de manganês aumentaram 36,8%, subindo de US\$ 55,4 por tonelada em 2003 para US\$ 75,8 por tonelada em 2004. Os preços médios para o ferroligas aumentaram 74,7%, de US\$ 547,8 por tonelada em 2003 para US\$ 957,1 por tonelada em 2004, refletindo o aumento geral no preço de matérias primas para o aço. Ferroligas não é um produto padronizado uma vez que vendamos diversos tipos de ligas com preços diversificados.

Potássio e caulim. Os preços do potássio aumentaram 41,1%, de US\$ 139,5 por tonelada em 2003 para US\$ 196,8 por tonelada em 2004, refletindo principalmente o aumento na demanda por fertilizantes. Nossos preços médios para o caulim caíram 3,9% de US\$ 142,2 por tonelada em 2003 para US\$ 136,7 por tonelada em 2004, refletindo principalmente um maior custo do frete internacional.

Cobre. Vendemos nosso cobre num mercado internacional ativo onde os preços são determinados por referência àqueles vigentes nos mercados terminais, como a Bolsa de Metais de Londres e o COMEX, na época da entrega. Os preços do cobre aumentaram 57,0% em 2004, com relação a 2003. Estes altos preços refletiram principalmente o aumento da demanda global, principalmente da China, na fraqueza do dólar americano e no baixo nível dos estoques. Nossas operações de cobre começaram em 2004 e vendemos 269 mil toneladas, gerando uma receita de US\$ 201 milhões.

Logística

Nossas receitas no setor de logística provém principalmente das taxas cobradas dos clientes pelo transporte de cargas através de nossas ferrovias, portos e navios. A maioria destas receitas é originária de nossas ferrovias e quase todas as nossas receitas logísticas são denominadas em reais. Os preços no mercado ferroviário brasileiro estão sujeitos a limites máximos estabelecidos pelas autoridades reguladoras brasileiras, mas, na prática, têm historicamente caído bem abaixo destes limites, refletindo principalmente a necessidade das rodovias de se manterem competitivas com o transporte rodoviário. Os preços variam conforme o tipo de carga e as distâncias de entrega.

Volatilidade Cambial

A maioria de nossas receitas é denominada em dólar, ao passo que a maioria de nossos custos (exceto as despesas financeiras) é denominada em reais. Como resultado, quando o real está relativamente forte em relação ao dólar, isto tende a gerar um efeito negativo em nossos registro do reultado financeiro de operações e vice-versa. Por outro lado, como a maior parte de nossa dívida (e da dívida em nível de *joint venture* e afiliadas) é denominada em dólar, a queda do real nos obriga a registrar perdas monetárias e cambiais.

As mudanças nas taxas de câmbio tiveram um efeito negativo em nossa receita operacional em 2004. A taxa média de câmbio R\$/US\$ foi de R\$ 3,0722 durante 2003 e R\$ 2,9257 durante 2004, representando 5,0% de valorização do real. Esta valorização teve um efeito negativo em nossa receita operacional porque a maioria de nossas receitas é denominada em dólares norte-americanos e a maioria de nossos custos é denominada em reais. O dólar americano depreciou 8,1% do final de 2003 ao final de 2004, contra 18,2% do final de 2002 ao final de 2003, resultando em câmbio e ganhos monetários mais baixos em 2004 do que em 2003.

Aquisições

Concluimos diversas aquisições importantes em 2003, 2004 e nos primeiros meses de 2005.

- Em fevereiro de 2003, compramos por US\$ 17,6 milhões 100% da Elkem Rana AS, uma produtora norueguesa de ferro-cromo, que depois passamos a chamar de RDMN. Investimos US\$ 16,7 milhões para converter a fábrica da RDMN para permitir a produção de ligas de ferro manganês. A unidade iniciou suas operações com um forno em junho de 2003 e trouxe seu segundo forno em novembro de 2003.
- Em setembro de 2003 concluimos a aquisição da participação da Mitsui na CAEMI e agora possuímos 100% das ações ordinárias da CAEMI e 40% de suas ações preferenciais, totalizando 60,2% do capital social da CAEMI. Começamos a consolidar a CAEMI a partir desta data. A CAEMI contribuiu com US\$ 840 milhões em nossas receitas brutas de minério de ferro para 2004 e US\$ 288 milhões para nossas receitas operacionais totais para o minério de ferro. A CAEMI contribuiu US\$92 milhões para nossas

receitas brutas de caulim para 2004 e US\$ 33 milhões para nossas receitas operacionais totais para o caulim.

- Com a aquisição da CAEMI aumentamos nossas receitas com minério de ferro, mas sofremos um impacto negativo em nossas margens operacionais. As margens mais baixas na CAEMI resultam principalmente do fato de que, diferente de nossos sistemas Norte e Sul, que contam com suas próprias ferrovias, a MBR utiliza os serviços de outra operadora ferroviária por terceiros, a MRS, para transportar minério de ferro de nossas minas para seus portos.
- Em setembro de 2003, começamos a consolidar a FCA. A FCA tem margens operacionais menores que nossas outras ferrovias, principalmente em virtude dos custos de concessão mais altos e infra-estrutura mais antiga.
- No final de 2004 e início de 2005, estabelecemos acordos com a Yongcheng Coal & Electricity Group e a Shanghai Baosteel International Economic & Trading Co., Ltd para adquirir uma participação de 25% no produtor chinês de antrácito Henan Longyu Energy Resources Co. Ltd ou Longyu, para US\$ 86 milhões. A Longyu está engajada no desenvolvimento, operação e manutenção de minas de carvão e venda de carvão e produtos relacionados na China. A parceria prevê que teremos direitos a longo prazo (*off-take*) garantidos a uma porção da produção das minas, que pretendemos consumir em nossas peletizadoras e vender aos clientes no mercado brasileiro. A transação permanece sujeita a negociação da documentação final, bem como à aprovação do governo chinês e deve ser fechada em julho de 2005.
- Em julho de 2004 concordamos em adquirir por US\$ 26 milhões uma participação de 25% em uma *joint venture* com o Yankuang Group (Yankuang), um dos maiores produtores de carvão na China e com a Itochu Corporation. Fizemos o investimento inicial de US\$ 10,6 milhões dos US\$ 26 milhões em dezembro de 2004 na incorporação da *joint venture*. A *joint venture*, chamada de Shandong Yankuang International Coking Company Limited tem uma capacidade produtiva estimada de dois milhões de coque e 200.000 toneladas de metanol por ano e espera dar início às operações em 2006. Também estamos explorando com a Yankuang a possibilidade de participar numa *joint venture* para desenvolver uma nova mina de carvão na província de Shandong na China, que deve começar suas operações em 2007 e ter uma capacidade produtiva de aproximadamente três milhões de carvão por ano.
- Em 18 de março de 2005 adquirimos a Estrela de Apolo por US\$ 9,3 milhões. A Estrela de Apolo é uma mineradora que tem direitos minerários sobre minério de ferro e bauxita no estado de Minas Gerais. Iremos desenvolver estudos de viabilidade para estimar a capacidade produtiva anual do depósito.
- Adquirimos os direitos de exploração mineral em diversos países, entre eles:
 - Carvão na região de Moatize de Mozambique
 - Potássio na Argentina;
 - Fosfatos no Peru; e
 - Bauxita no estado da Amazonas, Brasil.

Vendas de investimentos e ativos

Completamos os seguintes principais vendas de investimentos e ativos em 2003 e 2004.

- Em agosto de 2003 vendemos nossa última mina de ouro, a Fazenda Brasileiro, para a Yamana Resources Inc., por US\$ 21 milhões.
- Em novembro de 2003 vendemos nossa participação na Sepetiba Tecon S.A. à CSN e nossa participação na Companhia CFN à CSN e Taquari Participações S.A. Estas vendas foram efetivadas junto com a aquisição da FCA descrita acima.
- Em outubro de 2003 vendemos nossa participação na Fosfértil para a Bunge Fertilizantes S.A. por US\$ 84 milhões.

- Em 2004 vendemos nossa participação na CST por US\$ 579 milhões. O ganho restante foi de US\$ 404 milhões.

Efeitos dos Investimentos em Certas Coligadas Registradas pelo Método da Equivalência Patrimonial e Investimentos ao Custo

A condição financeira e os resultados das operações de nossas *joint ventures*, companhias coligadas e investimentos podem ter efeitos significativos nos resultados das nossas operações e em nossa situação patrimonial. Vide a Nota Explicativa 13 de nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas para maiores informações sobre estes efeitos.

Custos Unitários de Extração Crescentes

Várias de nossas minas operaram já há muito tempo e provavelmente passarão por altos custos unitários de extração no futuro. Os aumentos nos custos de extração em cada uma dessas minas não afetaram substancialmente os resultados de nossas operações, visto que tais aumentos foram compensados por ganhos de produtividade.

Custos de Eletricidade

Em maio de 2004, a Albras ganhou um leilão que lhe dá o direito de adquirir energia elétrica durante um período de 20 anos, efetivo em junho de 2004. O preço básico de compra é de R\$ 53,00 MWh, indexado ao índice geral de preços do mercado, IGP-M, conforme calculado pela *Fundação Getúlio Vargas*. Além do preço base, a empresa fornecedora de energia elétrica terá o direito de participar nos resultados das vendas de alumínio primário quando o preço ultrapassar US\$ 1.450,00 por tonelada, conforme registrado na Bolsa de Metais de Londres (LME). Conforme destacado acima, até o momento, o preço da LME ultrapassou o preço LME limite durante todo o contrato.

Taxas de Inflação no Brasil

Medida pelo índice IGP-M, a taxa de inflação brasileira foi de aproximadamente 25,3% em 2002, 8,7% em 2003 e 12,4% em 2004. Nos primeiros quatro meses de 2005, a taxa de inflação nacional foi de aproximadamente 2,4%. A maioria de nossos custos é em reais, enquanto a maior parte de nossas receitas é gerada fora do Brasil em dólares norte-americanos. A inflação apresenta um impacto negativo em nossas margens operacionais, embora possa ser compensada pela desvalorização do real contra o dólar americano.

Despesas Operacionais

Nossas principais despesas operacionais constituem custos de mercadorias vendidas, despesas de vendas, custos gerais e administrativas e gastos com pesquisa e desenvolvimento.

- *Custos de produtos vendidos.* Nosso custo de produtos vendidos consiste principalmente de custos de matérias primas, bauxita e alumínio adquiridos com base em contratos tipo *take-or-pay* da MRN e Albras, minério de ferro e pelotas adquiridos de terceiros, serviços de logística adquiridos de terceiros, custos de mão de obra, custos de combustíveis, custos de energia e depreciação e exaustão. Nosso custo de produtos vendidos caiu no percentual de receitas operacionais líquidas em 2004, derivado principalmente por altos preços e da consolidação da Albras.
- *Despesas com vendas, gerais e administrativas.* Nossas despesas com vendas, gerais e administrativas consistem principalmente de gastos de nossa sede central.
- *Gastos com pesquisa e desenvolvimento.* Nossos gastos com pesquisa e desenvolvimento consistem principalmente de investimentos relacionados à exploração mineral e estudos para o desenvolvimento de projetos. Temos previsão de aumento de investimentos com pesquisa e desenvolvimento em 2005.

Impostos Brasileiros

Estamos sujeitos a diversos impostos brasileiros. Os principais impostos que pagamos são:

- *Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.* Nossa receita bruta consiste no total de receitas provenientes de vendas, líquidas de descontos, devoluções e provisões, juntamente com os valores que

recolhemos com relação ao imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS). As receitas operacionais líquidas representam receitas menos o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços que recolhemos em nome das autoridades tributárias estaduais e que devemos remeter às mesmas. Também pagamos impostos sobre outras receitas a título de programas sociais (PIS e COFINS) que são registrados nas linhas de impostos sobre a circulação de mercadorias e serviços e despesas financeiras em nossas Demonstrações Contábeis. As exportações se encontram atualmente isentas do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços.

- *Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro.* Pagamos impostos sobre o lucro, os quais inclui um imposto chamado contribuição social sobre o lucro. A contribuição social sobre o lucro é, atualmente, de 9% e o imposto de renda é de 25%, representando um imposto global de 34% previsto por lei.

A legislação tributária brasileira é freqüentemente alterada e pode produzir um impacto sobre os resultados de nossas operações. Por exemplo, em 2001 foram efetuadas algumas mudanças na legislação tributária brasileira incluindo um requisito para inclusão de receitas de controladas estrangeiras na determinação de impostos de renda a pagar no Brasil. Baseado na orientação da assessoria jurídica, acreditamos que a possibilidade de termos que pagar certos impostos potencialmente cobertos por esta legislação é remota e, por isso mesmo, não foram estabelecidas condições referentes a tais impostos em nossas demonstrações contábeis.

PRÁTICAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

Acreditamos que nossas práticas contábeis críticas são as que se seguem. Uma prática contábil é considerada crítica quando ela é importante para nossa situação financeira e resultados das operações e exige estimativas e julgamentos significativos por parte de nossa administração. Para um resumo de todas as nossas políticas contábeis críticas, vide a Nota 3 de nossas demonstrações contábeis consolidadas.

Ajustes de conversão

Nossa moeda de referência é o dólar americano, porém a moeda funcional para a maioria de nossas operações é o *real*. De acordo com a norma *Statement of Financial Accounting Standards (SFAS) 52 - "Foreign Currency Translation,"* nós convertemos itens da demonstração de resultados para refletir os resultados aproximados, que teriam ocorrido se cada transação tivesse sido convertida usando-se a taxa de câmbio em vigor na data em que a transação foi reconhecida. Como não é possível fazer a conversão separada de cada transação, usamos uma taxa de câmbio média ponderada adequada para o período em questão. Na maioria dos casos, convertemos as contas de nossa demonstração de resultados e as das controladas que usam o *real* como moeda funcional para dólares norte-americanos, aplicando taxas médias mensais ponderadas referente ao período em questão. No caso de itens excepcionais relevantes, convertemos os valores para dólares norte-americanos usando a taxa de câmbio da data da transação. Além disso, durante os períodos de alta volatilidade cambial, usamos taxas diárias estimadas para converter nossas perdas monetárias e cambiais, receitas financeiras e despesas financeiras. A determinação da taxa de câmbio média ponderada apropriada exige julgamentos e estimativas significativos da administração. De 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2004, o *dólar norte-americano* desvalorizou cerca de 8,1% em relação ao *real* e gerou um crédito para o ano registrado diretamente na conta de ajustes de conversão acumulados de US\$ 580 milhões.

Reservas minerais e vida útil de minas

Regularmente avaliamos e atualizamos nossas estimativas de reservas minerais provadas e prováveis. Nossas reservas minerais provadas e prováveis são determinadas usando técnicas de estimativa geralmente aceitas e são auditadas pela Pincok Allen & Holt, uma empresa especializada em engenharia de mineração. O cálculo de nossas reservas requer que assumamos posições sobre as condições futuras que são extremamente incertas, incluindo preços futuros do minério, taxas de câmbio, taxas de inflação, tecnologia de mineração, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas destas posições assumidas poderão ter impacto significativo em nossas reservas provadas e prováveis registradas.

Uma das maneiras pela qual utilizamos as nossas estimativas das reservas de minério é para determinar as datas de fechamento das minas usadas para reconhecer o valor de mercado da provisão para baixa de ativos e o período no qual amortizamos nossos ativos de mineração. Qualquer alteração em nossas estimativas de vidas úteis futuras esperadas das minas ou ativos poderá ter impacto significativo nos encargos de depreciação, exaustão e amortização reconhecidos em nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas como custo dos produtos vendidos.

Alterações nas vidas úteis estimadas de nossas minas poderão também causar impacto significativo em nossas estimativas de custos ambientais e de recuperação, os quais estão descritos em maiores detalhes a seguir.

Custos Ambientais e de Recuperação Áreas Degradadas

Os gastos relacionados com o cumprimento das regulamentações ambientais são registrados contra resultado ou são capitalizados conforme apropriado. Estes programas contínuos são desenhados para minimizar o impacto ambiental de nossas atividades.

Até 31 de dezembro de 2002, provisionamos somente os passivos ambientais relativos à recuperação de áreas degradadas nas minas já encerradas ou aquelas que esperamos encerrar nos próximos dois anos. A estimativa dos custos ambientais foi baseada nos projetos dos próximos dois anos e não foram descontadas a valor presente.

A partir de 1º de janeiro de 2003, adotamos o *SFAS 143- "Accounting for Asset Retirement Obligations"*. O *SFAS 143* estabelece que devemos reconhecer uma obrigação a valor de mercado para a nossa estimativa de retirada de ativos no período em que elas ocorrerem, caso uma estimativa razoável possa ser efetuada. Consideramos as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento como uma prática contábil crítica porque:

- Não incorreremos na maioria destes custos por vários anos, e somos requeridos a fazer estimativas para longo prazo;
- As leis e regulamentações de encerramento e restauração poderão mudar no futuro ou circunstâncias que afetam as nossas operações poderão mudar, e qualquer um dos casos poderá resultar em desvios significativos dos nossos planos atuais;
- O cálculo do valor de mercado da nossa obrigação para retirada de ativos conforme o SFAS 143 requer que assumamos probabilidades de fluxos de caixa projetados, assumamos posições de longo prazo com relação a taxas de inflação, determinemos nosso crédito ajustado a taxas de juros sem risco e determinemos prêmios sobre riscos de mercado que são aplicáveis às nossas operações; e
- Dada a relevância destes fatores na determinação de nossos custos ambientais e de recuperação de áreas degradadas estimados, alterações em qualquer uma ou em todas as estimativas poderão ter um impacto relevante no lucro líquido. Particularmente, dados os longos períodos pelos quais muitos destes encargos são descontados a valor presente, alterações em nossas suposições sobre crédito ajustado a taxas livres de risco poderão ter um impacto significativo no valor da provisão.

Para avaliar nossas obrigações com baixa de ativos ambientais, nosso Departamento de Meio Ambiente desenvolveu um guia que define as regras e procedimentos que devem ser usados para avaliar tais obrigações. Os custos futuros de baixa de todas nossas minas são estimados anualmente, considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina. Os custos futuros estimados são descontados a valor presente usando uma taxa de juros ajustada do crédito livre de risco. Em 31 de dezembro de 2004, estimamos que o fair value de nossas obrigações totais totalizavam US\$ 134 milhões.

Desvalorização de bens duráveis imobilizado e ágio

Avaliamos nossos investimentos e os bens duráveis, que são representados basicamente pelo ativo imobilizado identificável, para desvalorização quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil dos ativos pode não ser recuperável. Se o ativo é passível de desvalorização, reconhecemos uma perda para desvalorização e ajustamos o ativo baseados na parcela do valor contábil do ativo que excede o maior entre o valor líquido de realização e o valor de uso. Normalmente determinamos o valor de uso descontando o fluxo de caixa futuro projetado usando uma taxa bruta ajustada que acreditamos ser apropriada aos riscos inerentes do ativo. Para projetar o fluxo de caixa futuro devemos assumir várias posições sobre assuntos de elevada incerteza, incluindo vendas e produção futuras, preços dos produtos (que estimamos com base nos preços históricos e corrente, tendências de preço e os fatores correlatos), reservas recuperáveis, custos operacionais, custos ambientais e de recuperação de áreas degradadas e custos de capital planejados. Chegar nessas suposições e estimativas sobre estes assuntos é um processo complexo e normalmente subjetivo. Estas suposições e estimativas podem ser afetadas por uma variedade de fatores, inclusive externos tais como tendências econômicas e da indústria, e fatores internos tais

como mudanças em nossa estratégia de negócios e nossas previsões internas. Embora acreditemos que as suposições e estimativas que fizemos no passado foram razoáveis e apropriadas, diferentes suposições e estimativas poderão impactar significativamente nossos resultados financeiros reportados. Suposições mais conservadoras dos benefícios futuros antecipados destes negócios resultariam em provisões para desvalorização maiores, o que reduziria o lucro líquido e resultaria em valores de ativos menores em nosso balanço patrimonial. Por outro lado, suposições menos conservadoras resultariam em provisões para desvalorização menores, lucro líquido e valores de ativos maiores.

Ao avaliar o potencial de desvalorização de nossos investimentos, valorizamos nossos investimentos em companhias listadas em Bolsa de Valores pela cotação dos preços de mercado disponíveis ao público. Se a cotação do preço de mercado estiver abaixo do valor contábil, e considerarmos o declínio como não sendo temporário, ajustamos os nossos investimentos para os preços de mercado cotados. Para os investimentos cujos preços de mercado cotados não estão prontamente disponíveis, avaliamos os investimentos para fins de desvalorização sempre que a performance da empresa em questão indique que uma desvalorização possa existir. Em tais casos, o valor de mercado dos investimentos é estimado principalmente com base no fluxo de caixa projetado descontado utilizando suposições similares às descritas acima.

Com relação ao agio, todo ano em 30 de setembro, usamos um processo de duas fases para testar a recuperabilidade do agio de cada uma de nossas unidades de reporte. Na primeira fase é feita uma comparação do valor de mercado da unidade de reporte com o valor contábil dos ativos líquidos. O valor de mercado dos ativos líquidos é baseado no fluxo de caixa descontado usando-se suposições similares àquelas usadas no processo descrito anteriormente. A segunda fase exige uma estimativa do valor de mercado dos ativos e passivos da unidade de reporte, individualmente. No ano encerrado em 31 de dezembro de 2004, após os testes de desvalorização, concluímos que não era necessária nenhuma redução de valor de ativo.

Derivativos e Atividades de Hedge

Em 1º de janeiro de 2001, adotamos o SFAS 133 - "Accounting for Derivative Financial Instruments and Hedging Activities", complementado pelos SFAS 137, SFAS 138 e SFAS 149. Estes pronunciamentos requerem que reconheçamos todos os instrumentos financeiros derivativos tanto ativos como passivos em nossos balanço patrimonial e os valorize aos seus preços de mercado. As variações dos valores de mercado dos derivativos são reconhecidas no resultado de cada período ou em outros lucros econômicos (fora da apuração do lucro líquido), sendo que neste caso dependerá se a transação é designada como um *hedge* de fato. Em 2003, não designamos nenhum instrumento financeiro derivativo como *hedge* e os ajustes a valores de mercado de nossos derivativos foram todos reconhecidos no lucro líquido do exercício. Se tivéssemos designado nossos instrumentos de *hedge*, conforme estabelecido no SFAS 133, teria tido ajustes correspondentes de valor de mercado, para certos instrumentos de *hedge*, nos itens protegidos correlatos no caso de *hedges* de valores de mercado ou diretamente no patrimônio líquido no caso de *hedges* de fluxo de caixa. Durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2004, registramos um encargo de US\$ 83 milhões decorrentes de ajustes a valores de mercado de instrumentos derivativos.

Impostos sobre renda

De acordo com o SFAS 109 - "Accounting for Income Taxes", reconhecemos os efeitos de impostos diferidos de compensação de prejuízos fiscais e diferenças temporárias em nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Reconhecemos uma provisão para desvalorização nos casos em que acreditamos que seja mais provável que os créditos fiscais não serão totalmente recuperáveis no futuro.

Quando elaboramos as nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas, estimamos nossos impostos sobre a renda com base nas regulamentações de várias jurisdições onde conduzimos nossos negócios. Isto requer que estimemos nossa exposição fiscal corrente e avaliemos as diferenças temporárias que resultam do tratamento diferenciado de certos itens para os fins fiscais e contábeis. Estas diferenças originam impostos de renda diferidos ativos e passivos, os quais mostramos em nosso balanço patrimonial consolidado. Por isso, temos de avaliar a probabilidade que os nossos créditos fiscais diferidos serão recuperados a partir dos lucros tributáveis futuros. À medida que acreditamos que a recuperação não é provável, registramos uma provisão para desvalorização. Quando estabelecemos esta provisão para desvalorização ou aumentamos esta provisão em um período contábil, reconhecemos uma despesa tributária em nossa demonstração de resultado. Quando reduzimos a provisão para desvalorização, como aconteceu em 2003, nós registramos um benefício fiscal em nossa demonstração de resultados.

A determinação de nossa provisão para imposto de renda ou os impostos de renda diferidos ativos e passivos e qualquer provisão para desvalorização dos créditos fiscais requer estimativas e julgamentos significativos da

administração e suposições sobre assuntos de elevada incerteza. Para cada crédito fiscal futuro, avaliamos a probabilidade se parte ou todo o ativo fiscal não será recuperado. A provisão para desvalorização feita com relação aos prejuízos fiscais acumulados depende da nossa avaliação da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro na empresa em que o imposto de renda diferido ativo foi reconhecido baseada na nossa produção e planejamento de vendas, preços das *commodities*, custos operacionais, planos de reestruturação do Grupo para as controladas e custos de recuperação de áreas degradadas e custos de capital planejados.

Contingências

Divulgamos passivos contingentes significativos exceto quando a possibilidade de perda é considerada remota e ativos contingentes nos casos que a entrada de benefícios econômicos é provável. Discutimos nossas contingências significativas na nota explicativa 18 de nossas Demonstrações Contábeis.

Contabilizamos as contingências de acordo com o SFAS 5 - “*Accounting for Contingencies*” que estabelece o registro uma perda estimada contingente quando a informação disponível antes da emissão de nossas Demonstrações Contábeis indicar a probabilidade de um evento futuro confirmar que um ativo deva ser desvalorizado ou um passivo foi incorrido na data das Demonstrações Contábeis, e o valor da perda possa ser razoavelmente estimado. Particularmente, dada a natureza incerta da legislação tributária brasileira, a avaliação de passivos tributários potenciais requer um julgamento significativo da administração. Por sua natureza, as contingências sempre serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou falharem em ocorrer – e tipicamente esses eventos ocorrerão por vários anos no futuro. Avaliar tais passivos, particularmente no ambiente legal brasileiro incerto, envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

A provisão para contingências em 31 de dezembro de 2004, totalizando US\$ 914 milhões, consiste de provisões de US\$ 221 milhões, US\$ 185 milhões, US\$ 502 milhões e US\$ 6 milhões por reclamações trabalhistas, cíveis, fiscais e outras, respectivamente.

Benefícios Pós-Aposentadoria dos Funcionários

Patrocina um plano de pensão de benefícios definidos cobrindo substancialmente todos nossos funcionários. Contabilizamos esses benefícios em conformidade com a SFAS No. 87 “Contabilidade para Pensões de Funcionários.”

A determinação do montante de nossas obrigações para os benefícios de pensão depende de determinadas suposições atuárias. Estas suposições são descritas na Nota Explicativa 17 às nossas demonstrações financeiras consolidadas e incluem, dentre outras, a taxa de retorno de longo prazo esperada sobre nossos ativos e aumentos de salário. Em conformidade com o GAAP dos EUA, os resultados reais que diferem de nossa suposições são acumulados e amortizados ao longo de períodos futuros e geralmente afetam nossas despesas reconhecidas e obrigações registradas em tais períodos futuros.

Consolidação de Entidades de Participação Variável

Realizamos avaliações para cada uma de nossas afiliadas e *joint ventures* para avaliar se elas se incluíam como entidade de participação variável ou *VIE*, conforme definido na Interpretação N° 46R “*Consolidation of Variable Interest Entities*” ou FIN 46R. Aplicando o FIN 46R, determinamos que a Albras é uma *VIE* e que somos seu principal beneficiário. Em conformidade consolidamos a Albras com efeito a partir de 1° de janeiro de 2005.

O FIN 46R requer que o beneficiário primário consolide a entidade de participação variável. Uma entidade de participação variável é na qual (a) os investidores de capital próprio (se houver) não possuem um interesse financeiro de controle ou (b) o investimento de capital próprio em risco seja insuficiente para financiar as atividades daquela entidade sem receber suporte financeiro subordinado adicional de outras partes ou (c) não tem o direito de receber retornos residuais esperados da entidade caso ocorra. O beneficiário primário de uma entidade de participação variável é a parte que absorve a maioria das perdas esperadas da entidade de participação variável, recebe a maioria dos reotrnos residuais esperados, ou ambos, como resultado da propriedade, interesses contratuais ou outras participações financeiras. Perdas esperadas são as variações negativas esperadas dos ativos líquidos da entidade, exclusivo as participações variáveis, e retornos residuais esperados são as variações positivas esperadas no fair value doa ativos da entidade, exclusivo as participações variáveis. Antes da emissão do FIN 46R, uma empresa geralmente consolidava uma entidade quando uma empresa tinha o controle da participação financeira na entidade através da propriedade do capital votante.

Qualificar a variabilidade das VIEs é complexo e subjetivo,requer consideração e estimativas de um número significativo de possibilidades futuras a ocorrer, bem como a probabilidade que cada evento ocorra. Os resultados dos possíveis eventos são registrados as participações da holding na VIE e, baseado na alocação, um cálculo é realizado para determinar qual parte, se houver, tem a maioria potencial dos eventos negativos (perdas esperadas) ou a maioria potencial dos eventos positivos (retornos residuais esperados). O cálculo das perdas esperadas e dos retornos residuais esperados requer um modelo de resultados futuros potenciais da entidade, especificando probabilidades para cada evento potencial e alocando estes eventos potenciais aos proprietários das participações nas VIEs. Se nossas estimativas de eventos futuros e probabilidades forem incorretas, poderia resultar na consolidação inadequada ou não consolidação da VIE.

Resultados de Operações—2004 Comparados a 2003

Receitas

Nossas receitas operacionais brutas aumentaram para US\$ 8.479 milhões em 2004, ou 52,9% a mais que 2003. Nossas receitas operacionais líquidas aumentaram 50,8% para US\$ 8.066 milhões em 2004. A tabela abaixo resume nossas receitas brutas por produto e nossas receitas operacionais líquidas para os períodos indicados:

	Ano findo em 31 de dezembro.		% Variação
	2004	2003	
	(em milhões de US\$)		
Minério de ferro e pelotas			
Minério de ferro.....	US\$ 3.995	US\$ 2.662	50,1%
Pelotas.....	1.148	838	37,0
Subtotal.....	5.143	3.500	46,9
Manganês e Ferroligas.....	701	349	100,9
Potássio.....	124	94	31,9
Caulim.....	164	96	70,8
Cobre.....	201	—	100,0
Ouro.....	—	21	—
Minerais e metais.....	6.333	4.060	56,0
Receitas de serviços logísticos.....	877	604	45,2
Produtos relacionados ao alumínio.....	1.250	852	46,7
Outros produtos e serviços.....	19	29	(34,5)
Receitas brutas.....	8.479	5.545	52,9
Impostos sobre vendas.....	(413)	(195)	111,8
Receitas operacionais líquidas.....	US\$ 8.066	US\$ 5.350	50,8%

Minério de ferro e pelotas

Em 2004, o mercado transoceânico global de minério de ferro continuou a lidar com altos níveis de demanda. Refletindo estas condições globais de mercado, a demanda do cliente por minério de ferro e pelotas continuou a exceder a capacidade produtiva da CVRD. Aumentamos nossos embarques de minério de ferro em 40,9 milhões de toneladas ou 25,1%, comparado ao ano anterior e nossos embarques de pelotas em 3,9 milhões de toneladas ou 16,4%. Estes aumentos refletem numa maior produção de nossas minas, o efeito da consolidação da CAEMI por um ano inteiro em 2004, comparado a apenas quatro meses em 2003 e maiores compras de terceiros. Nossas receitas brutas para 2004 também foram positivamente afetadas por aumentos de preço. Fechamos acordos com grandes siderúrgicas em janeiro de 2004, nos quais nossos preços de referência para minério de ferro e pelotas aumentaram em média 18% e 19% respectivamente. Refletindo estes volumes positivos e tendências de precificação, nossas receitas líquidas do minério de ferro e pelotas aumentaram 46,9%, de US\$ 3.500 milhões em 2003 para US\$ 5.143 milhões em 2004.

Minério de Ferro. As receitas brutas do minério de ferro aumentaram 50,1% de US\$ 2.662 milhões em 2003 para US\$ 3.995 milhões em 2004, principalmente devido a aumento de 25,1% no embarque de minério de ferro e um aumento de 19,9% nos preços médios de venda. O aumento de volume foi derivado principalmente da consolidação da CAEMI para todo o ano de 2004 comparado a apenas quatro meses em 2003. A CAEMI foi responsável por 42,7 milhões de toneladas e receitas brutas de US\$ 840 milhões em 2004, comparado ao embarque de 13,9 milhões de toneladas e receitas brutas de US\$ 240 milhões em 2003. O aumento restante de embarque resultou do aumento da produção de nossas atuais minas (principalmente a Carajás) e das compras de terceiros de

9,2 milhões de toneladas para 15,9 milhões de toneladas. Os preços refletiram os aumentos do preço do minério de ferro acordados com as maiores siderúrgicas em janeiro de 2004.

Pelotas. As receitas brutas de pelotas aumentaram em 37%, de US\$ 838 milhões em 2003 para US\$1.148 milhões em 2004. O aumento foi derivado de um aumento de 16,4% no volume embarcado, refletindo a demanda por nossas pelotas bem como a operação total de nossa peletizadora em São Luís, que contribuiu com 2,4 milhões de toneladas e um aumento de 18,7% nos preços médios de venda. Os aumentos de preço refletiram os preços de pelotas acordados com as maiores siderúrgicas em janeiro de 2004.

Manganês e ferroligas

As receitas brutas das vendas de minério de manganês e ferroligas aumentaram 100,9%, de US\$ 349 milhões em 2003 para US\$ 701 milhões em 2004. O aumento resultou de:

- Um acréscimo de 108,3% nas receitas brutas de ferroligas, de US\$ 300 milhões em 2003 para US\$ 625 milhões em 2004. O aumento foi derivado da forte demanda por nossos produtos de ferroliga da indústria siderúrgica e o impacto da produção de ferroliga de um ano da RDMN em 2004, que levou a um aumento de 22,7% no volume de vendas e um aumento de 74,7% nos preços médios de venda.
- Um aumento de 55,1% nas receitas brutas de minério de manganês, de US\$ 49 milhões em 2003 para US\$ 76 milhões em 2004. As receitas foram afetadas positivamente em 36,8% de aumento nos preços médios de venda comparados a 2003 enquanto que os volumes cresceram em 13,2%.

Potássio

As receitas brutas das vendas de potássio aumentaram 31,9%, de US\$ 94 milhões em 2003 para US\$ 124 milhões em 2004, oriundo de um aumento de 41,1% nos preços médios de venda, refletindo em forte demanda. Os preços médios de venda mais altos foram parcialmente compensados por um volume de venda mais baixo, que diminuiu 6,5% em 2004. Os embarques foram mais baixos em 2004 devido à produção que foi limitada em consequência do projeto de expansão em nossa mina de potássio Taquari-Vassouras, projetada para aumentar sua capacidade de produção anual de 600.000 toneladas para 850.000 toneladas.

Caulim

As vendas brutas do caulim cresceram 70,8%, de US\$ 96 milhões em 2003 para US\$ 164 milhões em 2004. US\$ 92 milhões de nossas receitas do caulim derivam da consolidação da CADAM através da CAEMI, por um ano completo em 2004, contra US\$ 31 milhões por quatro meses em 2003. O volume total embarcado aumentou 84,6%, principalmente pela aquisição da CAEMI. O crescimento do volume foi parcialmente compensado por uma diminuição de 3,9% nos preços médios de venda, refletindo em custos mais altos de frete internacional.

Cobre

Começamos a vender nosso concentrado de cobre de nossa mina de cobre em Sossego em junho de 2004. Durante o período de junho de 2004 até o final de 2004, as receitas brutas das vendas de concentrado de cobre atingiram US\$ 201 milhões.

Serviços de logística

As receitas líquidas dos serviços de logística aumentaram 45,2% de US\$ 604 milhões em 2003 para US\$877 milhões em 2004. A melhora do desempenho nas receitas logísticas reflete nossos esforços para incrementar a capacidade ferroviária para explorar oportunidade fornecidas por produção agrícola, especialmente a produção de grãos e aumento de embarques devido à maior produção brasileira de aço em 2004. Nossas receitas brutas também foram afetadas positivamente pela consolidação da FCA que deu início em setembro de 2003. Em particular, o aumento nas receitas brutas referentes a serviços logísticos refletem:

- Um aumento de 64,1% nas receitas brutas do transporte ferroviário, de US\$ 373 milhões em 2003 para US\$ 612 milhões em 2004. Dos US\$ 239 milhões de aumento nas receitas, US\$ 156 milhões resultaram da consolidação da FCA. O aumento reflete um aumento de 37,1% no volume transportado, refletindo a aquisição da FCA, a forte demanda por serviços de carga geral, que continuaram a superar a oferta, e a aquisição de nosso estoque, através da adição de vagões e locomotivas, bem como um aumento de 19,4%

nos preços médios de venda, refletindo preços mais altos devido à valorização do real, bem como aos preços mais altos denominados em real em consequência do aumento da demanda e inflação.

- Um aumento de 20,1% nas receitas brutas de operações portuárias, de US\$ 144 milhões em 2003 para US\$ 173 milhões em 2004. O aumento nas receitas brutas das operações portuárias foi derivado de um aumento de 15,0% nos preços médios de venda, refletindo a valorização do real bem como em preços mais altos denominados em real em consequência da alta demanda e inflação.
- Um aumento de 5,7% nas receitas brutas de embarcações, de US\$ 87 milhões em 2003 para US\$ 92 milhões em 2004.

Produtos relacionados ao alumínio

As receitas brutas dos produtos relacionados ao alumínio aumentaram 46,7%, de US\$ 852 milhões em 2003 para US\$ 1.250 milhões em 2004. Este aumento foi consequência de:

- Um aumento de 130,9% nas receitas brutas das vendas de alumínio, de US\$ 320 milhões em 2003 para US\$ 739 milhões em 2004. Do aumento de US\$ 419 milhões, a consolidação da Albras foi responsável por US\$ 384 milhões e o restante foi substancialmente devido ao aumento da demanda mundial por alumínio e a melhorias que ajudaram a expandir a produção. O volume de vendas aumentou 104,8% e o preço médio de venda aumentou 20,0%. O aumento de preço reflete principalmente a forte demanda mundial por alumínio.
- Um aumento de 43,2% em receitas brutas das vendas da bauxita, de US\$ 37 milhões em 2003 para US\$ 53 milhões em 2004. Este aumento foi principalmente devido ao resultado de um aumento de 41,0% no volume vendido. O preço permaneceu relativamente estável, refletindo preços da bauxita que são estabelecidos com base nos preços do alumínio e alumina dos três trimestres anteriores, excluindo-se o trimestre que antecedeu as negociações de preço.
- Uma queda de 7,5% em receitas brutas das vendas da alumina, de US\$ 495 milhões em 2003 para US\$ 458 milhões em 2004. A queda nas receitas brutas da alumina resultou principalmente de um decréscimo de 32,6% no volume de vendas devido à consolidação da Albras que iniciou-se em 1º de janeiro de 2004 e a receitas maiores em 2003 devido às vendas de alumina compradas no mercado a vista. O declínio no volume de vendas mais do que compensou um aumento de 37,1% nos preços médios de venda para alumina derivado do aumento na demanda mundial pela alumina.

Ouro

Nossa produção de ouro diminuiu significativamente a partir de 15 de agosto de 2003, com a venda de nossa mina Fazenda Brasileiro. Nossa produção de ouro agora consiste apenas do ouro produzido como um sub-produto de nossas operações de minério de ferro em Itabira. O concentrado de cobre que produzimos em nossa mina de Sossego contém ouro. Registramos todas as receitas recebidas em relação ao concentrado de cobre em receitas de cobre.

Outros produtos e serviços

As receitas brutas de outros produtos e serviços diminuíram 34,5%, de US\$ 29 milhões em 2003 para US\$ 19 milhões em 2004, refletindo principalmente a venda, em 2003, pela RDMN do excesso da energia a terceiros no mercado norueguês durante a conversão de suas fábricas em 2003.

Custos e despesas operacionais

A tabela abaixo resume nossos custos e gastos operacionais para os períodos indicados.

	Ano findo em 31 de dezembro de,		% variação
	2004	2003	
	(em milhões de US\$)		
Custo de minérios e metais.....	US\$ 2.881	US\$ 2.066	39,4
Custo de serviços logísticos	513	370	38,6
Custo de produtos relacionados ao alumínio	674	678	(0,6)
Outros	13	14	(7,1)
Custo de mercadorias vendidas	4.081	3.128	30,5
Despesas de vendas, gerais e administrativas	452	265	70,6
Pesquisa e desenvolvimento	153	82	86,6
Plano de participação nos lucros do empregado	69	32	115,6
Outros custos e despesas	188	199	(5,5)
Custos e despesas operacionais totais	US\$ 4.943	US\$ 3.706	33,4

Custo de mercadorias vendidas

Visão Geral. O custo total das mercadorias vendidas aumentou 30,5%, de US\$ 3.128 milhões em 2003 para US\$ 4.081 milhões em 2004. Este aumento resultou, em parte, da consolidação da Albras, da CAEMI e da FCA durante todo o ano de 2004, comparado com apenas quatro meses para a CAEMI e a FCA em 2003 e não consolidação da Albras em 2003. A CAEMI e a FCA foram responsáveis por US\$ 236 milhões de nosso custo de mercadorias vendidas em 2003 e a Albras, a CAEMI e a FCA foram responsáveis por US\$ 708 milhões em 2004. Os outros fatores principais atrás do aumento no custo de mercadorias vendidas durante 2004 foram:

- Aumento dos custos materiais, inclusive combustível e gás de US\$ 301 milhões ou 39,6% em 2004, derivado principalmente do aumento significativo em nossa produção total, resultante principalmente da consolidação da CAEMI, da FCA e da Albras que foram responsáveis por US\$ 123 milhões do aumento total de US\$ 301 milhões, bem como o aumento de preços do combustível e gás.
- Valorização do real contra o dólar americano e o aumento concomitante na inflação conforme medido pelo IGP-M, que atingiu 12,4% em 2004, levou ao aumento dos custos, quando traduzidos em dólares norte-americanos porque a maioria dos nossos custos e despesas é denominada em reais.
- O custo dos serviços terceirizados aumentou em US\$ 239 milhões ou 42,6%, em 2004, resultante principalmente de um aumento nos custos por serviços logísticos terceirizados resultantes de nossa consolidação da CAEMI que iniciou em setembro de 2003. Diferente dos nossos sistemas Norte e Sul, onde utilizamos apenas nossas próprias ferrovias, a CAEMI utiliza um provedor logístico—a MRS—para transportar seu minério de ferro até o porto. A CAEMI foi responsável por US\$ 184 milhões em custos logísticos terceirizados em 2004, comparado com US\$ 94 milhões em 2003. Em 2004, nossas Minas do Meio no Sistema Sul também transportaram uma porção de sua produção através da MRS, por um custo total de frete de US\$ 73 milhões em 2004, comparado a US\$ 39 milhões em 2003, refletindo em maiores volumes transportados bem como preços mais altos.
- Os gastos em aquisições de outros produtos diferentes de minério de ferro e pelotas diminuíram 32,0% de US\$ 604 milhões em 2003 para US\$ 411 milhões em 2004, devido principalmente à consolidação da Albras, que contribui com US\$ 240 milhões.
- Os gastos com eletricidade aumentaram em US\$ 172 milhões em 2004 comparados a 2003, derivado principalmente da consolidação da Albras, que foi responsável por US\$ 137 milhões do aumento total.
- Os gastos de demurrage aumentaram de US\$ 46 milhões em 2003 para US\$ 83 milhões em 2004, refletindo na congestão nos portos devido à alta demanda.

Custos de minérios e metais. O custo de minérios e metais vendidos aumentou 39,4% para US\$ 2.881 milhões em 2004 de US\$ 2.066 milhões em 2003, principalmente devido ao aumento no volume de vendas de minério de ferro e pelotas, cobre e manganês e ferroligas. Uma parte do aumento no custo de minérios e metais vendidos também reflete os altos custos associados com as compras de minério de ferro de terceiros para atender à demanda em excesso. Compramos 15,9 milhões de toneladas em 2004, de 9,2 milhões de toneladas em 2003. O custo de

minérios e metais durante 2004 também inclui US\$ 484 milhões em custos gerados pela consolidação completa da CAEMI, comparado com quatro meses em 2003 e o início das operações de cobre.

Custo de serviços logísticos. O custo de serviços logísticos aumentou 38,6%, de US\$ 370 milhões em 2003 para US\$ 513 milhões em 2004. Do aumento de US\$ 143 milhões, US\$ 125 milhões referem-se à consolidação da FCA por todo o ano de 2004 comparado a quatro meses em 2003.

Custo de produtos relacionados ao alumínio. O custo dos produtos relacionados ao alumínio permaneceu estável, de US\$ 678 milhões em 2003 para US\$ 674 milhões em 2004.

Custo de outros produtos e serviços. O custo de outros produtos e serviços permaneceu estável, de US\$ 14 milhões em 2003 para US\$ 13 milhões em 2004.

Despesas com vendas, gerais e administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas aumentaram 70,6%, de US\$ 265 milhões em 2003 para US\$ 452 milhões em 2004. Este aumento resultou principalmente da consolidação completa da CAEMI, da FCA e da Albras ao longo de todo o ano de 2004, comparado a quatro meses de resultados da CAEMI e da FCA e nenhum resultado da Albras para 2003. Juntas, a CAEMI, a FCA e a Albras foram responsáveis por US\$ 88 milhões do aumento de US\$ 187 milhões. O restante reflete principalmente nos gastos de vendas devido ao aumento nas receitas de vendas e aumento em salários bem como a variação cambial monetária.

Pesquisa e desenvolvimento

As despesas com pesquisa e desenvolvimento aumentaram 86,6%, de US\$ 82 milhões em 2003 para US\$ 153 milhões em 2004. Este aumento está em conformidade com os planos de expansão da CVRD para a diversificação de sua produção e expansão da produção para atender à demanda mundial.

Outros custos e despesas

Outros custos e despesas diminuíram US\$ 199 milhões em 2003 para US\$ 188 milhões em 2004. Estes custos e despesas refletiram primeiramente as provisões para contingências.

Receita Operacional por Segmento

A tabela abaixo apresenta as informações relacionadas à receita operacional por segmento, bem como o percentual das receitas pelos períodos indicados.

	Ano findo em 31 de dezembro de			
	2004		2003	
	Receita operacional (prejuízo) (em milhões de US\$)	% das receitas operacionais líquidas	Receita operacional (prejuízo) (em milhões de US\$)	% das receitas operacionais líquidas
Minerais ferrosos				
Minério de ferro	US\$ 1.836	47,5%	US\$1.164	45,0%
Pelotas	268	24,3	169	22,0
Manganês	26	36,1	7	—
Ferroligas	243	42,4	34	28
Minerais não-ferrosos				
Ouro	(2)	—	17	81,0
Potássio	53	48,6	35	43,0
Caulim	51	32,3	4	4,0
Cobre	92	46,5	—	—
Relacionados ao alumínio				
Alumina	71	16,1	109	24,0
Alumínio	435	59,1	25	8,0
Bauxita	5	9,4	3	8,0
Logística				
Ferrovias	150	29,3	111	33,0
Portos	51	35,4	46	35,0
Navios	(39)	—	(38)	—
Outros	(117)	—	(42)	—
Total	US\$3.123	38,7	US\$1.644	30,7

Nossa receita operacional aumentou em termos percentuais em relação às receitas operacionais líquidas de 30,7% em 2003 para 38,7% em 2004. Este aumento foi derivado principalmente das altas margens operacionais nos negócios de minério de ferro, pelotas, manganês e ferroligas devido aos preços mais altos, as margens operacionais mais altas nos negócios do alumínio devido à consolidação da Albras, e o início das operações de cobre. Também observamos uma melhoria substancial nas margens operacionais do caulim, refletindo num aumento no volume de venda e custos unitários mais baixos devido à consolidação da CADAM para todo o ano de 2004, comparado a apenas quatro meses em 2003, o que mais do que compensou a diminuição nos preços médios de venda. A melhoria nestes negócios foi compensada principalmente por quedas nas margens no segmento ferroviário, refletindo a consolidação da FCA e as diminuições na lucratividade operacional do segmento da alumina devido à consolidação da Albras.

Receitas (Despesas) Não Operacionais

A tabela abaixo detalha nossas receitas (despesas) não operacionais nos períodos indicados.

	Ano findo em 31 de dezembro de			
	2004		2003	
	(milhões de US\$)			
Receita financeira	US\$ 82	US\$ 102		
Despesas financeiras	(671)	(351)		
Lucros (perdas) cambiais e monetários líquidos	65	242		
Ganho na alienação de investimentos	404	17		
Receitas (despesas) não operacionais	US\$ (120)	US\$ 10		

Tivemos despesas não-operacionais líquidas de US\$ 120 milhões em 2004, comparado a receitas não operacionais líquidas de US\$10 milhões em 2003. Esta mudança basicamente reflete:

- O efeito da depreciação de 8,1% do dólar americano do final do ano de 2003 ao final do ano de 2004 em nosso passivo líquido em dólares norte-americanos (principalmente dívidas a curto e longo prazo, menos caixa e caixa equivalente), que geraram um ganho cambial líquido de US\$ 79 milhões em 2004, comparado a um ganho de US\$ 222 milhões em 2003 (quando a depreciação do fim do ano de 2002 ao fim do ano de 2003 foi de 18,2%).

- Uma redução na receita financeira de US\$102 milhões em 2003 para US\$ 82 milhões em 2004 devido a reduções nas taxas de juros e o saldo disponibilidades oriundos de empréstimos.
- Um aumento nas despesas financeiras de US\$ 351 milhões em 2003 para US\$ 671 milhões em 2004, principalmente devido à consolidação da CAEMI, da FCA e da Albras, que foram responsáveis por US\$ 165 milhões do aumento. O restante do aumento reflete um aumento na dívida média pendente e perdas nos contratos de derivativos para alumina e alumínio durante 2004 e o prêmio pago relacionado à nossa recompra de uma porção de títulos garantidos 8.625% devido em 2007 emitidos pela Vale Overseas.
- Um ganho de US\$ 404 milhões em 2004, refletindo a venda de nossa participação na CST comparado a um ganho líquido de US\$ 17 milhões refletindo a venda da Fosfertil.

Impostos sobre lucro

Em 2004, registramos uma despesa tributária líquida de US\$ 749 milhões, contra um benefício tributário líquido de US\$ 297 milhões 2003. A diferença é, basicamente, o resultado de:

- Um aumento das despesas com impostos a taxas previstas por lei de US\$ 562 milhões em 2003 a US\$ 1.021 milhões em 2004 em virtude de uma receita bruta maior.
- Um benefício fiscal de US\$ 247 milhões relativos a isenção de receitas externas em 2004, contra um benefício fiscal de US\$ 59 milhões em 2003. Esta mudança foi, basicamente, em virtude dos efeitos das variações cambiais sobre os ativos externos não tributáveis.
- Provisão de US\$ 240 milhões de despesas relacionadas à diferença na base de cálculo de impostos de participação acionária em empresas em 2004, contra um benefício fiscal de US\$ 56 milhões em 2003. Isto se deu, basicamente, ao efeito da venda da CST.
- Provisão de US\$ 57 milhões com despesas relacionadas a baixas de impostos diferidos ativos de derivativos em detrimento da mudança na legislação tributária aplicável sob a qual não mais podemos deduzir pagamentos ou perdas em investimentos derivativos, a partir de 1º de janeiro de 2005.
- Um benefício fiscal de US\$ 77 milhões comparados a US\$ 53 milhões registrados em 2003. Os US\$ 77 milhões em benefícios fiscais correspondem principalmente a uma reversão de previsão para desvalorização de imposto na Albras e Alunorte, devido a um aumento na receita tributável futura real e esperada, que tornou mais provável que a Albras e a Alunorte estariam aptas a utilizar seus impostos diferidos de compensação de prejuízos fiscais.

Coligadas e Joint Ventures

Nossa participação nos resultados de coligadas e *joint ventures* e as provisões para perdas em investimentos resultaram em um ganho de US\$ 542 milhões em 2004, comparado a um ganho de US\$ 306 milhões em 2003. A tabela abaixo resume a composição de nossas participações nos resultados de coligadas e *joint ventures* e provisões para perdas em investimentos pelos períodos indicados.

	Ano findo em 31 de dezembro,	
	2004	2003
	(em milhões de US\$)	
Participação em resultados de controladas e <i>joint ventures</i> e provisão para perdas em investimentos		
Ferrosos	US\$ 170	US\$ 133
Logística	33	(52)
Produtos relacionados ao alumínio	71	147
Aço	271	81
Outros	(3)	(3)
Participação total em resultados de controladas e <i>joint ventures</i> e provisões para perdas	US\$ 542	US\$ 306

Ferrosos. Nossa participação nos resultados de minério de ferro das coligadas e *joint ventures* e as provisões para perdas em investimentos de participações totalizaram um ganho de US\$ 170 milhões em 2004, comparado a um ganho de US\$ 133 milhões em 2003. As melhorias em cada uma destas coligadas foram resultado de uma forte demanda no mercado por minério de ferro e pelotas. A Samarco contribuiu com US\$ 117 milhões em 2004, comparado a US\$ 70 milhões em 2003, refletindo preços maiores e uma baixa de créditos de impostos sobre vendas devido a acordos com o governo local, que totalizou US\$ 37 milhões que foi registrado em 2003.

Logística. Em 2004, nossa participação nos resultados de coligadas e *joint ventures* de logística e as provisões para perdas sobre investimentos totalizaram a um ganho de US\$ 33 milhões, comparados a uma perda líquida de US\$ 52 milhões em 2003. A perda líquida em 2003 refletiu principalmente numa provisão com perdas relativas à baixa de ações registradas pela FCA antes de sua consolidação em setembro de 2003.

Produtos relacionados ao alumínio. Nossa participação nos resultados de nossas coligadas e *joint ventures* de derivados do alumínio e provisões para perdas em investimentos de participações foi de US\$ 71 milhões em 2004, comparado a US\$ 147 milhões em 2003. Este aumento é devido à consolidação da Albras em 2004, parcialmente compensada por melhorias na performance das outras empresas de produtos relacionados ao alumínio.

Em 2004, nossas afiliadas de produtos relacionados ao alumínio registraram ganhos devidos aos efeitos das valorizações do real de suas dívidas denominadas em moeda estrangeira. Além dos efeitos da taxa de câmbio, os resultados operacionais da Valesul e da MRN em 2004 foram influenciados pelos seguintes fatores:

- *Valesul.* Em 2004, a Valesul gerou um lucro líquido de US\$ 26 milhões nas receitas brutas de US\$ 204 milhões, comparados ao lucro líquido de US\$ 18 milhões em 2003 sobre receitas brutas de US\$ 172 milhões. A porção da CVRD no lucro líquido da Valesul foi de US\$ 14 milhões em 2004, comparados a US\$ 10 milhões em 2003. A melhoria dos resultados foi derivada de preços médios de venda mais altos.
- *MRN.* Em 2004, a MRN gerou um lucro líquido de US\$ 142 milhões em receitas brutas de US\$ 351 milhões, comparado ao lucro líquido de US\$ 81 milhões em 2003, sobre receitas brutas de US\$ 276 milhões. Nossa porção no lucro líquido da MRN foi de US\$57 milhões em 2004 e US\$33 milhões em 2003. O aumento da receita foi derivado do aumento de 16,5% no volume de vendas, principalmente de uma demanda maior e aumento de 11% no preço médio de venda.

Aço. Em 2004 registramos um ganho líquido de US\$ 271 milhões com relação à nossa participação nos resultados de coligadas e *joint ventures* do ramo siderúrgico, comparados ao lucro líquido de US\$ 81 milhões em 2003. O melhor desempenho da Usiminas, da CST (durante o período antes da venda de nossa participação) e da CSI foram devidos à forte demanda no mercado pelo aço, que levou a um aumento nos volumes de vendas e preços médios de venda. A melhora do desempenho na CST também reflete a reversão de US\$ 23 milhões de provisões para contingências e a decisão do supremo tribunal final no processo jurídico “Plano Verão” (dedução do imposto de renda de certos encargos) para US\$ 75 milhões. A melhora do desempenho na Usiminas reflete principalmente preços de vendas e volumes de vendas mais altos. O lucro líquido da CSI aumentou em 2004 principalmente devido a um aumento de 11,7% no volume de vendas e um aumento de 47,7% nos preços médios de venda, refletindo em melhores margens.

Resultado das operações - 2003 comparado com 2002

Receitas

Nossas receitas operacionais brutas aumentaram de US\$ 4.282 milhões em 2002 para US\$ 5.545 milhões em 2003. Nossas receitas operacionais líquidas aumentaram 29,8% de US\$ 4.123 milhões em 2002 para US\$ 5.350 milhões em 2003. A tabela abaixo apresenta um resumo de nossas receitas brutas e líquidas por produto nos períodos indicados:

	Do ano encerrado em 31 de dezembro		
	2003	2002	Varição %
	(em milhões de US\$)		
Minério de ferro e pelotas			
Minério de ferro.....	US\$ 2,662	US\$ 2,147	24.0%
Pelotas.....	838	673	24.5
Subtotal	3,500	2,820	24.1
Ouro	21	103	(79.6)
Manganês e ferroligas.....	349	283	23.3

Potássio	94	91	3.3
Caulim	96	45	113.3
Receitas de serviços de logística.....	604	458	31.9
Produtos relacionados ao alumínio.....	852	462	84.4
Outros produtos e serviços.....	29	20	45.0
Receitas brutas	5,545	4,282	29.5
Impostos sobre vendas.....	(195)	(159)	22.6
Receitas operacionais líquidas.....	US\$ 5,350	US\$ 4,123	29.8

Minério de ferro e pelotas

O mercado transoceânico global de minério de ferro está sob a mais pressão de demanda já ocorrida nas duas últimas décadas. Refletindo essas condições do mercado global, em 2003, a demanda dos clientes por minério de ferro e pelotas superou a capacidade de produção da CVRD, continuando a tendência que havia no segundo semestre de 2002. Nossas receitas brutas para 2003 também foram afetadas positivamente pelos aumentos dos preços. Em maio e junho de 2003, fechamos acordos com importantes siderúrgicas (retroativos a janeiro de 2003 para vendas na Europa e a abril de 2003 para vendas na Ásia), respectivamente, através dos quais nossos preços de referência para minério de ferro e pelotas aumentaram em 9% e 9.8% respectivamente. Refletindo essas tendências positivas de volume e preços, nossas receitas brutas de minério de ferro e pelotas aumentaram 24,1%, ou seja, de US\$ 2.820 milhões em 2002 para US\$ 3.500 milhões em 2003.

Minério de ferro. As receitas brutas de minério de ferro aumentaram 24,0%, ou seja, de US\$ 2.147 milhões em 2002 para o US\$ 2.662 milhões em 2003, obtidas basicamente através de um aumento de 13,3% no fornecimento de minério de ferro, ou seja, de 143,6 milhões de toneladas em 2002 para 162,7 milhões de toneladas em 2003. O aumento de volume incluiu uma crescente expansão de fornecimento para a China, que aumentou em 7,7 milhões de toneladas quando comparado com 2002. Os fornecimentos de 2003 da Caemi incluem também quatro entregas mensais, somando 13,9 milhões de toneladas de minério de ferro, que começamos a consolidar em 2003. Os preços médios de venda reais foram 9,4% mais altos em 2003 do que em 2002, refletindo basicamente os aumentos de preço acordados com importantes siderúrgicas em maio de 2003.

Pelotas. As receitas brutas de pelotas aumentaram 24,5%, ou seja, de US\$ 673 milhões em 2002 para US\$ 838 milhões em 2003. O aumento se deu basicamente em virtude de um aumento de 14,6% no volume embarcado, ou seja, de 20,6 milhões de toneladas em 2002 para 23,6 milhões de toneladas em 2003. O preço de venda médio de pelotas aumentou 8,4% em 2003 em relação ao mesmo período do ano de 2002, refletindo o impacto dos aumentos de preço acordados com as siderúrgicas em junho de 2003.

Ouro

As receitas brutas referentes a vendas de ouro diminuíram 79,6%, ou seja, de US\$ 103 milhões em 2002 para US\$ 21 milhões em 2003, refletindo o fechamento de nossa mina de Igarapé Bahia em 2002 e um rendimento menor de nossa mina Fazenda Brasileiro antes dela ser vendida em agosto de 2003. Esses fatos levaram a uma redução de 81,4% do volume vendido. As diminuições de volume foram compensadas parcialmente por um aumento de 14,6% nos preços médios das vendas em 2003, refletindo a ocorrência de preços internacionais mais alto para o ouro, basicamente em virtude da desvalorização do dólar americano em relação a outras moedas e à guerra do Iraque.

Em 15 de agosto de 2003, vendemos Fazenda Brasileiro para a Yamana Resources por US\$ 21 milhões. A partir da conclusão da venda, as operações de nossa mina de ouro foram suspensas.

Minério de manganês e ferroligas

As receitas brutas referentes às vendas de minério de manganês, e ferroligas aumentaram 23,3%, ou seja, de US\$ 283 milhões em 2002 para US\$ 349 milhões em 2003. Este aumento foi em consequência de:

- um aumento de 36,1% nas vendas de minério de manganês, ou seja, de US\$ 36 milhões em 2002 para US\$ 49 milhões em 2003. O aumento das vendas foi basicamente em virtude de um volume maior de vendas, que aumentou 33,1%, refletindo principalmente um número maior de embarques de minério padrão de manganês para sinterização de nossa mina de Carajás para a China. As receitas foram também afetadas positivamente pelos preços médios de venda mais altos, que subiram 2,3% em relação aos do mesmo período em 2002.
- Um aumento de 21,5% nas receitas brutas de ferroligas, ou seja, de US\$ 247 milhões em 2002 para US\$ 300 milhões em 2003. O aumento se deu basicamente em virtude da grande demanda da indústria siderúrgica por nossos principais produtos de ferroligas, que resultou em um aumento de 18,0% nos

preços médios de venda e de 5,5% de aumento do volume. Este aumento também foi influenciado pela aquisição da RDMN. A unidade iniciou suas operações com um forno em junho de 2003 e passou a operar com seu segundo forno em novembro de 2003.

Potássio

As receitas brutas relativas às vendas de potássio aumentaram 3,3%, ou seja, de US\$ 91 milhões em 2002 para US\$ 94 milhões em 2003. O aumento se deu basicamente em virtude de um aumento de 12,0% nos preços médios de venda, refletindo uma grande demanda. Os preços médios de venda mais altos foram parcialmente compensados por um volume de vendas mais baixo, que diminuiu 7,8% em 2003 por causa de baixas no inventário. O número de embarques em 2002 foi maior porque vendemos estoques disponíveis, além dos volumes produzidos no referido período. A demanda de potássio em 2003 superou a capacidade de produção, e esperamos que essa tendência se mantenha para 2004.

Caulim

As receitas brutas relativas às vendas de caulim aumentaram 113,3%, ou seja, de US\$ 45 milhões em 2002 para US\$ 96 milhões em 2003. Do aumento total de US\$ 51 milhões nas receitas de caulim, US\$ 31 milhões foram por causa da consolidação da Cadam, a subsidiária da Caemi produtora de caulim, iniciada em setembro de 2003. O volume total embarcado aumentou 98,2%, refletindo a aquisição da Cadam e também um empenho maior do setor de marketing de nossa subsidiária PPSA, e os preços médios de venda subiram 7,7%.

Serviços de logística

As receitas brutas referentes a serviços de logística aumentaram 31,9%, ou seja, de US\$ 458 milhões em 2002 para US\$ 604 milhões em 2003. O bom resultado das receitas em serviços de logística reflete, em grande parte, nosso empenho em aproveitar as oportunidades oferecidas pela produção agrícola, especialmente a produção de grãos, e pelo aumento de embarques devido a uma produção maior de aço no Brasil em 2003. Nossas receitas brutas também foram positivamente afetadas pela consolidação da FCA, iniciada em setembro de 2003. Em particular, o aumento das receitas brutas referentes a serviços de logística refletem:

- um aumento de 30,4% nas receitas de transporte ferroviário, ou seja, de US\$ 286 milhões em 2002 para US\$ 373 milhões em 2003. Do aumento de US\$ 87 milhões, US\$ 61 milhões foram em virtude da consolidação da FCA iniciada em setembro de 2003. O aumento das receitas reflete um aumento de 11,2% do volume transportado e de 17,3% nos preços médios de venda.
- Um aumento de 34,6% nas receitas brutas relativas à operação de portos, ou seja, de US\$ 107 milhões em 2002 para US\$ 144 milhões em 2003. O aumento nas receitas brutas referentes à operação de portos é consequência de um aumento de 29,8% nos preços médios de venda e de um aumento de 1,8% no volume.
- Um aumento de 33,8% nas receitas brutas relativas ao transporte, ou seja, de US\$ 65 milhões em 2002 para US\$ 87 milhões em 2003.

Produtos relacionados ao alumínio

As receitas brutas, referentes a produtos relacionados ao alumínio, aumentaram 84,4%, ou seja, de US\$ 462 milhões em 2002 para US\$ 852 milhões em 2003. Este aumento foi consequência de:

- Um aumento de US\$ 336 milhões nas receitas brutas das vendas de alumina, ou seja, de US\$ 159 milhões em 2002 para US\$ 495 milhões em 2003. Esse aumento das receitas brutas de alumina reflete, basicamente, um aumento da capacidade de produção da Alunorte, ocorrido em abril de 2003, que de 1,6 milhão de toneladas passou a produzir 2,4 milhões de toneladas por ano. Os preços médios de venda de alumina foram 16,1% mais altos em 2003, refletindo o aumento da demanda de alumina em todo o mundo. A inclusão de todo um ano de resultados da Alunorte em 2003, comparados com os resultados de apenas 6 meses em 2002, também afetaram positivamente as receitas brutas em 2003.
- Um aumento de 14,3% nas receitas brutas das vendas de alumínio, ou seja, de US\$ 280 milhões em 2002 para US\$ 320 milhões em 2003. O aumento nas receitas brutas de alumínio é consequência de uma demanda maior de alumínio em todo o mundo, o que provocou um aumento de 7,1% no volume vendido e um aumento de 3,1% nos preços médios de venda.

- Um aumento de 60,9% nas receitas brutas de vendas de bauxita, ou seja, de US\$ 23 milhões em 2002 para US\$ 37 milhões em 2003. O aumento nas receitas brutas de bauxita é consequência de um aumento de 30,8% no volume vendido e de um aumento de 22,9% nos preços médios de venda. A expansão da capacidade da MRN, de 11 milhões para 16 milhões de toneladas por ano, completada em 2003, foi a principal razão do aumento no volume. O aumento dos preços foi consequência de uma elevação geral dos preços de bauxita em todo o mundo.

Outros produtos e serviços

As receitas brutas relativas a outros produtos e serviços aumentaram 45,0%, ou seja, de US\$ 20 milhões em 2002 para US\$ 29 milhões em 2003, refletindo basicamente a venda da energia excedente da RDMN para outras empresas do mercado norueguês durante a conversão de sua unidade, chegando a mais que compensar a redução das receitas em virtude da venda de nossos ativos florestais efetuada em 2002.

Custos e despesas operacionais

A tabela abaixo apresenta um resumo de nossos custos e despesas operacionais nos períodos indicados.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro		Variação %
	2003	2002	
	(em milhões de US\$)		
Custo de minérios e metais	US\$ 2,066	US\$ 1,579	30.8%
Custo dos serviços de logística.....	370	252	46.8
Custo dos produtos relacionados ao alumínio	678	412	64.6
Outros	14	20	(30.0)
Custo dos produtos vendidos.....	3,128	2,263	38.2
Despesas com vendas, gerais e administrativas	265	224	18.3
Pesquisa e desenvolvimento	82	50	64.0
Plano de participação dos empregados nos lucros.....	32	38	(15.8)
Outros custos e despesas	199	119	67.2
Total dos custos e despesas operacionais.....	US\$ 3,706	US\$ 2,694	37.6%

Custo dos produtos vendidos

Visão geral O custo total dos produtos vendidos aumentou 38,2%, ou seja, de US\$ 2.263 milhões em 2002 para US\$ 3.128 milhões em 2003. Os custos da CVRD, expressos em dólares norte-americanos, foram afetados positivamente pela desvalorização do *real* em relação ao dólar norte-americano porque a maior parte dos custos e despesas da CVRD é denominada em *reais*. A relação cambial R\$/US\$ foi de R\$ 2,9286 em 2002 e de R\$ 3,0722 em 2003, representando uma desvalorização nominal de 4,9%. Ao mesmo tempo, a inflação medida pelo IGP-M chegou a 8,7% em 2003, fazendo aumentar nossos custos.

Os principais fatores envolvidos no aumento de custos dos produtos vendidos em 2003 foram:

- Os custos de materiais aumentaram US\$ 283 milhões em 2003 em virtude do grande aumento de nossa produção total aliado a um aumento de 43% nos preços dos combustíveis. Em 2003, as despesas com combustíveis e gás representaram 46,1% de nosso custo total de materiais, sendo que em 2002 representaram apenas 40,5%.
- Os custos dos serviços terceirizados aumentaram US\$ 248 milhões em 2003. O principal componente desta linha foi um aumento nos custos de serviços de logística terceirizados resultantes da consolidação da Caemi iniciada em setembro de 2003. Ao contrário de nossos sistemas norte e sul, nos quais utilizamos nossas próprias ferrovias, a Caemi utiliza uma prestadora de serviços de logística—a MRS Logística—para transportar seu minério de ferro para o porto. Em 2003, a Caemi contabilizou custos de US\$ 94 milhões em serviços de logística terceirizados. Comparado com US\$ 28 milhões em 2002, em 2003, nossas minas a oeste do sistema Sul também transportaram uma parte de sua produção através da MRS Logística, por um custo total de frete de US\$ 39 milhões em 2003, comparado com US\$ 28 milhões em 2002.
- Os gastos com compras de produtos, não incluindo minério de ferro e pelotas, aumentaram de US\$ 422 milhões em 2002 para US\$ 604 milhões em 2003. O aumento de 40,3% na produção de alumina provocou um aumento proporcional nas compras de bauxita da MRN, resultando em uma despesa de

US\$ 115 milhões. Da mesma forma, um aumento no volume de vendas e preços do alumínio primário resultou em um aumento de cerca de US\$ 39 milhões em nosso contrato com a Albras.

- Em 2003 tivemos que gastar US\$ 46 milhões com taxas de sobrestada por causa de congestionamento em nossos portos causado pelo excesso de demanda de minério de ferro e a conseqüente pressão sobre nosso sistema de logística.

Custo de minérios e metais. O custo dos minérios e metais vendidos aumentou 30,8%, ou seja, de US\$ 1.579 em 2002 para US\$ 2.066 milhões em 2003, basicamente em virtude dos maiores volumes de produção exigidos pelo aumento de 13,5% nas vendas de minério de ferro e pelotas. Uma parte do aumento nos custos de minérios e metais vendidos também reflete os custos mais altos associados a compras de minério de ferro de terceiros para atender à demanda excessiva. O custo de minérios e metais durante 2003 inclui também US\$ 147 milhões em custos gerados pela Caemi depois de sua consolidação, iniciada em setembro de 2003.

Custo dos serviços de logística. O custo de serviços de logística aumentou 46,8%, ou seja, de US\$ 252 milhões em 2002 para US\$ 370 milhões em 2003. Do aumento de US\$ 118 milhões, US\$ 71 milhões referem-se a custos gerados pela FCA depois de sua consolidação iniciada em setembro de 2003. O aumento restante dos custos é, basicamente, conseqüência de um aumento no número de navios fretados pela Docenave.

Custo de produtos de alumínio. O custo de produtos de alumínio aumentou 64,6%, ou seja, de US\$ 412 milhões em 2002 para US\$ 678 milhões em 2003. O aumento é, basicamente, conseqüência do aumento da capacidade da produção da Alunorte e da consolidação desta empresa iniciada em junho de 2002, que, em 2003, fez aumentar nossos custos consolidados em US\$ 205 milhões em relação a 2002.

Custo de outros produtos e serviços. O custo de outros produtos e serviço diminuiu 30,0%, ou seja, de US\$ 20 milhões em 2002 para US\$ 14 milhões em 2003, basicamente por temos parado de comprar celulose após a nossa saída do ramo de papel e celulose.

Despesas com vendas, gerais e administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas aumentaram 18,3%, ou seja, de US\$ 224 milhões em 2002 para US\$ 265 milhões em 2003. Em 2003, tivemos despesas em *reais* mais altas por causa do aumento nos volumes de vendas. As referidas despesas, em dólares, foram parcialmente compensadas pela desvalorização do *real* em relação ao dólar americano.

Outros custos e despesas

Outros custos e despesas aumentaram de US\$ 119 milhões em 2002 para US\$ 199 milhões em 2003. O aumento de US\$ 80 milhões é atribuído basicamente a um aumento de US\$ 31 milhões para pagamento de ICMS, uma baixa de US\$ 12 milhões nos ativos da unidade de peletização de São Luís e US\$ 8 milhões de contingências. Em 2002, registramos uma receita de US\$ 49 milhões resultante da venda de determinados ativos florestais de nossa subsidiária Florestas Rio Doce S.A.

Receita operacional por segmento

A tabela abaixo traz informações sobre nossa receita operacional por segmento e, em termos percentuais, em relação às receitas dos períodos indicados.

	No exercício encerrado em 31 de dezembro			
	2003		2002	
	Receita operacional (perda) (e milhões de US\$)	% das receitas operacionais líquidas	Receita operacional (perda) (em milhões de US\$)	% das receitas operacionais líquidas
Minerais ferrosos				
Minério de ferro	US\$ 1.164	45%	US\$ 1.082	52%
Pelotas	169	22%	101	15%
Manganês	7	não há	5	16%
Ferroligas.....	34	28%	59	25%
Minerais não ferrosos				
Ouro.....	17	81%	(33)	não há
Potássio	35	43%	32	41%
Caulim.....	4	4%	15	34%
De alumínio				
Alumina.....	109	24%	32	21%
Alumínio	25	8%	26	9%
Bauxita	3	8%	1	4%
Logística				
Ferrovias.....	111	33%	128	49%
Portos.....	46	35%	22	23%
Navios.....	(38)	não há	(20)	não há
Outros.....	(42)	não há	(21)	não há
Total.....	US\$ 1.644	30.7%	US\$ 1.429	34.7%

Nossa receita operacional diminuiu, em termos percentuais, em relação às receitas operacionais líquidas, de 34,7% em 2002 para 30,7% em 2003. A redução é, basicamente, conseqüência de:

- uma redução nos lucros operacionais de nossos negócios com minério de ferro resultante principalmente da consolidação da Caemi em setembro de 2003. Como descrito acima, a Caemi utiliza ferrovias de outras empresas para transportar seu minério de ferro da mina para o porto, resultando em aumento de custos dos serviços terceirizados; e
- uma redução nos lucros operacionais de nossas ferrovias, principalmente em virtude da consolidação da FCA em setembro de 2003. A FCA é menos lucrativa que nossas outras ferrovias, basicamente por causa do contrato de concessão ser mais dispendioso.

Nossas margens nas atividades comerciais com caulim diminuíram bastante em 2003 por causa de um grande aumento dos custos operacionais da PPSA em 2003 e pelo registro de baixas de ativos em 2003 relacionados a impostos sobre vendas da Cadam e da PPSA.

Receitas (despesas) não operacionais

A tabela abaixo detalha nossas receitas (despesas) não operacionais nos períodos indicados.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro	
	2003	2002
	(em milhões de US\$)	
Receita financeira	US\$ 102	US\$ 127
Despesas financeiras	(351)	(375)
Lucros (perdas) cambiais e monetários líquidos	242	(580)
Lucro na alienação de investimentos	17	—
Receitas (despesas) não operacionais	<u>US\$ 10</u>	<u>US\$ (828)</u>

A receita não operacional líquida em 2003 chegou a US\$ 10 milhões, enquanto que as despesas não operacionais líquidas em 2002 foram de US\$ 828 milhões. Esta mudança basicamente reflete:

- O efeito das oscilações das taxas de câmbio em nosso passivo líquido em dólares americanos (principalmente débitos a curto e longo prazo, menos fundos e fundos líquidos), que geraram um ganho cambial líquido de US\$ 222 milhões em 2003, contra uma perda de US\$ 515 milhões em 2002.
- Uma redução na receita financeira de US\$ 127 milhões em 2002 para US\$ 102 milhões em 2003 por causa de saldos de caixa mais baixos e reduções nas taxas de juros.
- Uma redução nas despesas financeiras de US\$ 375 milhões em 2002 para US\$ 351 milhões em 2003, principalmente em virtude do reconhecimento, em 2002, de US\$ 60 milhões relativos a perdas sobre derivativos de taxas de juros contra apenas US\$ 3 milhões em 2003 e taxas de juros mais baixas.
- Um ganho líquido de US\$ 17 milhões, refletindo um lucro de US\$ 61 milhões sobre as vendas da Fosfertil em outubro de 2003, menos uma perda de US\$ 44 milhões sobre a venda da CFN em novembro de 2003.

Impostos sobre renda

Em 2003, registramos uma despesa tributária líquida de US\$ 297 milhões, contra um benefício tributário líquido de US\$ 149 milhões em 2002. A diferença é, basicamente, o resultado de:

- Um aumento de gastos com impostos, a taxas previstas por lei, ou seja, de US\$ 204 milhões em 2002 para US\$ 562 milhões em 2003 em virtude de uma receita bruta maior.
- Acúmulo de gastos de US\$ 59 milhões relativo a receitas externas não tributáveis em 2003, contra um benefício fiscal de US\$ 196 milhões em 2002. Esta mudança foi, basicamente, em virtude dos efeitos das variações cambiais sobre os ativos externos não tributáveis.
- Acúmulo de gastos de US\$ 56 milhões relativo à diferença na base de cálculo de impostos de participação acionária em empresas em 2003, contra um benefício fiscal de US\$ 20 milhões em 2002. Isso se deu, basicamente, por causa do efeito da amortização dedutível de ágio para fins de tributação local.
- Um aumento dos incentivos fiscais, de US\$ 4 milhões em 2002 para US\$ 60 milhões em 2003, devido aos incentivos criados para minério de ferro e alumina, como consequência do aumento da base do imposto de renda, em 2003.

Os fatores acima foram parcialmente compensados pelo benefício fiscal de dividendos dedutíveis de imposto que pagamos na forma de juros sobre o capital próprio que totalizou US\$ 271 milhões em 2003, contra US\$ 99 milhões em 2002.

Coligadas e joint ventures

Nossa participação nos resultados de coligadas e *joint ventures* e as provisões para perdas em investimentos resultaram em um lucro de US\$ 306 milhões em 2003, contra uma perda de US\$ 87 milhões em 2002. A tabela abaixo resume a composição de nossa participação nos resultados de controladas e *joint ventures* e as provisões para perdas em investimentos nos períodos indicados.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro	
	2003	2002
	(em milhões de US\$)	
Participação em resultados de controladas e <i>joint ventures</i> e provisão para perdas em investimentos		
Ferrosos	US\$ 133	US\$ (66)
Logística	(52)	(88)
Alumínio e bauxita	147	39
Aço	81	23
Outros	(3)	5
Participação total em resultados de controladas e <i>joint ventures</i> e provisões para perdas	US\$ 306	US\$ (87)

Minério de ferro e pelotas. Nossa participação nos resultados das coligadas e *joint ventures* de minério de ferro e pelotas e provisões para perdas em investimentos totalizaram um lucro de US\$ 133 milhões em 2003, contra uma perda de US\$ 66 milhões em 2002. O lucro maior em 2003 é, basicamente, consequência de resultados melhores da Samarco e Kbrasco e melhores resultados da Caemi antes de sua consolidação em setembro de 2003. A perda em 2002 também refletiu uma baixa parcial do valor de nosso investimento na Caemi para seu valor justo, o que resultou no reconhecimento de uma perda de US\$ 86 milhões. As melhorias em cada uma dessas controladas foram devidas a uma grande demanda no mercado de minério de ferro e pelotas.

Logística. Em 2003, nossa participação nos resultados de coligadas e *joint ventures* de logística e provisões para perdas em investimentos totalizou uma perda líquida de US\$ 52 milhões, contra uma perda líquida de US\$ 88 milhões em 2002. A perda líquida mais baixa em 2003 foi, basicamente, por causa de melhores resultados da MRS Logística, que compensaram parcialmente o registro de provisões para perdas da FCA mais altas em 2003 do que em 2002. Registramos provisões mais altas para perdas da FCA em 2003 em virtude das provisões para desvalorização de ativos.

Produtos de alumínio. Nossa participação nos resultados de nossas coligadas e *joint ventures* de produtos de alumínio e nossas provisões para perdas de investimentos cresceram, ou seja, passaram de um lucro líquido de US\$ 39 milhões em 2002 para um lucro líquido de US\$ 147 milhões em 2003. Essa melhoria foi em virtude dos melhores resultados da Albras, os quais mais que compensaram uma redução que tivemos, em relação a 2002, nos lucros líquidos sobre nossos investimentos na Valesul e na MRN. O resultado em 2002 incluiu uma perda líquida de US\$ 23 milhões relativa à Alunorte antes de sua consolidação iniciada em junho de 2002.

Em 2003, nossas coligadas de produtos de alumínio registraram lucros cambiais, sobre suas dívidas em moeda estrangeira, em virtude da valorização do *real* em 31 de dezembro de 2003 em relação à 2002. Além dos efeitos das taxas de câmbio em 2003, os resultados operacionais da Albras, Valesul e MRN foram afetados pelos seguintes fatores:

- *Albras.* Em 2003, a Albras gerou um resultado líquido de US\$ 198 milhões sobre as vendas líquidas de US\$ 592 milhões, contra um prejuízo líquido, em 2002, de US\$ 22 milhões sobre vendas líquidas de US\$ 529 milhões. Nossa parte no resultado líquido da Albras foi de US\$ 104 milhões em 2003, contra a reversão de uma provisão de perdas de US\$ 10 milhões em 2002. O aumento de 11,9% nas vendas líquidas da Albras resultou, basicamente, de um aumento de 6,9% no volume de vendas em virtude de uma maior demanda mundial por alumínio e das melhorias nos processos que ajudaram a aumentar a capacidade de produção. Este aumento no volume de vendas foi reforçado pelo aumento de 4,4% no preço médio de venda do alumínio, ou seja, de US\$ 1.306,38 por tonelada em 2002 para US\$ 1.363,68 em 2003. O impacto da valorização do *real* na dívida externa da Albras em moeda estrangeira foi a principal causa do aumento de receita no período.

- *Valesul*. Em 2002, a Valesul gerou um lucro líquido de US\$ 18 milhões sobre as vendas líquidas de US\$ 157 milhões, contra um lucro, em 2002, de US\$ 25 milhões sobre as vendas líquidas de US\$ 139 milhões. Em 2003, a parte da CVRD no lucro da Valesul foi de US\$ 10 milhões, contra US\$ 14 milhões em 2002. A redução na receita líquida da Valesul foi, basicamente, por causa de um aumento nos custos de energia elétrica, o que mais que compensou a melhoria nas vendas líquidas.
- *MRN*. Em 2003, a MRN gerou um lucro líquido de US\$ 81 milhões sobre as vendas líquidas de US\$ 254 milhões, contra lucro de US\$ 94 milhões em 2002 sobre as vendas líquidas de US\$ 173 milhões. Nossa parte no lucro líquido da MRN foi US\$ 33 milhões de dólares em 2003 e US\$ 38 milhões em 2002. O aumento da receita é consequência de um aumento de 42,2% no volume de vendas que ocorreu, principalmente, em virtude da expansão da capacidade concluída em março de 2003, e de um aumento de 1,5% nos preços médios de venda de bauxita. O lucro líquido foi menor em 2003 em virtude de despesas financeiras mais altas relacionadas ao financiamento da expansão da capacidade e da inclusão, nos resultados da MRN em 2002, de um ganho obtido pela MRN nas vendas de sua participação acionária na Alunorte.

Aço. Em 2003, registramos um lucro líquido de US\$ 81 milhões referentes à nossa participação nos resultados das controladas e *joint ventures* do ramo siderúrgico, contra um lucro líquido de US\$ 23 milhões em 2002. O aumento reflete um melhor desempenho da Usiminas e CST, que mais do que compensou os retornos mais baixos da CSI. O melhor desempenho da CST reflete, basicamente, um aumento de 23,4% nos preços médios de venda, refletindo preços mais altos de placas e o início das vendas de bobinas laminadas a quente (HRC), um produto de valor mais alto. O melhor desempenho da Usiminas reflete, basicamente, o impacto positivo das variações cambiais sobre a dívida da Usiminas em dólares americanos. O lucro líquido da CSI diminuiu em 2003 principalmente por causa de um bom aumento no custo de placas de aço, uma importante matéria prima para seus processos, o que causou uma redução nas margens brutas da CSI.

Liquidez e Recursos de Capital

Visão Geral

Nossos recursos destinam-se principalmente a investimentos de capital, pagamento de dividendos e pagamento de dívidas. Historicamente, temos atendido a esses requisitos usando o caixa gerado em atividades operacionais e através de endividamento de curto e longo prazos. Acreditamos que essas fontes de recursos, juntamente com nossas disponibilidades, continuarão adequadas para satisfazer a nossas atuais necessidades de investimento de capital.

Além disso, periodicamente revemos as oportunidades de aquisições e investimentos e, caso haja oportunidades interessantes, fazemos aquisições e investimentos selecionados para implementar nossa estratégia de negócio. Geralmente fazemos investimentos diretos ou através de empresas controladas, *joint ventures* ou coligadas, e financiamos estes investimentos através de recursos gerados internamente, da emissão de dívida ou da combinação de ambos. Também vendemos ativos. A venda de nossa participação na CST em 2004 gerou fluxos de caixa de US\$ 579 milhões.

Em 2005, esperamos que nossas principais necessidades financeiras incluam o pagamento ou o refinanciamento dos US\$ 730 milhões em dívidas a longo prazo que vencem até o final de 2005, bem como o capital orçado para despesas de US\$ 3,3 bilhões e pagamentos de dividendos mínimos anunciados para 2005 de US\$ 1 bilhão. Esperamos atender nossas necessidades de caixa para através de uma combinação do fluxo de caixa operacional, disponibilidades de caixa e novos financiamentos.

Fontes de Recursos

Nossas principais fontes de recursos que garantem a nossa liquidez são as disponibilidades e o fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais. Em 31 de dezembro de 2004, tínhamos disponibilidades de US\$ 1.249 milhões. Nossas atividades operacionais geraram fluxos de caixa positivos de US\$ 3.471 milhões em 2004. Em 2005, prevemos um aumento de nosso fluxo de caixa das operações devido à elevação dos preços descritos acima, *ver Item 5. Avaliação Operacional/Financeira e Perspectivas—Visão Geral— Principais fatores que afetam o faturamento e os resultados das operações—Preços—Minérios e metais.*

Além das fontes de liquidez acima, a CVRD possui uma linha de crédito compromissada com o intuito de melhorar a eficiência de seu gerenciamento de caixa e reduzir os riscos de refinanciamento de dívida durante os momentos de instabilidade nos mercados financeiros. Em abril de 2005, o programa foi aumentado de US\$ 500 milhões para US\$ 750 milhões. Este aumento foi acompanhado por uma prorrogação do prazo e uma redução de custo. As mudanças resultam da rolagem da tranche de US\$ 400 milhões, contratada pela CVRD em maio de 2004 e com vencimento em maio de 2004 e que terminou em maio de 2005. Esta tranche foi aumentada para US\$ 650 milhões em uma linha de crédito bancária com um grupo de 11 bancos comerciais dos Estados Unidos, Europa e Ásia. A transação foi estruturada de forma a não haver qualquer restrição ao desembolso dos recursos comprometidos relacionada ao risco soberano. A nova linha possui prazo de utilização de dois anos, e prazo de amortização - caso venha a ocorrer sua utilização - de dois anos. Desde o início do programa em maio de 2004, a CVRD nunca fez uso dos fundos disponíveis nesta linha de crédito.

Acreditamos que estamos bem posicionados para levantar mais fundos nos mercados de dívida até onde necessário. Em 31 de dezembro de 2004, conforme o registro de prateleira realizado na SEC, ainda tínhamos uma capacidade aproximada restante de US\$ 1,5 bilhões. Das corporações brasileiras, estamos entre as que têm melhor posicionamento quanto à classificação de risco, o que acreditamos aumentar a nossa capacidade de acessar os mercados de dívida. Atualmente a CVRD está classificada como Ba1 pelo serviço ao investidor da Moody. O aumento de nossa classificação de crédito é um importante objetivo estratégico.

Em julho de 2004, através de nossa controlada Alunorte, contraímos um empréstimo de US\$ 310 milhões para o financiamento dos estágios 4 e 5 da expansão da refinaria. Este financiamento tem um prazo total de 10 anos, período de carência de quatro anos, prazo médio de 7.3 anos e um custo de LIBOR seis meses mais 2% ao ano até a conclusão do projeto sendo posteriormente de LIBOR seis meses mais 3% ao ano. O empréstimo possui seguro de risco político concedido pelos governos da Alemanha (GKA) e da Noruega (GIEK), tendo sido concedido por um grupo de bancos e será desembolsado em várias parcelas.

Em setembro de 2004, assinamos acordo de uma nova tranche de um empréstimo concedido por um grupo de bancos comerciais com cobertura de risco político através da agência japonesa Nippon Export and Investment Insurance (NEXI). Este acordo foi aumentado de US\$ 300 milhões para US\$ 400 milhões. O prazo desta *tranche* é de sete anos, com um prazo médio de 4,5 anos. O custo de LIBOR é de 6 meses mais 0,5% por ano. Em março e abril de 2005 retiramos os US\$ 200 milhões restantes desta linha de crédito.

Utilização de Recursos

Investimentos de Capital

Em 2004, nosso fluxo de caixa líquido utilizado em investimentos de capital foi de US\$ 1.541 milhões. As despesas com investimentos chegaram a US\$ 2.056 milhões. Em 2005, orçamos US\$ 3,3 bilhões para investimentos de capital. Esta quantia inclui despesas com projetos e gastos com manutenção e exploração. Para mais informações sobre os projetos específicos para os quais orçamos fundos, veja o *Item 4. Informações sobre a Companhia— Investimentos de Capital*.

Dividendos

Pagamos um total de dividendos e participações sobre o capital próprio de US\$ 787 milhões em 2004.

De acordo com nossa política de dividendos, nossos Diretores Executivos anunciarão até o dia 31 de janeiro de cada ano, uma proposta para ser aprovada pelo Conselho de Administração de um dividendo mínimo a ser pago aos acionistas da CVRD durante o ano. O valor mínimo anunciado, expresso em dólares norte-americanos (USD), terá como base o desempenho esperado da CVRD no ano de distribuição. A proposta estabelecerá o pagamento em duas parcelas semi-anuais na forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, a ser pago respectivamente em abril e outubro. Se a proposta for aprovada, o valor estabelecido será pago em reais (BRL).

Os valores em reais serão obtidos através da conversão dos valores em dólares norte-americanos pela taxa de câmbio de venda do dólar norte-americano (Ptax – opção 5) informada pelo Banco Central do Brasil um dia antes da reunião do Conselho de Administração em relação à declaração e pagamento de dividendos. Durante o ano, nossos Diretores Executivos podem propor a nosso Conselho de Administração, com base em suas análises de nosso fluxo de caixa, o pagamento de uma parcela extra, além do dividendo mínimo anunciado em janeiro. Se aprovado pelo Conselho de Administração, esta parcela extra pode ser paga juntamente com uma das duas parcelas previamente estabelecidas. O dividendo mínimo para 2005 é de US\$ 1 bilhão. Em abril de 2005, a primeira parcela

deste dividendo foi aprovada por nosso Conselho de Administração na quantia de US\$ 500 milhões e foi paga em 29 de abril de 2005.

Dívida

Em 31 de dezembro de 2004, nosso endividamento total era de US\$ 4.088 milhões, consistindo de uma dívida de curto prazo de US\$ 856 milhões (incluindo US\$ 730 milhões de parcela circulante de endividamento de longo prazo e US\$ 52 milhões em empréstimos de partes relacionadas), e endividamento de longo prazo de US\$ 3.232 milhões (exceto a porção atual) (incluindo US\$ 18 milhões em empréstimos de partes relacionadas). Em 31 de dezembro de 2004, aproximadamente US\$ 1.197 milhões de nossa dívida foram garantidos por alguns de nossos ativos.

Nossa dívida de curto prazo consiste principalmente de financiamentos denominados em dólar norte americano, especialmente na forma de pré-pagamentos de exportação e adiantamentos de exportações com instituições financeiras brasileiras e estrangeiras.

Nossas principais categorias de endividamento a longo prazo (incluindo a atual fração de dívida a longo prazo e excluindo os juros provisionados) são as seguintes:

- *Empréstimos e financiamentos externos em dólares norte-americanos (US\$ 1.555 milhões em 31 de dezembro de 2004).* Estes empréstimos incluem fundamentalmente linhas de financiamento de exportação, financiamentos de importação de agência de crédito de exportações, empréstimos de bancos comerciais e organizações multilaterais. Os empréstimos geralmente são remunerados às taxas de juros flutuantes com *spreads* acima da LIBOR. Em abril de 2004, retiramos US\$ 200 milhões referente a uma linha de crédito de empréstimo consorciado.
- *Notas de juros fixos em dólares norte-americanos (US\$ 913 milhões em 31 de dezembro de 2004).* Emitimos várias séries de títulos a taxa fixa através de nossa subsidiária financeira Vale Overseas Limited com garantia da CVRD. Os US\$ 913 milhões em circulação em 31 de dezembro de 2004 incluem US\$ 500 milhões de títulos com garantia de 8,25% a vencer em 2034 emitidos pela Vale Overseas em janeiro de 2004, US\$ 300 milhões de títulos garantidos a 9,0% a vencer em 2013 emitidos pela Vale Overseas em agosto de 2003 e os US\$ 113 milhões restantes de títulos garantidos a 8,625% vencíveis em 2007 emitidos pela Vale Overseas em março de 2002 e que permanecem pendentes após a oferta para recompra, em dinheiro, descrita abaixo.
- *Securitizações de exportações em dólares norte-americanos (US\$ 480 milhões pendentes em 31 de dezembro de 2004).* Temos um programa de securitização de US\$ 550 milhões com base nas contas a receber existentes e futuros gerados por nossa subsidiária CVRD Overseas Ltd envolvida nas exportações de minério de ferro e pelotas para seis clientes na Europa, Ásia e Estados Unidos. A operação de securitização divide-se em três *tranches* pré-fixadas e uma com uma *tranche* a taxa flutuante.
- *Notas perpétuas (US\$ 65 milhões em 31 de dezembro de 2004).* Emitimos Notas perpétuas que podem ser trocadas por 48.000 milhões de ações preferenciais da MRN. Os juros devidos sobre as Notas devem ser pagos a um valor igual aos dividendos pagos sobre as ações preferenciais que lastream a permuta a partir do exercício social de 2000.
- *Dívida local (US\$ 821 milhões em 31 de dezembro de 2004).* Temos uma série de empréstimos locais, principalmente com o BNDES, sendo a maioria indexados em dólares norte-americanos e o restante ligados a uma cesta de moedas ou taxas flutuantes no Brasil.

Em 15 de dezembro de 2004 a Vale Overseas finalizou a oferta para recompra, em dinheiro, para sua principal quantia em circulação de US\$ 300 milhões, 8,625% em títulos garantidos a vencer em 2007. US\$ 186,9 milhões de notas foram readquiridas deixando US\$ 113,1 milhões em circulação.

Da quantia total de dívidas pendentes a longo prazo em 31 de dezembro de 2004:

- US\$ 193 milhões são obrigações de dívida da CAEMI, que começou a consolidação em 1º de setembro de 2003;

- US\$ 134 milhões são obrigações de dívidas da FCA que começou a ser consolidada em 1º de setembro de 2003; e
- US\$ 192 milhões são dívidas da Albras que começou a ser consolidada em 1º de janeiro de 2004.

Alguns de nossos instrumentos de dívida de longo prazo contêm acordos financeiros. Nossos principais acordos financeiros exigem que mantenhamos certas relações, como passivo/PL, débito líquido/EBITDA e cobertura de juros. A partir de 31 de dezembro de 2004, passamos a cumprir totalmente nossos acordos financeiros e acreditamos que os acordos existentes não restringirão muito nossa capacidade de obtenção de recursos adicionais conforme as nossas necessidades de investimentos. Acreditamos que no futuro seremos capazes de operar nos termos de nossos acordos financeiros. Nenhum desses acordos restringe diretamente a nossa capacidade de pagar dividendos sobre títulos de participação em nível de empresa controladora.

Para mais informações sobre nossa dívida, leia as Notas Explicativas 14 e 15 de nossas demonstrações financeiras.

Debêntures do Acionista

Na primeira fase de nossa privatização em 1997, emitimos debêntures para os nossos acionistas. Os termos das debêntures, descritos abaixo, foram estabelecidos para garantir que os nossos acionistas pré-privatização, incluindo o Governo Brasileiro, participassem nos benefícios futuros que pudéssemos obter a partir da exploração de determinados recursos minerais e que não estavam registrados quando da determinação do preço mínimo de compra das nossas ações na privatização. Nos termos da escritura das debêntures, os debenturistas têm o direito de receber pagamentos semestrais equivalentes a um percentual acordado de nossas receitas líquidas (receitas livres de impostos, taxas de transporte e seguros relacionados à comercialização dos produtos) provenientes de determinados recursos minerais identificados, que possuíamos à época da privatização, na medida em que conseguirmos superar certos patamares de volumes de vendas estipulados para certos recursos minerais, e da venda dos direitos minerários que detínhamos na época. Nossa obrigação de efetuar os pagamentos aos debenturistas cessará quando os recursos minerais relacionados na escritura forem exauridos. Em 2003 não fizemos nenhum pagamento relativo a debêntures de acionistas. O total de pagamentos feitos nas debêntures dos acionistas alcançou US\$ 2 milhões em 2004, em relação aos resultados de 2003. Também fizemos um pagamento de US\$ 3 milhões em abril de 2005, relacionados aos resultados de 2004. Para uma descrição dos termos da escritura das debêntures, veja a Nota Explicativa 18 de nossas demonstrações contábeis consolidadas.

Obrigações Contratuais

A tabela abaixo apresenta um resumo dos nossos empréstimos de longo prazo, empréstimos de curto prazo, operações de arrendamento operacional, obrigações de compra e obrigações de compromissos firmados (*take-or-pay*) da Alunorte em 31 de dezembro de 2004. Esta tabela exclui outras obrigações que podemos ter, incluindo obrigações com plano de pensão (discutidas na Nota Explicativa 17 às nossas demonstrações contábeis consolidadas).

	Pagamentos Devidos por Período				
	Total	Menos que 1 ano	2006-2007	2008-2009	Posteriormente
	(em milhões de US\$)				
Dívida a longo prazo (1).....	US\$ 3.962	US\$ 730	US\$ 1.219	US\$ 510	US\$ 1.503
Dívida a curto prazo (2).....	126	126	—	—	—
Obrigações de arrendamentos operacionais.....	1.025	50	99	96	780
Obrigações de compras (3).....	6.639	2.016	732	339	3.552
Obrigações <i>take-or-pay</i> (MRN)(4)....	853	57	114	114	568
Total.....	US\$ 12.605	US\$ 2.979	US\$ 2.164	US\$ 1.059	US\$ 6.403

(1) Inclui US\$ 18 milhões de dívida a longo prazo a partes relacionadas.

(2) Inclui US\$ 52 milhões de dívida a curto prazo a partes relacionadas.

(3) Valores, incluindo para compras de minério de ferro, têm como base os preços de 2005.

(4) Estamos comprometidos em um contrato *take-or-pay* para comprar bauxita da MRN a um preço determinado por uma fórmula baseada nos preços mundiais predominantes do alumínio.

Acordos Não Registrados no Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2004 nosso acordo não registrado no balanço patrimonial constituía apenas garantias sem cobertura. Em 31 de dezembro de 2004, tínhamos ampliado as garantias por empréstimos obtidos por coligadas e *joint ventures* no valor de US\$ 7 milhões, dos quais US\$ 6 milhões são denominados em dólares norte-americanos e o US\$ 1 milhão restante denominado em reais. Não esperamos perdas oriundas destas garantias. Temos feito cobranças para prolongar estas garantias no caso da Samarco. Ver Nota Explicativa 18 em nossas demonstrações contábeis consolidadas para mais detalhes sobre estas garantias.

Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente

Em dezembro de 2004, o FASB emitiu o SFAS N° 123R, “Share-Based Payment” que estabelece os requerimentos contábeis para compensação de “share-based” para empregados, incluindo plano de compra de ações por empregados e fornece orientação sobre a contabilização de compensação para não empregados. Este pronunciamento irá requerer que companhias reconheçam na demonstração de resultado o valor presente da concessão de opção de ações e outros tipos de compensação emitidos para empregados, mas que não expressem preferência por um tipo de modelo de avaliação. Para entidades públicas, o pronunciamento se torna efetivo para o primeiro período com início depois de 15 de junho de 2005. Não esperamos que a SFAS 123R tenha nenhum impacto em nossa posição financeira, nos resultados das operações ou fluxos de caixa da companhia.

Em dezembro de 2004, o FASB emitiu o SFAS N° 153, “Troca de Ativos Não Monetários” uma emenda ao APB n° 29. Este pronunciamento emenda o APB n° 29 para eliminar a troca não monetária de ativos produtivos similares e a substitui por uma exceção mais genérica de troca de ativos não monetários que não tenham substância comercial. O pronunciamento especifica que uma troca não monetária tem substância comercial se os fluxos de caixa futuros da entidade tem expectativa de se modificar significativamente como resultado da troca. Este pronunciamento se torna efetivo para troca de ativos não monetários que ocorram nos períodos fiscais que iniciam após 15 de junho de 2005. Aplicações anteriores são permitidas para trocas de ativos não monetários que ocorram em exercícios fiscais que iniciam depois da emissão do pronunciamento. Aplicações retroativas não são permitidas. Nós aplicaremos esta norma caso ocorram trocas não monetárias de ativos nos exercícios fiscais que iniciam depois de 15 de junho de 2005.

Em novembro de 2004, o FASB emitiu a SFAS n°151 “Custo de Estoque” uma emenda do ARB n° 43, capítulo 4, que trata de precificação de estoque. O pronunciamento esclarece a contabilização de montantes extraordinários de

despesas (ociosas), fretes, custo de execução e refugo. De acordo com as normas anteriores, parágrafo 5 de ARB nº 43, capítulo 4, estes itens devem ser considerados por serem extraordinários, sob certas circunstâncias, exigem tratamento como despesas do período corrente. Este pronunciamento elimina o critério de “so abnormal” e requer que os custos de conversão sejam baseados na capacidade normal de produção da planta. As provisões deste pronunciamento devem ter efeito a partir de 2005. Além disso, este pronunciamento requer a alocação de despesas gerais fixas de produção para estoque até 15 de janeiro de 2005. É permitida a aplicação antecipada para custo incorrido de estoque durante os anos fiscais iniciados depois da data que este pronunciamento foi publicado. As provisões deste pronunciamento devem ser aplicadas prospectivamente. Nós estamos analisando os requerimentos desta nova norma e acreditamos que sua adoção não terá impacto significativo na posição financeira, no resultado operacional ou nos fluxos de caixa da companhia.

Em setembro de 2004, o FASB emitiu o FSP EITF edição 03-1-1, que posterga a aplicação dos parágrafos 10-20 do EITF nº 03-1, “O Significado de Provisão Para Perda Não Temporária e Sua Aplicação em Certos Investimentos”. Os parágrafos 10-20 do EITF nº 03-1 dá orientação de como avaliar e reconhecer uma provisão para perda não temporária. A aplicação destes parágrafos foi adiada até a publicação da proposta do FSP EITF nº 03-1a. Não esperamos que o EITF nº 03-01 terá algum impacto em nossa posição financeira, resultado operacional ou fluxos de caixa da companhia.

Em reunião de 31 de março de 2004, o Emerging Issues Task Force (EITF) chegou ao consenso final do EITF nº 03-6, “Participação em Ações e o Método Duas-Classes” do FASB nº 128 “ganhos por ação”. Normalmente a participação em ações dá direito à parcela do lucro de uma companhia, freqüentemente através de uma fórmula relativa aos dividendos das ações ordinárias da companhia. Esta norma esclarece o que significa o termo “participação em ações”, conforme o FASB nº 128. Quando um instrumento é considerado como uma “participação em ações”, ele tem o potencial de reduzir significativamente os ganhos básicos por ações ordinários porque o método de duas-classes deve ser usado para computar o efeito do instrumento sobre os ganhos por ação. O consenso também abrange outros instrumentos cujos termos incluem uma participação específica. O consenso também abrange a alocação de perda. Se os ganhos não distribuídos devem ser alocados na “participação de ações” pelo método de “duas-classes”, perdas também devem ser alocadas. Embora, o EITF 03-6 limita esta alocação somente para situações em que as ações têm (1) o direito de participação no lucro da companhia, e (2) uma obrigação contratual objetiva e determinável para participação nos prejuízos da companhia.

O consenso alcançado no EITF 03-6 tem efeito para os períodos fiscais iniciados após 31 de março de 2004. O EPS em períodos anteriores devem ser ajustados retroativamente a fim de atender o EITF 03-6. Nós não esperamos que esta norma tenha algum impacto sobre os nossos cálculos do EPS Básico e Diluído.

Item 6. Conselheiros, Diretores Executivos e Empregados

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Visão Geral

Nosso Conselho de Administração estabelece diretrizes e políticas gerais para nosso negócio e monitora a implementação daquelas diretrizes e políticas pelos nossos diretores executivos. O Conselho de Administração se reúne ordinariamente todo o mês, ou extraordinariamente, sempre que, convocado pelo seu presidente, vice-presidente ou outros dois membros. As decisões do Conselho de Administração exigem um quorum que represente a maioria dos membros e são tomadas por voto majoritário.

De acordo com a legislação societária brasileira, o Conselho de Administração deve ter no mínimo três membros. Cada membro titular e seu respectivo suplente são eleitos pela Assembléia Geral Ordinária e podem ser destituídos a qualquer tempo. Nosso estatuto social estabelece que o Conselho de Administração deve ser composto de onze membros e onze suplentes. Nossos empregados têm o direito de eleger um membro titular e seu respectivo suplente. De acordo com a legislação societária brasileira, os membros do Conselho de Administração devem ser acionistas da CVRD. Os membros do Conselho de Administração são eleitos por um prazo de dois anos, permitida a reeleição. Cada suplente auxilia e representa um determinado membro do conselho. Na ausência de um membro do conselho, seu respectivo suplente poderá participar nas reuniões do Conselho de Administração e votar.

Dez dos nossos atuais membros titulares do Conselho de Administração e nove dos nossos atuais suplentes foram indicados diretamente pela Valepar, nosso principal acionista, conforme acordo dos acionistas da Valepar e os termos da legislação societária brasileira. Para uma descrição dos procedimentos de eleição de nossos conselheiros, consulte o Item 10. *Informações adicionais – Estatuto social – Ações ordinárias e preferenciais – Visão geral*. Para uma descrição do acordo de acionistas da Valepar, consulte o Item 7. *Principais acionistas e transações com partes relacionadas—Acionista majoritário-Acionista Principal*.

Conselheiros da CVRD

A tabela a seguir relaciona os atuais membros titulares do Conselho de Administração. Todos os nossos conselheiros foram eleitos ou reeleitos, conforme o caso, em 2005, e seus mandatos vencem em 2007.

	Primeiro Ano de Eleição	Posição	Idade
Sérgio Ricardo Silva Rosa (1).....	2003	Presidente	45
Erik Persson (1).....	2001	Conselheiro	51
Jorge Luiz Pacheco (1).....	2005	Conselheiro	50
Arlindo Magno de Oliveira (1).....	2003	Conselheiro	54
Jaques Wagner (1).....	2003	Conselheiro	55
Renato da Cruz Gomes (1).....	2001	Conselheiro	52
Mário da Silveira Teixeira Júnior (1).....	2003	Vice-presidente	59
Hiroshi Tada (1).....	2005	Conselheiro	60
Oscar Augusto de Camargo Filho (1).....	2003	Conselheiro	67
Francisco Augusto da Costa e Silva (1).....	2005	Conselheiro	56
Eduardo Fernando Jardim Pinto (2).....	2005	Conselheiro	42

(1) Indicado pela Valepar e aprovado pela Assembléia Geral Ordinária.

(2) Indicado por nossos empregados e eleito pela Assembléia Geral Ordinária.

A tabela a seguir relaciona os membros suplentes do Conselho de Administração.

	Primeiro Ano de Eleição	Cargo	Idade
Gerardo Xavier Santiago (1).....	2003	Conselheiro	45
Rita de Cássia Paz Andrade Robles (1).....	2005	Conselheiro	38
Sérgio Ricardo Lopes de Farias (1).....	2005	Conselheiro	40
José Mauro Guahyba de Almeida (1).....	2005	Conselheiro	60
Luiz Antonio Santos Baptista (1).....	2004	Conselheiro	48
Rômulo de Mello Dias (1).....	2003	Conselheiro	43
João Moisés de Oliveira (1).....	2003	Conselheiro	60
Hidehiro Takahashi (1).....	2005	Conselheiro	49
Wanderlei Viçoso Fagundes (1).....	2003	Conselheiro	59
Vago			
José Horta Mafra Costa (2).....	2005	Conselheiro	58

(1) Indicado pela Valepar e aprovado na Assembléia Geral Ordinária.

(2) Indicado por nossos empregados e eleito na Assembléia Geral Ordinária.

Resumimos abaixo a experiência profissional, áreas de atuação e os principais interesses externos de nossos atuais conselheiros:

Sérgio Ricardo Silva Rosa. O Sr. Rosa é membro do Conselho de Administração desde abril de 2003, tendo sido designado Presidente em maio de 2003. O Sr. Rosa é atualmente o Presidente da PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil ou Previ, onde trabalha desde 2000. É também conselheiro da Valepar S.A., ou Valepar, e Diretor Presidente da Litel Participações S.A., ou Litel. É conselheiro da Brasil Telecom Participações desde dezembro de 2000, e da Sauipe S.A. desde maio de 2001. Antes de ingressar na Previ, o Sr. Rosa atuou como Presidente da Confederação Nacional dos Bancários de junho de 1994 a maio de 2000. De janeiro de 1995 a dezembro de 1996, o Sr. Rosa foi vereador do Município de São Paulo. Graduiu-se em jornalismo pela Universidade de São Paulo.

Erik Persson. O Sr. Persson é membro do nosso Conselho de Administração desde abril de 2001. O Sr. Persson foi diretor de planejamento da Previ desde junho de 2000 a maio de 2003, assumindo em junho de 2003 a Diretoria de Seguridade. Tem trabalhado no Banco do Brasil desde 1977. Também exerce o cargo de membro do Conselho da Valepar e da Previ desde abril de 2001, e exerce ainda o cargo de

conselheiro da SEEB e da FEEB, ambas no Rio Grande do Sul desde 1990. Graduou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Jorge Luiz Pacheco. Sr. Pacheco é membro de nosso Conselho de Administração desde abril de 2002. O Sr. Pacheco é gerente de acompanhamento de empresas estratégicas na Previ desde dezembro de 2000. Antes disso, ele trabalhava no Banco do Brasil S.A. desde 1973. É também diretor da Valepar e da Litel, e ocupou a posição de executivo no conselho fiscal da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. Graduou-se em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas - FCPE - Cândido Mendes/RJ e pós-graduação em finanças e administração pelo IBMEC/RJ.

Arlindo Magno de Oliveira. É membro do nosso Conselho de Administração desde abril de 2003. Desde o ano de 1974 já ocupou diversas posições no Banco do Brasil S.A., tais como a de gerente de atendimento ao cliente. O Sr. Oliveira começou a trabalhar na Previ em 1974, e desde então vem atuando como membro do conselho fiscal, diretor deliberativo e diretor de planejamento e atualmente é membro do conselho deliberativo da Previ. De abril a outubro de 2002, o Sr. Oliveira foi diretor executivo financeiro e administrativo interino da CEDAE – Companhia Estadual de Água e Esgoto. Também exerceu o cargo de membro do Conselho de Administração de várias companhias, inclusive a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA, Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN, CPFL Energia S.A., CPFL Geração de Energia S.A. e a ENERCAN – Campos Novos Energia S.A Formou-se em economia pela Universidade Federal Fluminense – UFF e pós-graduado em finanças pelo IBMEC/RJ.

Jaques Wagner. O Sr. Wagner é membro de nosso Conselho de Administração desde dezembro de 2003. Desde 23 de janeiro de 2004, atua como Ministro da Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. De 1999 a 2003, atuou como Deputado Federal. Foi Ministro do Trabalho de 2003 a 2004. Graduou-se em engenharia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Renato da Cruz Gomes. O Sr. Gomes é membro de nosso Conselho de Administração desde abril de 2001. O Sr. Gomes é Diretor Executivo da Bradespar S.A. desde 2000. De 1976 a 2000, ocupou várias posições no BNDES e exerceu o cargo de membro do Conselho de Administração de muitas empresas, nos últimos 15 anos, como Aracruz, Iochpe, Bahia Sul, Globo Cabo e Latasa. Também foi membro do Conselho Consultivo do Factor Sinergia – Fundo de Investimento de Valores Mobiliários em Ações - e membro do comitê de investimentos do Bradesco *Templeton Value and Liquidity Fund*. O Sr. Gomes é Diretor Executivo da Valepar S.A. desde abril de 2001 e membro suplente do Conselho de Administração da Valepar. Formou-se em engenharia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UFRJ e especializou-se em Programa de Desenvolvimento Gerencial Executivo-SDE.

Mário da Silveira Teixeira Júnior. – O Sr. Teixeira é membro do conselho da CVRD desde maio de 2003. Em 1 de julho de 1971 ingressou na Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, onde serviu como diretor executivo de março de 1983 a janeiro de 1984, quando foi nomeado diretor chefe de departamento no Banco Bradesco S.A. Em 1992, tornou-se diretor administrativo, em 1998 foi vice-presidente e, de março de 1999 até julho 2001, foi membro do Conselho de Administração. De julho de 2001 a março de 2002, o Sr. Teixeira é diretor presidente da Bradespar e em março de 2002 retornou ao Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A. É também conselheiro da Valepar S.A., VBC Participações S.A., VBC Energia S.A., Companhia Paulista de Força e Luz — CPFL, CPFL Energia S.A., CPFL Geração de Energia S.A., Companhia Piratininga de Força e Luz, Vice-presidente do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A., Membro Vogal do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo de Investimentos S.A., com sede em Lisboa, Portugal, e Vice-Presidente do Conselho de Administração do BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento. O Sr. Teixeira ocupou os cargos de Vice-Presidente da ANBID – Associação Nacional dos Bancos de Investimento, membro do Conselho de Administração da ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas e conselheiro da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, Latasa S.A., Globo Cabo S.A., São Paulo Alpargatas S.A e Tubos e Conexões Tigre S.A.. O Sr. Teixeira formou-se em engenharia civil e administração de empresas pela Universidade.

Hiroshi Tada. O Sr. Tada ingressou em nosso Conselho de Administração em abril de 2005. Desde 1968 o Sr. Tada ocupou diversas posições na Mitsui & Co. Ltd. ou Mitsui, onde hoje é o *Senior Executive Managing Officer* da empresa. Formou-se em engenharia de minas pela Universidade de Kyoto e possui mestrado em Harvard em AMP.

Oscar Augusto de Camargo Filho. O Sr. Camargo Filho é membro de nosso Conselho de Administração desde setembro de 2003. Atualmente é sócio da CWH Consultoria Empresarial. De 1999 a 2003, atuou como Presidente do Conselho de Administração da MRS Logística. De 1973 a 2003, ocupou diversas posições na CAEMI, incluindo a de Diretor Presidente e membro de seu Conselho de Administração. De 1963 a 1973 ocupou diversas posições dentro da Motores Perkins S.A., como a de diretor comercial vendas e gerente de vendas e serviços. Formou-se em direito pela Faculdade de São Francisco na Universidade de São Paulo.

Francisco Augusto da Costa e Silva. O Sr. Costa e Silva ingressou em nosso Conselho de Administração em abril de 2005. Ele também é sócio da Bocater, Camargo, Costa e Silva - Advogados Associados, um escritório de direito no Rio de Janeiro. O Sr. Costa e Silva também é membro do Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A., do Comitê de Ética da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC), e do comitê de desenvolvimento da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ). Começou sua carreira no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, onde ocupou diversas posições, como a de diretor. Ainda, integrou o Conselho de Administração de diversas empresas e instituições como a Solpart Participações S.A., Aracruz Celulose S.A., Pisa Papel de Imprensa S.A., Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES -FAPES e Bolsa de Valores do Rio de Janeiro - BVRJ. O Sr. Costa e Silva também foi Presidente da CVM e presidiu o *Council of Securities Regulators of the Americas* – COSRA. Atuou na Comissão da Moeda e do Crédito - COMOC e no Conselho de Gestão da Previdência Complementar integrou o Comitê Executivo da *International Organization of Securities Commissions* – IOSCO. O Sr. Costa e Silva formou-se em direito pela Universidade do Estado da Guanabara, hoje Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, e pós-graduação em MBA pela COPPEAD, na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Eduardo Fernando Jardim Pinto. O Sr. Jardim Pinto é membro de nosso Conselho de Administração desde abril de 2005. Desde 1983 ocupou diversas posições na CVRD, atualmente ocupando o cargo de maquinista especializado e Presidente do Sindicato da STEFEM, o sindicato dos funcionários da ferrovia no estado do Maranhão. Formou-se em técnico em engenharia elétrica pelo CEFET e está estudando na graduação de direito na Faculdade São Luiz.

Conselheiros da Vale Overseas

Os conselheiros da Vale Overseas são os seguintes:

	Cargo	Idade
Fabio de Oliveira Barbosa	Conselheiro	44
Fernando Ramos Nóbrega	Conselheiro	46
Bernardeth Vieira de Souza	Conselheiro	53
Leonrado Moretzsohn de Andrade	Conselheiro	47

Os Srs. Barbosa também desempenha as funções de Diretor-Presidente e o Sr. Nóbrega, de Diretor Financeiro da Vale Overseas. A experiência profissional do Sr. Barbosa está resumida a seguir sob o título *Diretoria Executiva*.

Fernando Ramos Nóbrega. Exerce a função de Coordenador Executivo para Análise de Investimentos. De 1999 a 2005 ocupou o cargo de Gerente Geral Financeiro da CVRD. É membro do conselho de administração da Itabasco, Nibrasco, Hispanobras e Kobrasco desde 1998. Durante o ano de 2000, foi o Diretor Administrativo e Financeiro da FCA. Antes disso, ocupou diversos cargos na CVRD e na Rio Doce America, Inc., em Nova Iorque. É graduado como engenheiro pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e tem MBA executivo pela New York University, em 1997.

Bernardeth Vieira de Souza. A Sra. Vieira de Souza é Gerente Geral de Tesouraria da CVRD. Graduada em Contabilidade e Administração pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Mestre em Gerenciamento e Administração de Fluxo de Caixa pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ).

Leonardo Moretzsohn de Andrade. O Sr. Moretzsohn ingressou no Conselho de Administração da Vale Overseas em março de 2005. Ingressou na CVRD em 1983 e desde então vem ocupando posições dentro da CVRD. Atualmente ocupa o cargo de diretor de controle interno da CVRD. Ele também é membro do Conselho de Administração da Samarco, Valesul, Nova Era Silicon; também é membro do conselho de consultivo da Valia e do Comitê Financeiro e Operacional da CSI. De 1998 a 2001 trabalhou na RDI como gerente no departamento de celulose e durante este período também atuou como membro do BENECEL – BENELUX Pulp and Paper Agents

Association. Formou-se em economia pela Universidade de Brasília e tem pós-graduação em projetos de engenharia pela COPPE/UFRJ e fez MBA em Gerenciamento de Empresa pela FGV.

O endereço comercial dos conselheiros da Vale Overseas é Avenida Graça Aranha, 26, 17º andar, 20030-900 Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

DIRETORIA EXECUTIVA

Visão Geral

Nossos diretores executivos são nossos representantes legais e são responsáveis pelo dia-a-dia operacional, além de serem responsáveis pela implementação das políticas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração. De acordo com o nosso Estatuto Social, a diretoria executiva é composta por no mínimo seis e no máximo nove membros. O Conselho de Administração elege os diretores executivos por um período de dois anos, podendo destituí-los a qualquer tempo. Segundo a Legislação Societária Brasileira, os diretores executivos devem ser residentes no Brasil. A Diretoria Executiva reúne-se semanalmente, podendo ser convocadas reuniões extraordinárias por qualquer Diretor Executivo.

Diretores Executivos

A tabela a seguir relaciona nossos atuais diretores executivos. O mandato de cada um de nossos diretores executivos termina em 2005.

	Ano da Indicação	Cargo	Idade
Roger Agnelli	2001	Diretor Presidente	46
José Carlos Martins	2005	Diretor Executivo (Minerais Ferrosos)	55
Murilo Ferreira	2005	Diretor Executivo (Participações, Energia e Desenvolvimento de Negócios)	51
José Lancaster.....	2004	Diretor Executivo (Minerais Não-Ferrosos)	58
Guilherme Rodolfo Laager.....	2001	Diretor Executivo (Logística)	48
Fabio de Oliveira Barbosa.....	2002	Diretor Executivo (de Finanças e Relações com Investidores)	44
Gabriel Stoliar	2001	Diretor Executivo (Planejamento e Controle)	51
Carla Grasso	2001	Diretora Executiva (Recursos Humanos e Serviços Corporativos)	43

Resumimos a seguir a experiência profissional, a área de especialidade e as principais áreas de interesse dos diretores executivos.

Roger Agnelli. O Sr. Agnelli foi eleito Diretor-Presidente da Companhia Vale do Rio Doce em julho de 2001. Construiu sua carreira profissional no Grupo Financeiro Bradesco de 1981 a 2001, onde alcançou o cargo de Diretor Executivo do Banco Bradesco. Em 1998, permanecendo naquela função até o ano de 2000; também foi Diretor-Presidente da Bradespar S.A. de março de 2000 a julho de 2001. Devido a suas atividades nas áreas de investimentos, fusões e aquisições e gestão de ativos, também foi membro de nosso Conselho de Administração de diversas companhias com atuação relevante no Brasil, dentre elas: Companhia Paulista de Força e Luz, Companhia Siderúrgica Nacional, Latas de Alumínio S.A. – LATASA, VBC Energia S.A., Brasmotor S.A., Mahle Metal Leve S.A., Rio Grande Energia S.A. e Serra da Mesa Energia S.A. O Sr. Agnelli foi também conselheiro da UGB Participações S.A. e Vice-Presidente da ANDIB – Associação Nacional dos Bancos de Investimento. O Sr. Agnelli foi membro do Conselho de Administração da Companhia Vale do Rio Doce de maio de 2000 até julho de 2001 e é atualmente membro do Conselho de Administração da Asea Brown Boveri, Duke energy Corporation e Suzano Petroquímica S. A. O Sr. Agnelli é membro do Comitê de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), um conselho consultivo ao Presidente do Brasil. Também é presidente do Conselho Econômico entre China e Brasil e membro do Conselho de Investimentos Internacionais, formado para assessorar o Presidente da República da África do Sul, o Dr. Thabo Mbeki. O Sr. Agnelli é graduado em economia pela Fundação Armando Álvares Penteado, em São Paulo.

José Carlos Martins. Sr. Martins foi eleito diretor executivo de nossa divisão de minerais ferrosos em abril de 2005 e anteriormente eleito diretor executivo de participações e desenvolvimento de negócio em abril de 2004. Com mais de 30 anos de experiência na indústria de metais, foi diretor e presidente da Aços Villares de 1986 a 1996 e diretor da área siderúrgica na CSN, de 1997 a 1999. Em 1999, o Sr. Martins tornou-se Presidente da Latasa, um dos maiores produtores de alumínio da América Latina. Com a compra da Latasa pela Rexam, uma empresa do Reino Unido, em 2003, tornou-se Diretor-Presidente da divisão

sul-americana de bebidas em lata da Rexam, a Rexam Beverage Can South America. O Sr. Martins é graduado em economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Murilo Ferreira. O Sr. Ferreira foi eleito Diretor Executivo de nossas participações, energia e desenvolvimento de novos negócios da CVRD em 20 de abril de 2005. Ingressou na CVRD em 1977 e possui ampla experiência em diversas áreas da CVRD, principalmente a de Alumínio e Ferroligas. Em 1998 foi apontado como diretor de finanças e comercial na Vale do Rio Doce Alumínio S.A. – ALUVALE, que foi incorporada pela CVRD em dezembro de 2003. Além de Diretor do Departamento de Alumínio desde dezembro de 2003, o Sr. Ferreira também é o Presidente da ALBRAS – Alumínio Brasileiro S.A. e membro do Conselho de Administração da MRN - Mineração Rio do Norte S.A., Valesul Alumínio S.A. e ALNORTE – Alumina do Norte do Brasil S.A. O Sr. Ferreira formou-se pela Escola de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas (FGV), e possui MBA pela EBAP-FGV

José Lancaster. Sr. Lancaster foi eleito diretor executivo de nossa divisão de minerais não ferrosos em 30 de setembro de 2004. Também é um membro do Conselho Administrativo da Cadam S.A. e da Pará Pigmentos S.A., membro do Conselho Administrativo da Cordillera de Las Minas S.A. e executivo da Companhia Minera Andino Brasileira Ltd., Companhia Minera Latino Americana Ltda., Tethys Mining LLC and Vale do Rio Doce Kaolin S.A. - Valekao. Anteriormente, o Sr. Lancaster exercia o cargo de presidente da Mineração Serra do Sossego S.A. e gerente de exploração da subsidiária brasileira da British Petroleum. Formado pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil, em geologia e tem Ph.D em geologia econômica pela Mackay School of Mines, na University of Nevada, Reno (Estados Unidos).

Guilherme Rodolfo Laager. Sr. Laager foi eleito diretor executivo de nossa divisão de logística em setembro de 2001. Exerceu o cargo de diretor de logística, aquisição e informação tecnológica da AMBEV, Companhia de Bebidas das Américas de 1989 até agosto de 2000. De 1982 até 1988, trabalhou para a Andersen Consulting e de 1979 até 1981, para a IESA, Internacional de Engenharia S.A. É graduado em engenharia civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e tem MBA em administração da COPPEAD, também na UFRJ.

Fabio de Oliveira Barbosa. Sr. Barbosa foi eleito nosso Diretor Financeiro em maio de 2002. É também diretor da Docepar S.A. e Presidente do Conselho de Administração da Caemi. Atuou como membro de nosso Conselho de Administração de abril de 2000 a março de 2002. Anteriormente, atuou como Presidente do Conselho de Administração do BANESPA – Banco do Estado de São Paulo S.A., e também como membro do conselho das seguintes sociedades: Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal, CST e TELESP—Telecomunicações de São Paulo. Antes de ingressar na CVRD, atuou como Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda desde julho de 1999, tendo atuado como Secretário-Adjunto nos quatro anos anteriores. De 1992 a 1995, atuou como Assessor da Diretoria Executiva do Banco Mundial, em Washington D.C. De 1990 a 1992, foi Coordenador-Adjunto e Coordenador-Geral da Unidade de Política Fiscal do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. De 1988 a 1990, trabalhou como Assessor Econômico e Chefe da Unidade de Análise Macroeconômica, ambos no Ministério do Planejamento. Anteriormente, ocupou vários cargos no Ministério da Indústria e Comércio, no Instituto de Desenvolvimento do Paraná, no Ministério do Trabalho e no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Gradou-se em economia pela Universidade Federal de Minas Gerais e possui mestrado em economia pela Universidade de Brasília (UnB).

Gabriel Stoliar. O Sr. Stoliar atua, desde outubro de 2001, como Diretor Executivo de Planejamento e Gestão da Companhia Vale do Rio Doce. Em setembro de 1997, ele foi inicialmente nomeado diretor executivo do Centro Corporativo. Também é conselheiro da Usiminas, CAEMI, CST e PPSA. Em 1994, foi indicado Conselheiro da BNDESPAR. Em 1991, assumiu o cargo de Superintendente da Divisão Operacional responsável pelas Áreas de Mineração, Metalurgia, Química, Petroquímica, Celulose e Papel da BNDESPAR. Em 1988, foi indicado pela BNDESPAR como Gerente de Operações na Área de Bens de Capital, Eletrônica e Bens de Consumo. Em 1982, foi promovido a Gerente do BNDES para a Área de Projetos do FINSOCIAL. Em 1978, ingressou no BNDES como Analista na Área de Celulose, Papel e Petroquímica. Iniciou sua carreira como consultor em organização de empresas no Instituto de Desenvolvimento Econômico e Gerencial da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. É graduado em Engenharia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pós-graduado em Engenharia de Produção e tem MBA da PDG/EXEC-SDE no Rio de Janeiro.

Carla Grasso. Sra. Grasso foi indicada diretora executiva de recursos humanos e serviços corporativos em outubro de 2001. De dezembro de 1997 a outubro de 2001, a Sra. Grasso atuou como diretora de pessoal, administração e IT para o Centro Corporativo da CVRD. Antes disso, ela atuou como

secretária do escritório brasileiro de seguridade social suplementar, de janeiro de 1994 a novembro de 1997, como assessora do Ministro da Seguridade Social, de dezembro de 1992 a novembro de 1993, como assessora financeira e coordenadora da política fiscal no Ministério da Fazenda, de outubro a dezembro de 1992; como assessora financeira e coordenadora do Ministério do Planejamento, de novembro de 1988 a março de 1990; como assessora da Presidência do Cebrae – Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa, de janeiro a novembro de 1988. Em 1997, foi indicada diretora executiva da Fundação Vale do Rio Doce de Habitação e Desenvolvimento Social (FVRD). É graduada e obteve mestrado em Economia pela Universidade de Brasília (UnB).

CONSELHO FISCAL

Pela Legislação Societária Brasileira, podemos estabelecer um Conselho Fiscal, como um órgão independente da nossa administração e dos auditores externos. A principal responsabilidade do Conselho Fiscal segundo a Legislação Societária Brasileira é a revisão das atividades da administração e das Demonstrações Contábeis reportando os resultados diretamente aos acionistas. Estabelecemos um Conselho Fiscal, de funcionamento permanente, que pode ter de três a cinco membros.

No momento, nosso Conselho de Administração atua como um Comitê de Auditoria para fins da lei Sarbanes-Oxley de 2002. Em conformidade com as normas do comitê de auditoria de uma empresa registrada no NYSE e na SEC, a partir de 31 de julho de 2005, devemos estabelecer um comitê de auditoria composto por membros do Conselho de Administração que atenda as exigências especificadas ou designar e dar posse ao nosso conselho fiscal para desempenhar o papel do comitê de auditoria sujeito à isenção estipulada na *Exchange Act Rule 10A-3(c)(3)*. Esperamos tomar as medidas necessárias para designar nosso conselho fiscal para desempenhar este papel e dar a ele os poderes necessários em de 31 de julho de 2005. No momento esperamos que ao menos um membro do conselho fiscal se já determinado um financial expert.

- Em 27 de abril de 2005, os acionistas elegeram ou reelegeram os atuais membros dos Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes. Os detentores das ações preferenciais classe A, incluindo a ações de classe especial, ou *golden shares*, podem eleger um membro do conselho fiscal e seu respectivo suplente. Acionistas minoritários detentores de ações ordinárias que detenham pelo menos 10% do total das ações ordinárias em circulação também podem eleger um membro e seu respectivo suplente. O mandato dos membros do conselho fiscal expira na Assembléia Geral Ordinária seguinte à sua eleição.

A tabela a seguir relaciona os membros suplentes do Conselho Fiscal.

	<u>Primeiro Ano de Indicação</u>
José Bernardo de Medeiros Neto (2)	2005
Marcelo Amaral Moraes (2)	2004
Oswaldo Mário Pêgo de Amorim (2)	2004
Joaquim Vieira Ferreira Levy (1)	2005

(1) Indicado pelos acionistas preferenciais.

(1) Indicado pela Valepar.

A tabela a seguir relaciona os membros suplentes do Conselho Fiscal.

	<u>Primeiro Ano de Indicação</u>
Milton Lourenço Cabral (2)	2004
Carlos Tsuyoshi Yamashita (2)	2005
Anibal Moreira dos Santos (2)	2005
Tarcísio José Massote de Godoy (1)	2004

(1) Indicado pelos acionistas preferenciais.

(2) Indicado pela Valepar.

COMITÊS DE ASSESSORAMENTO

Comitês de Assessoramento

Nosso Estatuto Social estabelece a criação de cinco comitês técnicos e de assessoramento ao Conselho de Administração, a saber: Desenvolvimento Executivo, Estratégico, Financeiro, Auditoria e Governança e Ética. Alguns dos membros destes comitês não são membros do Conselho de Administração.

- *O Comitê de Desenvolvimento Executivo* é responsável por reportar as políticas gerais de recursos humanos; recomendar os níveis de remuneração dos nossos diretores executivos; e estabelecer diretrizes para avaliar o desempenho de nossos diretores executivos. Os membros do Comitê de Desenvolvimento Executivo são: Francisco Valadares Póvoa, João Moisés de Oliveira, Arlindo Magno de Oliveira, Olga Loffredi e Oscar Augusto de Carmargo Filho.
- *O Comitê Estratégico* é responsável por revisar e fazer recomendações ao Conselho de Administração no que tange às diretrizes estratégicas e o planejamento estratégico submetidos anualmente ao Conselho por nossos diretores executivos; os orçamentos de investimentos anuais e plurianuais da companhia; oportunidades de investimentos e/ou desinvestimentos submetidas pelos diretores executivos, e fusões e aquisições. Os membros do Comitê Estratégico são: Roger Agnelli, Gabriel Stoliar, Luciano Coutinho, José Roberto Mendonça de Barros e Cezar Manoel de Medeiros.
- *O Comitê Financeiro* é responsável por revisar e fazer recomendações ao Conselho de Administração no que tange: às políticas financeiras e aos sistemas internos de controle financeiro da companhia; à compatibilidade entre o nível de remuneração dos acionistas e os parâmetros estabelecidos no orçamento anual; e à consistência com a política geral sobre dividendos e a estrutura de capital da companhia. Os membros do Comitê Financeiro são: Roger Agnelli, Fabio de Oliveira Barbosa, Rômulo de Mello Dias, Wanderley Rezende de Souza e Wanderlei Viçoso Fagundes.
- *O Comitê de Auditoria* é responsável por propor ao Conselho de Administração a indicação dos auditores independentes e do responsável pela auditoria interna da companhia; reportar as políticas e o plano anual de auditoria da companhia apresentado pelo responsável pela auditoria interna, e a sua execução; monitorar os resultados da auditoria interna da companhia e identificar, priorizar e propor ações a serem acompanhadas pelos diretores executivos; e analisar o relatório anual, bem como as Demonstrações Contábeis da companhia e fazer recomendações ao Conselho de Administração. Os membros do Comitê de Auditoria são: Inácio Clemente da Silva, Antonio José de Figueiredo Ferreira, Heitor Ribeiro Filho and Paulo Roberto Ferreira de Medeiros. Nenhum dos membros do nosso Comitê de Auditoria é membro do Conselho de Administração. Assim, todo o Conselho de Administração está atuando como Comitê de Auditoria para fins de nossas obrigações consoante a Lei Sarbanes-Oxley de 2002. Ver *Conselho Fiscal*.
- *O Comitê de Governança e Ética* é responsável por avaliar nossas práticas de governança corporativa e funcionamento do Conselho de Administração e recomendar melhorias ao código de ética e ao nosso sistema de gestão, de forma a evitar conflitos de interesses entre a companhia e seus acionistas ou administradores; emitir relatórios sobre as políticas relacionadas à responsabilidade institucional, tais como meio ambiente, saúde, segurança e responsabilidade social da companhia apresentados pelos diretores executivos; e emitir relatórios sobre os potenciais conflitos de interesse entre a companhia e seus acionistas ou administradores. Os membros do Comitê de Governança e Ética são: Renato da Cruz Gomes, Ricardo Carvalho Giamboni e Ricardo Simonsen.

Significativas Diferenças de Governança Corporativa

De acordo com a Seção 303A.11 da relação de empresas listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque, preparamos um gráfico que resume as formas nas quais nossas práticas de governança corporativa diferem daquelas das empresas nacionais americanas dentro das regras de governança corporativa da Bolsa de Valores de Nova Iorque. Obs.: este gráfico também pode ser acessado pelo nosso site.

REMUNERAÇÃO DOS CONSELHEIROS, DIRETORES EXECUTIVOS, MEMBROS DO CONSELHO FISCAL E COMITÊS DE ACESSORAMENTO

Visão Geral

De acordo com o nosso Estatuto Social, os acionistas são responsáveis por estabelecer o valor total da remuneração paga aos membros do Conselho de Administração e aos diretores executivos. Nossos acionistas determinam o valor da remuneração global anual dos administradores na Assembléia Geral Ordinária a cada ano. A fim de estabelecer o total de remuneração dos conselheiros e diretores, nossos acionistas geralmente consideram uma série de fatores que variam desde atributos, experiência e qualificação dos nossos conselheiros e diretores executivos, bem como o desempenho recente de nossas operações. Uma vez que a remuneração global é estabelecida, os membros de nosso Conselho de Administração, em colegiado, são responsáveis por determinar a distribuição, de acordo com nosso Estatuto Social entre os conselheiros e diretores executivos, posteriormente segundo recomendação do Presidente. O Comitê de Desenvolvimento Executivo elabora recomendações ao Conselho de Administração no que diz respeito à remuneração global anual dos diretores executivos.

Para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2004, pagamos o total de, aproximadamente, R\$ 7,2 milhões em remuneração (incluindo aqui a remuneração fixa e variável e benefícios adicionais em espécie) aos diretores executivos e US\$ 533 mil em remuneração (incluindo aqui a remuneração fixa e variável e benefícios adicionais em espécie) aos membros do Conselho de Administração e aos diretores executivos pelo exercício de seus cargos. Para o ano findo em 31 de dezembro de 2004, nenhum de nossos conselheiros e diretores executivos teve qualquer interesse financeiro ou de outra espécie em negócios envolvendo a Companhia que não estivessem no curso normal dos negócios.

O número total de ações ordinárias de propriedade de nossos conselheiros e diretores executivos em 31 de abril de 2005 era de 77,762. O número total de ações preferenciais classe A de propriedade de nossos diretores e conselheiros executivos em 31 de abril de 2005, era de 174,517. Nenhum de nossos conselheiros ou diretores executivos possui um por cento ou mais de qualquer classe de nossas ações.

Remuneração Incentivada

Além da remuneração fixa, nossos diretores executivos também têm direito a bônus e pagamentos incentivados, que são registrados como despesa quando incorridos. Cada diretor executivo pode receber bônus com base no seu desempenho individual e no nosso desempenho durante determinado exercício. O Conselho de Administração determina o valor máximo da remuneração para aquele ano e tal quantia é aprovada na assembléia geral. As remunerações incentivadas são calculadas em relação à porção dos bônus determinados no final de cada ano. Os bônus são distribuídos no início do ano seguinte, quando os pagamentos incentivados, que são vinculados às ações preferenciais, são feitos aproximadamente um ano após a quantidade de ações preferenciais estiver determinado. Os diretores executivos têm direito, contudo, a qualquer pagamento de dividendos sobre estas ações durante tal tempo. Os diretores executivos são requeridos a utilizar o pagamento de incentivos para adquirir ações preferenciais baseadas no preço de mercado da data do pagamento. Visto que os diretores executivos não precisam ficar na empresa para serem beneficiados por tais pagamentos de incentivos, após adquirir o direito, estes pagamentos não são considerados como remunerações com base nas ações durante este período.

Conselho Fiscal

Durante 2004, o montante mensal pago aos membros do Conselho Fiscal foi R\$ 1.606 a cada membro, excluindo os benefícios. Pagamos um total de R\$ 61.645 aos membros do Conselho Fiscal em 2004. Além disso, os membros do Conselho Fiscal são reembolsados pelas despesas relacionadas a transporte necessárias ao exercício de seus cargos.

Comitês de Assessoramento

Pagamos um total de US\$ 233.291 a membros dos comitês de assessoramento da CVRD em 2004. Além disso, os membros dos comitês de assessoramento da CVRD são reembolsados pelas despesas relacionadas ao transporte necessário para o exercício de seus cargos.

FUNCIONÁRIOS

Geral

A tabela abaixo estabelece o número de funcionários por categoria a contar das datas indicadas.

	Em 31 de dezembro,		
	2002	2003	2004
Minerais Ferrosos	10.622	13.107	14.845
Logística	7.613	8.820	9.842
Minerais Não Ferrosos	1.104	1.332	1.957
Alumínio, Aço e Desenvolvimento de Negócios.....	733	810	979
Centro Corporativo.....	7.503	5.563	2.915
Total	27.575	29.632	30.538

Salários e Benefícios

Os salários e benefícios na CVRD e suas controladas são geralmente estabelecidos por cada empresa. A CVRD estabelece seus programas de salário e de benefícios anuais em julho de cada ano após negociações com os sindicatos. Em julho de 2004, a CVRD chegou a um acordo com seus sindicatos para um aumento de 4,5% de salário e manutenção dos benefícios correntes, que é válido até junho de 2005. As disposições dos acordos da CVRD com seus sindicatos também se aplicam aos empregados da CVRD não afiliados a sindicatos. A CVRD não sofreu nenhuma perda econômica significativa em decorrência de greves de trabalhadores ou de paralisações do trabalho.

Planos de Pensão

Os empregados da CVRD e da maioria de suas controladas estão aptos a participar dos planos de pensão gerenciados pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social-VALIA (“Valia”). Patrocinada pela CVRD, a Valia é um plano de seguridade social complementar, não aberto e sem fins lucrativos, com autonomia financeira e administrativa. Substancialmente, todos os participantes nos planos patrocinados pela Valia são participantes de um novo plano da Valia implementado em maio de 2000. O novo plano é primariamente um plano de contribuição definida com um recurso de benefício definido relativo ao benefício anterior a maio de 2000. A Valia também patrocina o “plano antigo” que é um plano de benefício definido, com os benefícios baseados nos anos de serviços, salário e benefícios de previdência social. Este plano cobre os participantes aposentados e seus beneficiários, bem como um número relativamente pequeno de empregados que se negaram a fazer a transferência do plano antigo para o novo plano quando este foi estabelecido em maio de 2000.

Os empregados da CAEMI e suas controladas, MBR e CADAM, e os empregados da Alunorte participam de diferentes planos de pensão. A CAEMI e a MBR contribuem a um plano de pensão complementar aberto que é principalmente uma contribuição definida, mantido pela Bradesco Vida e Previdência S.A. Este plano teve sua origem no plano de seguridade social e pensão mantido pela Fundação CAEMI de Previdência Social e patrocinado pela CAEMI e a MBR. Os benefícios concedidos pela CAEMI e a MBR incluem pensões para aposentadoria, incapacitação e morte, bem como abonos anuais. Os benefícios relativos a saúde e seguro de vida em grupo providos pela CAEMI e suas controladas aos empregados terminam quando o empregado deixa a companhia, seja por aposentadoria ou não. Em 1 de dezembro de 2001, a CADAM ingressou em um plano de pensão complementar de contribuição definida gerenciado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. Os empregados da Alunorte estão cobertos por um plano de pensão gerenciado pela Bradesco Previdência Privada.

Outros Benefícios

Todos os empregados da CVRD e seus dependentes têm acesso à assistência médica complementar, que oferece cobertura ambulatorial e hospitalar, dentária e custos com medicamentos prescritos. Os beneficiários têm livre escolha de médicos, com parte das despesas reembolsadas. Outros importantes benefícios oferecidos aos empregados são uma verba anual para materiais escolares, seguro de vida em grupo, assistência funeral e reembolso dos custos de creche para empregados com crianças de até três anos de idade.

Participação Acionária

Anteriormente, os empregados da CVRD tinham uma participação acionária em nossos negócios através do Clube de Investimentos dos Funcionários da Vale, ou Investvale, uma associação de nossos empregados ativos e aposentados. Durante 2002, o Investvale trocou todas as suas ações da CVRD na Valepar S.A., nossa acionista majoritária, por uma participação daquela acionista. Em 14 de novembro de 2003, o Investvale vendeu sua participação na Valepar ao BNDESPAR e agora não possuem mais participação direta ou indireta na CVRD.

O Estatuto Social da CVRD prevê o estabelecimento de planos de opção de ações, mas até a presente data eles não foram criados.

Participação dos Lucros entre Funcionários

Todos os funcionários da CVRD recebem remuneração por incentivo todos os anos em quantias baseadas no desempenho da CVRD, dos departamentos e dos desempenhos individuais. Outros acordos para incentivos de remuneração semelhantes já estão disponíveis em outras empresas dentro do grupo CVRD.

Item 7. Acionistas Majoritários e Transações com Partes Relacionadas

ACIONISTAS MAJORITÁRIOS

Visão Geral

Acionistas Majoritários da CVRD. A tabela abaixo apresenta algumas informações relacionadas à propriedade beneficiária de nossas ações ordinárias e preferenciais classe A. Em 30 de abril de 2005 por cada pessoa que temos conhecimento ser o proprietário de mais de 5% de qualquer classe de nosso capital social e por todos os conselheiros e diretores executivos em conjunto.

	Ações	Percentual da Classe
Ações Ordinárias		
Valepar S.A (1).....	392.147.133	53,3%
BNDESPAR (2).....	52.189.680	7,1
Conselheiros e diretores executivos em conjunto.....	77.762	*
Ações Preferenciais Classe A (3)		
Conselheiros e diretores em conjunto.....	174.517	0,1
Ações Preferenciais de Classe Especial		
Governo brasileiro.....	3	100,0

(1) Vide a tabela abaixo para obter mais informações sobre os acionistas da Valepar. Porque cada acionista da Valepar tem o poder de veto de transferência pela Valepar de qualquer ação que detenha na CVRD, cada um dos acionistas da Valepar pode representar um proprietário da Valepar, de acordo com as instruções da SEC. Normalmente, é considerado “beneficial owner” de determinadas ações, aquele que detenha o poder de veto ou investimento relacionado a determinadas ações. Isso não implica necessariamente que essa pessoa tenha benefícios econômicos ou outros benefícios sobre as ações.

(2) Exclui as ações ordinárias pertencentes diretamente à Valepar, na qual o BNDESPAR tem participação.

(3) O Governo Brasileiro (Tesouro Nacional) possui 15.226.023 ações preferenciais classe A, representando 3,7% dessa classe de ações em circulação e o BNDESPAR possui 3.054.645 ações preferenciais classe A, representando 0,7% dessa classe de ações em circulação.

(*) Representa menos que 1% da classe das ações em circulação.

Acionistas da Valepar. As tabelas a seguir apresentam as informações em 30 de abril de 2005 relativas à participação acionária nas ações ordinárias da Valepar S.A. e da Litel Participações S.A.

	Número de Ações Ordinárias da Valepar	Percentual das Ações Ordinárias da Valepar
Valepar S.A.		
Litel Participações S.A.(1)	157.991.298	49,00%
Eletron S.A.	94.359	0,03
Bradespar S.A. (2).....	1.977.852	0,61
Bradesplan Participações S.A.(2).....	66.420.639	20,60
Mitsui & Co. Ltda.	58.822.071	18,24
BNDESPAR	37.125.000	11,51
Total.....	322.431.219	100,00%

- (1) A Litel detém 49.784.472 ações preferenciais Classe B da Valepar, que representam 71,41% das ações preferenciais. A Litela, afiliada da Litel, detém 19.931.442 ações preferenciais classe B da Valepar, que representam 28,59% das ações preferências.
- (2) A Bradespar [e a Bradesplan] são controladas por um grupo que consiste em Cidade de Deus – Cia Comercial Participações, Fundação Bradesco, NCF Participações S.A. e Nova Cidade de Deus Participações S.A.

	Número de Ações Ordinárias da Valepar	Percentual das Ações Ordinárias da Valepar
Litel Participações S.A.		
BB Carteira Ativa 0(1)	202.753.508	73,59%
BB Carteira Ativa II(1)	53.388.025	19,38%
BB Renda Fixa IV(1).....	19.371.990	7,03%
Outros	822	—
Conselheiros e diretores executivos em conjunto.....	4	—
Total.....	275.514.349	100,00%

- (1) O BB Carteira Ativa 0, BB Carteira Ativa II e BB Renda Fixa IV são fundos de investimentos brasileiros. O BB Carteira Ativa 0 é 100% da Previ. O BB Carteira Ativa II é 59,36% da Funcef, 35,8% da Petros e 4,84% da Fundação CESP. O BB Renda Fixa IV é 100% da Previ. Previ, Petros, Funcef e Fundação CESP são fundos de pensão brasileiros.

Participações do Governo Brasileiro. Em 1997, a companhia foi privatizada pelo Governo Brasileiro, que vendeu seu controle votante para a Valepar. Como parte do processo de privatização, o Tesouro Nacional e o BNDES, banco estatal de fomento, juntos passaram a deter 32% das nossas ações ordinárias e 4% das nossas ações preferenciais classe A. Em 20 de março de 2002, na fase final do processo de privatização, o Governo brasileiro e o BNDES venderam cada um 39.393.919 ações, sejam de ações ordinárias ou ADSs, que juntos representam 32,1% das nossas ações ordinárias em circulação. Atualmente, o BNDESPAR, subsidiária integral do BNDES, detém aproximadamente 7,1% de nossas ações ordinárias em circulação e 0,7% de nossas ações preferenciais classe A em circulação. O Governo Brasileiro atualmente detém, cerca de 3,7% de nossas ações preferenciais classe A em circulação (desconsiderada a participação do BNDESPAR), e três ações de classe especial, o que lhe confere poder de veto sobre algumas matérias que poderiam ser adotadas por nós. Para maiores detalhes a respeito do poder de veto, garantido ao Governo Brasileiro na qualidade de ser proprietário de uma ação de classe especial (*golden share*), vide *Item 10. Informações Adicionais – Ações Ordinárias e Preferenciais – Visão Geral*.

Desdobramento Acionário. Nossos acionistas aprovaram um desdobramento acionário futuro em Assembléia Geral Ordinária Extraordinária no dia 18 de agosto de 2004. Assim, no dia 19 de agosto de 2004, decidiu-se que cada ação da Empresa negociada na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), tanto ordinária (VALE3) como preferencial (VALE5) foi desdobrada em três partes.

No dia 7 de setembro de 2004, cada ADR representando nossas ações ordinárias (RIO) ou ações preferenciais (RIOPR) listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque apresentava um desdobramento similar. Como resultado, a proporção de uma ADR vinculada a uma ação ordinária ou preferencial foi mantida.

Acionista Majoritário

Nosso acionista majoritário é a Valepar. Os acionistas da Valepar celebraram um acordo válido até 2017, o qual:

- concede direitos de preferência na aquisição em qualquer transferência de ações de emissão da Valepar e direito de preferência na subscrição de novas ações emitidas pela Valepar;

- veda a aquisição direta de ações da CVRD por acionistas da Valepar, salvo mediante autorização dos demais acionistas;
- proíbe ônus sobre as ações da Valepar (diferentes daqueles relacionados com financiamento de nossa aquisição);
- normalmente exige que cada parte retenha controle de sua companhia de propósito especial mantendo sua participação nas ações da holding Valepar, a menos que os direitos da primeira recusa mencionada acima sejam observadas;
- aloca os lugares do nosso conselho e da Valepar;
- disponibiliza uma política de dividendo para manutenção pela CVRD solicitando que a CVRD distribua um determinado percentual do lucro líquido da CVRD para cada ano fiscal;
- proporciona uma estrutura de capital para ser mantida pela CVRD que não exceda o limite de dívida/patrimônio;
- solicita que os acionistas da Valepar votem suas ações indiretas da CVRD e façam com que seus representantes no Conselho de Administração da CVRD votem apenas de acordo com as decisões tomadas nas pré-reuniões da Valepar feitas antes das reuniões do Conselho de Administração da CVRD ou acionistas; e;
- estabelece exigências de votação supermajoritária para certas ações importantes relacionadas à Valepar ou a nós.

Conforme o contrato dos acionistas, detentores de no mínimo 75% das ações da Valepar devem estar de acordo com os pontos abaixo:

- alterações do Estatuto Social da CVRD;
- aumento do capital social da CVRD por subscrição de ações, criação de um nova classe de ações, mudança nas características das ações existentes ou qualquer redução de capital da CVRD;
- emissão de debêntures, conversíveis ou não em ações, pela CVRD, bônus de subscrição, partes beneficiárias a título oneroso, opções para compra de ações ou qualquer outro título mobiliário;
- determinação do preço de emissão de novas ações do capital social e de quaisquer títulos mobiliários de emissão da CVRD;
- operações de incorporação, cisão e fusão nas quais a CVRD seja parte, bem como sua forma corporativa;
- dissolução, processos de liquidação, falência, concordata ou atos voluntários de reorganização financeira;
- a eleição e substituição do Conselho de Administração da CVRD, inclusive do seu Presidente e qualquer executivo da CVRD;
- a alienação ou aquisição de participação, pela CVRD, no capital de qualquer sociedade, bem como a aquisição de ações do capital social da CVRD pela Valepar ou da Valepar pela CVRD a ser mantida em tesouraria da adquirente;
- a participação da CVRD em um grupo de sociedades ou consórcio de qualquer natureza;
- a celebração de acordos de distribuição, investimento, comercialização de exportação, transferência de tecnologia, licença de marcas, exploração de patentes, concessão para uso e arrendamento nos quais a CVRD seja parte;
- a aprovação e alteração do *Business Plan* da CVRD;

- a fixação da remuneração dos conselheiros da CVRD, bem como as atribuições do Conselho de Administração;
- qualquer de participação nos lucros aos administradores da CVRD;
- a fixação da remuneração e das atribuições dos diretores executivos da CVRD;
- modificação do objeto social da CVRD;
- a distribuição ou não distribuição de dividendos em quaisquer ações de capital da CVRD além daquelas estabelecidas no estatuto, ou sua não-distribuição, e qualquer pagamento de juros sobre o capital social da CVRD;
- a escolha e destituição de auditor independente da CVRD;
- a constituição de qualquer ônus reais, ou prestação de garantias, inclusive fianças pela CVRD para garantir obrigações de terceiros incluindo qualquer empresa ligada e controlada da CVRD;
- a adoção de deliberação acerca de qualquer matéria que, por lei, dê ao acionista o direito de retirada mediante o reembolso de suas ações para a CVRD;
- a eleição e substituição, pelo Conselho de Administração, de qualquer representante da CVRD nas controladas ou a ela ligadas ou em outras sociedades nas quais a CVRD tenha o direito de indicar administradores; e
- alteração dos limites máximo de endividamento da CVRD, da respectiva relação dívida /patrimônio conforme definido no acordo de acionistas.

Além disso, o acordo de acionistas dispõe que qualquer emissão de certificados de participação pela CVRD ou qualquer venda de ações da CVRD detidas pela Valepar exige a deliberação unânime dos acionistas da Valepar.

Ações de Depósitos Americanos

Em 30 de abril de 2005, as ADSs representavam 27,4% das nossas ações ordinárias em circulação e 43,9% das nossas ações preferenciais classe A em circulação.

TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2004, o montante total das garantias por nós concedidas a nossas controladas, coligadas e joint ventures era de US\$ 7 milhões, dos quais US\$ 6 milhões denominados em dólares norte-americanos e o US\$ 1 milhão restante em reais. Vide Nota Explicativa 18 às nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Temos relações comerciais no curso normal dos negócios com uma série de companhias que são coligadas da Previ e da Bradespar S.A., que podem ser consideradas beneficiariamente proprietárias das ações em poder da Valepar, nosso acionista majoritário. O mais importante disto é nosso relacionamento com a CST e Usiminas, no qual tanto nós, como a Previ temos uma participação. Em 2004 a CST foi responsável por aproximadamente 3,0% do total de nossa receitas de vendas, 3,2% de nossas vendas de minério de ferro e metais e 5,7% de nossas receitas com logística e a Usiminas foi responsável por aproximadamente 1,3% do total de nossas receitas de vendas e 1,7% de nossas vendas de minério de ferro e metais. Todas as nossas vendas para a CST e Usiminas são feitas a longo prazo.

Também temos relações comerciais no curso normal dos negócios com a Mitsui.

Como membro de nosso Conselho de Administração, o Sr. Francisco Augusto da Costa e Silva é sócio na Bocater, Camargo, Costa e Silva - Advogados Associados, que ocasionalmente presta consultoria jurídica a nós.

Para obter informações sobre investimentos em controladas, coligadas e *joint ventures*, e para informações sobre transações com nossas principais partes relacionadas, vide as Notas Explicativas 13 e 20 às nossas Demonstrações Contábeis consolidadas.

Item 8. Informações Financeiras

PROCESSOS JUDICIAIS

Nós e nossas controladas respondemos por diversas ações judiciais no curso normal das atividades, incluindo processos cíveis, administrativos, fiscais, trabalhistas e previdenciários. Provisionamos ou depositamos em juízo valores para cobrir perdas contingenciais estimadas relacionadas a sentenças judiciais desfavoráveis. Com base nos pareceres de nossos advogados, acreditamos que as provisões feitas são suficientes para cobrir possíveis perdas relativas às referidas ações.

Atualmente, estamos envolvidos em 14 processos perante o Conselho de Administração de Defesa Econômica CADE, que é o principal órgão regulador de antitruste brasileiro. Onze destes processos envolve revisões de aquisições já ocorridas ou transações com *joint ventures*, obrigatórias para quase todas as nossas aquisições e *joint ventures*. Os outros 3 processos restantes são de natureza administrativa que alegam prática de infração à ordem econômica nos nossos negócios de minério de ferro, logística e alumínio. Iremos nos defender nesses processos com vigor, embora não possamos prever seus resultados. Se o CADE julgar que praticamos concorrência desleal, ele poderá impor o término da prática desta conduta e/ou pagamento de multas, que podem ser substanciais.

Nossos principais processos de análise pós-transação pendentes envolvem as aquisições da Socoimex, Samitri, Ferteco, Belém e CAEMI pela CVRD, e o acordo para descruzar as participações recíprocas entre a CVRD e a Companhia Siderúrgica Nacional, ou CSN. O CADE pode não aprovar estas transações ou impor condições para sua aprovação que teriam um efeito adverso substancial em nossos negócios. Em relação à análise do CADE, a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, ou SDE e a Secretaria Brasileira para Acompanhamento Econômico, ou SEAE, emitiram relatórios ao CADE recomendando que o CADE condicione sua aprovação destas transações sobre ações que pudessem ter um efeito adverso em nossos negócios, incluindo a manutenção políticas de preço, desinvestimento de algumas de nossas minas, a cessação de nossos direitos em relação ao minério de ferro da mina Casa de Pedra e a venda e reestruturação de algumas de nossas participações logísticas. Antes de tomar sua decisão, o CADE pode adotar algumas, ou nenhuma das recomendações feitas por tais órgãos ou escolher impor outras condições de acordo com sua aprovação que seria prejudicial a nossos negócios, mas também pode decidir em não impor nenhuma restrição.

A aquisição da CAEMI foi aprovada pela Comissão Européia sujeita a determinadas condições, inclusive a venda da Quebec Cartier Mining Company (QCM). Estamos no processo de venda das ações preferenciais classe B da CAEMI na QCM. Para mais detalhes, vide Nota 7(a) em nossas demonstrações contábeis consolidadas.

Diversas ações judiciais contestando a legalidade de nossa privatização estão em curso, incluindo ações de classe. As instâncias judiciais inferiores proferiram decisões favoráveis nestes processos que estão sendo apeladas pelos pleiteantes. Não acreditamos que essas ações afetem de forma desfavorável o curso do processo de privatização, seja individualmente, ou em conjunto, ou que de outra maneira produzam um efeito substancialmente desfavorável sobre nós.

Somos réus em uma ação cível pública que busca anular o contrato de arrendamento pelo qual nós e outras empresas acusadas operamos o terminal do porto da Praia Mole. O caso, que teve início em 1998, ainda está nos estágios iniciais e acreditamos que a alegação não possui fundamento.

Atualmente, somos réus em duas ações movidas pela Prefeitura Municipal de Itabira no Estado de Minas Gerais. A Prefeitura alega que nossas operações de exploração de minério de ferro em Itabira acarretaram prejuízos sociais e ambientais. Em uma das ações, iniciada em agosto de 1996, o município de Itabira alega que as operações de nossas minas de ferro em Itabira causaram danos ambientais e sociais e exige reparo dos danos relativos à devastação do local de uma de nossas minas, assim como a restauração imediata do complexo ecológico afetado e a execução de programas ambientais de recuperação na região. Os danos mencionados, ajustados da data da petição

inicial, somam aproximadamente US\$ 1 bilhão. Acreditamos que este valor seja significativamente superior àquele que eventualmente poderíamos ser condenados a pagar. Já solicitamos a anulação desta ação tendo em vista que não possui mérito. De fato, em 5 de junho de 2000, as autoridades ambientais locais concederam uma licença para as operações da mina de ferro em Itabira. Essa licença estabelece condições para a restauração ambiental do local devastado e a execução de programas de preservação ambiental. Pretendemos continuar a cumprir tais condições. Em outra ação, o município de Itabira pede a indenização pelos gastos que o mesmo teria incorrido com serviços públicos prestados como consequência de nossa atividade de mineração. Os danos mencionados, ajustados da data da petição inicial, somam aproximadamente US\$ 986 milhões. Acreditamos que esta ação não tem fundamento. Estamos nos defendendo com vigor em ambas as ações.

Estamos envolvidos em litígio relativos a determinados aspectos da recente legislação tributária que exige que os rendimentos provenientes das controladas no exterior sejam incluídos na apuração do imposto de renda a pagar no Brasil. Impetrou um mandado de segurança em fevereiro de 2003, suspendendo nossa obrigação de pagar quantias em disputa. Com base nos pareceres de nossos advogados, acreditamos que a probabilidade de termos que pagar tais impostos é remota, e, assim, não registramos provisões para estes impostos em nossas demonstrações contábeis.

Em conformidade com a Resolução ANEEL No. 591, de novembro de 2003, a ANEEL autorizou a Light – Serviços de Eletricidade S.A. (a “Light”) a cobrar de consumidores livres no estado do Rio de Janeiro, como a Valesul, diversas tarifas adicionais inclusive pelo uso do sistema de distribuição. A Valesul entrou com uma ação contestando a legalidade desta cobrança. A Valesul impetrou mandado de segurança sob a qual poderia optar por fazer depósitos em juízo ou pagar diretamente à Light as quantias solicitadas. Em maio de 2004, a Valesul obteve uma decisão favorável liberando-a do pagamento de tais honorários e dos depósitos em juízo. A Light recorreu desta decisão e a resolução final ainda está pendente. Enquanto isso, o mandado de segurança foi cancelado para fazer com que a Valesul execute os pagamentos pendentes para a resolução da questão.

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Pela Legislação Societária Brasileira em vigor, os acionistas têm o direito ao recebimento de dividendos mínimos obrigatórios, estabelecido no estatuto social da companhia e, de acordo com nosso estatuto, tais dividendos obrigatórios não podem ser inferiores a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício, calculados em consonância com a citada legislação. Para obter mais detalhes sobre as disposições para distribuição de dividendos estabelecidos em nosso Estatuto Social, Vide *Item 10. Informações Adicionais*.

Segundo nossa política de dividendos, nossa Diretoria Executiva propõe ao nosso Conselho de Administração determinar até 31 de janeiro de cada ano o valor mínimo por ação, em dólares norte-americanos, que será distribuído naquele exercício aos nossos acionistas. Os dividendos e/ou juros sobre o capital próprio são determinados em dólares norte-americanos, considerando nossa expectativa de geração de caixa para aqueles exercícios. A proposta estabelece que duas parcelas semi-anuais sejam pagas nos meses de abril e outubro de cada ano. A proposta é submetida ao Conselho de Administração nas assembléias programadas para os meses de abril e outubro. Uma vez aprovado, os dividendos e/ou juros sobre o capital próprio são pagos em reais e convertidos as taxas de câmbio praticadas no último dia útil antes das reuniões do conselho em abril e outubro de cada ano. A Diretoria Executiva também poderá propor ao Conselho de Administração, dependendo da evolução do desempenho de nosso fluxo de caixa, um pagamento adicional aos acionistas de um valor por ação, até ou acima do dividendo mínimo inicialmente estabelecido. Para 2005, nossa Diretoria Executiva propôs a Conselho de Administração um dividendo mínimo de US\$ 1 bilhão. Nossa prática normal é pagar o mesmo dividendo ou juros sobre o capital próprio tanto para as ações ordinárias quanto para as ações preferenciais classe A. O dividendo mínimo anunciado para 2005 é de US\$ 1 bilhão. Em abril de 2005, a primeira parcela deste dividendo representando US\$ 500 milhões foi aprovada por nosso Conselho de Administração. A primeira parcela foi paga em 29 de abril de 2005.

Além disso, desde nossa privatização em 1997 e, seguindo orientação da Valepar, nossa principal acionista, temos distribuído dividendos de no mínimo 50% do lucro líquido em cada exercício.

Podemos fazer distribuições tanto na forma de dividendos quanto juros sobre o capital próprio. Os dividendos relativos às ADSs e os detentores de ações ordinárias ou ações preferenciais classe A não residentes não estarão sujeitos ao imposto de renda retido na fonte, exceto os dividendos declarados com base nos lucros gerados antes de 31 de dezembro de 1995. Estes dividendos estarão sujeitos ao imposto de renda retido na fonte a diversas alíquotas. As distribuições de juros sobre o capital próprio aos acionistas, incluindo os detentores de ADSs, estão atualmente

sujeitas à lei brasileira aplicável relacionada ao imposto de renda retido na fonte. Vide *Item 10. Informações Adicionais – Tributação – Considerações Fiscais Brasileiras*.

Por lei, somos obrigados a realizar uma assembléia ordinária de acionistas até 30 de abril de cada ano, na qual um dividendo anual poderá ser anunciado. Além disso, dividendos intermediários poderão ser anunciados pelo Conselho de Administração. Em conformidade com a Legislação Societária brasileira, o pagamento de dividendos deve ser efetuado ao acionista que detiver as ações na data da declaração de dividendos, dentro do prazo de 60 dias após a data que o dividendo foi declarado, a menos que uma deliberação dos acionistas estipule uma outra data de pagamento, o que, em qualquer circunstância, deve ocorrer antes do encerramento do exercício em que esse dividendo foi anunciado. Um acionista tem um período de três anos, a partir da data de pagamento de dividendos, para reclamar dividendos (ou pagamentos de juros sobre o capital próprio) relacionados às suas ações, após o qual não teremos qualquer obrigação em relação a esses pagamentos. De 1997 a 2003, todas as remunerações que efetuamos foram na forma de juros sobre o capital próprio. Em 2004, parte da distribuição foi feita na forma de juros sobre capital próprio e parte como dividendos. Vide *Item 10. Informações Adicionais. Ações Ordinárias e Preferenciais – Juros sobre Capital Próprio*.

Efetuamos distribuições de dividendos sobre ações ordinárias e ações preferenciais Classe A vinculadas às ADSs em moeda brasileira ao custodiante em nome do depositário. O custodiante converte então esses resultados em dólares norte-americanos e providencia para que esses dólares sejam entregues ao depositário para distribuição aos detentores de ADRs. Para obter mais informações sobre a política fiscal brasileira de distribuição de dividendos. Vide *Item 10. Informações Adicionais – Tributação – Considerações Fiscais Brasileiras*.

A tabela a seguir mostra as distribuições pagas aos detentores de ações ordinárias e ações preferenciais Classe A nos períodos indicados. As quantias subseqüentes a 19 de agosto de 2004 refletem um desdobramento acionário de 3 por 1 que ocorreu em agosto de 2004. Calculamos as conversões para dólares norte-americanos usando a taxa de venda comercial vigente na data do pagamento. Demonstramos os valores brutos do imposto de renda retido na fonte.

<u>Ano</u>	<u>Data do Pagamento</u>	<u>Reais por Ação na Data do Pagamento</u>	<u>Dólares por Ação na Data do Pagamento</u>
2000	1º de março	1,17	0,66
2001	20 de fevereiro	3,33	1,66
	10 de dezembro	2,305	0,98
2002	30 de abril	2,305	0,98
	10 de dezembro	2,68	0,71
2003	30 de abril	1,62	0,56
	31 de outubro	3,42	1,20
2004	30 de abril	2,06	0,70
	29 de outubro (1) (2).....	1,27	0,45
2005	29 de abril (2).....	1,11	0,43

(1) Em 29 de outubro de 2004, pagamos 1,03 reais por ação em participação sobre patrimônio líquido e 0,24 reais por ação em dividendos.

(2) Reflete um desdobramento de 1 para 3 ações.

Item 9. Oferta e registro em Bolsa de Valores

HISTÓRICO DOS PREÇOS DAS AÇÕES

A tabela a seguir contém informações relativas a nossas ADSs preferenciais e ordinárias para os períodos indicados conforme relatório da Bolsa de Valores de Nova Iorque (e em relação aos períodos anteriores a junho de 2000, pela National Quotations Bureau, Inc.), e nossas ações preferenciais Classe A e ações ordinárias, conforme reportado pela Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) para os períodos indicados. Os preços das ações na tabela para os períodos após 19 de agosto de 2004 (para nossas ações ordinárias e preferenciais) e depois de 7 de setembro de 2004 (para nossas ações ordinárias e preferenciais ADSs) refletem um desdobramento acionário de 3 por 1.

	<i>Reais por Ações</i>				<i>Dólares por ADS</i>		<i>Dólares por ADS</i>	
	<i>Reais por Ação Ordinária</i>		<i>Preferenciais</i>		<i>Preferencial Classe A</i>		<i>Ordinária</i>	
	<i>Máxima</i>	<i>Mínima</i>	<i>Máxima</i>	<i>Mínima</i>	<i>Máxima</i>	<i>Mínima</i>	<i>Máxima</i>	<i>Mínima</i>
2000	R\$ 52,40	R\$ 33,00	R\$ 59,00	R\$ 38,82	US\$ 33,13	US\$ 19,75	US\$ —	US\$ —
2001	55,00	42,70	58,70	44,00	26,98	18,65	—	—
2002	109,00	50,00	102,20	50,90	29,51	20,51	30,00	21,75
2003	170,80	80,90	148,00	77,45	51,90	24,30	59,59	25,71
2004	77,50	43,33	64,19	37,67	24,38	12,10	29,01	14,08
1º Trimestre de 2003	104,00	91,00	100,00	87,50	27,87	24,30	29,50	25,71
2º Trimestre de 2003	91,99	80,90	88,78	77,45	28,70	25,66	30,80	26,85
3º Trimestre de 2003	119,00	85,00	108,60	79,10	37,49	28,02	41,60	29,92
4º Trimestre de 2003	170,80	121,50	148,00	108,79	51,90	37,35	59,59	42,00
1º Trimestre de 2004	180,00	145,10	159,00	124,40	55,50	42,45	62,87	49,96
2º Trimestre de 2004	163,92	129,99	142,74	113,01	49,77	36,30	57,09	42,24
3º Trimestre de 2004 (1)	65,00	47,00	55,50	39,38	19,41	12,88	22,66	15,47
4º Trimestre de 2004	77,50	58,50	64,19	50,61	24,38	17,68	29,01	20,32
1º Trimestre de 2005	95,75	71,00	79,02	59,50	30,00	22,05	36,55	26,05
Dezembro de 2004	77,50	65,00	64,19	54,20	24,38	19,77	29,01	23,70
Janeiro de 2005	81,75	71,00	69,18	59,50	25,76	22,05	30,69	26,05
Fevereiro de 2005	95,75	75,71	78,79	64,58	30,00	24,59	36,55	29,00
Março de 2005	95,50	80,20	79,02	68,20	29,74	25,01	36,10	29,61
Abril de 2005	84,50	67,70	72,00	58,10	26,90	22,50	32,00	26,60
Mai de 2005	95,75	64,00	61,25	55,00	29,70	25,60	25,40	21,93

(1) Desdobramento acionário 3 para 1 ocorreu durante este trimestre.
Fonte: Bloomberg LLP.

NEGOCIAÇÕES DE AÇÕES

Nossas ações representativas do capital consistem em ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal. Nossas ações ordinárias e ações preferenciais Classe A são publicamente negociadas no Brasil na BOVESPA, com as denominações VALE3 e VALE5, respectivamente. Nossas ações ordinárias e preferenciais Classe A também são negociadas no LATIBEX, através da denominação XVALO e XVALP, respectivamente. A LATIBEX é um mercado eletrônico criado em 1999 pela Bolsa de Valores de Madrid a fim de permitir a negociação em Euro de títulos de valores mobiliários provenientes da América Latina.

Em 12 de dezembro de 2003, concordamos em cumprir com os requisitos aprimorados de Governança Corporativa e divulgação estabelecidos pela BOVESPA de forma a nos qualificar como uma companhia admitida ao “Nível 1 de Exigências de Governança Corporativa” da BOVESPA.

Para se tornar uma companhia de Nível 1, o emissor deve concordar em:

- assegurar que as ações do emitente representante de 25% de seu capital total estejam efetivamente disponíveis para serem negociadas;
- adotar procedimentos de oferta que favoreçam ampla pulverização das ações sempre que fizer uma oferta;
- cumprir com as normas mínimas de divulgação trimestral padrão;
- seguir políticas de divulgações mais rígidas com relação às transações feitas pelos acionistas controladores, conselheiros e diretores envolvendo títulos emitidos;

- divulgar quaisquer acordos de acionistas e planos de opção de ações existentes; e
- elaborar um cronograma de eventos corporativos disponíveis aos acionistas.

Nossas ADSs ordinárias, cada uma representando uma ação ordinária, têm sido negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque desde março de 2002, com a denominação RIO. Nossas ADSs preferenciais, cada uma representando uma ação preferencial classe A, têm sido negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque desde junho de 2000, através da denominação RIOPR. Desde 1994, as ADSs preferenciais classe A eram negociadas no mercado de balcão. O J.P. Morgan Chase Bank atua como depositário tanto das ADSs ordinárias como das preferenciais. Em 30 de abril de 2005, existiam 383.989.885 ADSs em circulação, representando 43,9% de nossas ações preferenciais classe A, 27,4% de nossas ações ordinárias ou 33,3% do nosso capital total.

Item 10. Informações Adicionais

DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS E ESTATUTO SOCIAL

Objeto da Companhia

Nosso Estatuto Social define o nosso objeto social incluindo:

- exploração de depósitos minerais no Brasil e no exterior através da extração, processamento, industrialização, transporte, embarque e comércio de minerais;
- construção e operação de ferrovias e exploração de tráfego ferroviário próprio ou de terceiros;
- construção e operação de terminais marítimos próprios ou de terceiros e a exploração de atividades de navegação e de apoio portuário;
- fornecimento de serviços logísticos integrados com transporte de carga, incluindo captação, armazenagem, transbordo, distribuição e entrega no contexto de um sistema multimodal de transportes;
- produção, processamento, transporte, industrialização e comercialização de qualquer e todas as fontes e formas de energia, também envolvendo atividades de produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de seus produtos, derivados e subprodutos;
- a continuidade, no Brasil ou no exterior, de outras atividades que possam ser consequência direta ou indireta à realização do objeto social, incluindo pesquisa, industrialização, compra e venda, importação e exportação de bens, exploração, industrialização e comércio de recursos florestais e prestação de serviços de qualquer natureza; e
- constituição ou participação sob qualquer modalidade em outras sociedades, consórcios ou entidades relacionadas direta ou indiretamente ao nosso objeto social.

Poderes dos Conselheiros

De acordo com a legislação societária brasileira, se um conselheiro ou diretor executivo tiver um interesse conflitante com o da companhia no que diz respeito a qualquer transação proposta, ele estará impedido de votar na reunião do Conselho de Administração ou da diretoria convocadas para deliberar sobre aquela transação e deverá divulgar a natureza e extensão do seu conflito de interesse para transcrição nas atas de reunião. De qualquer forma, um conselheiro ou diretor executivo não poderá fazer nenhum negócio com a companhia, incluindo empréstimos, salvo se em termos e condições razoáveis e equitativas aos de mercado ou oferecidos por terceiros. De acordo com o Estatuto Social, os acionistas estabelecem a remuneração global a ser paga aos conselheiros e diretores executivos. O Conselho de Administração distribui a remuneração entre os seus membros e diretores executivos. Vide *Item 6. Conselheiros, Diretores Executivos e Funcionários - Remuneração*. O nosso Estatuto Social não estabelece nenhum limite de idade para aposentadoria obrigatória.

ACÇÕES ORDINÁRIAS E PREFERENCIAIS

A seguir, são apresentadas determinadas informações sobre o nosso capital social autorizado e emitido, bem como um breve resumo de determinadas disposições relevantes de nosso Estatuto Social e da Legislação Societária Brasileira. Esta descrição não pretende ser completa e está qualificada mediante referência ao nosso Estatuto Social (que teve uma tradução em inglês arquivada na SEC) e à Legislação Societária Brasileira.

Visão Geral

O nosso Estatuto Social contempla um capital autorizado de até 900 milhões de ações ordinárias e até 1.800 milhões de ações preferenciais Classe A, sendo que a emissão de tais ações depende exclusivamente da aprovação do Conselho de Administração sem outra aprovação adicional dos acionistas.

Cada ação ordinária confere ao seu detentor o direito a um voto em nossas assembleias gerais de acionistas. Os detentores de ações ordinárias não têm qualquer direito de preferência em relação ao recebimento de dividendos ou outras distribuições.

Os detentores de ações preferenciais Classe A e da ação de classe especial (*golden share*) têm os mesmos direitos votantes que os detentores de ações ordinárias, exceto com relação à eleição dos membros do Conselho de Administração, e têm direito a dividendo preferencial mínimo não cumulativo anual de (i) pelo menos 3% do valor da ação, calculado com base nas demonstrações contábeis levantadas para o pagamento dos dividendos, ou (ii) 6% calculados sobre a parcela do capital constituída por essa classe de ação, o que for maior entre eles. Os acionistas minoritários detentores de ações ordinárias representando pelo menos 15% do total das ações com direito a voto e de ações preferenciais classe A representando pelo menos 10% do nosso capital social têm o direito de indicar um membro para o Conselho de Administração e seu respectivo suplente. Se nenhum grupo de acionistas ordinários ou preferenciais classe A se enquadrar nos parâmetros descritos acima, acionistas ordinários ou preferenciais representando pelo menos 10% do nosso capital social poderão compor suas ações a fim de indicar um membro titular e seu respectivo suplente para o Conselho de Administração. Detentores de ações preferenciais classe A e da ação de classe especial (*golden share*) podem eleger um membro do Conselho Fiscal e seu respectivo suplente. Os acionistas minoritários detentores de ações ordinárias compreendendo, pelo menos, 10% das ações ordinárias em circulação também podem eleger um membro do Conselho Fiscal e seu respectivo suplente para o Conselho Fiscal.

O Governo Brasileiro detém três ações preferenciais de classe especial (*golden share*). As ações preferenciais de classe especial (*golden share*) são ações preferenciais que conferem os mesmos direitos (inclusive em relação ao direito de voto e de preferência no recebimento de dividendos) dos detentores de ações preferenciais classe A. Além disso, o detentor da ação preferencial de classe especial (*golden share*) tem o direito de veto sobre as seguintes matérias:

- (1) alteração da denominação social;
- (2) mudança da sede social;
- (3) mudança do objeto social relativamente à exploração mineral;
- (4) liquidação da nossa companhia;
- (5) alienação ou encerramento das atividades de qualquer uma ou do conjunto das seguintes etapas dos nossos sistemas integrados de minério de ferro:
 - (a) depósitos minerais, depósitos de minério, minas;
 - (b) ferrovias; ou
 - (c) portos e terminais marítimos;
- (6) qualquer modificação do Estatuto Social com relação aos direitos atribuídos às espécies e classes das ações emitidas por nós; e
- (7) qualquer modificação ao Estatuto Social com relação aos direitos atribuídos à ação preferencial de classe especial.

Cálculo do Valor a Distribuir

Em cada Assembléia anual de acionistas, o Conselho de Administração deve propor a destinação a ser dada ao nosso lucro líquido referente ao exercício social anterior. Para fins da Legislação Societária Brasileira, o lucro líquido do exercício de uma companhia após imposto de renda e contribuição social para tal exercício, líquido de quaisquer prejuízos acumulados de exercícios anteriores e dos valores atribuídos à participação dos empregados e administradores nos lucros da companhia, representa seus lucros líquidos para tal ano fiscal. De acordo com a legislação Societária Brasileira, nossos lucros líquidos deve ser ajustados pela dedução dos valores alocados à reserva legal, reservas para contingências, ou a reserva de lucros não realizados por nós estabelecidas em conformidade com as leis aplicáveis (discutidas mais adiante) e aumentadas das reversões das reservas constituídas em exercícios anteriores estará disponível para distribuição aos acionistas em qualquer ano. Este montante, o lucro líquido ajustado, passará a ser denominado valor a distribuir. Podemos também estabelecer outras reservas estatutárias, reservas para investimentos e reservas de incentivos fiscais, como discutido a seguir.

Reserva Legal. De acordo com a Legislação Societária Brasileira, somos obrigados a manter uma reserva legal na qual devemos aplicar 5% do lucro líquido de cada exercício que não excederá 20% do nosso capital social. Se registrarmos prejuízos líquidos em exercícios futuros, tais poderão ser compensados contra a reserva legal.

Reservas Estatutárias. De acordo com a Legislação Societária Brasileira, uma companhia, através do estabelecido no seu Estatuto Social poderá criar reservas adicionais. O nosso Estatuto Social prevê uma Reserva de Exaustão que deverá ser considerada na proposta para distribuição de lucros líquidos de qualquer exercício fiscal. Atualmente, mantemos uma reserva de exaustão de incentivo fiscal estabelecida em relação a determinadas operações de mineração. As destinações à reserva de exaustão de incentivo fiscal são dedutíveis para fins tributários. A reserva estatutária de exaustão não tem sido utilizada desde 1996, quando o incentivo fiscal supra-mencionado terminou. Para obter mais detalhes, vide a Nota Explicativa 16 das nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Não há limites ao tamanho ou montante de recursos que podem ser destinados à reserva estatutária de exaustão. Entretanto, o total da reserva legal, reserva de amortização e reserva para projetos de investimentos não podem exceder o montante de nosso capital social integralizado.

Reserva para Contingências. De acordo com a Legislação Societária Brasileira, uma parte do nosso lucro líquido poderá ser destinada a uma reserva para contingências, a fim de compensar, em exercícios futuros, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável. Qualquer valor, assim, destinado, em um exercício anterior, deverá ser revertido no exercício em que deixarem de existir as razões que justifiquem a sua constituição ou em que ocorrer a perda. Nunca destinamos valor para a reserva para contingências.

Reserva para Projetos de Investimentos. De acordo com a legislação societária brasileira, parte de nossos lucros líquidos pode ser destinados à expansão de nossa planta e outros projetos de investimento de capital, desde que tal valor seja baseado em orçamento de capital previamente apresentado pela administração e aprovado pelos acionistas. De acordo com a Lei Nº 10.303/2001, os orçamentos de capital superiores a um ano devem ser revisados anualmente, na Assembléia Geral Ordinária de acionistas. Uma vez concluídos os projetos de capital aprovados, podemos reter estes valores, até que os acionistas votem pela capitalização ou transferência, total ou parcial, para lucros retidos, dos valores em reserva.

Reserva de Lucros a Realizar. A partir de 1º de março de 2002, em conformidade com a Lei Nº 10.303/2001, que alterou a legislação societária brasileira, no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, exceder a parcela realizada do lucro líquido do exercício, o excedente poderá ser destinado a uma reserva de lucros a realizar. Para estes efeitos, considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder a soma de (i) nossos resultados positivos, se tivermos, de equivalência patrimonial nos ganhos e perdas de nossas controladas e algumas coligadas, e (ii) os resultados obtidos em operações cujo prazo de realização financeira ocorra após exercício social seguinte.

Reserva de Investimento de Incentivo Fiscal. De acordo com as leis fiscais brasileiras, uma parte do nosso lucro líquido poderá ser atribuída a uma reserva de investimento de incentivo fiscal, em valores correspondentes às reduções em nosso imposto de renda geradas por investimentos em determinados programas aprovados pelo Governo Federal.

A legislação societária brasileira estabelece que todas as destinações do lucro líquido, incluindo reservas estatutárias, reserva para contingências, reserva de lucros a realizar e reserva de retenção de lucros para investimentos, estão sujeitas à aprovação dos acionistas com direito a voto em assembléia geral ordinária e podem ser capitalizadas ou utilizadas para o pagamento de dividendos em exercícios posteriores. A reserva de investimento de incentivo fiscal e a reserva legal também estão sujeitas à aprovação dos acionistas com direito a voto em

assembléia geral ordinária e podem ser capitalizadas, porém não estão disponíveis para o pagamento de dividendos em exercícios subsequentes.

Nossos cálculos do lucro líquido e alocações das reservas para qualquer exercício são determinados com base nas Demonstrações Contábeis elaboradas em conformidade com a legislação societária brasileira. Nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas apresentadas neste relatório anual foram preparadas de acordo com U.S.GAAP e, muito embora nossa alocação para reservas e dividendos estejam refletidas nessas demonstrações, os investidores não poderão calcular a referida alocação e o valor dos dividendos mínimos obrigatórios com base nas mesmas.

Dividendos Obrigatórios

Nosso Estatuto Social determina que os acionistas têm direito a receber, a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio, uma quantia anual não inferior a 25% do valor a distribuir referente ao exercício findo, denominado dividendo obrigatório. O Conselho de Administração poderá recomendar aos nossos acionistas reunidos em assembléia geral que o pagamento do dividendo obrigatório relativo ao exercício social anterior não é aconselhável tendo em vista a nossa condição financeira. O Conselho Fiscal deverá revisar qualquer determinação e reportá-la aos acionistas. Além do dividendo obrigatório, o Conselho de Administração poderá recomendar aos acionistas que o pagamento de dividendos seja realizado com outros recursos legalmente disponíveis. Qualquer pagamento de dividendos intermediários será deduzido do valor do dividendo obrigatório para aquele exercício. Os acionistas deverão também aprovar a recomendação do Conselho de Administração no que se refere a qualquer distribuição exigida. O valor do dividendo obrigatório está sujeito ao valor da reserva legal, da reserva de contingência e da reserva de lucros não realizados, porém não está sujeito ao valor da reserva de exaustão. Vide o *Item 10. Informações Adicionais—Ações Ordinárias e Ações Preferenciais—Cálculo do Valor a Distribuir*. Até a presente data, nosso Conselho de Administração nunca determinou que o pagamento de dividendos obrigatórios fosse desaconselhável.

Desde nossa privatização em 1997 e, seguindo orientação da Valepar, nossa principal acionista, temos distribuído dividendos de no mínimo 50% do lucro líquido a distribuir em cada exercício social.

Em novembro de 2002, nosso Conselho de Administração aprovou uma nova política de dividendos. Vide *Item 8. Informações Financeiras – Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio*.

Prioridade de Pagamento de Dividendo das Ações Preferenciais

De acordo com o nosso Estatuto Social, os detentores de ações preferenciais classe A e especial terão prioridade no recebimento dos dividendos a serem distribuídos, equivalente a (i) no mínimo 3% do valor do patrimônio líquido da ação, calculado com base nas demonstrações contábeis levantadas que serviram como referência para o pagamento dos dividendos, ou (ii) 6% calculado sobre a parcela do capital constituída por essa classe de ação, o que for maior entre eles. Na medida em que, os dividendos são declarados por nós no que tange a qualquer exercício social, em valores superiores aos dividendos mínimos devidos às ações preferenciais classe A, e após os detentores de ações ordinárias receberem dividendos equivalentes por ação ao dividendo mínimo por ação pago aos detentores de ações preferenciais classe A, os detentores de ações ordinárias e de ações preferenciais classe A receberão o mesmo dividendo adicional por ação. Desde a primeira etapa de nosso processo de privatização em 1997, temos distribuído dividendos em valores iguais para ambos os tipos de acionistas.

Outras Questões Relacionadas às Ações Preferenciais Classe A

Nosso Estatuto Social não prevê a conversão de ações preferenciais classe A em ações ordinárias. Além disso, as ações preferenciais classe A não têm nenhuma preferência ou vantagem por ocasião de nossa liquidação e não há nenhuma provisão de resgate associada às mesmas.

Juros sobre Capital Próprio

Consoante uma mudança na lei fiscal brasileira em vigor desde 1º de janeiro de 1996, as companhias brasileiras estão autorizadas a pagar valores adicionais a acionistas e lançar tais pagamentos como uma despesa para fins da determinação do valor devido a título de imposto de renda. De acordo com a Lei No. 9.249, de 26 de dezembro de 1995, nosso Estatuto Social prevê a distribuição de juros sobre o capital próprio como uma alternativa de remuneração aos acionistas. A taxa de juros aplicada está, de modo geral, limitada à taxa de juros de longo prazo brasileira, ou TJLP, para o período aplicável. A dedução do valor dos juros pagos não pode exceder o que for maior

entre (i) 50% do lucro líquido (após a dedução da provisão da contribuição social sobre o lucro líquido e antes da provisão do imposto de renda) antes de considerar qualquer distribuição no período de referência do pagamento efetuado ou (ii) 50% da quantia dos lucros acumulados e reservas de lucros. Qualquer pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas está sujeito a imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15%, exceto para beneficiários domiciliados em paraíso fiscal (por exemplo, um país que não cobre imposto sobre a renda ou cuja alíquota máxima do imposto seja inferior a 20%) para os quais a alíquota é de 25%. De acordo com nosso Estatuto Social, o valor pago aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, livre de imposto retido na fonte, pode ser incluído como parte de qualquer dividendo obrigatório ou mínimo. Conforme a legislação societária brasileira, somos obrigados a distribuir aos acionistas um valor suficiente para garantir que o valor líquido recebido, após a retenção do imposto de renda na fonte aplicável à distribuição de juros sobre o capital próprio, seja pelo menos equivalente ao dividendo obrigatório.

Direitos de Voto

Cada ação ordinária confere ao seu detentor o direito a um voto em nossas assembleias gerais de acionistas. Os detentores de ações preferenciais Classe A têm os mesmos direitos políticos que os detentores de ações ordinárias, exceto por não poderem votar na eleição dos membros do Conselho de Administração, salvo os casos de atrasos no pagamento de dividendos, conforme descrito a seguir. Um dos membros do Conselho Fiscal e seu respectivo suplente serão eleitos pelo voto majoritário dos detentores de ações preferenciais classe A. Os detentores de ações preferenciais classe A e ações ordinárias poderão, em determinadas circunstâncias, combinar suas respectivas participações para eleger os membros do nosso Conselho de Administração.

As ações de classe especial (*golden share*) conferem a seus detentores os mesmos direitos dos detentores das ações preferenciais classe A. As ações de classe especial (*golden share*) também conferem determinados direitos de voto relevantes com relação a determinadas ações, conforme descrito no *Item 10. Informações Adicionais—Ações Ordinárias e Ações Preferenciais—Geral*.

A legislação societária brasileira determina que os detentores de ações sem direito a voto ou ações com direito de voto restrito, tais como as ações preferenciais Classe A, passarão a ter direitos de voto irrestritos a partir do momento em que a companhia deixe de pagar qualquer dividendo fixo ou mínimo ao qual essas ações tenham direito durante três exercícios sociais consecutivos (ou durante qualquer período menor estabelecido nos atos constitutivos da companhia). Os direitos de voto perduram até que o pagamento devido seja efetuado. O nosso Estatuto Social não estabelece período menor.

Qualquer alteração nas preferências ou vantagens conferidas às nossas ações preferenciais classe A, ou a criação de uma classe de ações tendo prioridade sobre as ações preferenciais classe A, exige a aprovação dos detentores da maioria das ações preferenciais classe A em circulação, votando como uma classe em uma assembleia especial.

Assembleias Gerais Ordinárias

A Assembleia Geral Ordinária de acionistas é convocada anualmente para que os acionistas deliberarem sobre todos os assuntos relativos aos nossos propósitos e a aprovarem as deliberações que considerarem necessárias para a nossa proteção e bem-estar.

Em conformidade com legislação societária brasileira, os acionistas com direito a voto em uma Assembleia Geral têm poderes para, entre outros:

- fazer alterações no Estatuto Social;
- eleger ou destituir, a qualquer momento, membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- tomar as contas anuais da administração e deliberar sobre as demonstrações contábeis por ela apresentada, incluindo a destinação do valor a distribuir para pagamento do dividendo obrigatório e as destinações às diversas contas de reserve;
- autorizar a emissão de debêntures;
- suspender os direitos de um acionista por descumprimento das obrigações estabelecidas por lei ou pelo Estatuto Social;

- deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;
- deliberar sobre transformação, incorporação, fusão e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação e para eleger e destituir nossos liquidantes e examinar suas contas; e
- autorizar a administração a confessar falência ou pedir concordata.

Todas as assembleias de acionistas, incluindo a Assembleia Geral Ordinária, são convocadas mediante a publicação com, pelo menos, quinze dias de antecedência da data programada para a assembleia, por, no mínimo, três vezes, de edital no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e em um jornal de grande circulação na cidade do Rio de Janeiro onde está localizada nossa sede social. Nossos acionistas previamente designaram o Jornal do Comércio para esta finalidade. Além disso, posto que nossas ações são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), devemos publicar o edital também em um jornal de grande circulação em São Paulo. Tal edital deve conter a ordem do dia para a assembleia e, no caso de reformas ao nosso Estatuto Social, uma indicação da matéria. De acordo com nosso Estatuto Social, o detentor da ação preferencial de classe especial tem, ainda, direito a uma notificação de, no mínimo, 15 dias de antecedência a qualquer Assembleia Geral, para avaliar qualquer matéria proposta sujeita aos direitos de veto atribuídos à ação preferencial especial. Vide o *Item 10. Informações Adicionais—Ações Ordinárias e Preferenciais – Visão Geral*.

A Assembleia Geral Ordinária poderá ser instalada se os acionistas que representam, pelo menos, um quarto do capital votante estiverem presentes. Se não houver quorum, deve ser novamente feita a convocação, conforme descrito acima, ressalvada a hipótese de 2ª convocação com oito dias de antecedência e uma assembleia poderá, então, ser instalada sem qualquer exigência específica de quorum, sujeita às exigências mínimas de quorum e de voto relativas a determinados assuntos, conforme discutido a seguir. Um acionista sem direito de voto poderá comparecer a uma Assembleia Geral Ordinária e participar do debate de assuntos apresentados para consideração.

Exceto disposição em contrário, as deliberações de uma assembleia geral são aprovadas por maioria absoluta de voto, não se considerando as abstenções. De acordo com a legislação societária brasileira, é necessária a aprovação pelos acionistas que representem, pelo menos, metade das ações com direito a voto emitidas e que não estejam admitidas à negociação em bolsa ou no mercado de balcão, bem como, no caso dos itens (a) e (b), a maioria das ações emitidas e em circulação da classe afetada, para deliberação sobre:

(a) a criação de ações preferenciais ou o aumento de classe de ações preferenciais existentes, sem guardar proporção com as demais classes de ações preferenciais, salvo se já previsto ou autorizados no Estatuto Social;

(b) a alteração na prioridade, preferência, direito, vantagem ou condição de resgate ou amortização de qualquer classe de ações preferenciais ou a criação de qualquer classe de ações sem direito a voto que tenha uma prioridade, preferência, direito, condição ou resgate ou amortização superior a uma classe existente de ações como as ações preferenciais;

(c) redução do dividendo obrigatório;

(d) a modificação do objeto social;

(e) nossa fusão, cisão ou incorporação em outra companhia;

(f) nossa dissolução ou liquidação;

(g) a participação em um grupo de sociedades (conforme definido pela legislação societária brasileira); e

(h) a cessão do estado de uma liquidação da companhia.

Sempre que as ações de qualquer classe do capital social tenham direito de voto, cada ação terá direito a um voto. As assembleias gerais ordinárias devem ser realizadas até 30 de abril de cada ano. As assembleias gerais são convocadas, instaladas e presididas pelo presidente ou vice-presidente do nosso Conselho de Administração. Um acionista pode ser representado em uma assembleia geral por um procurador indicado não mais de um ano antes da assembleia, que deverá ser acionista, administrador da companhia ou advogado. No caso de uma companhia aberta, tal como a nossa, o procurador também pode ser uma instituição financeira.

Direitos de Retirada

Nossas ações ordinárias e preferenciais classe A não são resgatáveis, porém, em determinados casos previstos na legislação societária brasileira, acionistas dissidentes têm o direito de retirada mediante reembolso do valor de suas ações, se for aprovada uma das seguintes matérias em uma assembleia geral por acionistas que representem, pelo menos, 50% das ações com direito a voto:

- (1) criação de uma nova classe de ações preferenciais ou aumento, sem guardar proporção com as demais classes de ações preferenciais, (salvo se tais medidas forem previstas ou autorizadas pelo Estatuto Social);
- (2) modificação de uma preferência, vantagem e condição de resgate ou amortização conferida a uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de uma nova classe com privilégios superiores àqueles conferidos às classes de ações preferenciais existentes;
- (3) redução da distribuição obrigatória de dividendos;
- (4) alteração do nosso objeto social;
- (5) promover nossa fusão ou incorporação em outra companhia;
- (6) transferir a totalidade de nossas ações para outra companhia, a fim de nos tornar uma controlada integral dessa companhia em uma incorporação de ações;
- (7) aprovação da aquisição de controle de outra companhia por um preço excedente a determinados limites estabelecidos na legislação societária brasileira;
- (8) aprovação da nossa participação em grupo de sociedades (conforme definido na Legislação Societária brasileira); ou
- (9) no caso da sociedade resultante de (a) uma fusão, (b) incorporação de ações, conforme descrito no item (6) acima, ou (c) uma cisão por nós realizada, não obter o registro de companhia aberta e, se for o caso, não obter o registro de suas ações para negociação em bolsa de valores, no prazo de 120 dias a contar da Assembleia Geral na qual tal decisão foi aprovada.

Somente os detentores de ações negativamente afetadas pelas mudanças mencionadas nos itens (1) e (2) acima poderão exigir o direito de retirada. O direito de retirada mencionado nos itens (5), (6) e (8) acima somente poderá ser exercido se as nossas ações não observarem determinados testes de liquidez na ocasião da deliberação dos acionistas. O direito de retirada prescreve em 30 dias após a publicação da ata da Assembleia Geral pertinente, salvo se, no caso dos itens (1) e (2) acima, a deliberação estiver sujeita à confirmação pelos acionistas preferenciais em uma assembleia geral especial a ser realizada dentro de um ano, caso em que o prazo de 30 dias é contado a partir da publicação da ata da assembleia geral especial.

Teríamos o direito de reavaliar qualquer ação dando margem a direitos de retirada em até 10 dias após o término de tais direitos caso o resgate das ações dos acionistas dissidentes venha a por em risco nossa estabilidade financeira. A Lei No. 9.457, de 5 de maio de 1997, que modificou a legislação societária brasileira, contém disposições que restringem os direitos de retirada em determinados casos e permite às companhias reembolsar o valor de suas ações com base no seu valor econômico, sujeito a determinadas exigências. Atualmente, o Estatuto Social não prevê que nossas ações serão remuneradas com base em seu valor econômico e, conseqüentemente, qualquer retirada em conformidade com a legislação societária brasileira será feita pelo menos com base no valor contábil por ação, determinado no último balanço patrimonial aprovado pelos acionistas; *contanto que*, se a Assembleia Geral que deu origem aos direitos de retirada tiver ocorrido mais de 60 dias após a data do último balanço patrimonial aprovado, o acionista tenha o direito de exigir que as suas ações sejam avaliadas em novo balanço patrimonial datado de até 60 dias antes da Assembleia Geral que deu origem ao direito de retirada.

Direitos de Preferência

Cada acionista tem direito de preferência para subscrever ações em qualquer aumento de capital, proporcionalmente à sua participação no capital social. Um prazo mínimo de 30 dias após a publicação de notificação de um aumento de capital é dado aos acionistas para o exercício do direito de preferência, que é negociável. De acordo com o nosso Estatuto Social, o Conselho de Administração poderá decidir em não conferir os direitos de preferência aos nossos acionistas ou, de acordo com a Lei Nº 10.303/2001, reduzir o período de 30 dias para o exercício do direito de preferência, em cada caso, com relação a qualquer emissão de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição de ações no contexto de uma oferta pública, sujeito ao limite do capital autorizado. No caso de um aumento de capital que manteria ou aumentaria a proporção do capital representado por ações preferenciais, os detentores de ações preferenciais classe A e ADS terão direitos de preferência para

subscrever somente ações preferenciais classe A recentemente emitidas. No caso de um aumento de capital que reduziria a proporção do capital representado por ações preferenciais classe A, os titulares de ações preferenciais terão direitos de preferência para subscrever ações preferenciais classe A, proporcionalmente às suas participações acionárias, e para as ações ordinárias somente na medida em que for necessário para impedir a diluição de sua participação total em nossa companhia. Na ocorrência de um aumento de capital que mantenha ou aumente a proporção do capital representada por ações ordinárias, os detentores de ações ordinárias terão direito de preferência somente na subscrição de novas ações ordinárias emitidas. Na ocorrência de um aumento de capital que reduza a proporção do capital representado por ações ordinárias, os detentores de ações ordinárias terão direito de preferência na subscrição de ações preferenciais classe A somente até a quantidade necessária para evitar a diluição da sua participação em nossa empresa.

Direitos de Adesão

De acordo com a Legislação Societária brasileira, em caso de venda do controle da Companhia, o comprador é obrigado a oferecer aos detentores de ações ordinárias com direito de voto o direito de venderem suas ações por um preço igual a pelo menos 80% do preço pago pelas ações ordinárias com direito de voto representando controle.

Forma e Transferência

Nossas ações preferenciais classe A e ordinárias são mantidas em forma escritural registradas em nome de cada acionista ou seu representante. A transferência de tais ações é feita de acordo com a legislação societária brasileira que prevê que a transferência de ações seja efetuada por nosso agente depositário, Banco Bradesco S.A., mediante apresentação de ordem escrita do vendedor ou seu representante. A transferência de ações ordinárias e preferenciais negociadas em bolsa é realizada por um representante da corretora interveniente ou pela câmara de liquidação da bolsa de valores. A transferência de ações por um investidor estrangeiro é feita da mesma forma e é realizada pelo agente local do investidor, responsável também pela atualização das informações relacionadas ao investimento estrangeiro fornecidas ao Banco Central.

A BOVESPA opera um sistema central de liquidação através da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, ou CBLC. Um detentor de nossas ações pode participar deste sistema e todas as ações designadas para serem colocadas no sistema serão depositadas em custódia na CBLC por intermédio de uma instituição brasileira devidamente autorizada a operar pelo Banco Central e que mantenha uma conta de liquidação junto a CBLC. O fato de essas ações estarem sujeitas à custódia na Bolsa de Valores será incluído em nosso registro escritural de acionistas. Cada acionista participante estará, por sua vez, incluso no registro de acionistas beneficiários que é mantido pela CBLC e será tratado da mesma maneira que os acionistas registrados.

CONTRATOS RELEVANTES

Para obter informações referentes aos contratos relevantes, vide *Item 4. Informações sobre a Companhia e Item 5. Revisão e Perspectivas Operacionais e Financeiras*.

CONTROLES DE CÂMBIO E OUTRAS LIMITAÇÕES QUE AFETAM OS DETENTORES DE TÍTULOS MOBILIÁRIOS

Não há nenhuma restrição sobre a propriedade de nosso capital social por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas fora do Brasil. Contudo, o direito de converter pagamentos de dividendos e receita de venda de ações preferenciais Classe A ou ações ordinárias em moeda estrangeira e remeter tais valores para fora do Brasil está sujeito às restrições da legislação de investimentos estrangeiros que normalmente exige, entre outras coisas, que investimentos relevantes sejam registrados no Banco Central. Estas restrições de remessa de capital estrangeiro para o exterior poderão criar obstáculos ou impedir o custodiante das ações preferenciais classe A ou ações ordinárias representadas pelas ADRs, ou detentores que trocaram ADRs por ações preferenciais classe A ou ações ordinárias, de converter dividendos, distribuições ou o resultado de qualquer venda de ações preferenciais classe A ou ações ordinárias, conforme o caso, em dólares norte-americanos e remetê-los para o exterior. Atrasos ou rejeições em conceder qualquer aprovação governamental de conversões de pagamentos e remessas de moeda brasileira para o exterior devidos aos detentores das ADRs poderão afetar negativamente os detentores dos ADRs.

Em conformidade com a Resolução No. 2.689/2000, investidores estrangeiros poderão investir em quase todos os ativos financeiros e se dedicar a quase todas as transações disponíveis nos mercados brasileiros financeiro e de capital, contanto que determinadas exigências sejam satisfeitas. Em conformidade com a Resolução No.

2.689/2000, a definição de investidor estrangeiro inclui pessoas físicas, pessoas jurídicas, fundos mútuos e outras entidades de investimentos coletivas, domiciliadas ou sediadas no exterior.

De acordo com a Resolução No. 2.689/2000, um investidor estrangeiro deve:

- nomear no mínimo um representante no Brasil, com poderes para tomar decisões relacionadas a seu investimento,
- preencher o formulário apropriado de registro de investidor estrangeiro,
- registrar-se como investidor junto à CVM, e
- registrar seu investimento estrangeiro junto ao Banco Central.

Os títulos mobiliários e outros ativos financeiros detidos por investidores estrangeiros em conformidade com os termos da Resolução No. 2.689/2000 devem ser registrados ou mantidos em contas de depósito ou sob a custódia de uma entidade devidamente licenciada pelo Banco Central ou pela CVM. Além disso, a negociação de títulos está restrita a transações ocorridas em bolsas de valores ou através de mercados de balcão organizados licenciados pela CVM, exceto para subscrição, bonificação, conversão de debêntures em ações, títulos de índices, compra e venda de cotas de fundos de investimento e, se permitido pela CVM, realizar transações privadas, cancelamento ou suspensão de negócios. Além disso, a transferência para fora do país ou a cessão de títulos ou outros ativos financeiros em poder de investidores estrangeiros são proibidas conforme a Resolução No. 2.689/2000, salvo no que se refere a transferências resultantes de uma reestruturação societária, ou que ocorram após a morte de um investidor por força de lei ou de acordo com testamento.

A Resolução No. 1.927/1992 do Conselho Monetário Nacional, que constitui o Anexo V, aditado e reformulado, à Resolução No. 1.289/1997, as quais chamamos Regulamentações do Anexo V, prevê a emissão de recibos de depósitos em mercados estrangeiros no que diz respeito a ações de emitentes brasileiros. Os resultados da venda dos ADSs para os detentores de ADRs, fora do Brasil, estão livres dos controles de investimentos estrangeiros brasileiros e os detentores de ADSs que não são residentes em uma jurisdição de paraíso fiscal (por exemplo, um país ou localidade que não tributa renda ou onde a alíquota máxima de imposto de renda seja inferior a 20%, ou onde a legislação impõe restrições de divulgação da composição acionária ou propriedade de investimentos) ficarão autorizados a tratamento tributário favorável.

Um registro eletrônico foi emitido pelo custodiante em nome do JP Morgan Chase Bank, o depositário, com relação às ADSs. Em conformidade com este registro eletrônico, o custodiante e o depositário serão capazes de converter os dividendos e outras distribuições, no que diz respeito a ações preferenciais de classe A representadas por ADSs, em moeda estrangeira, e remeter os resultados para o exterior. Se um detentor de ADSs permutá-las por ações preferenciais de classe A ou ações ordinárias, esse detentor poderá continuar se baseando no registro eletrônico por apenas cinco dias úteis após tal permuta. Depois disso, o detentor deve buscar a obtenção do seu próprio registro eletrônico junto ao Banco Central de acordo com a lei No. 4.131/1962 ou a Resolução No. 2689/2000. Portanto, a menos que o detentor tenha registrado seu investimento junto ao Banco Central, ele não poderá proceder a conversões em moeda estrangeira e remeter para o exterior os resultados da alienação, ou distribuição, no que diz respeito a essas ações preferenciais classe A ou ações ordinárias. Um detentor que obtenha um registro eletrônico, de modo geral, ficará sujeito a tratamento fiscal brasileiro menos favorável do que um detentor de ADSs. Vide *Item 10. Informações Adicionais - Tributação - Considerações Fiscais Brasileiras*.

Em 14 de março de 2005, há um único mercado de câmbio no Brasil. A moeda estrangeira somente pode ser comprada através de um banco brasileiro autorizado a operar neste mercado. No passado, under Brazilian regulations, as transações de foreign exchange eram executadas no Mercado de câmbio de taxa comercial ou no mercado de câmbio de taxa flutuante. As taxas nos dois mercados eram normalmente as mesmas. Embora as taxas sejam negociadas livremente no Mercado de câmbio foreign, elas podem ser fortemente influenciadas pela intervenção do Banco Central. Vide *Item 3. Informações-Chave - Taxas de Câmbio*.

De acordo com a legislação brasileira, sempre que houver um grave desequilíbrio na balança de pagamento do Brasil ou razões para acreditar num sério desequilíbrio, o Governo brasileiro poderá impor restrições temporárias sobre as remessas, a investidores estrangeiros, dos resultados de seus investimentos no Brasil, e sobre a conversão de moeda brasileira em moedas estrangeiras. Essas restrições poderão impedir ou criar obstáculos ao custodiante ou aos detentores que tenham permutado ADSs por ações preferenciais Classe A ou ações ordinárias para converterem

distribuições ou os resultados de qualquer venda dessas ações, conforme possa ser o caso, em dólares norte-americanos e de remetê-los para o exterior.

TRIBUTAÇÃO

O resumo seguinte contém uma descrição das principais conseqüências do imposto de renda federal brasileiro e norte-americano em relação à propriedade e à alienação de ações preferenciais classe A, ações ordinárias ou ADSs. Observem que esta não pretende ser uma descrição abrangente de todas as considerações fiscais que podem ser importantes para um detentor de ações preferenciais Classe A, ações ordinárias ou ADSs.

Os detentores de ações preferenciais Classe A, ações ordinárias ou ADSs devem consultar os seus especialistas em tributação para discutir as conseqüências fiscais de compra, propriedade e alienação de ações preferenciais Classe A, ações ordinárias ou ADSs, incluindo, entre outros, o efeito de quaisquer leis tributárias estaduais, municipais ou federais.

Embora não haja no presente nenhum acordo sobre imposto de renda entre o Brasil e os Estados Unidos, as autoridades tributárias dos dois países promoveram discussões que podem resultar em um acordo. Não podemos prever se ou quando esse acordo poderá entrar em vigor ou como poderá afetar os detentores norte-americanos de ações preferenciais Classe A, ações ordinárias ou ADSs, conforme definidos a seguir.

Considerações Fiscais Brasileiras

A presente discussão resume as principais conseqüências fiscais brasileiras da aquisição, propriedade e alienação de ações preferenciais classe A, ações ordinárias ou ADSs por um detentor não considerado como domiciliado no Brasil para fins de tributação brasileira (“um detentor que não seja brasileiro”). É baseada na legislação fiscal brasileira e regulamentos vigentes até a presente data, estando sujeita a modificações (possivelmente com efeitos retroativos). Esta discussão não aborda especificamente todas as considerações fiscais brasileiras aplicáveis a qualquer detentor que não seja brasileiro em particular. Portanto, cada detentor que não seja brasileiro deverá consultar seu próprio especialista em tributação no que diz respeito às conseqüências fiscais brasileiras de um investimento em ações preferenciais classe A, ações ordinárias ou ADSs.

Tributação de dividendos. Dividendos, inclusive dividendos pagos em bens por nossa companhia, com base nos lucros dos períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 1996 (1) ao depositário no que diz respeito às ações preferenciais classe A ou ações ordinárias correspondentes às ADSs ou (2) a um detentor não brasileiro em relação a essas ações preferenciais classe A ou ações ordinárias geralmente não estarão sujeitas ao imposto de renda brasileiro retido na fonte. Dividendos pagos a partir de lucros gerados antes de 1º de janeiro de 1996 poderão estar sujeitos a imposto de renda retido na fonte a diversas alíquotas, dependendo do exercício social em que os lucros foram gerados, salvo no caso de dividendos em capital acionário, que não estão sujeitos ao imposto de renda retido na fonte no Brasil, a menos que resgatemos a ação dentro de cinco anos a partir dessa distribuição ou que o detentor não brasileiro venda a ação no Brasil dentro do período citado.

Distribuição de juros sobre o capital próprio. Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras podem conferir juros sobre o capital próprio como uma forma alternativa de fazer distribuição de dividendos, que podem ser pagos em espécie. O cálculo é fundamentado no capital próprio conforme estabelecido nos registros contábeis oficiais. A taxa de juros aplicada não pode exceder a TJLP conforme determinado pelo Banco Central do Brasil, periodicamente. Do mesmo modo, o valor pago não poderá ser maior, para fins fiscais, que o maior entre (1) 50% do lucro líquido (após a dedução da provisão de contribuição social sobre os lucros líquidos, contudo antes de levar em conta esse pagamento de juros e a provisão do imposto de renda pessoa jurídica), antes de considerar tal pagamento de juros pelo período aplicável ou (2) 50% da soma dos lucros retidos com as reservas de lucro baseadas no início do exercício relacionado ao qual o pagamento deva ser efetuado.

O valor dos juros sobre o capital próprio atribuído aos acionistas é dedutível para fins de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro líquido, desde que os limites descritos acima sejam observados. Portanto, o benefício para nós, apesar de efetuar um pagamento de dividendos, é uma redução no encargo de impostos corporativos equivalente a 34% desse valor. Sujeito a certas limitações, o imposto de renda é retido a partir dos pagamentos dos juros, à alíquota de 15%, salvo se o beneficiário for isento de tributação no Brasil e se estiver localizado em uma jurisdição de paraíso fiscal (conforme definido abaixo), caso este em que a alíquota aplicável será de 25%.

Tributação de ganhos capitais. Com referência a essa questão, para fins de tributação brasileira, dois tipos de detentores não brasileiros devem ser considerados: (1) detentores não brasileiros que não sejam residentes ou domiciliados em jurisdições de paraísos fiscais (conforme definido abaixo), que sejam registrados junto ao Banco Central do Brasil e à CVM para investir no Brasil em conformidade com a Resolução No. 2.689, ou sejam detentores de ADSs; e (2) outros detentores não brasileiros, o que inclui todos e quaisquer não residentes no Brasil que investem no país por quaisquer outros meios, e todos os tipos de investidores que estejam localizados em uma jurisdição de paraíso fiscal (ex., uma jurisdição que não imponha imposto de renda ou onde a taxa máxima de imposto de renda seja menor que 20% e/ou onde a legislação interna imponha restrições sobre a divulgação de ações ou patrimônio de investimento). Os investidores identificados no item (1) estão sujeitos a tratamento tributário favorável, conforme descrito a seguir.

De acordo com a Lei No. 10.833, de 29 de dezembro de 2003, os ganhos de capital obtidos no exterior com a venda de ações localizadas no Brasil por não residentes poderão estar sujeitos à tributação no Brasil. Embora creiamos que as ADSs não se enquadrem na definição de bens localizados no Brasil para fins desta norma, considerando o escopo geral e incerto da norma e a falta de decisões judiciais com respeito à mesma, somos incapazes de prever se tal entendimento irá de fato prevalecer nos tribunais brasileiros.

O depósito de ações preferenciais classe A ou ações ordinárias em permuta por ADSs não está sujeito ao imposto de renda brasileiro se as ações preferenciais classe A ou as ações ordinárias estiverem registradas em conformidade com a Resolução No. 2.689 e se o respectivo detentor não estiver localizado em uma jurisdição de paraíso fiscal. Se as ações preferenciais ou ações ordinárias não estiverem registradas, ou se estiverem registradas, mas o respectivo detentor estiver localizado em uma jurisdição de paraíso fiscal, o depósito de ações preferenciais classe A ou ações ordinárias, em permuta por ADSs, poderá estar sujeito ao imposto brasileiro sobre lucros de capital à alíquota de 15%, ou 25% no caso de um residente de uma jurisdição de paraíso fiscal. A retirada de ações preferenciais classe A ou ordinárias, em permuta por ADSs, não fica sujeita ao imposto brasileiro.

Detentores não brasileiros estão sujeitos ao imposto de renda tributado a uma alíquota de 15%, ou 25% no caso de residentes em jurisdição de paraíso fiscal, sobre os ganhos realizados sobre vendas ou disposições de ações preferenciais classe A ou ações ordinárias que não sejam nas bolsas de ações, futuros e mercadorias brasileiras. Com referência aos resultados de um resgate ou de uma distribuição liquidante no que diz respeito às ações preferenciais classe A ou ações ordinárias, a diferença entre o valor recebido e o custo de aquisição das ações correspondentes serão tratadas como uma venda ou disposição efetuada fora das bolsas de ações, futuros e mercadorias brasileiras.

Os ganhos realizados com transações realizadas em bolsas de valores de ações, futuros e mercadorias brasileiras, por um investidor, em conformidade com a Resolução No. 2.689 e não situadas em uma jurisdição de paraíso fiscal ficam isentas do imposto de renda. O tratamento preferencial pela Resolução No. 2.689 não será aplicável se o detentor não brasileiro das ações preferenciais classe A ou ações ordinárias for residente em uma jurisdição de paraíso fiscal ou se o detentor não brasileiro investir em ações preferenciais classe A ou ações ordinárias através de qualquer mecanismo diferente da Resolução nº. 2,689. Conseqüentemente, os ganhos realizados sobre transações realizadas por esse detentor em bolsas de valores brasileiras de ações, futuros e mercadorias ficam sujeitos a imposto de renda a uma alíquota de 15%, estando também sujeito a uma alíquota de imposto de renda retidos de 0,005% sobre o valor da transação (a ser compensado contra o imposto a vencer em eventuais ganhos de capital).

Assim, os detentores não brasileiros ficam sujeitos ao imposto de renda tributado a uma alíquota de 15% sobre os ganhos realizados sobre vendas ou disposições de ações preferenciais classe A ou ações ordinárias que ocorram em bolsa de valores brasileira de ações, futuros e mercadorias a menos que essa venda ou disposição seja efetuada por um detentor não brasileiro que não seja residente em uma jurisdição de paraíso fiscal e (1) essa venda seja efetuada dentro do período de cinco dias úteis da retirada dessas ações preferenciais classe A ou ações ordinárias, em permuta por ADSs, e seus resultados sejam remetidos para o exterior dentro desse período, ou (2) essa venda seja efetuada em conformidade com os termos da Resolução No. 2.689, por detentores não brasileiros registrados que obtenham registro junto à Comissão de Valores Mobiliários brasileira, caso em que o detentor estrangeiro é isento de imposto de renda.

O ganho realizado em consequência de uma transação em bolsa de valores brasileira de ações, futuros e mercadorias consiste na diferença entre o valor em moeda brasileira realizado sobre a venda ou disposição e o custo de aquisição, sem qualquer correção das ações vendidas em virtude de inflação. É possível que o tratamento preferencial em vigor para detentores de ADSs e detentores não brasileiros de ações preferenciais classe A ou ações ordinárias, em conformidade com a Resolução No. 2.689, não tenha continuidade no futuro.

Nenhum exercício de direitos de preferência relacionados às ações preferenciais classe A ou ações ordinárias estará sujeito à tributação brasileira. Qualquer ganho da transação estará sujeito à tributação de renda brasileira de acordo com as mesmas regras aplicáveis à venda ou alienação de ações preferenciais classe A ou ações ordinárias.

Outros impostos brasileiros. Não existem, no Brasil, impostos sobre herança, doações ou sucessões, aplicáveis à propriedade, transferência ou alienação de ações preferenciais classe A ou ações ordinárias ou ADSs por um detentor não brasileiro, exceto para impostos sobre doações e heranças que são cobrados por alguns estados do Brasil sobre doações ou heranças concedidos por indivíduos ou entidades não residentes ou domiciliados no Brasil ou em um Estado por indivíduos ou entidades residentes ou domiciliados neste Estado do Brasil. Não existem, no Brasil, impostos de selo, sobre emissões, registros ou impostos ou direitos similares, passíveis de pagamento por parte de detentores de ações preferenciais classe A ou ações ordinárias ou ADSs.

O imposto sobre transação financeira (“IOF”) pode ser aplicado sobre uma variedade de transações estrangeiras, incluindo a conversão da moeda brasileira para moeda estrangeira (por exemplo, para fins de pagamento de dividendos e juros) ou vice-versa (“IOF/câmbio”). O IOF/câmbio atualmente é de 0% com raras exceções, mas o Ministério da Fazenda tem o poder legal para aumentar a alíquota até o máximo de 25%. Qualquer eventual aumento somente será aplicável para o futuro.

O IOF pode também ser cobrado sobre transações envolvendo bônus ou títulos mobiliários (“IOF/títulos”) mesmo se as transações forem efetuadas nas bolsas de valores brasileiras de ações, futuros e mercadorias. A alíquota do IOF/títulos para as ações preferenciais classe A ou ações ordinárias ou ADS atualmente é de 0%. O Ministério da Fazenda, contudo, tem o poder legal para aumentar a alíquota até o máximo de 1,5% ao dia. Qualquer eventual aumento somente será aplicável para o futuro.

Além do IOF, a contribuição provisória sobre movimentação financeira (“CPMF”) será cobrada até dezembro de 2007 sobre todas as transferências de recursos ligadas a transações financeiras no Brasil.

Considerações do Imposto de Renda Federal nos Estados Unidos

A presente discussão se aplica apenas a detentores norte-americanos, conforme a seguir definidos, que detêm ação preferencial classe A ou ações ordinárias ou ADSs como bens de capital. Essa discussão não descreve todas as conseqüências fiscais que podem ser pertinentes à luz de circunstâncias específicas de um detentor ou a detentores que estejam sujeitos a regras especiais, tais como:

- algumas instituições financeiras,
- companhias de seguro,
- intermediários ou corretores de títulos mobiliários ou câmbio,
- pessoas que detenham ações preferenciais classe A, ordinárias ou ADSs como parte de uma transação de *hedge*, *straddle*, conversão ou outra transação integrada,
- detentores cuja moeda funcional não seja o dólar norte-americano,
- parcerias ou outras entidades classificadas como parcerias para fins de imposto de renda federal norte-americano,
- pessoas sujeitas a imposto mínimo alternativo, ou
- pessoas que detenham, seja explícita ou implicitamente, 10% ou mais de nossas ações com direito a voto.

A presente discussão se baseia no Código Tributário Federal de 1986, com as restrições até a presente data, pronunciamentos administrativos, decisões judiciais e Regulamentações do Tesouro, provisórias e propostas, sendo que alterações a qualquer uma delas poderá afetar as conseqüências fiscais descritas no presente. Os detentores devem consultar seus especialistas em tributação no que se refere à aplicação das leis de Imposto de Renda federal nos Estados Unidos a suas situações específicas, bem como quaisquer conseqüências fiscais que tenham origem nas leis de qualquer estado, local, ou com jurisdição fiscal que não seja norte-americana.

A presente discussão ainda se baseia, em parte, em declarações do depositário e na premissa de que cada obrigação no contrato de depósito, e em qualquer contrato relacionado, será cumprida em conformidade com seus termos.

Conforme utilizado no presente relatório anual, o termo “detentor norte-americano” significa um detentor de ações ordinárias ou de ADSs, que seja, para as finalidades do imposto de renda federal nos Estados Unidos:

- um cidadão norte-americano ou indivíduo estrangeiro residente nos Estados Unidos,
- uma sociedade criada ou constituída sob as leis dos Estados Unidos da América ou de qualquer subdivisão política do mesmo, ou
- um espólio ou fundo cujo rendimento está sujeito à tributação pelo Imposto de Renda federal dos Estados Unidos da América, independentemente da sua origem.

A expressão detentor dos Estados Unidos da América também inclui ex-cidadãos desse país.

Em geral, para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos da América, os detentores de ADRs que comprovem ADSs serão tratados como proprietários beneficiários das ações preferenciais classe A ou ordinárias representadas por esses ADSs. Depósitos e retiradas de ações preferenciais classe A ou ordinárias pelos detentores, em troca de ADSs, não resultarão na realização de ganhos ou perdas para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos da América.

Tributação de dividendos. As distribuições pagas sobre ADSs ou ações preferenciais classe A ou ações ordinárias, incluindo aquelas pagas na forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio como determinado para fins de Imposto de Renda Federal dos Estados Unidos da América, antes da redução de quaisquer retenções de imposto de renda feitas, serão tributáveis como renda de dividendo estrangeiro e não serão elegíveis para a dedução permitida às corporações na forma de dividendos recebidos.

Os dividendos pagos em Reais deverão ser incluídos nos rendimentos, por um valor igual ao seu valor em dólares norte-americanos calculados por referência a uma taxa de câmbio em vigor na data em que os referidos itens forem recebidos. Caso a pessoa seja detentora de ADSs, será considerado como tendo recebido um dividendo, quando o dividendo for recebido pelo depositário.

Sujeito a certas exceções para posições de curto prazo e cobertura, o valor em dólar Americano dos dividendos recebidos por um indivíduo antes de 1 de Janeiro de 2009, com relação às ações de depositário americano estarão sujeitas a uma taxa máxima de 15%, caso os dividendos sejam “dividendos qualificados”. Os dividendos pagos sobre as ações de detentores norte-americanos serão tratados como dividendos qualificados se (i) as ações de detentores norte-americanos forem prontamente negociáveis em um mercado de valores mobiliários estabelecido nos Estados Unidos e (ii) a Companhia não foi, no ano anterior ao ano no qual o dividendo foi pago, e não é, no ano em que o dividendo foi pago, (a) uma companhia de investimento estrangeiro passivo (“PFIC”) ou (b) para dividendos pagos antes do ano fiscal de 2005, uma companhia controladora pessoal estrangeira (“FPHC”) ou companhia de investimento estrangeiro (“FIC”). As ações do detentor norte-americano estão listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque e qualificar-se-ão como prontamente negociáveis em um mercado de valores mobiliários estabelecidos nos Estados Unidos contanto que estejam assim listadas. Com base nas demonstrações contábeis auditadas da CVRD e o mercado relevante e dados do acionista, a CVRD crê que não foi tratada como uma PFIC, FPHC ou FIC para fins de imposto de renda federal americano com respeito a seu ano tributável de 2003 ou 2004. Além disso, com base nas demonstrações contábeis auditadas da CVRD e suas atuais expectativas com relação ao valor e a natureza de seus ativos, as fontes e a natureza de sua renda, e o mercado relevante e dados do acionista, não antecipamos tornarmos-nos uma PFIC para fins do ano tributável de 2005.

Com base na orientação existente, não fica inteiramente claro se os dividendos recebidos com relação às ações preferenciais classe A e ações ordinárias serão tratados como dividendos qualificados, em razão de as ações preferenciais classe A e as ações ordinárias não estarem, elas próprias, listadas em mercado de valores mobiliários nos Estados Unidos. Além disso, o Tesouro Americano anunciou sua intenção de promulgar regras consoante as quais portadores de ações de depositários norte-americanos, ações preferenciais classe A ou ações ordinárias e intermediários através dos quais tais títulos serão retidos terão a permissão de contar com certificações de emitentes para estabelecer se os dividendos são tratados como dividendos qualificados. Em razão de tais procedimentos ainda não terem sido emitidos, não está claro se seremos capazes de cumprir com os mesmos. Os portadores de ações depositárias norte-americanas, ações preferenciais classe A e ações ordinárias, devem consultar seus próprios

especialistas em tributação assessores fiscais com relação à disponibilidade da alíquota reduzida de dividendos à luz de suas próprias circunstâncias específicas.

Sujeito às limitações e restrições geralmente aplicáveis, o detentor estará autorizado a receber um crédito contra as suas obrigações perante o imposto de renda federal dos Estados Unidos da América, ou a uma dedução no cálculo da sua renda tributável pelo Imposto de Renda Federal dos Estados Unidos da América, para fins de retenções de imposto de renda brasileiro. É preciso cumprir as exigências de um período mínimo de propriedade para ter o direito de reivindicar um crédito de imposto estrangeiro retido para fins de impostos brasileiros sobre os dividendos. A limitação sobre impostos estrangeiros qualificados para crédito é calculada separadamente para classes específicas de impostos sobre rendimentos. Nesse sentido, os dividendos pagos sobre nossas ações geralmente consistirão em "lucros passivos" (ou para alguns detentores, "renda de serviços financeiros").

Tributação sobre ganhos de capital. Mediante a venda ou permuta de ações preferenciais classe A, ordinárias ou ADSs, o detentor reconhecerá ganhos ou prejuízos de capital para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos da América igual à diferença, se houver, entre o valor realizado na venda ou câmbio e a sua base tributária ajustada das ações preferenciais classe A ou ADSs. Os ganhos de capital de longo prazo reconhecido por um detentor norte-americano individual estarão sujeitos a uma taxa reduzida. Este ganho ou perda será um ganho ou perda de capital de longo prazo se o seu período de manutenção dos ADSs ou ações ordinárias exceder um ano. Qualquer ganho ou perda será, para fins de créditos fiscais, uma fonte norte-americana de ganho ou perda, de créditos fiscais estrangeiros nos Estados Unidos da América. Conseqüentemente, se o imposto de renda retido na fonte incide na alienação das ADSs, ações preferenciais classe A ou ações ordinárias e o detentor não possui receita significativa de fontes externas de outras origens, talvez não seja possível se beneficiar destes créditos fiscais. É recomendável consultar os próprios especialistas em tributação em relação à aplicação das regras de créditos fiscais estrangeiros para investir ou alienar as ADSs, ações preferenciais classe A ou ações ordinárias.

Caso um tributo brasileiro seja retido sobre a venda ou alienação das ações, o valor realizado por um detentor dos Estados Unidos da América incluirá o valor bruto das receitas da referida venda ou alienação, antes da dedução dos impostos brasileiros. Vide *Item 10. Informações Adicionais—Tributação – Considerações Fiscais Brasileiras.*

Apresentação de informações e retenção de recuperação

As declarações de informação podem ser entregues à Receita Federal Americana (IRS) em conexão com distribuições de ações preferenciais classe A ou ordinárias ou ADSs e das receitas da sua venda ou outra alienação. O detentor poderá estar sujeito à retenção de recuperação de tributos nos Estados Unidos da América sobre os referidos pagamentos se deixar de fornecer seu número de identificação de contribuinte ou de observar certos procedimentos de certificação, ou de algum modo estabelecer uma isenção da retenção de recuperação.

O valor de qualquer retenção de recuperação a ser efetivada de um pagamento ao detentor poderá ser lançado como crédito contra as suas obrigações de imposto de renda federal nos Estados Unidos da América e poderá lhe permitir obter um reembolso, desde que as informações exigidas sejam fornecidas à Receita Federal Americana.

DOCUMENTOS EXIGIDOS

Estamos sujeitos aos requisitos de informações da *Securities Exchange Act of 1934* (Lei de Títulos e Valores Mobiliários de 1934), conforme aditada, e em conformidade com a mesma apresentamos relatórios e outras informações à SEC. Os relatórios e outras informações entregues por nós à SEC poderão ser inspecionados e copiados nas instalações públicas de referência mantidas pela SEC na Sala 1024, 450 Fifth Street, N.W., Washington, D.C. 20549. É possível obter cópias destes materiais pelo correio junto à Public Reference Section (Seção de Referência Pública) da SEC, 450 Fifth Street, N.W., Washington, D.C. 20549, de acordo com as taxas estabelecidas. Estão à disposição para revisão os relatórios da CVRD e outras informações nos escritórios da Bolsa de Valores de Nova Iorque (New York Stock Exchange), 11 Wall Street, New Iorque, New York 10005, em que as ADSs estão listadas. Nossos arquivamentos da SEC também estão disponíveis ao público no site da SEC: <http://www.sec.gov>. Para obter mais informações sobre como ter acesso a cópias dos arquivamentos públicos da CVRD na Bola de Valores de Nova Iorque, ligue para +1 (212) 656-5060.

Arquivamos, também, as Demonstrações Contábeis e outros relatórios periódicos na CVM.

Item 11. Divulgações quantitativas e qualitativas sobre riscos de mercado

Os principais riscos de mercado que enfrentamos são o risco da taxa de juros, risco da taxa de câmbio e risco do preço de commodities. Administramos alguns desses riscos com o uso de instrumentos derivativos. Nossa política tem sido de liquidar todos os contratos de derivativos em espécie, sem a entrega física do produto.

Nossa atividade de administração de riscos segue políticas e diretrizes revisadas e aprovadas pelo nosso Conselho de Administração. Essas políticas e diretrizes geralmente proíbem operações especulativas e requerem a diversificação de operações e de instituições com as quais operamos. Monitoramos e avaliamos nossa posição global diariamente com vistas a verificar os resultados financeiros e o impacto em nosso fluxo de caixa. Também revisamos periodicamente os limites de crédito e riscos de crédito das instituições com as quais operamos. Reportamos à alta administração os resultados de nossas operações com derivativos, mensalmente.

Em 1º de janeiro de 2001, adotamos o SFAS 133 - “Accounting for Derivative Financial Instruments and Hedging Activities”, complementado pelos SFAS 137 e SFAS 138, e reconhecemos todos os derivativos em nosso balanço patrimonial a valores de mercado. Com isso, reconhecemos um ajuste inicial de transição de US\$ 12 milhões como despesa em nossa demonstração de resultado relativa às perdas não realizadas nos contratos em aberto em 31 de dezembro de 2000. Desde 1º de janeiro de 2001, todos os derivativos têm sido ajustados aos valores de mercado em cada data de balanço e o ganho ou perda incluído no resultado do exercício.

Os saldos ativos (passivos) em 31 de dezembro de 2004 e 2003 e a movimentação dos valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos são os seguintes:

	Ouro		Taxa de Juros (LIBOR)		Moedas		Alumina		Alumínio		Total	
Ganhos (Perdas) Não Realizados, registro inicial, em 1º de janeiro de 2003	US\$	(15)	US\$	(60)	US\$	(1)	US\$	3	US\$	-	US\$	(73)
Liquidação Financeira		8		30		-		-		-		38
Ganhos (Perdas) Não Realizados no Período		(24)		(3)		6		(22)		-		(43)
Efeito da Variação Cambial		(1)		(13)		-		1		-		(13)
Ganhos (Perdas) Não Realizados em 31 de dezembro de 2003	US\$	(32)	US\$	(46)	US\$	5	US\$	(18)	US\$	-	US\$	(91)
Perda reconhecida na consolidação da Albras		-		-		-		-		(20)		(20)
Liquidação Financeira		4		29		(2)		-		-		31
Ganhos (Perdas) Não Realizados no Período		(5)		1		1		(33)		(98)		(134)
Efeito da Variação Cambial		(4)		(1)		-		(4)		(9)		(18)
Ganhos (Perdas) Não Realizados em 31 de dezembro de 2004	US\$	(37)	US\$	(17)	US\$	4	US\$	(55)	US\$	(127)	US\$	(232)

RISCO DE TAXA DE CÂMBIO E TAXA DE JUROS

A tabela a seguir apresenta um resumo das informações relativas à nossa dívida de longo prazo com as taxas pré-fixadas e flutuantes, categorizada por moeda local e moeda estrangeira e com o percentual do endividamento total nos períodos indicados, incluindo os empréstimos junto a partes relacionadas e terceiros, conforme apresentado em nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

	Em 31 de dezembro,			
	2003		2004	
	(em milhões de US\$, exceto os percentuais)			
Dívida a taxas flutuantes:				
Denominado em Reais	US\$	208	7.5%	US\$ 104 3.2%
Denominado em moeda estrangeira		1,427	51.6	1.640 51,0
Dívida a taxas pré-fixadas:				
Denominado em moeda estrangeira		1,132	40.9	1.464 45,6
Denominado em Real				6 0,2
Total	US\$	2,767	100.0	US\$ 3,2 100,0

A tabela a seguir apresenta informações sobre nosso endividamento total da Companhia em dezembro 31, 2004, sensíveis às mudanças nas taxas de juros e nas taxas de câmbio. A tabela apresenta os fluxos de caixa principais e as taxas médias ponderadas de juros relacionadas a estas obrigações por vencimento esperado. As taxas médias ponderadas de juros variáveis estão baseadas na taxa de referência aplicável (LIBOR ou TJLP) em 31 de dezembro de 2004. Os fluxos de caixa efetivos das obrigações são denominados principalmente em dólares norte-americanos, reais, ou outra moeda, conforme indicado.

	Taxa média ponderada de juros (%)(1)(2)	2006	2007	2008	2009	Até 2034	Total	Valor de Mercado Fluxo de Caixa em 31 de dezembro de 2004	Valor de Mercado Contábil em 31 de dezembro de 2004
(em milhões de US\$)									
Denominado em US\$									
Taxa Pré-Fixada									
Bonds	8,54	0	113	0	0	800	913	996	1.054
Empréstimos	5,02	95	37	18	11	10	171	167	171
Securitização	5,61	55	57	53	55	150	370	370	370
Financiamento de Operações	4,87	5	2	0	0	0	7	7	7
Taxa Flutuante									
Empréstimo	5,02	215	225	180	158	322	1.100	965	1.100
Securitização	5,61	27	29	0	0	0	56	52	56
Financiamento de Operações	4,87	266	14	0	0	0	280	269	280
Subtotal		<u>663</u>	<u>477</u>	<u>251</u>	<u>224</u>	<u>1.282</u>	<u>2.897</u>	<u>2.826</u>	<u>3.038</u>
Denominado em Real									
Empréstimo com taxa fixa	10,76	4	2	0	0	0	6	6	6
Empréstimo a Taxa Flutuante	10,76	24	21	15	12	32	104	102	104
Subtotal		<u>28</u>	<u>23</u>	<u>15</u>	<u>12</u>	<u>32</u>	<u>110</u>	<u>108</u>	<u>110</u>
Denominado em outras moedas									
Empréstimo com taxa fixa	3,9	1	1	1	0	0	3	3	3
Empréstimo a Taxa Flutuante	5,57	4	4	4	3	7	22	22	22
Subtotal		<u>33</u>	<u>28</u>	<u>20</u>	<u>15</u>	<u>39</u>	<u>135</u>	<u>133</u>	<u>135</u>
Sem vencimento		0	0	0	0	0	182	182	182
Total		<u><u>696</u></u>	<u><u>505</u></u>	<u><u>271</u></u>	<u><u>239</u></u>	<u><u>1.321</u></u>	<u><u>3.214</u></u>	<u><u>3.141</u></u>	<u><u>3.355</u></u>

(1) As taxas médias ponderadas de juros não consideram o efeito dos derivativos.

(2) As taxas médias variáveis de juros são baseadas na alíquota de referência aplicável em 31 de dezembro de 2004.

Risco de Taxa de Juros

Estamos expostos ao risco da taxa de juros em nossa dívida a taxas flutuantes. Nossa dívida de taxa flutuante consiste principalmente em empréstimos em dólares norte-americanos relacionados a negócios financeiros e empréstimos de bancos comerciais e organizações multilaterais. Em geral, nossa dívida a taxas flutuantes em moeda estrangeira está principalmente sujeita a variações na London Interbank Offered Rate (Taxa Interbancária no Mercado de Londres), ou LIBOR. Nosso endividamento em taxas flutuantes denominado em reais está basicamente sujeito às variações na TJLP, fixada pelo Banco Central.

Contratamos transações de derivativos de taxas de juros fundamentalmente para proteção contra as flutuações na taxa de juros em nossa dívida lastreada em LIBOR. Neste caso, emitimos a dívida em outra moeda diferente do dólar ou real. Normalmente contratamos transações de derivativos para proteção contra movimentos de taxas de juros em outras moedas contra o dólar americano. Normalmente não protegemos o endividamento baseado na TJLP. Nossos derivativos de taxas de juros geralmente consistem em opções que limitam nossa exposição às flutuações das taxas de juros. Um *cap* é a taxa de juros máxima que seríamos obrigados a pagar sobre o valor da dívida. Por outro lado, um *floor* é o valor mínimo de taxa de juros que seríamos obrigados a pagar sobre o valor da dívida. Certos *caps* estão sujeitos a limites que, se atingidos, eliminam a proteção fornecida pelo *cap*. A tabela a seguir apresenta certas informações a respeito de nossos derivativos de taxa de juros em 31 de dezembro de 2003 e 2004:

Libor

	Em 31 de dezembro de 2003			Em 31 de dezembro de 2004			Vencimento Final
	Valor Hipotético	Faixa da Taxa de Juros	Ganho não Realizado (Perda)	Valor Hipotético	Faixa da Taxa de Juros	Ganho não Realizado (Perda)	
(em milhões de US\$, exceto faixas da taxa de juros)							
Floor	500	5,7 – 6,0%	(16)	150	5,7 – 6,0%	(3,5)	Nov 2006
Cap.....	850	5,75 – 11,0%	0	300	5,75 – 11,0%	0,0	Out 2007
Swap	454	5,8 – 6,7%	(30)	231	5,8 – 6,7%	(13,4)	Out 2007
Total.....			<u>US\$ (46)</u>			<u>US\$ (16,9)</u>	

A perda não realizada no montante de US\$ 46 milhões e US\$ 16,9 milhões representam o valor a pagar caso todas as transações tivessem sido liquidadas em 31 de dezembro de 2003 e 2004 respectivamente.

Risco da Taxa de Câmbio

Estamos expostos ao risco da taxa de câmbio associado com a nossa dívida denominada em moeda estrangeira. Por outro lado, uma parcela substancial de nossas receitas é denominada em dólar ou automaticamente indexada ao mesmo, enquanto a maioria de nossos custos é expressa em reais. Isso garante uma proteção natural contra qualquer desvalorização da moeda brasileira em relação ao dólar norte-americano. Quando ocorrer uma desvalorização, o impacto negativo imediato sobre a dívida em moeda estrangeira será compensado pelo efeito positivo da desvalorização sobre fluxos de caixa futuros. Desta forma, normalmente não utilizamos instrumentos derivativos para administrar nossa exposição do câmbio em nosso endividamento de longo prazo denominado em dólares norte americanos. No entanto, monitoramos as flutuações de mercado e ocasionalmente usamos derivativos para minimizar os efeitos da volatilidade das taxas de câmbio no fluxo de caixa.

Periodicamente contratamos *swap* de moeda estrangeira para alterar as características de nossas aplicações financeiras denominadas em reais para instrumentos indexados ao dólar norte-americano. A extensão dessas transações depende da nossa percepção do mercado e risco da moeda, mas nunca é de natureza especulativa. Todas essas operações são marcadas a mercado a cada data de balanço e o efeito incluído como receita ou despesa financeira. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003, o uso de tais instrumentos financeiros não foi significativo.

Temos outras exposições associadas com nosso total de endividamento. Temos exposição do câmbio associada com uma linha de crédito do BNDES vinculados a uma cesta de moedas que incluem o dólar norte-americano, Euros e ienes japoneses e temos exposição ao Euro associados com uma linha de crédito estendida pelo KfW (Kreditanstalt für Wiederaufbau). Para mitigar o risco de moeda estrangeira, participamos de algumas transações futuras que serão especificadas na tabela seguinte. A tabela abaixo estabelece certas informações relacionadas ao nosso portfólio de derivativos de taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2003 e 2004.

Risco da Taxa de Câmbio

Tibor-Libor (JPY – USD)

	Em 31 de dezembro de 2003			Em 31 de dezembro de 2004			Vencimento Final
	Valor Hipotético	Faixa da Taxa	Ganho não realizado (Perda)	Valor Hipotético	Faixa da Taxa	Ganho não realizado (Perda)	
(em milhões, exceto faixas da taxa)							
Taxa Flutuante de compra	¥ 3,178	Tibor + Spread 1	—	—	—	—	—
Taxa Flutuante de venda ..	USD 26	Libor + Spread 2	—	—	—	—	—
Total.....			US\$ 3,6			—	

Euribor-Libor (EUR—USD)

	Em 31 de dezembro de 2003			Em 31 de dezembro de 2004			Vencimento Final
	Valor Hipotético	Faixa da Taxa	Ganho não realizado (Perda)	Valor Hipotético	Faixa da Taxa	Ganho não realizado (Perda)	
(em milhões, exceto faixas da taxa)							
Taxa Flutuante de compra	€ 19,13	Euribor + Spread 1	—	€ 16,74	Euribor + Spread 1	—	Dez 2011
Taxa Flutuante de venda ..	USD 21,59	Libor + Spread 2	—	USD 18,89	Libor + Spread 2	—	Dez 2011
Total.....			US\$ 2,4			US\$ 3,7	

	Em 31 de dezembro de 2003			Em 31 de dezembro de 2004			Vencimento Final
	Valor Hipotético	Faixa de Preço	Ganho não realizado (Perda)	Valor Hipotético	Faixa da Taxa	Ganho não realizado (Perda)	
(em milhões, exceto faixas da taxa)							
Compra de ienes.....	¥ 206,6	¥ 79 – 83 por US\$	US\$ (0,59)	¥ 64,7	¥ 79 – 83 por US\$	(0,2)	Abril 2005
Compra de euros.....	€ 2,87	US\$ 1,22– 1,23 por €	US\$ 0,11	€ 0,90	US\$ 1,22 – 1,23 por €	0,1	Abril 2005
Venda de euros.....			—	€ 3,3	€ 1,327	(0,1)	Janeiro 2005
Total.....			US\$ (0,48)			US \$ (0,2)	

Os ganhos não realizados no montante de US\$ 5,52 milhões e o ganho não realizado de US\$ 3,5 milhões representam os valores recebidos caso todas as transações tiverem sido liquidadas em 31 de dezembro de 2003 e 31 de dezembro de 2004 respectivamente.

RISCO DE PREÇO DE COMMODITY

Estamos também sujeitos a riscos de mercado associados com alterações dos preços no mercado internacional para:

- minério de ferro e pelotas, que representaram 60,7% das nossas receitas brutas consolidadas de 2004;
- minério de manganês e ferroligas, que representaram 8,3% das nossas receitas brutas consolidadas de 2004;
- produtos de alumínio, que representaram 14,7% das nossas receitas brutas consolidadas de 2004;
- ouro, que representou menos que 0,1% de nossas receitas brutas consolidadas em 2004 e que esperamos começar a produzir novamente em 2004 e
- cobre, que começou a produzir em 2004 como o concentrado de cobre e representou 2,4% de nossas receitas brutas consolidadas em 2004.

Não realizamos transações com derivativos para proteger nossa exposição em minério de ferro, minério de manganês e ferroligas. Vide *Item 5. Revisão e Perspectivas Operacionais e Financeiras*.

Para administrar os riscos associados a alterações nos preços de alumínio, nossas coligadas Albras e Alunorte, respectivamente, realizam operações com derivativos envolvendo opções de venda e compra e contratos futuros (*forward contracts*). Estas transações com derivativos permitem às companhias estabelecer níveis médios mínimos de lucros para sua produção futura de alumínio superior ao seu custo de produção previsto e conseqüentemente garantem estabilidade na geração de caixa. Entretanto, estas operações também têm o efeito de reduzir os ganhos potenciais de aumentos de preço no mercado de entrega imediata de alumínio.

A tabela a seguir apresenta certas informações com respeito aos derivativos da Albras em 31 de dezembro de 2003 e 2004. A partir de 1º de janeiro de 2004, a Albras está consolidada em nossos demonstrativos financeiros.

	Em 31 de dezembro de 2003			Em 31 de dezembro de 2004			Vencimento final
	Valor Hipotético	Faixa de Preço	Ganho não Realizado (Perda)	Valor Hipotético	Faixa de Preço	Ganho não Realizado (Perda)	
	(ton. de alumínio)	(US\$ por ton.)	(em milhões de US\$)	(ton. de alumínio)	(US\$ por ton.)	(em milhões de US\$)	
Opções de venda compradas	148.500	US\$ 1.390-1.450	US\$ 1.9	104,000	US\$ 1.395-1400	US\$ 0.1	Set 2006
Forwards vendidos..	27.000	1.400-1.600	(5.4)	9,000	1.545-1.650	(23.7)	Dez 2006
Opções de compra vendidas	160.500	1.570-1.630	(9.8)	116,000	1.540-1.590	(27.2)	Set 2006
Outros instrumentos	246.000	1.390-1.680	(6.9)	155,000	1.395-1.700	(8.0)	Dez 2008
Total			<u>US\$ (20.2)</u>			<u>US\$ (58.8)</u>	

A tabela a seguir apresenta certas informações em relação ao total de derivativos da Alunorte em 31 de dezembro de 2003 e 2004. Consolidamos as operações da Alunorte em nossos demonstrativos financeiros.

	Em 31 de dezembro de 2003			Em 31 de dezembro de 2004			Vencimento final
	Valor Hipotético	Faixa de Preço	Ganho não realizado (perda)	Valor Hipotético	Faixa de Preço	Ganho não Realizado (Perda)	
	(ton de alumínio)	(US\$ por ton.)	(em milhões de US\$)	(ton. de alumínio)	(US\$ por ton.)	(em milhões de US\$)	
Opções de venda compradas	101.000	US\$ 1.390-1.400	US\$ 0.7	113.000	US\$1.385-1.395	US\$ 0.1	Set 2006
Forwards vendidos..	—	—	—	—	—	—	—
Opções de compra vendidas	113.000	1.540-1.580	(6.1)	125.000	1.535-1.590	(29.7)	Set 2006
Outros instrumentos	240.000	1.380-1.690	(12.6)	108.000	1.390-1.625	(25.9)	Dez 2008
Total			<u>US\$ (18.0)</u>			<u>US\$ (55.5)</u>	

Para administrar os riscos associados com as flutuações do preço do ouro, contratamos operações de derivativos a fim de estabelecer níveis mínimos de lucros para a futura produção de ouro ou o conteúdo do ouro associado com a produção de cobre. Entretanto, elas também podem ter o efeito de eliminar ganhos potenciais quando ocorrem certos aumentos de preço no mercado à vista de ouro.

A tabela a seguir apresenta certas informações com respeito aos derivativos relacionados ao ouro em 31 de dezembro de 2003 e 2004.

	Em 31 de dezembro de 2003			Em 31 de dezembro de 2004			Vencimento final
	Quantidade	Faixa de Preço	Ganho não Realizado (Perda)	Quantidade	Faixa de Preço	Ganho não Realizado (Perda)	
	(oz.)	(US\$ por oz.)	(em milhões de US\$)	(oz.)	(US\$ por oz.)	(em milhões de US\$)	
Opções de venda compradas	393.000	270-385	US\$ 1.1	303.000	285-385	0.7	Dez 2008
Opções de compra vendidas	423.000	317-440	(31.5)	393.000	330-440	(37.4)	Dez 2008
Outros instrumentos.....	20.000	—	(1.4)	-	-	-	-
Total			<u>US\$ (31.8)</u>			<u>US (36.7)</u>	

A perda não realizada no montante de US\$ 32 milhões e 37 milhões representa o valor a pagar caso todas as transações tivessem sido liquidadas em 31 de dezembro de 2003 e 2004, respectivamente.

RISCO DE CRÉDITO

Exposição e Risco das Instituições Financeiras

A CVRD tem uma política rígida relativa ao risco financeiro que podemos assumir com Instituições Financeiras. A política de crédito foi aprovada pelo Conselho e torna a Diretoria responsável pela seleção de instituições e estabelecer os limites de exposição para cada instituição bem como pelo portfólio global. Semestralmente, nossas exposições ao crédito no portfólio de instruções devem ser submetidas ao comitê financeiro e à Diretoria.

A qualidade de crédito de cada instituição é avaliada com base em seu poder financeiro, classificações de moeda estrangeira publicadas pelas agências classificadoras, porte do patrimônio do acionista e gama de produtos financeiros oferecidos.

A política permite que a CVRD execute transações financeiras com instituições que detenham pelo menos uma classificação de crédito “A-” de moeda estrangeira. Caso a classificação da instituição for limitada pelo teto soberano, a classificação do país no qual a instituição estiver incorporada tem que estar pelo menos na mesma classificação que o Brasil e a classificação da moeda local da instituição tem que ser no mínimo “A-”. Além disso, somente podemos investir nossas reservas de capital participar de transações de derivativos cujos limites sejam consistentes com nossa política de crédito.

Exposição de Crédito Comercial

A política estabelece um conjunto de regras sob as quais o Conselho Executivo aprova um Limite Anual de Exposição Comercial, representando a exposição máxima de crédito comercial que a CVRD irá arriscar. Este limite de exposição é aplicado a cada segmento de negócios da CVRD. Esta política delinea um procedimento para medir, conceder e controlar o crédito comercial dentro da CVRD que exige que cada cliente à procura de crédito comercial passe por uma avaliação de suas Demonstrações Contábeis, porte da companhia, desempenho anterior de pagamento e risco-país. Em 2005, esperamos estender a política de crédito comercial a todas as empresas consolidadas da CVRD. Para aquelas empresas nas quais a CVRD for a acionista controladora, os limites são estabelecidos de acordo com tal política. Para as outras empresas, a Diretoria da CVRD recomendou um limite de crédito em consonância com a política da CVRD.

Item 12. Descrição dos títulos mobiliários exceto títulos patrimoniais

Não Aplicável.

PARTE II

Item 13. Descumprimentos, dividendos atrasados e inadimplências

Nenhum.

Item 14. Modificações relevantes aos direitos dos detentores dos títulos mobiliários e uso dos recursos

Nenhum.

Item 15. Controles e procedimentos

Avaliação dos Controles e Procedimentos de Divulgação

A CVRD realizou uma avaliação sob a supervisão e com a participação da alta administração da CVRD, incluindo o Diretor Presidente e o Diretor Financeiro, da eficácia do modelo e operação dos controles e procedimentos da CVRD a partir do final do exercício coberto por esse relatório anual. A Vale Overseas realizou uma avaliação similar que confiou fundamentalmente na avaliação de seus controles pela CVRD. Há limitações inerentes à eficácia de qualquer sistema de controles e procedimentos, inclusive a possibilidade de falha humana e a circunstância ou cancelamento dos controles e procedimentos. Por isso, mesmo os controles e procedimentos eficientes podem fornecer uma garantia razoável de alcançar seus objetivos de controle. Com base na avaliação descrita supra, o Diretor Presidente e o Diretor Financeiro da CVRD e o Conselheiro e Diretor Presidente e o Conselheiro e Diretor Financeiro da Vale Overseas concluíram que, a partir do final do exercício coberto por esse

relatório anual, os controles e procedimentos eram eficazes para fornecer segurança razoável de que as informações a serem divulgadas nos relatórios arquivados e enviados pela CVRD ou pela Vale Overseas, quando aplicável, de acordo com o Exchange Act, serão registradas, processadas, sumariadas e reportadas como e quando necessário.

Mudanças nos Controles Internos

Nossa gerência não identificou nenhuma mudança no controle interno da CVRD ou da Vale Overseas sobre o relatório financeiro durante o ano fiscal da CVRD e da Vale Overseas findo em 31 de dezembro de 2004 que afetou substancialmente ou pode afetar substancialmente o controle interno da CVRD ou da Vale Overseas sobre o relatório financeiro.

Item 16A. Perito financeiro do Comitê de Auditoria

Nosso Conselho de Administração atualmente serve como nosso comitê de auditoria conforme o Sarbanes-Oxley Act de 2002. O Conselho de Administração determinou que os membros do conselho da CVRD Arlindo Magno de Oliveira, Mário da Silveira Teixeira Júnior e Renato da Cruz Gomes sejam indicados como peritos financeiros do comitê de auditoria.

Conforme descrito no *Item 6. Conselheiros, diretores executivos e funcionários – conselho fiscal*, no dia 31 de julho de 2005 ou antes, esperamos designar e dar poderes ao conselho fiscal da CVRD para atuar como nosso comitê de auditoria conforme o Sarbanes-Oxley Act de 2002. Nesta ocasião, esperamos que pelo menos um dos membros do conselho fiscal será determinado por nosso Conselho de Administração para ser o especialista financeiro do comitê de auditoria.

Item 16B. Código de Ética

CVRD tem adotado um código de ética que se aplica a todos os membros do conselho, diretores executivos e empregados, inclusive o Diretor-Presidente e o Diretor Financeiro e o Diretor Contábil da CVRD. O código de ética da CVRD também se aplica à Vale Overseas e a seus conselheiros. Postamos cópias destes códigos de ética em nossa página www.cvrld.com.br/cvrld_us/media/CVRD_%20Codigodeetica_i.pdf. Cópias de nossos códigos de ética podem ser obtidas gratuitamente. Basta escrever para nós no endereço apresentado na capa deste Formulário 20-F. Nem a CVRD nem a Vale Overseas concedeu dispensas implícitas ou explícitas de seu código de ética aos diretores descritos acima desde sua adoção.

Item 16C. Principais Honorários e Serviços do Contador

Honorários do Contador Principal

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes cobrou os seguintes honorários por serviços profissionais em 2003 e 2004.

	Ano findo em 31 de dezembro de	
	2003	2004
	(milhares de US\$)	
Honorários de Auditoria	US\$ 673	US\$ 1.075
Honorários Relacionados à Auditoria	--	2,455
Honorários Fiscais	--	94
Todos os Outros Honorários	--	--
Total de Honorários	<u>US\$ 673</u>	<u>US\$ 3.608</u>

“Honorários de Auditoria” são os honorários agregados faturados pela PricewaterhouseCoopers pela auditoria de nossas demonstrações contábeis anuais e consolidadas, revisões das demonstrações contábeis interinas e serviços de certificação fornecidos com relação a arquivamentos e compromissos oficiais ou reguladores. “Honorários Relacionados à Auditoria” são os honorários cobrados pela PricewaterhouseCoopers pela garantia e serviços afins que estejam de fato relacionados ao desempenho da auditoria ou revisão de nossas demonstrações contábeis e não se incluam nos “Honorários de Auditoria”.

“Honorários relacionados a auditoria” referem-se especialmente aos gastos de controle interno relacionados à preparação pela CVRD para a avaliação exigida conforme a Seção 404 do Sarbanes-Oxley Act.

Políticas e Procedimentos Pré-aprovados pelo Comitê de Auditoria

Nosso Conselho de Administração atualmente atua como um Comitê de Auditoria para fins da Lei de Sarbanes-Oxley de 2002. Nosso Conselho de Administração exige que a gerência obtenha a aprovação do conselho antes de contratar auditores independentes para prestar quaisquer serviços de auditoria ou não-auditoria permitida para nós ou nossas controladas. Consoante esta política, nosso Conselho de Administração pré-aprova todos os serviços de auditoria e não-auditoria prestados à CVRD e suas controladas por seus respectivos auditores independentes.

Nosso Conselho de Administração adotou uma política de pré-aprovação para serviços de auditoria e não-auditoria prestados à CVRD e suas subsidiárias consolidadas. Nesta política o Conselho de Administração pré-aprovou uma lista detalhada de serviços com base em propostas especificadas de nossos auditores até os limites monetários especificados na política. Os serviços que não estiverem listados ou que excedam os limites especificados devem ser aprovados separadamente pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração recebe periodicamente relatórios sobre os serviços prestados consoantes com a política de forma e uma lista de serviços pré-aprovados também é atualizada regularmente. A política também estabelece uma lista de services. Os serviços relacionados de controle interno devem ser especificamente pré-aprovados pelo Conselho de Administração.

Item 16D. Isenções das Normas para Registro - para Comitês de Auditoria

Em conformidade com as normas do comitê de auditoria de uma empresa registrada no NYSE e na SEC, a partir de 31 de julho de 2005, devemos estabelecer um comitê de auditoria composto por membros do Conselho de Administração que atenda as exigências especificadas ou designar e dar posse ao nosso conselho fiscal para desempenhar o papel do comitê de auditoria sujeito à isenção estipulada na *Exchange Act Rule 10A-3(c)(3)*. Esperamos tomar as medidas necessárias para designar nosso conselho fiscal para desempenhar este papel e dar a ele os poderes necessários em de 31 de julho de 2005 ou antes. Em nossa avaliação, nosso conselho fiscal será independente no cumprimento das responsabilidades de um comitê de auditoria conforme o *Sarbanes-Oxley Act* e poderá atender a outras exigências do *Exchange Act Rule 10A-3*.

Item 16E. Compras de Títulos Patrimoniais pelo Emitente e Comprador Afiliado

Em 2004, nem a CVRD ou qualquer compradora afiliada adquiriu ou readquiriu qualquer título patrimonial da CVRD.

PARTE III

Item 17. Demonstrações Contábeis

O registrante respondeu ao item 18 em lugar de responder a este Item.

Item 18. Demonstrações Contábeis

A referência é feita para as páginas F-1 a F-[50]

Item 19. Anexos

<u>Número do Anexo</u>	
1.1	Estatuto Social da Companhia Vale do Rio Doce, conforme ajustado em 27 de abril de 2005 (tradução em inglês)
1.2 (*)	Memorando e Estatutos de Constituição da Vale Overseas Limited
1.3 (**)	Alteração dos Estatutos de Constituição da Vale Overseas Limited em 6 de março de 2002.
1.4 (**)	Alteração dos Estatutos de Constituição da Vale Overseas Limited em 23 de julho de 2003.
1.5 (**)	Alteração dos Estatutos de Constituição da Vale Overseas Limited em 7 de janeiro de 2004

- 8 Lista de Controladas
- 12.1 Certificação do Diretor Presidente da CVRD, em conformidade com as Regras 13a-14 e 15d-14 da Lei do Mercado de Capitais (Securities Exchange Act) de 1934.
- 12.2 Certificação do Diretor Financeiro da CVRD, em conformidade com as Regras 13a-14 e 15d-14 da Lei do Mercado de Capitais (Securities Exchange Act) de 1934.
- 12.3 Certificação do Diretor e Executivo Principal da Vale Overseas, em conformidade com as Regras 13a-14 e 15d-14 da Lei do Mercado de Capitais (Securities Exchange Act) de 1934.
- 12.4 Certificação do Diretor Executivo Principal e do Diretor Financeiro Principal da Vale Overseas, em conformidade com as Regras 13a-14 e 15d-14 da Lei do Mercado de Capitais (Securities Exchange Act) de 1934.
- 13.1 Certificação do Diretor Presidente e do Diretor Financeiro da CVRD, em conformidade com a Seção 906 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002.
- 13.2 Certificação do Diretor Executivo Principal e do Diretor Financeiro Principal da Vale Overseas, em conformidade com a Seção 906 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002.
- 14.1 Consentimento da PricewaterhouseCoopers, CVRD e Vale Overseas.
- 14.2 Consentimento da Trevisan (Albras).
- 14.3 Consentimento da Deloitte Touche Tohmatsu (Albras).
- 14.4 Consentimento da Trevisan (Alunorte).
- 14.5 Consentimento da Deloitte Touche Tohmatsu (Alunorte).
- 14.6 Consentimento da KPMG LLP (CSI).
- 14.7 Consentimento da Deloitte Touche Tohmatsu (Docenave).
- 14.8 Consentimento da Deloitte Touche Tohmatsu (Hispanobras).
- 14.9 Consentimento da Deloitte Touche Tohmatsu (Itabasco).
- 14.10 Consentimento da Deloitte Touche Tohmatsu (Kobrasco).
- 14.11 Consentimento da Deloitte Touche Tohmatsu (MRN).
- 14.12 Consentimento da Deloitte Touche Tohmatsu (Nibrasco).
- 14.13 Consentimento da Deloitte Touche Tohmatsu (Valesul).
- 14.14 Consentimento da KPMG Auditores Independentes (Valesul).
- 14.15 Consentimento da Deloitte Touche Tohmatsu (RDM).
- 14.16 Consentimento da Deloitte Touche Tohmatsu (Urucum).
- 14.17 Consentimento da Pincock, Allen & Holt

(*) Incorporada por referência ao relatório anual no Form 20-F da CVRD e Vale Overseas Limited para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2002.

(**) Incorporada por referência ao relatório anual no Form 20-F da CVRD e Vale Overseas Limited para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2003.

ASSINATURAS

O registrante certifica que cumpriu todos os requerimentos para o arquivamento do Form 20-F e que assina como representante legal, devidamente autorizado.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

Por: /s/ Roger Agnelli
Nome: Roger Agnelli
Cargo: Diretor-Presidente

Por: /s/ Fabio de Oliveira Barbosa
Nome: Fabio de Oliveira Barbosa
Cargo: Diretor Executivo Responsável
pela Área de Finanças
Corporativas

VALE OVERSEAS LIMITED

Por: /s/ Fabio de Oliveira Barbosa
Nome: Fabio de Oliveira Barbosa
Cargo: Conselheiro e Diretor-
Presidente

Por: /s/ Leonardo Moretzsohn de Andrade
Nome: Leonardo Moretzsohn de
Andrade
Cargo: Conselheiro e Diretor
Financeiro

Data: 2 de junho de 2005

ÍNDICE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

**Aos Diretores e Acionistas
da Companhia Vale do Rio Doce**

(Tradução livre do parecer original em inglês, sobre demonstrações contábeis preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

Relatório da firma independente registrada de contadores públicos

Aos Diretores e Acionistas
Companhia Vale do Rio Doce

Com base em nossos exames e nos pareceres de outros auditores, somos de opinião que os balanços patrimoniais consolidados e as correspondentes demonstrações consolidadas dos resultados, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira da Companhia Vale do Rio Doce e suas controladas em 31 de dezembro de 2004 e de 2003 e os resultados de suas operações e os fluxos de caixa dos três anos findos em 31 de dezembro de 2004 de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América. Essas demonstrações contábeis foram elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia; nossa responsabilidade é a de emitir um parecer sobre essas demonstrações contábeis com base em nossos exames. Não foram por nós examinadas as demonstrações contábeis de certas coligadas, cujos investimentos totalizam US\$ 376 milhões em 31 de dezembro de 2003, e ganhos de equivalência patrimonial de US\$ 157 milhões e US\$ 60 milhões para 2003 e 2002, respectivamente. Também, não examinamos as demonstrações contábeis de certas controladas para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2003 cujas demonstrações contábeis refletem um total de ativos de US\$ 1.352 milhões em 31 de dezembro de 2003 e um total de receitas de US\$ 839 milhões e US\$ 426 milhões para 2003 e 2002, respectivamente. As demonstrações contábeis destas coligadas e controladas foram examinadas por outros auditores, cujos pareceres nos foram fornecidos, e nosso parecer, no que diz respeito aos valores dessas coligadas e controladas, baseia-se exclusivamente nos pareceres desses auditores. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas estabelecidas pelo "Public Company Accounting Oversight Board", que requerem que os exames sejam planejados e conduzidos com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações contábeis em todos os seus aspectos relevantes. Um exame compreende a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgados nas demonstrações contábeis, avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração, bem como a apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que nossos exames e os pareceres de outros auditores proporcionam bases razoáveis para a emissão do parecer acima.

Como mencionado na nota explicativa 4 das demonstrações contábeis, a Companhia mudou seu método de contabilização de obrigações referente término de utilização de ativos, a partir de 1º de janeiro de 2003.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes

Rio de Janeiro, Brasil
21 de março de 2005

Balanços Patrimoniais Consolidados

Em milhões de dólares norte-americanos

	Em 31 de dezembro	
	2004	2003
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes.....	1.249	585
Contas a receber		
Partes relacionadas.....	124	115
Outros.....	905	703
Empréstimos e adiantamentos - partes relacionadas.....	56	56
Estoques.....	849	505
Imposto de renda diferido.....	203	91
Impostos a recuperar	285	214
Outros.....	219	205
	3.890	2.474
Imobilizado líquido.....	9.063	6.484
Investimentos em coligadas, joint ventures e outros investimentos		
líquidos de provisão para perdas em investimentos.....	1.159	1.034
Outros ativos		
Ágio na aquisição de controladas.....	486	451
Empréstimos e adiantamentos		
Partes relacionadas.....	55	40
Outros.....	56	68
Custo de pensão pago antecipadamente.....	170	82
Imposto de renda diferido.....	70	234
Depósitos judiciais.....	531	407
Ganhos não realizados com instrumentos derivativos	4	5
Outros.....	231	155
	1.603	1.442
TOTAL.....	15.715	11.434

Balanços Patrimoniais Consolidados

Em milhões de dólares norte-americanos

(Continuação)

(Exceto números de ações)

	Em 31 de dezembro	
	2004	2003
Passivo e Patrimônio Líquido		
Circulante		
Fornecedores.....	689	482
Salários e encargos sociais.....	141	78
Juros sobre o capital próprio.....	11	118
Parcela circulante de empréstimos e financiamentos de longo prazo.....	730	1.009
Empréstimos e financiamentos.....	74	129
Empréstimos de partes relacionadas.....	52	119
Provisão para imposto de renda.....	433	21
Outros.....	325	297
	2.455	2.253
Exigível a longo prazo		
Benefícios de pós-aposentadoria de funcionários.....	215	198
Empréstimos e financiamentos.....	3.214	2.767
Empréstimos de partes relacionadas.....	18	4
Provisões para contingências (nota explicativa 18).....	914	635
Perda não realizada com instrumentos derivativos.....	236	96
Outros.....	484	268
	5.081	3.968
Participação minoritária.....	788	329
Patrimônio Líquido		
Ações preferenciais classe A - 1.800.000.000 ações autorizadas, sem valor nominal e 415.727.739 emitidas.....	1.176	1.055
Ações ordinárias - 900.000.000 ações autorizadas, sem valor nominal e 749.949.429 emitidas.....	2.121	1.902
Ações em tesouraria - 11.951 (2003 - 12.549) ações preferenciais e 14.145.510 ações ordinárias.....	(88)	(88)
Capital integralizado adicional.....	498	498
Outros prejuízos abrangentes acumulados.....	(3.774)	(4.375)
Reservas de lucros.....	4.143	3.035
Lucros acumulados	3.315	2.857
	7.391	4.884
TOTAL.....	15.715	11.434

Demonstrações Consolidadas dos Resultados

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto números de ações e valores por ação)

	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2004	2003	2002
Receitas operacionais, líquidas de descontos, devoluções e abatimentos			
Vendas de minerais e metais	6.333	4.060	3.342
Receitas de serviços de logística.....	877	604	458
Produtos de alumínio.....	1.250	852	462
Outros produtos e serviços.....	19	29	20
	8.479	5.545	4.282
Impostos sobre vendas e serviços.....	(413)	(195)	(159)
Receitas operacionais líquidas.....	8.066	5.350	4.123
Despesas e custos operacionais			
Custo de minerais e metais vendidos.....	(2.881)	(2.066)	(1.579)
Custo de serviços de logística.....	(513)	(370)	(252)
Custo de produtos de alumínio.....	(674)	(678)	(412)
Outros.....	(13)	(14)	(20)
	(4.081)	(3.128)	(2.263)
Despesas com vendas, gerais e administrativas.....	(452)	(265)	(224)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(153)	(82)	(50)
Participação dos empregados nos resultados.....	(69)	(32)	(38)
Outros.....	(188)	(199)	(119)
	(4.943)	(3.706)	(2.694)
Resultado operacional.....	3.123	1.644	1.429
Receitas (despesas) não-operacionais			
Receitas financeiras.....	82	102	127
Despesas financeiras.....	(671)	(351)	(375)
Ganhos (perdas) cambial e monetária, líquidos.....	65	242	(580)
Ganhos na venda de investimentos.....	404	17	-
	(120)	10	(828)
Lucro antes do imposto de renda, do resultado de participação societária, e da participação minoritária.....	3.003	1.654	601
Imposto de renda			
Corrente.....	(433)	(90)	(12)
Diferido.....	(316)	(207)	161
	(749)	(297)	149
Equivalência patrimonial em coligadas e <i>joint ventures</i> e variação na provisão para perdas em investimentos.....	542	306	(87)
Participação minoritária.....	(223)	(105)	17
Lucro das operações continuadas.....	2.573	1.558	680
Mudança no método de contabilização de obrigações com descontinuação de uso de ativos (nota explicativa 4).....	-	(10)	-
Lucro líquido.....	2.573	1.548	680
Lucro básico por Ação Preferencial Classe A	2,23	1,34	0,59
Lucro básico por Ação Ordinária	2,23	1,34	0,59
Média ponderada do número de ações em circulação (milhares de ações)			
Ações ordinárias.....	735.804	735.804	749.592
Ações preferenciais Classe A.....	415.716	415.714	405.126

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa
Em milhões de dólares norte-americanos

Exercícios findos em
31 de dezembro

	2004	2003	2002
Fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais:			
Lucro líquido.....	2.573	1.548	680
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com recursos provenientes das atividades operacionais:			
Depreciação, exaustão e amortização.....	399	238	214
Dividendos recebidos.....	200	197	91
Equivalência patrimonial em coligadas e <i>joint ventures</i> e provisão para perdas em investimentos.....	(542)	(306)	87
Imposto de renda diferido.....	316	207	(161)
Provisão para outras contingências.....	137	9	53
Provisão para desvalorização de ativo imobilizado.....	34	51	62
Ganho na alienação de investimentos.....	(404)	(17)	-
Mudança no método de contabilização de obrigações com descontinuação de uso de ativos (nota explicativa 4).....	-	10	-
Perdas (ganhos) cambial e monetária.....	112	(382)	1.031
Perdas (ganhos) líquidos não realizados com instrumentos derivativos.....	134	43	83
Participação minoritária.....	223	105	(17)
Juros pagáveis, líquido.....	93	24	-
Outros.....	(123)	(27)	57
Redução (aumento) em ativos:			
Contas a receber.....	(98)	37	(123)
Estoques.....	(216)	(22)	(69)
Outros.....	(78)	(9)	(105)
Aumento (redução) em passivos:			
Fornecedores.....	230	(18)	102
Salários e encargos sociais.....	28	(25)	23
Imposto de Renda.....	348	-	-
Outros.....	105	94	94
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais.....	3.471	1.757	2.102
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento:			
Empréstimos e adiantamentos a receber			
Partes relacionadas			
Adições.....	(33)	(157)	(101)
Pagamentos.....	51	71	75
Outros.....	18	35	20
Garantias e depósitos.....	(111)	(99)	(78)
Adições em investimentos.....	(34)	(68)	(1)
Adições ao imobilizado.....	(2.022)	(1.543)	(766)
Recursos provenientes da venda de investimentos.....	579	83	-
Recursos provenientes da alienação de bens do imobilizado.....	11	58	7
Recursos utilizados na aquisição de controladas, líquidos do caixa adquirido.....	-	(380)	(45)
Recursos líquidos provenientes de atividades de investimento.....	(1.541)	(2.000)	(889)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento:			
Empréstimos e financiamentos de curto prazo (captações líquidas).....	(60)	(38)	(345)
Empréstimos			
Partes relacionadas			
Adições.....	21	72	54
Pagamentos.....	(27)	(26)	(75)
Empréstimos e financiamentos de longo prazo			
Partes relacionadas.....	20	14	17
Outros.....	1.031	1.025	698
Pagamentos de empréstimos e financiamentos de longo prazo			
Partes relacionadas.....	(3)	(4)	(15)
Outros.....	(1.283)	(766)	(330)
Juros sobre o capital próprio pagos a acionistas.....	(787)	(675)	(602)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamento.....	(1.088)	(398)	(598)
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes.....	842	(641)	615
Efeito de variações da taxa de câmbio no caixa e equivalentes.....	(204)	135	(641)
Initial cash in new consolidated subsidiary.....	26	-	-
Caixa e equivalentes no início do período.....	585	1.091	1.117
Caixa e equivalentes no final do período.....	1.249	585	1.091
Pagamentos efetuados durante o período:			
Juros de curto prazo.....	(5)	(7)	(46)
Juros de longo prazo.....	(295)	(178)	(157)
Imposto de renda.....	(108)	(55)	(12)
Transações que não envolveram caixa			
Contribuição especial ao fundo de pensão em ações da CSN.....	-	(187)	(55)
Conversão de empréstimos concedidos em investimentos.....	(100)	(81)	-
Imposto de renda pago com créditos.....	(31)	(19)	(27)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Demonstrações Consolidadas das Mutações do Patrimônio Líquido
Em milhões de dólares norte-americanos
(exceto números de ações e valores por ação)

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2004	2003	2002
Ações preferenciais classe A (incluindo uma ação especial)			
Saldo inicial.....	1.055	904	820
Transferência de reservas de lucros.....	121	151	84
Saldo final.....	1.176	1.055	904
Ações ordinárias			
Saldo inicial.....	1.902	1.630	1.479
Transferência de reservas de lucros.....	219	272	151
Saldo final.....	2.121	1.902	1.630
Ações em tesouraria			
Saldo final.....	(88)	(88)	(88)
Capital integralizado adicional			
Saldo final.....	498	498	498
Outros prejuízos abrangentes acumulados			
Ajustes acumulados de conversão			
Saldo inicial.....	(4.449)	(5.185)	(3.475)
Varição no período.....	580	736	(1.710)
Saldo final.....	(3.869)	(4.449)	(5.185)
Ganho não realizado em investimentos avaliados a valor de mercado			
Saldo inicial.....	74	-	-
Variações no período.....	21	74	-
Saldo final.....	95	74	-
Ajuste relativo a investimentos em coligadas			
Saldo inicial.....	-	10	10
Transferência para lucros acumulados.....	-	(10)	-
Saldo final.....	-	-	10
Total de outros prejuízos abrangentes acumulados	(3.774)	(4.375)	(5.175)
Reservas de lucros			
Saldo inicial.....	3.035	2.230	3.212
Transferência (para) de lucros acumulados.....	1.448	1.228	(747)
Transferência para capital.....	(340)	(423)	(235)
Saldo final.....	4.143	3.035	2.230
Lucros acumulados			
Saldo inicial.....	2.857	3.288	2.184
Lucro líquido do período.....	2.573	1.548	680
Juros sobre capital próprio atribuídos aos acionistas			
Ações preferenciais classe A.....	(241)	(275)	(117)
Ações ordinárias.....	(426)	(486)	(206)
Apropriações (para) de reservas de lucros.....	(1.448)	(1.218)	747
Saldo final.....	3.315	2.857	3.288
Total do patrimônio líquido.....	7.391	4.884	3.287
O lucro (prejuízo) abrangente é constituído de:			
Lucro líquido do período.....	2.573	1.548	680
Ajustes acumulados de conversão.....	580	736	(1.710)
Ganho (perda) não realizado em investimentos avaliados a valor de mercado.....	21	74	-
O lucro (prejuízo) abrangente total.....	3.174	2.358	(1.030)
Ações			
Ações preferenciais classe A (incluindo três ações especiais).....	415.727.739	415.727.739	415.727.739
Ações ordinárias.....	749.949.429	749.949.429	749.949.429
Ações em tesouraria (1)			
Saldo inicial.....	(14.158.059)	(14.158.953)	(14.145.783)
Aquisições.....	-	-	(13.170)
Vendas.....	598	894	-
Saldo final.....	(14.157.461)	(14.158.059)	(14.158.953)
	1.151.519.707	1.151.519.109	1.151.518.215
Juros sobre capital próprio atribuídos aos acionistas (por ação)			
Ações preferenciais classe A (incluindo três ações especiais).....	0,58	0,66	0,28
Ações ordinárias.....	0,58	0,66	0,28

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

(1) Até 31 de dezembro de 2004, haviam sido adquiridas 14.145.510 ações ordinárias e 11.951 ações preferenciais, que permanecem em tesouraria, no montante de US\$88. As 14.145.510 ações ordinárias estão em garantia de um empréstimo da nossa controlada Alunorte.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Em milhões de dólares norte-americanos, a menos que informado

1 A Companhia e suas operações

A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) é uma sociedade anônima devidamente organizada sob as leis da República Federativa do Brasil. Nossas operações são executadas pela CVRD e suas controladas, *joint ventures* e coligadas, e consistem principalmente de mineração, produção de metais não ferrosos e logística, bem como atividades de energia, alumínio e aço. Maiores detalhes sobre nossas operações e das nossas *joint ventures* e coligadas estão descritas na nota explicativa 13.

As principais controladas operacionais que consolidamos são:

Controlada	% participação	% Capital Votante	Localização da sede	Atividade principal
Alumina do Norte do Brasil S.A. - Alunorte ("Alunorte")	57	61	Brasil	Alumina
Alumínio Brasileiro S.A. - Albras ("Albras") (8)	51	51	Brasil	Alumínio
CADAM S.A (CADAM) (2) (4)	37	100	Brasil	Caulim
CELMAR S.A. - Indústria de Celulose e Papel (3)	100	100	Brasil	Celulose
CVRD Overseas Ltd.	100	100	Ilhas Cayman	Trading
Ferrovias Centro-Atlântica S.A. (4)	100	100	Brasil	Logística
Ferteco Mineração S.A. - FERTECO (3)	100	100	Brasil	Minério de ferro e pelotas
Itabira Rio Doce Company Ltd. - ITACO	100	100	Ilhas Cayman	Trading
Mineração Serra do Sossego S.A. (5)	100	100	Brasil	Cobre
Minerações Brasileiras Reunidas S.A. - MBR (4) (7)	56	90	Brasil	Minério de ferro
Navegação Vale do Rio Doce S.A. - DOCENAVE	100	100	Brasil	Navegação
Pará Pigmentos S.A.	76	86	Brasil	Caulim
Rio Doce International Finance Ltd. - RDIF	100	100	Bahamas	International finance
Rio Doce Manganês S.A. (6)	100	100	Brasil	Manganês e ferro-ligas
Rio Doce Manganês Europe - RDME	100	100	França	Ferro-ligas
Rio Doce Manganês Norway - RDMN	100	100	Noruega	Ferro-ligas
Salobo Metais S.A. (1)	100	100	Brasil	Cobre
Urucum Mineração S.A.	100	100	Brasil	Minério de ferro, ferro-ligas e manganês

(1) Empresa em fase pré-operacional

(2) Através da Caemi Mineração e Metalurgia S.A. A Caemi detém 61,48% do capital total e 100% do capital votante da Cadam. CVRD detém 60,2% do capital total e 100% do capital votante da Caemi.

(3) Incorporada pela CVRD em 29 de agosto de 2003

(4) Consolidada a partir de setembro de 2003

(5) Incorporada pela CVRD em 30 de dezembro de 2003

(6) Anteriormente denominada SIBRA-Eletrosiderúrgica Brasileira S.A.

(7) Através da Caemi Mineração e Metalurgia S.A. e Belém Administrações e Participações Ltda.

(8) Consolidada desde janeiro de 2004 (veja nota explicativa 4)

2 Base de consolidação

As demonstrações contábeis das empresas nas quais temos a maioria das ações e o controle da administração são consolidadas, com eliminação de todas as principais contas e transações entre as mesmas. Os investimentos não consolidados em coligadas e *joint ventures* estão demonstrados ao custo mais a nossa participação em seus resultados não distribuídos. Nesta categoria estão incluídas certas *joint ventures* onde temos participação majoritária, mas não possuímos controle efetivo na administração estabelecido no acordo de acionistas. Quando aplicável, constituímos provisão para perdas em investimentos com patrimônio líquido negativo (veja nota explicativa 13).

Calculamos o valor de nossos investimentos através da comparação dos valores registrados em nosso balanço anual com a cotação de mercado disponível para o referido investimento na mesma data. Se a cotação de mercado disponível está abaixo do valor registrado em nosso balanço e tal desvalorização não for temporária, baixamos o valor de nossos investimentos até o limite calculado pela cotação de mercado disponível.

Definimos *joint ventures* como negócios nos quais a Companhia e um pequeno grupo de outros sócios, participam cada um ativamente na administração da entidade, baseado em acordo de

acionistas. Definimos coligadas como negócios nos quais participamos como acionistas minoritários mas com influência significativa nas políticas operacional e financeira da empresa investida.

Nossas demonstrações contábeis condensadas consolidadas interinas para os períodos de três meses findos em 31 de dezembro de 2003, 30 de setembro de 2003 e 31 de dezembro de 2002 não foram auditadas. Contudo, em nossa opinião, tais demonstrações contábeis condensadas consolidadas incluem todos os ajustes, consistindo somente de ajustes recorrentes, necessários para uma apresentação adequada dos resultados nos períodos interinos. Certas notas explicativas excluem informações interinas, uma vez que as mesmas foram incluídas nas informações anuais.

3 Resumo das principais práticas contábeis

Na preparação das demonstrações contábeis consolidadas, somos solicitados a usar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos, receitas e despesas. Portanto, nossas demonstrações contábeis consolidadas incluem estimativas referentes à vida útil do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, uso de taxas médias de câmbio, valores de mercado atribuídos a ativos e passivos em transações de aquisição de empresas, provisão para perdas de créditos de imposto de renda, benefícios pós-aposentadoria para empregados e outras avaliações semelhantes, podendo os resultados efetivos ser divergentes das nossas estimativas.

(a) Base de apresentação

Preparamos as demonstrações contábeis consolidadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("US GAAP"), que diferem, em certos aspectos, das práticas contábeis adotadas no Brasil utilizadas na preparação das nossas demonstrações contábeis pela legislação societária.

Os valores em dólares norte-americanos referentes aos períodos apresentados foram convertidos (traduzidos) a partir dos valores em moeda brasileira, em conformidade com os critérios estipulados no "Statement of Financial Accounting Standards 52" – "Foreign Currency Translation" – (SFAS 52).

Antes de 1º de julho de 1997 o Brasil era considerado, nos termos do SFAS 52, como sendo um país de economia hiperinflacionária, e como consequência, até 30 de junho de 1997, adotávamos o dólar norte-americano tanto como moeda funcional quanto de reporte.

A partir de 1º de julho de 1997, concluímos que a economia brasileira havia deixado de ser hiperinflacionária e mudamos a moeda funcional de dólares norte-americanos para a moeda local (reais brasileiros) para as operações brasileiras e correções do gênero. Conseqüentemente, convertemos os valores em dólares norte-americanos de ativos e passivos não-monetários à taxa de câmbio corrente e esses valores se tornaram as novas bases contábeis para esses ativos e passivos.

Convertemos todos os ativos e passivos em dólares norte-americanos à taxa de câmbio corrente (R\$2,6544 e R\$2,8892 para US\$1.00 em 31 de dezembro de 2004 e 2003, respectivamente), e todas as contas nas demonstrações dos resultados (inclusive valores relativos à indexação da moeda local e variações cambiais sobre ativos e passivos em moeda estrangeira) às taxas médias de cada período. Os ganhos ou perdas resultantes desse novo processo de conversão foram incluídos nos ajustes acumulados de conversão no patrimônio líquido.

Os ganhos (perdas) cambiais líquidas refletidas em nossa demonstração de resultado foram de US\$79, US\$222 e (US\$515) em 2004, 2003 e 2002, respectivamente, incluídas na linha "Perdas cambial e monetária, líquida".

(b) Transações de Aquisição de Empresas

Adotamos os procedimentos determinados pelo SFAS 141 - "Business Combinations" para reconhecer a aquisição de participações em outras companhias. O método de contabilização usado em nossas "combinações de negócios" (business combinations) é o "método de compra" (purchase method), o qual requer que os adquirentes determinem razoavelmente o valor de mercado dos ativos e passivos identificados das companhias adquiridas, individualmente, de maneira a determinar o ágio pago na compra, a ser registrado como um ativo intangível. Na aquisição de ativos que incluem os direitos a reservas minerais de recursos naturais, o estabelecimento dos valores para esses ativos incluem a alocação do valor de mercado às reservas compradas, as quais estão classificadas no balanço patrimonial como imobilizado.

O ágio foi amortizado de maneira sistemática pelos períodos estimados a serem beneficiados até 31 de dezembro de 2001. Como requerido pelo SFAS 142 – “Goodwill and Other Intangible Assets” desde 1º de janeiro de 2002, o ágio resultante das aquisições não é amortizado, mas é testada sua desvalorização ao menos uma vez no ano e reduzido ao seu valor justo na medida em que tal desvalorização é mensurada.

(c) Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou produção e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, constituímos provisão para estoques obsoletos ou de baixa movimentação, refletindo nossa estimativa periódica de recuperação. Ao utilizar a provisão, os estoques são baixados estabelecendo uma nova base de custo para o estoque remanescente.

O estoque de produtos acabados inclui todos os materiais associados, mão-de-obra direta e excluídas despesas gerais e administrativas.

(d) Imobilizado

Os bens do imobilizado estão demonstrados ao custo, incluindo-se os juros incorridos durante a construção das principais novas unidades. Calculamos a depreciação pelo método linear, a taxas anuais que levam em consideração a vida útil dos bens, tais como: de 2% a 20% para as ferrovias, 5% para as embarcações, 3% para as construções, de 2% a 5% para instalações e de 5% a 20% para equipamentos de mineração e outros. As despesas de manutenção e reparos são debitadas aos custos e às despesas operacionais quando incorridas.

Capitalizamos os custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação, e amortizamos estas operações pelo método de unidades produzidas (extraídas) com base nas quantidades prováveis e provadas de minério. Gastos com estudos e pesquisas são despesas até se estabelecer a viabilidade da atividade de mineração; conseqüentemente todos os gastos são capitalizados e adicionados ao custo de exploração. Capitalizamos o custo de desenvolvimento de minas a partir do momento de sua criação.

(e) Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos classificados como "disponíveis para venda" são contabilizados em conformidade com o SFAS 115 - “Accounting for Certain Investments in Debt and Equity Securities”. Conseqüentemente, excluimos ganhos e perdas não realizados, líquidos de impostos, quando aplicável, do resultado e os reconhecemos como um componente específico do patrimônio líquido até que sejam realizados.

(f) Receitas e despesas

As receitas são reconhecidas quando os produtos são embarcados ou os serviços são prestados. A receita de exportação é reconhecida quando os produtos são embarcados no navio. As receitas dos produtos vendidos no mercado interno são reconhecidas quando a entrega é feita ao cliente. As receitas de serviços de transporte, exceto as de operações marítimas, são reconhecidas quando o serviço é executado. As de operações marítimas são registradas com base na viagem concluída e a receita líquida, os custos e as despesas com viagens em curso até o fim do exercício são diferidos. Os prejuízos esperados sobre viagens são reconhecidos quando prováveis e razoavelmente estimáveis. As despesas e custos são reconhecidos pelo regime de competência.

(g) Custos ambientais e de recuperação e restauração de áreas degradadas

As despesas relacionadas ao cumprimento de regulamentos ambientais são debitadas ao resultado ou capitalizadas quando incorridas. Esses programas contínuos têm por objetivo minimizar o impacto ambiental das nossas atividades. No que diz respeito à nossa principal mina de minério de ferro em Carajás, que possui vastas reservas, custos finais de recuperação e restauração serão provisionados quando suas respectivas estratégias de implementação forem passíveis de planejamento e seus custos razoavelmente estimados.

(h) Provisão para férias

Provisionamos integralmente a obrigação de remuneração a empregados pelo direito às férias adquiridas durante o ano.

(i) Imposto de renda

De acordo com o SFAS 109 - "Accounting for Income Taxes", os efeitos fiscais diferidos dos prejuízos fiscais a compensar e das diferenças temporárias foram reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas. A provisão para perdas é constituída quando estimamos que há evidências da não utilização integral dos créditos fiscais constituídos.

(j) Demonstração dos fluxos de caixa

Os fluxos de caixa dos financiamentos e investimentos de curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos. As aplicações a curto prazo que possuem liquidez imediata e são resgatáveis em até 90 dias ou menos são considerados caixa e equivalentes.

(k) Lucro por ação

O lucro por ação é computado dividindo-se o lucro líquido pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período.

(l) Juros sobre o capital próprio

Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras podem distribuir juros sobre capital próprio. O cálculo desses juros é baseado nos valores do patrimônio líquido como apresentado nos registros contábeis elaborados pela legislação societária e a taxa de juros aplicada não pode exceder a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP determinada pelo Banco Central do Brasil. Além disso, tais juros não podem exceder ao maior valor entre 50% do lucro líquido do exercício ou 50% dos lucros acumulados, mais as reservas de lucros.

O montante dos juros atribuídos aos acionistas é dedutível para fins de apuração do imposto de renda. Por esta razão, o benefício, em contraposição ao pagamento do dividendo, é a redução em nosso encargo de imposto de renda e contribuição social equivalente à alíquota aplicada sobre o valor dos juros pagos. Sobre os juros pagos há a retenção de 15% a título de imposto de renda.

De acordo com a legislação brasileira, o benefício atribuído para os acionistas é considerado como parte do dividendo mínimo anual (veja nota explicativa 16). Desta maneira as distribuições são tratadas como dividendos para fins contábeis.

Optamos por pagar os juros sobre capital próprio dedutíveis do imposto de renda e temos, conseqüentemente, registrado os valores devidos em 31 de dezembro de 2004, 2003 e 2002 no patrimônio líquido.

(m) Derivativos e operações de hedge

Em 1º janeiro de 2001 adotamos o SFAS 133 - "Accounting for Derivative Financial Instruments and Hedging Activities", emendado pelos SFAS 137, SFAS 138 e SFAS 149. Estes pronunciamentos requerem que reconheçamos todos os instrumentos de derivativos financeiros como ativo ou passivo no nosso balanço patrimonial, são mensurados a valor de mercado. Mudanças no valor de mercado dos derivativos são registradas em cada período como ganhos correntes ou outra receita semelhante, dependendo de a transação ser caracterizada como um hedge efetivo.

(n) Lucro abrangente

Divulgamos o lucro abrangente como parte da demonstração das mutações do patrimônio líquido, de acordo com o SFAS 130 - "Reporting Comprehensive Income".

(o) Reclassificações

Algumas reclassificações foram feitas nas demonstrações contábeis de 2003 e 2002, com a finalidade de torná-las comparáveis com as informações de 2004.

(p) **Estoque de pilha de minério**

As quantidades oriundas das reservas provadas e prováveis encontram-se em pilhas de minério, estando lá estocadas. A contabilização ocorre conforme estas pilhas são retiradas da mina. Estas quantidades não estão incluídas nas quantidades totais das reservas provadas e prováveis utilizadas no cálculo das unidades produzidas, depreciação, exaustão ou amortização.

(q) **Remoção de estéril para acessar depósitos minerais**

Durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes do início da produção, os gastos de remoção de estéril são contabilizados como parte dos custos de desenvolvimento. Subseqüentemente, estes custos são amortizados durante o período de vida útil da mina com base nas reservas prováveis e provadas.

Após o início da fase produtiva da mina, os gastos com remoção de minério são tratados como custo de produção.

4 Mudança de prática contábil

(a) 2003 – SFAS 143

Em junho de 2001, o FASB emitiu o SFAS 143 – “Accounting for Asset Retirement Obligations”. Adotamos o SFAS 143 a partir de 1º de janeiro de 2003 e como consequência registramos uma provisão adicional de US\$26 para baixa de ativos ambientais, registrado como “Outros exigíveis a longo prazo”, um aumento líquido de US\$11 no custo de desenvolvimento de mina foi registrado dentro do “Imobilizado” e uma variação no resultado de US\$10 foi registrada na rubrica “Mudança no método de contabilização de obrigações referente descontinuação de uso de ativos”, na demonstração de resultado, líquido de imposto de renda (US\$15, bruto de imposto de renda). Com o decorrer do tempo os passivos serão acrescidos pela variação do seu valor presente líquido e a capitalização inicial dos custos serão exauridos de acordo com a extração.

(b) 2004 – FIN 46R

Desde 1º de Janeiro de 2004 consolidamos Albras com base na nossa participação de 51% de acordo com o FASB Interpretation (FIN) “Consolidação de Entidades com Participação Variável (revisado em Dezembro de 2003)”. Albras é uma companhia de alumínio cujas receitas de venda e ativos totalizaram US\$ 707 e US\$ 805 em 31 de dezembro de 2004. Albras vendeu toda a sua produção para seus acionistas, com base na participação destes.

Albras compra seu principal insumo, alumina, da Alunorte e obtém financiamento principalmente da CVRD e suas subsidiárias. Nem os ativos da Albras nem os da CVRD garantem obrigações da Albras exceto quanto ao imobilizado industrial de US\$ 316, dado em garantia a terceiros no valor de US\$ 192. Contudo, a CVRD forneceu garantias financeiras para os financiamentos da Albras. Caso Albras tivesse sido consolidada em 2003, a demonstração de resultado consolidada seria demonstrada como abaixo:

	2003		
	CVRD	Albras	Pro Forma (não auditada)
Venda líquidas	5.350	165	5.515
Custo dos produtos vendidos	(3.128)	58	(3.070)
Custo operacional	(578)	(16)	(594)
Receitas (despesas) não operacionais	10	34	44
Imposto de renda	(297)	(36)	(333)
Equivalência patrimonial em coligadas e joint-ventures	306	(105)	201
Mudança no método de contabilização	(10)	-	(10)
Participação minoritária	(105)	(100)	(205)
Lucro líquido	1.548	-	1.548

5 Pronunciamentos contábeis recentemente emitidos

Em dezembro de 2004, o FASB emitiu o SFAS N° 123R, “Share-Based Payment” que estabelece os requerimentos contábeis para compensação de “share-based” para empregados, incluindo plano de compra de ações por empregados e fornece orientação sobre a contabilização de compensação para não empregados. Este pronunciamento irá requerer que companhias reconheçam na demonstração de resultado o valor presente da concessão de opção de ações e outros tipos de compensação emitidos para empregados, mas que não expressem preferência por um tipo de modelo de avaliação. Para entidades públicas, o pronunciamento se torna efetivo para o primeiro período com início depois de 15 de junho de 2005. Nós não esperamos que o FASB n° 123R tenha algum impacto significativo na posição financeira, resultado operacional ou fluxo de caixa da Companhia.

Em dezembro de 2004, o FASB emitiu o SFAS N° 153, “Troca de Ativos Não Monetários” uma emenda ao APB n° 29. Este pronunciamento emenda o APB n° 29 para eliminar a troca não monetária de ativos produtivos similares e a substitui por uma exceção mais genérica de troca de ativos não monetários que não tenham substância comercial. O pronunciamento especifica que uma troca não monetária tem substância comercial se os fluxos de caixa futuros da entidade tem expectativa de se modificar significativamente como resultado da troca. Este pronunciamento se torna efetivo para troca de ativos não monetários que ocorram nos períodos fiscais que iniciam após 15 de junho de 2005. Aplicações anteriores são permitidas para trocas de ativos não monetários que ocorram em exercícios fiscais que iniciam depois da emissão do pronunciamento. Aplicações retroativas não são permitidas. Nós aplicaremos esta norma caso ocorram trocas não monetárias de ativos nos exercícios fiscais que iniciam depois de 15 de junho de 2005.

Em novembro de 2004, o FASB emitiu a SFAS n°151 “Custo de Estoque” uma emenda do ARB n° 43, capítulo 4, que trata de precificação de estoque. O pronunciamento esclarece a contabilização de montantes extraordinários de despesas (ociosas), fretes, custo de execução e refugo. De acordo com as normas anteriores, parágrafo 5 de ARB n° 43, capítulo 4, estes itens devem ser considerados por serem extraordinários, sob certas circunstâncias, exigem tratamento como despesas do período corrente. Este pronunciamento elimina o critério de “so abnormal” e requer que os custos de conversão sejam baseados na capacidade normal de produção da planta. As provisões deste pronunciamento devem ter efeito a partir de 2005. Além disso, este pronunciamento requer a alocação de despesas gerais fixas de produção para estoque até 15 de janeiro de 2005. É permitida a aplicação antecipada para custo incorrido de estoque durante os anos fiscais iniciados depois da data que este pronunciamento foi publicado. As provisões deste pronunciamento devem ser aplicadas prospectivamente. Nós estamos analisando os requerimentos desta nova norma e acreditamos que sua adoção não terá impacto significativo na posição financeira, resultado operacional ou fluxos de caixa da companhia.

Em setembro de 2004, o FASB emitiu o FSP EITF edição 03-1-1, que posterga a aplicação dos parágrafos 10-20 do EITF n° 03-1, “O Significado de Provisão Para Perda Não Temporária e Sua Aplicação em Certos Investimentos”. Os parágrafos 10-20 do EITF n° 03-1 dá orientação de como avaliar e reconhecer uma provisão para perda não temporária. A aplicação destes parágrafos foi adiada até a publicação da proposta do FSF EITF n° 03-1a. Nós não esperamos que o EITF n° 03-1 tenha algum impacto na posição financeira, resultado operacional ou fluxos de caixa da companhia.

Em reunião de 31 de março de 2004, o Emerging Issues Task Force (EITF) chegou ao consenso final do EITF n° 03-6, “Participação em Ações e o Método Duas-Classes” do FASB n° 128 “ganhos por ação”. Normalmente a participação em ações dá direito à parcela do lucro de uma companhia, freqüentemente através de uma fórmula relativa aos dividendos das ações ordinárias da companhia. Esta norma esclarece o que significa o termo “participação em ações”, conforme o FASB n° 128. Quando um instrumento é considerado como uma “participação em ações”, ele tem o potencial de reduzir significativamente os ganhos básicos por ações ordinários porque o método de duas-classes deve ser usado para computar o efeito do instrumento sobre os ganhos por ação. O consenso também abrange outros instrumentos cujos termos incluem uma participação específica. O consenso também abrange a alocação de perda. Se os ganhos não distribuídos devem ser alocados na “participação de ações” pelo método de “duas-classes”, perdas também devem ser

alocadas. Embora, o EITF 03-6 limita esta alocação somente para situações em que as ações têm (1) o direito de participação no lucro da companhia, e (2) uma obrigação contratual objetiva e determinável para participação nos prejuízos da companhia.

O consenso alcançado no EITF 03-6 tem efeito para os períodos fiscais iniciados após 31 de março de 2004. O EPS em períodos anteriores devem ser ajustados retroativamente a fim de atender o EITF 03-6. Nós não esperamos que esta norma tenha algum impacto sobre os nossos cálculos do EPS Básico e Diluído.

6 Nossa privatização

Em maio de 1997, O Governo brasileiro privatizou nossa Companhia, através da transferência do controle acionário para a Valepar S.A. (“Valepar”). O Governo brasileiro reteve certos direitos com relação a nossas futuras decisões e as da Valepar, e também nos fez celebrar contratos que podem afetar nossas atividades e resultados de nossas operações no futuro. Esses direitos e contratos são:

- Ação Preferencial Especial. O Governo brasileiro detém uma ação preferencial especial da Companhia que lhe confere direitos permanentes de veto sobre mudanças na nossa Companhia, tais como (i) nome, (ii) localização da sede, (iii) objeto social de exploração mineral, (iv) operação contínua dos sistemas integrados de mineração de minério de ferro, e (v) certos outros assuntos.
- Debêntures de Acionistas. Em 7 de julho de 1997, emitimos aos acionistas que estavam registrados em 18 de abril de 1997 (inclusive o Governo brasileiro), debêntures que proporcionam aos seus detentores o direito de receber pagamentos semestrais, baseados em uma percentagem das nossas receitas líquidas acima de volumes limites de produção, provenientes de recursos minerários identificados. Estes instrumentos não são garantidos por reservas minerais e depósitos correspondentes (Nota explicativa 18(f)).

7 Principais aquisições e baixas para os anos apresentados

Durante os períodos apresentados fizemos as aquisições descritas abaixo. As informações proforma com relação à nossa aquisição do controle acionário da Alunorte em junho de 2002 e da Caemi em setembro estão demonstradas nos itens (a) e (b) abaixo.

- (a) Em dezembro de 2001, através de nossa subsidiária integral no exterior Itabira Rio Doce Company Limited - ITACO, adquirimos ações ordinárias da Caemi Mineração e Metalurgia S.A. - CAEMI, representando 16,82% de seu capital total e 50% do seu capital votante da Cayman Iron Ore Investment Co., Ltd., uma controlada integral da Mitsui & Co., Ltd. - MITSUI por US\$279. A Caemi é uma empresa brasileira, sediada no Rio de Janeiro, que opera nos setores de minério de ferro, caulim, bauxita refratária e transporte ferroviário e foi contabilizada pelo método de equivalência patrimonial até 2 de setembro de 2003 (vide abaixo).

Esta aquisição foi aprovada pela Comissão Européia com base no compromisso de venda da participação da Caemi na Quebec Cartier Mining Company - QCM, empresa canadense produtora de minério de ferro e pelotas. Em 31 de dezembro de 2003, a Caemi vendeu suas ações ordinárias da QCM para a Quebec Provincial Government pelo valor simbólico de 100 dólares canadenses e converteu empréstimos à QCM de 20 milhões de dólares canadenses em ações preferenciais sem direito a voto (exceto nos casos requeridos por Lei). A Caemi continuará a garantir financiamentos da QCM até 2007 e se compromete a fornecer suporte financeiro adicional a QCM, se necessário, na forma de empréstimos subordinados até 2010, limitados a 34,5 milhões de dólares canadenses (equivalentes a US\$27 em 31 de dezembro de 2004). O valor de mercado deste compromisso foi integralmente provisionado.

CVRD e Mitsui, cada uma detendo 50% de ações ordinárias da Caemi, firmaram um acordo de acionistas requerendo a aprovação de ambos para todas as principais decisões que afetem a Caemi.

Em 2 de setembro de 2003, adquirimos adicionais 43,37% do capital da Caemi por US\$426, aumentando a nossa participação para 60,23%. A Caemi foi consolidada a partir dessa data.

Custo de aquisição de 43,37% da Caemi, líquido do caixa adquirido, como segue:

	2 de setembro de 2003
Valor de mercado estimado dos ativos.....	1.699
Valor de mercado estimado dos passivos.....	(716)
Ativos líquidos a valor de mercado.....	983
Participação adquirida do capital total.....	43,37%
Valor de mercado estimado dos ativos líquidos adquiridos.....	426
Preço de aquisição.....	426
Menos caixa adquirido	(46)
Custo de aquisição da Caemi, líquido do caixa adquirido	380

Caemi Pro Forma

A demonstração de resultado condensada *pro forma* não auditada abaixo demonstra o impacto da aquisição da Caemi sobre a demonstração de resultado consolidada, caso a participação corrente de 60,23% tivesse sido adquirida em 1º de janeiro de 2002 (ao contrário da participação acionária de 16,86% anteriormente reconhecida, sendo 16,82% inicialmente adquiridos e 0,04% adquirido posteriormente).

	2004			2003		
	CVRD Consolidada	Caemi Antes da Aquisição de Controle (1)	Pro Forma (Não auditado)	CVRD Consolidada	Caemi (2)	Pro Forma (Não auditado)
Receita operacional líquida.....	5.350	424	5.774	4.123	572	4.695
Custos e despesas operacionais.....	(3.706)	(343)	(4.049)	(2.694)	(545)	(3.239)
Resultado operacional.....	1.644	81	1.725	1.429	27	1.456
Receita (despesa) não operacional.....	10	16	26	(828)	(101)	(929)
Resultado antes do imposto de renda, equivalência patrimonial e participações minoritárias.....	1.654	97	1.751	601	(74)	527
Imposto de renda.....	(297)	(41)	(338)	149	12	161
Equivalência patrimonial de coligadas e <i>joint ventures</i> e variação na provisão para perdas de investimentos...	306	(20)	286	(87)	(2)(3)	(89)
Participações minoritárias.....	(105)	18	(87)	17	64	81
Lucro das operações continuadas.....	1.558	54	1.612	680	-	680
Variação no método de contabilização das obrigações com descontinuação de uso de ativos.....	(10)	-	(10)	-	-	-
Lucro líquido do exercício.....	1.548	54	1.602	680	-	680

(1) Período de janeiro a agosto de 2003 (consolidado desde setembro de 2003).

(2) Período de janeiro a dezembro de 2002, líquido dos ajustes de consolidação.

(3) Inclui a eliminação das baixas de ágio relacionadas a equivalência patrimonial da Caemi - US\$86.

- (b) Em 27 de junho de 2002, adquirimos mais 12,62% do capital da Alunorte por US\$42, aumentando nossa participação para 57,03% (representado por 62,09% do total das ações ordinárias e 19,05% do total das ações preferenciais). A Alunorte tem sido consolidada desde então.

A fim de refletirmos os efeitos da consolidação da Alunorte, se seu controle tivesse sido adquirido em 1º de janeiro de 2002, elaboramos uma demonstração de resultado consolidada pro forma, não auditada, como segue:

	2002		
	CVRD Consolidada	ALUNORTE	Pro Forma (não auditado)
Receita operacional líquida.....	4.123	138	4.261
Custos e despesas operacionais.....	(2.694)	(151)	(2.845)
Resultado operacional.....	1.429	(13)	1.416
Receita (despesa) não operacional.....	(828)	(38)	(866)
Resultado antes do imposto de renda, equivalência patrimonial e participações minoritárias.....	601	(51)	550
Imposto de renda.....	149	-	149
Equivalência patrimonial de coligadas e <i>joint ventures</i>	(28)	23	(5)
Varição na provisão para perda de investimentos.....	(59)	-	(59)
Participações minoritárias.....	17	28	45
Lucro líquido (prejuízo) do exercício.....	680	-	680

- (c) Em 10 de outubro de 2003, a subsidiária Companhia Paulista de Ferroligas (CPFL) finalizou a venda de suas ações na Fertilizantes Fosfatados S.A. (Fosfértil) para a Bunge Fertilizantes S.A. por US\$84. O lucro na operação foi de US\$61.
- (d) Em 7 de novembro de 2003, nós vendemos o investimento na Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN) para a CSN por um valor simbólico, registrando um prejuízo de US\$44 nesta transação.
- (e) Em julho de 2004 nós vendemos parte de nossa participação na Companhia Siderúrgica de Tubarão – CST, representando 4,42% do capital votante e 29,96% do capital não votante por US\$415. Em dezembro de 2004 concluímos a venda de nossa participação remanescente de 20,51% no capital votante por US\$ 164. O ganho na transação foi US\$ 314 e US\$ 90, respectivamente.

8 Imposto de renda

O imposto de renda no Brasil compreende o imposto sobre a renda e a contribuição social sobre o lucro, a qual consiste em um adicional de imposto sobre a renda. A alíquota efetiva estatutária aplicável nos períodos apresentados é de 34% representados por 25% de imposto de renda mais 9% de contribuição social sobre o lucro.

O valor apresentado como despesa de imposto de renda nestas demonstrações contábeis consolidadas está reconciliado com as alíquotas estabelecidas pela legislação, como segue:

	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2004	2003	2002
Lucro antes do imposto de renda, do resultado de participações societárias e da participação de minoritários	3.003	1.654	601
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes na legislação fiscal.....	(1.021)	(562)	(204)
Ajustes que dão origem à alíquota efetiva:			
Benefício fiscal sobre juros sobre capital próprio.....	214	271	99
Receitas (despesas) isentas auferidas no exterior.....	247	(59)	196
Diferença da base fiscal de investidas	(240)	(56)	20
Efeito fiscal das provisões para perdas e baixas	-	-	29
Incentivos fiscais.....	53	60	4
Reversão da provisão para perdas de créditos fiscais (adições)	77	53	(12)
Perdas com derivativos, não dedutíveis.....	(57)	-	-
Outros ganhos (perdas) não tributáveis.....	(22)	(4)	17
Imposto de renda e contribuição social no resultado.....	(749)	(297)	149

Temos incentivos fiscais relativos às operações de minério de ferro e manganês em Carajás e alumina em Barcarena. Os incentivos relativos ao minério de ferro e manganês compreendem isenção total de imposto de renda sobre níveis de produções definidos até 2005 e parcial até 2013. Ambos os incentivos fiscais relativos à alumina vencem em 2010. Um montante igual ao obtido com a economia fiscal deverá ser apropriado a uma conta de reserva no patrimônio líquido e não poderá ser distribuído como dividendos.

Os principais componentes das contas do imposto de renda diferido no balanço patrimonial são:

	Em 31 de dezembro	
	2004	2003
Imposto de renda diferido - ativo circulante		
Despesas provisionadas dedutíveis somente quando pagas.....	110	91
Juros sobre o capital próprio.....	93	-
	203	91
Imposto de renda diferido ativo e passivo - longo prazo		
Ativo		
Imposto de renda diferido relativo a diferenças temporárias.....	-	3
Imposto de renda dedutível sobre ágio de <i>business combinations</i>	10	79
Relativo à provisão para perdas e baixas de investimentos.....	51	149
Provisão adicional para benefícios de aposentadoria, líquida da obrigação de pensão não reconhecida.....	83	73
Prejuízos fiscais a compensar.....	235	132
Outras diferenças temporárias	19	206
	398	642
Passivo		
Lucro inflacionário.....	(23)	(26)
Investimentos adquiridos.....	(115)	(202)
Benefício de aposentadoria pago antecipadamente.....	(58)	(28)
Ajuste ao valor de mercado em <i>business combinations</i>	(55)	(40)
	(251)	(296)
Provisão para perdas		
Saldo inicial.....	(112)	(230)
Ajuste de conversão.....	(42)	(37)
Aquisições, vendas e outros investimentos	-	102
Variação líquida da provisão.....	77	53
Saldo final.....	(77)	(112)
Imposto de renda diferido ativo longo prazo, líquido.....	70	234

9

Caixa e equivalentes

	Em 31 de dezembro	
	2004	2003
Caixa e bancos.....	123	88
Depósitos a prazo em moeda local.....	385	267
Depósitos a prazo em dólares norte-americanos.....	741	230
	1.249	585

Contas a receber

	Em 31 de dezembro	
	2004	2003
Clientes		
No país.....	236	195
No exterior, integralmente denominados em dólares norte-americanos.....	847	665
	1.083	860
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(37)	(30)
Provisão para créditos sobre diferenças de peso de minério.....	(17)	(12)
Total.....	1.029	818

As contas a receber de clientes da indústria siderúrgica representam 29,2% e 27,5% das contas a receber no país e 82,0% e 88,1% das contas a receber no exterior em 31 de dezembro de 2004 e 2003, respectivamente.

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% das receitas totais em qualquer dos exercícios apresentados.

11 Estoques

	Em 31 de dezembro	
	2004	2003
Produtos acabados		
Minério de ferro e pelotas.....	205	146
Manganês e ferroligas.....	156	78
Alumina.....	20	20
Alumínio.....	54	0
Caulim.....	17	16
Outros.....	11	8
Peças de reposição e manutenção.....	386	237
	849	505

12 Imobilizado

a) Por área de negócio:

	Em 31 de dezembro de 2004			Em 31 de dezembro de 2003		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Ferrosos						
Ferrosos - Sistema Sul						
Mineração.....	2.397	963	1.434	2.196	812	1.384
Ferrovia.....	1.047	447	600	866	389	477
Porto.....	326	153	173	183	87	96
	3.770	1.563	2.207	3.245	1.288	1.957
Ferrosos - Sistema Norte						
Mineração.....	804	318	486	676	277	399
Ferrovia.....	1.072	446	626	924	376	548
Porto.....	270	100	170	196	85	111
	2.146	864	1.282	1.796	738	1.058
Pelotização.....	430	160	270	382	133	249
Ferroligas.....	362	197	165	273	153	120
Energia.....	198	18	180	128	11	117
Imobilizado em curso.....	1.546	-	1.546	914	-	914
	8.452	2.802	5.650	6.738	2.323	4.415
Não-ferrosos						
Cobre.....	578	71	507	-	-	-
Potássio.....	65	30	35	54	22	32
Ouro.....	6	2	4	27	25	2
Caulim.....	254	97	157	220	75	145
Pesquisas e projetos.....	33	19	14	86	62	24
Imobilizado em curso.....	731	-	731	797	-	797
	1.667	219	1.448	1.184	184	1.000
Logística						
Carga geral.....	769	232	537	575	188	387
Transporte marítimo.....	31	8	23	8	6	2
Imobilizado em curso.....	114	-	114	35	-	35
	914	240	674	618	194	424
Participações						
Alumínio.....	1.317	445	872	545	92	453
Outros.....	1	-	1	2	1	1
Imobilizado em curso.....	230	-	230	111	-	111
	1.548	445	1.103	658	93	565
Corporação						
Corporação.....	68	43	25	67	28	39
Imobilizado em curso.....	163	-	163	41	-	41
	231	43	188	108	28	80
Total.....	12.812	3.749	9.063	9.306	2.822	6.484

b) Por tipo de ativos:

	Em 31 de dezembro de 2004			Em 31 de dezembro de 2003		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos e edificações.....	991	396	595	749	303	446
Instalações.....	3.600	1.262	2.338	2.466	932	1.534
Equipamentos.....	1.218	574	644	883	405	478
Ferrovias.....	2.091	884	1.207	1.741	756	985
Custo de desenvolvimento das minas..	1.345	150	1.195	931	123	808
Outros.....	783	483	300	638	303	335
	10.028	3.749	6.279	7.408	2.822	4.586
Imobilizado em curso.....	2.784	-	2.784	1.898	-	1.898
Total.....	12.812	3.749	9.063	9.306	2.822	6.484

Perdas com baixas e provisão para desvalorização de imobilizado totalizaram US\$34, US\$51 e US\$62 em 2004, 2003 e 2002, respectivamente. As baixas referem-se, principalmente, à desvalorização das minas de ouro, venda de navios e caminhões, locomotivas e outros equipamentos que foram substituídos no curso normal dos negócios.

Em 2002, vendemos parte dos ativos florestais da nossa controlada Florestas Rio Doce S.A, por US\$59 e registramos como consequência um ganho de US\$49. Em 2003 vendemos nossa última importante mina de ouro pelo seu valor contábil de US\$21.

c) Projetos hidrelétricos:

Participamos de diversos consórcios de Usinas Hidrelétricas, já em operação ou em construção. Temos participações distintas nestas usinas e somos responsáveis, na proporção direta da nossa participação nos mesmos, por certa parcela dos custos de construção e operação, gerando por conseguinte direito a uma cota da energia produzida. Registramos nossa participação nestes ativos como imobilizado.

A situação destes projetos em 31 de dezembro de 2004 é como segue:

<u>Projeto</u>	<u>Data de término / Previsão de término</u>	<u>Nossa participação %</u>	<u>Usinas em operação</u>	<u>Nossa participação nas usinas em operação</u>	<u>Nossa participação na depreciação acumulada</u>	<u>Usinas em construção</u>	<u>Nossa participação nas usinas em construção</u>
Igarapava.....	Setembro, 1999	38,1	148	56	(11)	-	-
Porto Estrela.....	Novembro, 2001	33,3	63	21	(2)	-	-
Funil.....	Janeiro, 2003	51,0	129	66	(4)	-	-
Candongá.....	Setembro, 2004	50,0	110	55	(1)	-	-
Aimorés.....	Julho, 2005	51,0	-	-	-	237	121
Capim Branco I.....	2006	48,4	-	-	-	69	33
Capim Branco II.....	2006	48,4	-	-	-	27	13
Foz do Chapecó.....	-	40,0	-	-	-	4	2
Estreito.....	-	30,0	-	-	-	7	2

Receitas e despesas relacionadas aos projetos já em operação são imateriais.

Em 31 de dezembro														
					2004		Investimentos		Equivalência Patrimonial			Dividendos Recebidos		Cotação de mercado
							Exercícios findos em 31 de dezembro			Exercícios findos em 31 de dezembro		31 de dezembro		
Participação no capital (%)		Patrimônio líquido	Lucro líquido do período		2004	2003	2004	2003	2002	2004	2003	2002		2004
votante	total													
Siderurgia														
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS.....	22,99	11,46	1.223	995	140	31	114	34	(15)	13	3	4	N/A	483
Companhia Siderúrgica de Tubarão - CST (1).....	-	-	-	-	-	86	102	45	19	-	52	4	-	-
California Steel Industries Inc. - CSI	50,00	50,00	298	109	149	103	55	2	19	9	5	9	-	-
SIDERAR (custos \$15) - Investimentos disponíveis para venda.....	4,85	4,85	-	-	110	89	-	-	-	-	-	-	-	110
					399	309	271	81	23	22	60	17		593
Alumínio e bauxita														
Mineração Rio do Norte S.A. - MRN.....	40,00	40,00	427	142	171	168	57	33	38	54	27	31	-	-
Valesul Alumínio S.A. - VALESUL (6).....	54,51	54,51	101	26	55	49	14	10	14	12	9	6	-	-
Alumínio Brasileiro S.A. - ALBRAS.....	51,00	51,00	-	-	-	112	-	104	-	-	-	-	-	-
Alumínio Brasileiro S.A. - ALBRAS - variação na provisão para perda.....	-	-	-	-	-	-	-	-	10	-	-	-	-	-
Alumina do Norte do Brasil S.A. - ALUNORTE (4)	62,09	57,03	-	-	-	-	-	-	(23)	-	-	-	-	-
					226	329	71	147	39	66	36	37		-
Ferrosos														
Caemi Mineração e Metalurgia S.A. (3)	100,00	60,23	-	-	-	-	-	23	(102)	-	-	3	N/A	-
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO (6).....	51,11	51,00	60	25	30	18	13	3	4	-	-	2	-	-
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS (6).....	51,00	50,89	50	17	26	17	9	3	5	1	2	2	-	-
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBRASCO	50,00	50,00	25	21	13	1	11	1	(2)	-	-	-	-	-
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBRASCO - variação na provisão para perda.....	-	-	-	-	-	-	-	17	(15)	-	-	-	-	-
Companhia Italo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO (6).....	51,00	50,90	36	12	18	11	6	3	5	-	1	4	-	-
Gulf Industrial Investment Company - GLIC.....	50,00	50,00	90	32	45	40	16	12	5	11	9	6	-	-
SAMARCO Mineração S.A. - SAMARCO (5)	50,00	50,00	441	233	261	221	117	70	28	100	78	17	-	-
Minas da Serra Geral S.A. - MSG.....	50,00	50,00	36	(6)	18	15	(3)	2	4	-	1	1	-	-
Outros.....	-	-	-	-	24	21	1	(1)	2	-	-	-	-	-
					435	344	170	133	(66)	112	91	35		-
Logística														
Companhia Ferroviária do Nordeste - CFN - variação na provisão para perda (2).....	-	-	-	-	-	-	-	(3)	(4)	-	-	-	-	-
Ferrobarragem - Ferrovias Bandeirantes S.A. - variação na provisão para perda.....	-	-	-	-	1	1	-	-	(1)	-	-	-	-	-
Ferrovias Centro-Atlântica S.A. - FCA - variação na provisão para perda (3).....	-	-	-	-	-	-	-	(93)	(42)	-	-	-	-	-
MRS Logística S.A.	37,23	29,35	266	112	78	39	33	39	(20)	-	-	-	-	-
MRS Logística S.A. - variação na provisão para perda.....	-	-	-	-	-	-	-	6	(7)	-	-	-	-	-
Sepetiba Tecon S.A. - variação na provisão para perda.....	-	-	-	-	-	-	-	(1)	(9)	-	-	-	-	-
Outros, principalmente investimentos vendidos em 2003.....	-	-	-	-	-	4	-	-	(5)	-	-	-	-	-
					79	44	33	(52)	(88)	-	-	-		-
Outros														
Fertilizantes Fosfatados S.A. - FOSFERTIL (2).....	-	-	-	-	-	-	-	1	8	-	9	2	-	-
Outros.....	-	-	-	-	20	8	(3)	(4)	(3)	-	1	-	-	-
					20	8	(3)	(3)	5	-	10	2		-
TOTAL					1.159	1.034	542	306	(87)	200	197	91		593

(1) Durante o trimestre findo em 30 de junho de 2003, a CVRD adquiriu um adicional de 5,17% do capital total da CST por US\$60. Durante 2004 a CVRD vendeu sua participação na CST (Nota 7(e));

(2) Investimento vendido em 2003;

(3) Consolidado a partir de setembro de 2003, após aquisição do controle;

(4) Consolidada a partir de 30 junho de 2002, após a aquisição do controle;

- (5) Investimento inclui ágio de US\$40 e US\$37 em 2004 e 2003, respectivamente; e
- (6) Embora a CVRD possua a maioria dos votos em várias entidades, elas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial de acordo com o EITF-96-16, devido ao direito de veto detido pelos acionistas minoritários, conforme acordo de acionistas.

14 Empréstimos e financiamentos a curto prazo

Nossos empréstimos e financiamentos a curto prazo provêm principalmente de bancos comerciais e financiamentos de exportações contratados em dólares norte-americanos.

As taxas médias anuais de juros sobre os empréstimos e financiamentos a curto prazo foram de 2,33%, 3,19% e 3,97% em 2004, 2003 e 2002, respectivamente.

15 Empréstimos e financiamentos a longo prazo

	Em 31 de dezembro			
	Circulante		Longo prazo	
	2004	2003	2004	2003
Em moeda estrangeira				
Empréstimos e financiamentos contratados nas seguintes moedas:				
Dólares norte-americanos.....	376	470	1.179	1.151
Yenes japoneses.....	1	30	2	2
Outros.....	3	3	23	25
Notas de juros fixos - denominados em US\$.....	-	300	913	600
Securitização de exportações - denominados em US\$.....	55	44	425	481
Notas Perpétuas.....	-	-	65	65
Juros provisionados	61	54	-	-
	496	901	2.607	2.324
Em moeda local				
Indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.....	22	10	89	88
Indexados ao Índice Geral de Preços-Mercado - IGP-M.....	21	16	14	19
Cesta de moedas.....	7	30	17	23
Debêntures não conversíveis em ações.....	-	-	117	90
Indexados em dólares norte-americanos.....	166	33	368	221
Juros provisionados	18	19	2	2
	234	108	607	443
Total.....	730	1.009	3.214	2.767

As parcelas a longo prazo em 31 de dezembro de 2004 têm vencimento nos seguintes anos:

2006.....	696
2007.....	505
2008.....	271
2009 em diante.....	1.560
Sem data de vencimento (Notas Perpétuas e Debêntures não conversíveis em ações).....	182
	3.214

Em 31 de dezembro de 2004, as taxas de juros anuais sobre as dívidas a longo prazo eram como segue:

Até 7%.....	2.574
7,1% até 9%.....	1.202
9,1% até 11%.....	18
Acima de 11%.....	79
Variáveis (Notas Perpétuas).....	71
	3.944

As variações percentuais relativas aos índices aplicados à dívida em cada exercício foram as seguintes:

	2004	2003	2002
Indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (taxa efetiva).....	9,8	11,5	9,9
Indexados ao Índice Geral de Preços-Mercado - IGP-M.....	12,4	8,7	25,3
Dólares norte-americanos.....	(8,1)	(18,2)	52,3

Em 15 de dezembro de 2004, a Companhia, através da sua controlada Vale Overseas Limited, efetuou a operação de captação de recursos de US\$ 300 milhões com juros de 8,625% a.a., através da emissão de Notes com vencimento em 2007, prorrogável até setembro de 2008. Em dezembro de 2004, através de oferta pública, a Companhia recomprou US\$ 186,9 de principal das notas em circulação pagando US\$ 1.117,34 para cada US\$ 1.000,00 de principal em títulos, restando US\$113,1 do total pendente.

Em 31 de dezembro de 2004, as Notas de Juros Fixos denominadas em US\$ no valor de US\$ 913 (US\$ 900 em 2003) e outros débitos de US\$ 1.834 (US\$ 1.634 em 2003) não estão securitizados. A securitização de exportações de US\$ 480 (US\$ 525 em 2003) está securitizada por contas a receber atuais e futuros de nossa subsidiária CVRD Overseas Ltd. Empréstimos obtidos de agentes internacionais de US\$ 170 (US\$ 232 em 2003) estão garantidos pelo Governo Federal, para os quais temos contragarantias de US\$ 170 (US\$ 165 em 2003) segurados pelas nossas ações e contas a receber de uma subsidiária. Temos também empréstimos de instituições brasileiras e internacionais seguradas por imobilizado no valor de US\$ 251 (US\$ 165 em 2003). O débito de longo prazo restante de US\$ 296 (US\$ 387 em 2003) está seguro pelos principais ativos das subsidiárias.

16 Patrimônio líquido

Cada detentor de ações ordinárias ou preferenciais classe A tem direito a um voto para cada ação quanto aos assuntos apresentados na assembléia geral, exceto para a eleição do Conselho de Administração, que é restrita aos detentores de ações ordinárias. Como descrito na nota explicativa 6, o Governo brasileiro detém uma ação preferencial especial da Companhia, que lhe confere direitos permanentes de veto sobre assuntos específicos.

Foi aprovada pela Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas realizada em 18/08/04 o desdobramento acionário. Conseqüentemente, o capital social da Vale passou a ser composto por 1.165.677.168 ações, sendo 749.949.429 ações ordinárias e 415.727.739 ações preferenciais classe "A". Todos os números de ações e valores por ação refletem o efeito retroativo do desdobramento.

Em 31 de dezembro de 2004, haviam sido adquiridas 14.157.461 ações que ficaram retidas em tesouraria para futura venda ou cancelamento, ao custo unitário médio de US\$6,17 (custo mínimo de US\$2,67 e máximo de US\$7,84).

Tanto os acionistas detentores de ações ordinárias quanto os de preferenciais gozam do direito de receber um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, a ser aprovado na assembléia geral de acionistas. No caso dos acionistas preferenciais, este dividendo não poderá ser inferior a 6% do capital preferencial determinado pelo estatuto ou, se for maior, a 3% do valor patrimonial por ação. Com respeito aos anos de 2004, 2003 e 2002, distribuimos dividendos para acionistas preferenciais excedendo este limite. Os juros sobre o capital próprio a partir de 1º de janeiro de 1996 são considerados parte dos dividendos mínimos obrigatórios.

A legislação brasileira permite o pagamento de dividendos somente de lucros acumulados, como demonstrado nos registros contábeis pela legislação societária, sendo os pagamentos feitos em reais. Em 31 de dezembro de 2004, não tínhamos lucros acumulados não distribuídos. Além disso, as reservas de lucros em 31 de dezembro de 2004 incluem US\$3.221 relativos às reservas de lucros a realizar e para expansão, que poderiam ter sido transferidas para lucros acumulados e pagas como dividendos, se aprovado pelos acionistas.

Nenhum imposto retido na fonte é devido sobre a distribuição de lucros auferidos a partir de 1º de janeiro de 1996, exceto para as distribuições em forma de juros sobre o capital próprio, conforme mencionado na nota explicativa 3 (e).

A legislação brasileira e nosso estatuto requerem que certas apropriações de lucros acumulados sejam feitas anualmente para as contas de reservas com base nos valores reconhecidos nos registros contábeis societários, conforme detalhamos abaixo:

	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2004	2003	2002
Reservas de lucros			
Reserva de lucros a realizar			
Saldo inicial.....	193	211	548
Transferência para lucros acumulados.....	(63)	(18)	(337)
Saldo final.....	130	193	211
Reserva de expansão			
Saldo inicial.....	2.090	1.494	1.667
Transferência para capital.....	(309)	(423)	-
Transferência de (para) lucros acumulados.....	1.310	1.019	(173)
Saldo final.....	3.091	2.090	1.494
Reserva legal			
Saldo inicial.....	374	241	325
Transferência de (para) lucros acumulados.....	155	133	(84)
Saldo final.....	529	374	241
Reserva de exaustão			
Saldo inicial.....	347	284	649
Transferência para capital.....	-	-	(212)
Transferência para lucros acumulados.....	31	63	(153)
Saldo final.....	378	347	284
Reserva de incentivos fiscais			
Saldo inicial.....	31	-	23
Transferência para capital.....	(31)	-	(23)
Transferência de lucros acumulados.....	15	31	-
Saldo final.....	15	31	-
Total das reservas de lucros.....	4.143	3.035	2.230

A finalidade e a base de apropriação para essas reservas estão descritas abaixo:

- . Reserva de lucros a realizar - representa principalmente nossa participação no resultado da equivalência patrimonial em coligadas e *joint ventures*, ainda não recebidos como dividendos.
- . Reserva de expansão - é uma reserva para a expansão das nossas atividades.
- . Reserva legal - reserva que constitui uma exigência para todas as empresas brasileiras e representa a apropriação de 5% do lucro líquido anual apurado com base na legislação brasileira, até o limite de 20% do capital societário.
- . Reserva de exaustão - reserva que representa um valor adicional relativo à exaustão da reserva mineral equivalente a 20% do preço de venda da produção das minas, sendo dedutível para fins fiscais desde que um valor equivalente seja transferido de lucros acumulados para esta reserva. Esse incentivo fiscal expirou em 1996.
- . Reserva de incentivos fiscais - esta reserva resulta da opção de designar uma parcela do imposto de renda devido para investimentos em projetos aprovados pelo governo e é registrada no exercício seguinte àquele em que o lucro tributável foi auferido. A partir de 2000, esta reserva também contempla incentivos fiscais descritos na nota explicativa 8.

Ganhos básicos e diluídos por ação

Valores dos ganhos básicos e diluídos por ação foram calculados como segue:

	<u>Receita (Numerador) (US\$ milhão)</u>	<u>Milhares de Ações (Denominador)</u>	<u>Valores dos Ganhos básicos e diluídos (por ação em US\$)</u>
Lucro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2004	2.573		
Lucro disponível aos acionistas preferencialistas	929	415.716	2,23
Lucro disponível aos acionistas ordinários	1.644	735.804	2,23
Lucro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2003	1.548		
Lucro disponível aos acionistas preferencialistas	559	415.714	1,34
Lucro disponível aos acionistas ordinários	989	735.804	1,34
Lucro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2002	680		
Lucro disponível aos acionistas preferencialistas	239	405.126	0,59
Lucro disponível aos acionistas ordinários	441	749.592	0,59

17 Planos de aposentadoria

Desde 1973, temos patrocinado um plano de pensão (“Plano de Benefício Definido - Plano Antigo”), cobrindo substancialmente todos os empregados, com benefícios baseados em tempo de serviço, salário e benefícios da seguridade social. Este plano é administrado pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – VALIA e foi financiado pelas contribuições mensais realizadas pela Companhia e nossos empregados, calculadas com base em estimativas atuariais periódicas.

Em maio de 2000, implementamos um novo plano de pensão, que é essencialmente um plano de contribuição definida, com a característica de benefício definido relativo aos serviços anteriores a maio de 2000 (“Plano Misto de Benefícios - Vale Mais - Plano Novo”), e oferecemos aos nossos empregados ativos a oportunidade de transferência para o Plano Novo. Mais de 98% de nossos empregados ativos optaram pela transferência para o Plano Novo. O Plano Antigo continuará existindo, cobrindo quase exclusivamente participantes aposentados e seus beneficiários.

Adicionalmente fornecemos aos empregados pagamentos suplementares de pensão através do plano de Abono Complementação.

As informações abaixo detalham o *status* dos elementos de benefício definido dos nossos planos, de acordo com o SFAS 132 – “*Employers’ Disclosure about Pensions and Other Post-retirement Benefits*” e aditivo.

(a) Variação no benefício obrigatório

	Em 31 de dezembro	
	2004	2003
Benefícios obrigatórios no início do exercício.....	1.485	1.476
Custo do serviço.....	2	2
Custo de juros.....	188	151
Benefícios pagos.....	(133)	(128)
Efeitos de variações cambiais.....	137	20
Perda atuarial.....	40	(36)
Benefícios obrigatórios no final do exercício.....	1.719	1.485

Usamos a data de medição de 31 de dezembro para todos os planos de pensão e de benefícios de pós-aposentadoria.

(b) Variação nos ativos do plano

	Em 31 de dezembro	
	2004	2003
Valor de mercado dos ativos do plano no início do exercício.....	1.657	1.301
Retorno efetivo sobre os ativos do plano.....	410	436
Contribuições dos empregadores	37	31
Benefícios pagos.....	(133)	(128)
Efeitos de variações cambiais.....	137	17
Valor de mercado dos ativos do plano no final do exercício.....	2.108	1.657

Os ativos do plano antigo em 31 de dezembro de 2004 incluem na carteira de investimentos US\$274 de nossas próprias ações (US\$194 em 31 de dezembro de 2003) e US\$37 em ações de partes relacionadas (US\$20 em 31 de dezembro de 2003), bem como US\$303 em Títulos do Governo Federal (US\$323 em 31 de dezembro de 2003).

As contribuições do empregador esperadas para 2005 são de US\$16 (não auditado).

(c) Custo de aposentadoria provisionado (custo de pensão pago antecipadamente)

	Em 31 de dezembro	
	2004	2003
Benefício obrigatório em excesso aos ativos do plano.....	(389)	(172)
Obrigação transitória líquida não reconhecida.....	(51)	(56)
Perda atuarial líquida não reconhecida.....	459	323
Custo de aposentadoria provisionado (custo de pensão pago antecipadamente)...	19	95

(d) Premissas usadas em cada exercício (expressas em valores nominais)

	2004	2003
Taxa de desconto.....	13.40% p.a	13.40% p.a
Retorno esperado sobre os ativos do plano.....	13.40% p.a	13.40% p.a
Taxa de aumento de salários e encargos - até 47 anos.....	6.91% p.a	6.91% p.a
Inflação.....	5.00% p.a	5.00% p.a

(e) Metas de investimentos e composição dos ativos do plano

O valor de mercado dos ativos do plano para estes planos é de US\$2.079 e US\$1.637 no final de 2004 e 2003, respectivamente. A alocação de ativos para os planos de pensão da Companhia no final de 2004 e 2003 e a meta de alocação para 2005, por categoria de ativo, segue:

Categoria de ativos	Meta de Alocação para 2005	Percentual dos Ativos do Plano em 31 de dezembro	
		2004	2003
Ações	29%	29%	27%
Imobiliário.....	6%	6%	6%
Empréstimos.....	3%	3%	2%
Renda fixa.....	62%	62%	65%
Total.....	100%	100%	100%

A meta de alocação de renda fixa de 59% foi estabelecida para nivelar o ativo com os pagamentos dos benefícios. A proposta para 2004 é aumentar em até 33% os investimentos em fundos indexados pela inflação. Os investimentos remanescentes em renda fixa seriam responsáveis por pagar os benefícios do plano a curto prazo.

O aumento na meta de alocação em ações está relacionada à recuperação esperada de 32% do IBOVESA (índice das ações brasileiras). Esta alta recuperação deve-se ao aumento esperado dos lucros das empresas e à expectativa de redução do risco-Brasil, de aumento da atividade econômica e à manutenção das baixas taxas de juros nos Estados Unidos.

(f) Fundo de Pensão

	Em 31 de dezembro		
	2005 (Unaudited)	2004	2003
Custo do serviço - benefícios adquiridos no período.....	2	2	2
Custo de juros sobre o benefício obrigatório projetado.....	220	188	151
Retorno efetivo sobre os ativos do plano.....	(274)	(213)	(158)
Amortização da obrigação transitória inicial.....	9	9	9
Diferimento líquido.....	(15)	(24)	-
Custo de aposentadoria líquido no ano	(58)	(38)	4

Além dos benefícios estabelecidos nos termos do nosso plano de aposentadoria, foram constituídas provisões com relação a benefícios suplementares concedidos em anos anteriores como parte de programas de incentivo à aposentadoria antecipada. Tais provisões, incluídas no passivo a longo prazo, totalizaram US\$215 e US\$198, em 31 de dezembro de 2004 e 2003, respectivamente, mais US\$37 e US\$32, respectivamente, classificados no passivo circulante.

O custo reconhecido nos anos de 2004, 2003 e 2002, relativo à contribuição definida para o Plano Novo, foi de US\$7, US\$5 e US\$5, respectivamente.

18 Compromissos e contingências

- (a) Em 31 de dezembro de 2004, as garantias concedidas para empréstimos obtidos por coligadas e *joint ventures* no valor de US\$7, como segue:

<u>Coligadas ou Joint Venture</u>	<u>Valor da Garantia</u>	<u>Moeda corrente</u>	<u>Propósito</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Contra-garantias</u>
SAMARCO.....	6	US\$	garantia de dívida	2008	Nenhuma
VALESUL.....	1	R\$	garantia de dívida	2007	Nenhuma
	<u>7</u>				

Temos a expectativa de que tais garantias não resultarão em perdas. Cobramos comissões da Albras e Samarco pela concessão dessas garantias.

Não fornecemos nenhuma garantia significativa desde 1º de janeiro de 2003 que requeira ajustes a valor de mercado conforme estabelecido no FIN 45 – “Guarantor’s Accounting and Disclosure Requirements for Guarantees, Including Indirect Guarantees of Indebtedness of Others”.

- (b) A Companhia e suas controladas respondem a diversos processos judiciais decorrentes do curso normal dos seus negócios. Com base nos pareceres de nossos consultores jurídicos, a administração acredita que a provisão constituída é suficiente para cobrir prováveis perdas relacionadas a esses processos.

A composição da provisão para contingências e dos depósitos judiciais registrados é a seguinte:

	<u>Em 31 de dezembro de 2004</u>		<u>Em 31 de dezembro de 2003</u>	
	<u>Provisão para contingências</u>	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Provisão para contingências</u>	<u>Depósitos judiciais</u>
Reclamações trabalhistas	221	109	177	66
Reclamações cíveis.....	185	72	167	54
Tributárias	502	344	285	279
Outras.....	6	6	6	8
	<u>914</u>	<u>531</u>	<u>635</u>	<u>407</u>

As principais ações relacionadas a reclamações trabalhistas consistem principalmente em litígios de empregados por (i) pagamento das horas em viagem por deslocamento de suas residências para o local de trabalho, (ii) pagamentos adicionais por alegações de periculosidade e insalubridade em condições de trabalho e (iii) vários outros assuntos, frequentemente conectados com disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.

Principais ações Cíveis estão relacionadas a reclamações feitas por contratados relativos a perdas que supostamente teriam ocorrido como resultado de vários planos governamentais econômicos passados. Durante este período a completa indexação destes contratos por inflação não era permitida.

As ações tributárias abrangem principalmente nossos questionamentos acerca de certos percentuais de impostos sobre: a receita, vendas e movimentação financeira – CPMF.

Continuamos vigorosamente perseguindo nossos interesses em todas as ações acima, mas reconhecemos que provavelmente incorreremos em algumas perdas em última instância, as quais provisionamos.

Nossos depósitos judiciais foram efetuados de acordo com requisição judicial a fim de estarmos aptos a entrar ou continuar com a ação legal. Quando o julgamento é favorável, recebemos os depósitos de volta; quando desfavorável os depósitos são entregues definitivamente ao litigante.

As contingências baixadas em 2004, 2003 e 2002 totalizaram US\$67, US\$182 e US\$178, respectivamente, enquanto as adições montaram US\$157, US\$146, US\$264, respectivamente.

Além das contingências para as quais registramos provisões, temos perdas possíveis relativas a contingências fiscais totalizando US\$727 em 31 de dezembro de 2004, para as quais não contabilizamos provisões.

- (c) Estamos envolvidos em duas ações judiciais movidas pelo Município de Itabira em Minas Gerais, que pleiteiam substancial compensação por danos causados ao município. Acreditamos que ambas as causas carecem de mérito e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações contábeis.
- (d) Estamos comprometidos por um contrato de take-or-pay, a adquirir aproximadamente 42.391 toneladas métricas de bauxita da Mineração Rio do Norte S.A. – MRN com preço calculado com base na cotação do alumínio na Bolsa de Metais de Londres (London Metal Exchange – LME).

Baseado no preço de mercado de US\$ 20,45 por tonelada métrica, em 31 de dezembro de 2004, isso representa um compromisso conforme demonstrado abaixo:

2005.....	57
2006.....	57
2007.....	57
2008.....	57
2009 em diante.....	625
	<u>853</u>

- (e) Celebramos um contrato com o BNDES, conhecido como Contrato de Risco Mineral, em março de 1997, com relação às autorizações de exploração mineral em regiões de mineração onde a perfuração e exploração ainda estão em seus estágios iniciais. O Contrato de Risco Mineral prevê o desenvolvimento conjunto de determinadas jazidas minerais inexploradas em aproximadamente dois milhões de hectares de terra identificados na região de Carajás, bem como a participação proporcional em quaisquer benefícios financeiros obtidos a partir do desenvolvimento desses recursos. As jazidas de minério de ferro e manganês já identificadas e sujeitas a desenvolvimento foram especificamente excluídas do Contrato de Risco Mineral.

Em conformidade com o Contrato de Risco Mineral, tanto a Companhia quanto o BNDES concordam em disponibilizar US\$205 milhões, o que representa metade dos US\$410 milhões de gastos estimados como sendo necessários para concluir os projetos de exploração geológica e de desenvolvimento de recursos minerais na região durante um período de cinco anos. Esse período foi prorrogado por mais dois anos. Supervisionamos esses projetos e o BNDES nos adianta metade de nossos custos em bases trimestrais. De acordo com o Contrato de Risco Mineral, em 31 de dezembro de 2004, as contribuições remanescentes totalizam US\$52 milhões destinados a atividades de exploração e desenvolvimento. Caso qualquer um deseje realizar outras atividades de exploração e desenvolvimento após ter despendido esses US\$205 milhões, o contrato prevê que cada uma das partes poderá optar por igualar as contribuições da outra, ou então optar por ter sua participação financeira proporcionalmente diluída. Se a participação de uma das partes no projeto for diluída para um montante inferior a 40% do valor investido com relação aos projetos de exploração e desenvolvimento, então o Contrato de Risco Mineral prevê que a parte diluída perderá (1) todos os direitos e benefícios previstos no Contrato de Risco Mineral e (2) qualquer valor anteriormente contribuído em relação ao projeto.

De acordo com o Contrato de Risco Mineral, o BNDES acordou em compensar-nos por meio de um *royalty* de produção como comissão de agente promotor sobre recursos minerais que sejam descobertos e postos em produção. Essa comissão de agente promotor é equivalente a 3,5% das receitas oriundas da venda de metais do grupo do ouro, prata e platina e 1,5% das receitas oriundas da venda de outros minerais, incluindo o cobre, salvo no que diz respeito ao ouro e outros minerais descobertos na Serra Leste, pelos quais a comissão de agente promotor é equivalente a 6,5% das receitas.

- (f) Por ocasião do primeiro passo de nossa privatização, em 1997, emitimos debêntures para os acionistas existentes na ocasião, incluindo o Governo Brasileiro. Os termos das debêntures, foram estabelecidos para garantir que os acionistas pré-privatização, incluindo o Governo Brasileiro, participassem conosco em possíveis benefícios futuros, que puderem ser obtidos a partir da exploração de nossos recursos minerais.

Ao preparar a emissão das debêntures, emitimos ações preferenciais classe B em bases de permuta de uma por uma a todos os detentores de nossas ações ordinárias e ações preferenciais classe A. Em seguida, permutamos a totalidade das ações classe B por debêntures. As debêntures não são resgatáveis nem conversíveis, e não são negociáveis na forma *stapled* ("negociação casada"), nem de outra forma com as nossas ações ordinárias ou preferenciais. Durante 2002, registramos as debêntures junto à CVM a fim de permitir sua negociação nesta ocasião.

De acordo com os regulamentos do Banco Central do Brasil, os acionistas pré-privatização que detinham suas ações por meio de nosso programa de Recibos de Depósitos Americanos, ou ADR, ou investidores institucionais que mantiveram suas ações através do regulamento nº 1.298/87 do Banco Central do Brasil, não foram autorizados a receber debêntures ou quaisquer benefícios financeiros relacionados aos mesmos. Solicitamos a aprovação do Banco Central para distribuir as debêntures para estes investidores, mas o Banco Central recusou nossa solicitação. Pretendemos

renovar nossa solicitação ao Banco Central, mas não há nenhuma garantia de obter sucesso. Portanto, a menos que o Banco Central aprove nossa solicitação, as debêntures não terão qualquer valor para os detentores de ADRs e investidores estrangeiros através do anexo V.

De acordo com os termos das debêntures, os detentores terão o direito de receber pagamentos semestrais equivalentes a um percentual acordado de nossas receitas líquidas (receitas, deduzidos impostos sobre o valor agregado) de determinados recursos minerais identificados que possuíamos em maio de 1997, na medida em que superamos os volumes de produção dos patamares definidos destes recursos, e da venda dos direitos de exploração mineral que possuíamos em maio de 1997. Nossa obrigação de efetuar pagamentos aos detentores cessará quando os recursos minerais pertinentes estiverem esgotados no período em que for requerida devolução do valor original, acrescido dos juros incorridos. Com base nos níveis atuais de produção e estimativas de novos projetos, estimamos iniciar os pagamentos referentes aos recursos de cobre em 2004 e de minério de ferro em aproximadamente 2020 para o Sistema Norte e 2030 para o Sistema Sul, e os pagamentos referentes a outros recursos minerais para o final desta década.

A tabela abaixo resume os valores que seremos obrigados a pagar de acordo com as debêntures baseadas nas receitas líquidas que obtivermos dos recursos minerais identificados e da venda de direitos de exploração mineral.

Área	Mineral	Pagamentos exigidos da Companhia
Sistema Sul	Minério de ferro	1,8% da receita líquida, após as vendas totais desde maio de 1997 superarem 1,7 bilhão de toneladas.
Sistema Norte	Minério de ferro	1,8% da receita líquida, após as vendas totais desde maio de 1997 superarem 1,2 bilhão de toneladas.
Pojuca, Andorinhas, Liberdade e Sossego	Ouro e cobre	2,5% da receita líquida do início da comercialização
Igarapé Bahia e Alemão	Ouro e cobre	2,5% da receita líquida, após as vendas desde maio de 1997 que excederam 70 toneladas de ouro.
Fazenda Brasileiro (*)	Ouro	2,5% da receita líquida, após as vendas desde maio de 1997 que excederam 26 toneladas.
Outras áreas, excluindo Carajás / Serra Leste	Ouro	2,5% da receita líquida.
Outras áreas de propriedade em maio de 1997	Outros minerais	1% da receita líquida, 4 anos após o início da comercialização.
Todas as áreas	Venda de direitos de exploração mineral de propriedade em maio de 1997	1% do preço das vendas.

(*) Vendemos Fazenda Brasileiro em agosto de 2003 e pagaremos o montante correspondente a US\$2 aos detentores de debêntures até 31 de março de 2004.

- (g) Utilizamos diversos julgamentos e hipóteses quando mensuramos nossas obrigações referentes à descontinuação de uso de ativos. Mudanças de circunstâncias, lei ou tecnologia podem afetar nossa estimativa e periodicamente revisaremos o montante provisionado e ajustaremos se necessário. Nossa provisão não reflete direitos não reivindicados porque não somos permanentemente informados sobre isso.

- (h) Do montante provisionado não estão deduzidos os custos potenciais cobertos por seguros ou indenizações, porque sua recuperação é considerada incerta. A variação está demonstrada como segue:

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2004	2003
Passivos ambientais no início do período.....	81	15
Reconhecimento inicial do SFAS 143 em 1º de janeiro de 2003.....	-	26
Aumento decorrente da aquisição de novas controladas.....	-	11
Acréscimo de despesas.....	13	6
Liquidação financeira no período corrente.....	(3)	-
Revisões de estimativas de fluxo de caixa.....	31	15
Ajustes acumulados de conversão.....	12	8
Passivos ambientais no final do período.....	134	81

Caso o SFAS 143 tivesse sido aplicado antes de 1º de janeiro de 2003, a obrigação com a descontinuidade de uso do ativo pro forma em 31 de dezembro de 2003 teria sido de US\$41. Adicionalmente, caso o SFAS 143 tivesse sido aplicado anteriormente, o lucro líquido pro forma dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2002 teria sido reduzido em US\$8 (não auditado). Caso o SFAS 143 tivesse sido aplicado em anos anteriores o impacto no lucro líquido e lucro por ação teriam sido como segue:

	2002
Lucro líquido	680
Lucro líquido (pro forma - não auditado)	672
Lucro básico por Ação Preferencial Classe A	1,77
Lucro básico por Ação Ordinária	1,77
Lucro básico por Ação Preferencial Classe A (pro forma - não auditado)	1,75
Lucro básico por Ação Ordinária (pro forma - não auditado)	1,75

(h) **Descrição de Contratos de Arrendamento**

Nós conduzimos parte de nossas operações ferroviárias e portuárias utilizando equipamentos e instalações como arrendamento operacional de 30 e 25 anos, respectivamente. No final do contrato de arrendamento, os bens arrendados serão devolvidos.

O quadro abaixo demonstra o valor mínimo de pagamento futuro do arrendamento operacional de longo-prazo, em 31 de dezembro de 2003.

Ano findo em 31 de dezembro:

2005	44
2006	44
2007	44
2008	44
2009 em diante	790
Total do pagamento mínimo	966

O total de despesas em 2004 e 2003 foi US\$ 39 e US\$ 37, respectivamente.

19 Informações por segmentos e destinação geográfica

Em 1999, adotamos o SFAS 131 - “*Disclosures about Segments of an Enterprise and Related Information*” para as informações sobre nossos segmentos operacionais. O SFAS 131 introduziu um conceito de “*management approach*” nas informações por segmento reportado, pelo qual as informações financeiras devem ser apresentadas nas bases internas utilizadas pelos tomadores de decisão para avaliação de performance dos segmentos e para decidir como alocar recursos aos segmentos. As nossas áreas de negócios estão atualmente organizadas como segue:

Ferrosos – compreende a extração de minério de ferro e produção de pelotas, bem como os sistemas de transporte do Norte e do Sul, incluindo ferrovias, portos e terminais, vinculadas a estas operações com produtos próprios. O minério de manganês e ferroligas também estão incluídos neste segmento.

Não-ferrosos – inclui a produção de minerais não-ferrosos.

Logística – compreende nosso sistema de transporte de cargas para terceiros divididos em serviços de transporte ferroviário, portuários e de navegação.

Participações – dividem-se nos segmentos de:

- Alumínio – compreende a comercialização de produtos de alumínio, o refino da alumina e investimentos em *joint ventures* e coligadas responsáveis pela mineração de bauxita e fundição do alumínio.
- Siderurgia – compreende nossos investimentos em *joint ventures* e coligadas de siderurgia.
- Outros – compreende nossos investimentos em *joint ventures* e coligadas em outros negócios.

As informações apresentadas à alta administração com o respectivo desempenho de cada segmento são geralmente derivadas dos registros contábeis mantidos de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil, com algumas realocações entre os segmentos.

O lucro líquido consolidado e os principais ativos de acordo com os USGAAP estão reconciliados como segue:

Resultado por Segmento – antes das eliminações

	2004													2003													2002												
	Participações						Consolidado	Participações						Consolidado	Participações						Consolidado																		
	Ferrosos	Não ferrosos	Logística	Alumínio	Outras	Eliminações		Ferrosos	Não ferrosos	Logística	Alumínio	Outras	Eliminações		Ferrosos	Não ferrosos	Logística	Alumínio	Outras	Eliminações																			
Receita Bruta - Mercado Externo	7.589	521	92	1.635	-	(3.725)	6.112	5.256	105	75	758	-	(2.354)	3.840	4.200	143	41	387	-	(1.843)	2.928																		
Receita Bruta - Mercado Interno	1.424	163	871	227	-	(318)	2.367	1.142	107	472	165	-	(181)	1.705	996	96	374	75	3	(190)	1.354																		
Custos e despesas	(6.499)	(556)	(622)	(1.322)	(1)	4.043	(4.957)	(4.882)	(192)	(367)	(760)	3	2.535	(3.663)	(3.782)	(226)	(245)	(426)	7	2.033	(2.639)																		
Depreciação, amortização e exaustão	(301)	(35)	(29)	(34)	-	-	(399)	(191)	(18)	(14)	(15)	-	-	(238)	(170)	(25)	(14)	(4)	(1)	-	(214)																		
Lucro (prejuízo) operacional.....	2.213	93	312	506	(1)	-	3.123	1.325	2	166	148	3	-	1.644	1.244	(12)	156	32	9	-	1.429																		
Receita financeira	251	2	15	16	3	(205)	82	195	1	14	10	4	(122)	102	193	1	11	11	4	(93)	127																		
Despesa financeira	(637)	(6)	(15)	(218)	-	205	(671)	(406)	(4)	(9)	(49)	(5)	122	(351)	(433)	(6)	(5)	(15)	(9)	93	(375)																		
Ganhos (perdas) monetários e cambiais, líquidos	20	5	(1)	39	2	-	65	150	16	(14)	93	(3)	-	242	(442)	(36)	(18)	(85)	1	-	(580)																		
Ganho na venda de investimentos	-	-	8	-	396	-	404	17	-	-	-	-	-	17	-	-	-	-	-	-	-																		
Resultado de equivalência patrimonial de coligadas e joint ventures e variação na provisão para perda de investimentos	170	-	33	71	268	-	542	133	-	(52)	147	78	-	306	(66)	-	(88)	39	28	-	(87)																		
Imposto de renda	(726)	(7)	(9)	(4)	(3)	-	(749)	(266)	(3)	(2)	(27)	1	-	(297)	145	-	(8)	22	(10)	-	149																		
Participação minoritária	(101)	(2)	-	(120)	-	-	(223)	(44)	(3)	-	(58)	-	-	(105)	2	(6)	-	21	-	-	17																		
Lucro (prejuízo) de operações continuadas.....	1.190	85	343	290	665	-	2.573	1.104	9	103	264	78	-	1.558	643	(59)	48	25	23	-	680																		
Mudança no método de contabilização de obrigações referentes a descontinuação de uso de ativos (nota 4).....	-	-	-	-	-	-	-	(10)	-	-	-	-	-	(10)	-	-	-	-	-	-	-																		
Lucro líquido	1.190	85	343	290	665	-	2.573	1.094	9	103	264	78	-	1.548	643	(59)	48	25	23	-	680																		
Vendas classificadas por área geográfica:																																							
Mercado externo																																							
América, exceto Estados Unidos	735	1	65	221	-	(426)	596	526	-	38	156	-	(329)	391	392	-	25	27	-	(207)	237																		
Estados Unidos	533	-	15	186	-	(345)	389	337	8	-	32	-	(188)	189	340	35	3	10	-	(190)	198																		
Europa	3.223	194	12	730	-	(1.607)	2.552	2.213	76	30	378	-	(913)	1.784	1.799	100	9	318	-	(734)	1.492																		
Oriente Médio/África/Oceania	412	107	-	8	-	(141)	386	292	-	4	-	-	(70)	226	239	-	-	-	-	(46)	193																		
Japão.....	683	31	-	361	-	(287)	788	569	13	-	96	-	(259)	419	488	3	1	11	-	(228)	275																		
China	1.392	81	-	129	-	(606)	996	897	7	-	77	-	(401)	580	574	4	1	21	-	(270)	330																		
Ásia, exceto Japão e China.....	611	107	-	-	-	(313)	405	422	1	3	19	-	(194)	251	368	1	2	-	-	(168)	203																		
7.589	521	92	1.635	-	(3.725)	6.112	5.256	105	75	758	-	(2.354)	3.840	4.200	143	41	387	-	(1.843)	2.928																			
Mercado interno.....	1.424	163	871	227	-	(318)	2.367	1.142	107	472	165	-	(181)	1.705	996	96	374	75	3	(190)	1.354																		
9.013	684	963	1.862	-	(4.043)	8.479	6.398	212	547	923	-	(2.535)	5.545	5.196	239	415	462	3	(2.033)	4.282																			
Ativos:																																							
Imobilizado líquido	5.838	1.448	674	1.102	1	-	9.063	4.495	1.000	424	564	1	-	6.484	2.346	400	144	383	24	-	3.297																		
Adições ao ativo imobilizado	860	381	579	202	-	-	2.022	822	440	186	95	-	-	1.543	524	132	33	63	14	-	766																		
Investimentos em coligadas e joint ventures e outros investimentos, líquidos da provisão para perdas	435	-	79	226	419	-	1.159	344	-	44	329	317	-	1.034	350	-	(10)	200	192	-	732																		
Capital empregado	4.544	1.099	680	976	27	-	7.326	4.137	266	429	498	20	-	5.350	2.364	119	161	209	24	-	2.877																		

(1) O controle da Alunorte foi adquirido em junho de 2002 e passou a ser consolidada desde então.

(2) Albras passou a ser consolidada a partir de 1º de janeiro de 2004 (Nota 4 (b))

20 Transações com partes relacionadas

As transações mais significativas com partes relacionadas geraram os seguintes saldos:

	Em 31 de dezembro			
	2004		2003	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
COMPANHIAS COLIGADAS E JOINT VENTURES				
HISpanoBRAS.....	25	39	18	29
ITABRASCO.....	24	28	16	17
NIBRASCO.....	32	29	36	25
KOBRASCO.....	43	18	51	14
CST.....	-	-	31	-
USIMINAS.....	7	-	7	-
MSG.....	-	-	1	17
MRS.....	13	19	2	8
FERROBAN.....	39	8	1	4
MRN.....	1	20	3	20
SAMARCO.....	22	-	1	-
ALBRAS.....	-	-	14	95
Outras.....	29	31	30	38
	257	192	212	267
Circulante.....	180	174	171	263
Longo prazo.....	55	18	40	4

Estes saldos tiveram as seguintes classificações nos balanços patrimoniais:

	Em 31 de dezembro			
	2004		2003	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativo circulante				
Contas a receber.....	124	-	115	-
Empréstimos e adiantamentos - partes relacionadas.....	56	-	56	-
Outros ativos				
Empréstimos e adiantamentos - partes relacionadas.....	55	-	40	-
Passivo circulante				
Fornecedores.....	-	122	-	144
Empréstimos de partes relacionadas.....	-	52	-	119
Exigível a longo prazo				
Empréstimos e financiamentos.....	-	18	-	4
	235	192	211	267

Os principais valores de operações comerciais e financeiras efetuadas com partes relacionadas são os seguintes:

	Exercício findo em 31 de dezembro					
	2004		2003		2002	
	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas
COMPANHIAS COLIGADAS E JOINT VENTURES						
CST.....	251	-	136	-	152	-
NIBRASCO.....	147	3	116	133	146	150
ALUNORTE (até junho de 2002).....	-	-	-	-	6	-
SIDERAR.....	86	-	53	-	35	-
ITABRASCO.....	84	1	61	20	74	53
HISpanoBRAS.....	97	-	66	69	77	77
KOBRASCO.....	92	2	62	57	84	46
USIMINAS.....	109	-	79	-	76	-
ALBRAS (até dezembro de 2003).....	-	-	149	286	73	265
VALESUL.....	16	-	10	-	7	1
MRN.....	-	154	-	-	-	56
Outras.....	105	213	55	176	79	94
GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO						
Banco do Brasil.....	-	-	-	-	3	-
BNDES.....	-	-	-	-	-	2
	987	373	787	741	812	744

Estes valores tiveram as seguintes classificações na demonstração do resultado:

	Exercício findo em 31 de dezembro					
	2004		2003		2002	
	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas
Vendas/custo de minério de ferro e pelotas....	843	187	608	317	599	380
Receitas de serviços de logística.....	95	-	13	-	66	-
Vendas/custo de produtos de alumínio.....	15	155	153	427	74	314
Receitas/despesas financeiras.....	(6)	(13)	(17)	(4)	15	18
Outras.....	40	44	30	1	58	32
	987	373	787	741	812	744

21 Valor de mercado dos instrumentos financeiros

O valor contábil dos nossos instrumentos financeiros se aproxima do valor de mercado devido ao vencimento a curto prazo ou da repactuação freqüente desses instrumentos.

O valor de mercado dos investimentos a longo prazo, quando disponível, está divulgado na nota explicativa 13 destas demonstrações contábeis.

Com base nas taxas de empréstimos atualmente disponíveis para empréstimos bancários com condições e vencimentos médios similares, o valor de mercado da dívida a longo prazo em 31 de dezembro de 2004 e 2003 está estimado como segue:

	Em 31 de dezembro	
	2004	2003
Valor de mercado.....	3.355	2.839
Valor contábil.....	3.214	2.767

As estimativas de valor de mercado são feitas em um dado momento, baseadas em informações de mercado relevantes e outras informações a respeito dos instrumentos financeiros. Mudanças nas premissas poderiam afetar significativamente as estimativas.

22 Instrumentos financeiros derivativos

A volatilidade das taxas de juros, das taxas de câmbio e dos preços de *commodities* são os principais riscos de mercado a que estamos expostos e todos os três são gerenciados através de operações com derivativos. Estas operações são realizadas com o objetivo exclusivo de reduzir nossa exposição ao risco. Não as utilizamos para fins especulativos.

Monitoramos e avaliamos as posições regularmente e ajustamos nossa estratégia sempre de acordo com as condições de mercado. Periodicamente, revisamos os limites e possibilidades de crédito de nossos "parceiros" nessas transações. De acordo com as políticas e práticas estabelecidas para as operações com derivativos, a Administração considera que a ocorrência de situações de risco não previstas são improváveis.

O saldo ativo (passivo) e a oscilação do valor de mercado de instrumentos derivativos financeiros é como segue.

	Juros					Total
	Ouro	(Libor)	Moedas	Alumina	Alumínio	
Ganhos (perdas) não realizados em 31 de dezembro de 2003.....	(32)	(46)	5	(18)	-	(91)
Ganhos (perdas) não realizados em 1º de janeiro de 2004.....	(32)	(46)	5	(18)	-	(91)
Perda realizada com a consolidação da Albras.....	-	-	-	-	(20)	(20)
Liquidação financeira.....	4	29	(2)	-	-	31
Ganhos (perdas) não realizados no período	(5)	1	1	(33)	(98)	(134)
Efeitos da variação cambial.....	(4)	(1)	-	(4)	(9)	(18)
Ganhos (perdas) não realizados em 31 de dezembro de 2004.....	(37)	(17)	4	(55)	(127)	(232)
Ganhos (perdas) não realizados em 1º de janeiro de 2003.....	(15)	(60)	(1)	3	-	(73)
Liquidação financeira.....	8	30	-	-	-	38
Ganhos (perdas) não realizados no período	(24)	(3)	6	(22)	-	(43)
Efeitos da variação cambial.....	(1)	(13)	-	1	-	(13)
Ganhos (perdas) não realizados em 31 de dezembro de 2002.....	(32)	(46)	5	(18)	-	(91)
Ganhos (perdas) não realizados em 1º de janeiro de 2002.....	7	(36)	(4)	-	-	(33)
Ganho realizado com a consolidação da Alunorte.....	-	-	-	2	-	2
Liquidação financeira.....	(2)	21	3	1	-	23
Ganhos (perdas) não realizados no período	(22)	(60)	(1)	-	-	(83)
Efeitos da variação cambial.....	2	15	1	-	-	18
Ganhos (perdas) não realizados em 31 de dezembro de 2003.....	(15)	(60)	(1)	3	-	(73)

Os ganhos (perdas) realizados e não realizados são incluídos em nossas demonstrações contábeis sob os seguintes títulos:

As datas de vencimento dos instrumentos acima são como segue:

Ouro.....	Dezembro de 2008
Juros (LIBOR).....	Outubro de 2007
Moedas.....	Dezembro de 2011
Alumina.....	Dezembro de 2008
Alumínio.....	Dezembro de 2008

(a) Risco cambial e de taxa de juros

O risco de taxa de juros está relacionado principalmente com as dívidas de empréstimos estrangeiros em taxas flutuantes. As dívidas em moeda estrangeira estão amplamente sujeitas as flutuações da taxa *LIBOR - London Interbank Offered Rate*. Já a parte da dívida em reais sujeita

às flutuações de taxas está ligada as oscilações da TJLP - Taxas de Juros de Longo Prazo, fixada trimestralmente pelo Banco Central. Usamos de instrumentos financeiros derivativos para proteger nossos ativos de flutuações na taxa Libor.

69Existe um risco cambial associado às nossas dívidas em moeda estrangeira. Por outro lado, temos a maioria de nossas receitas em dólares norte-americanos ou indexadas ao mesmo, enquanto que, a maioria de nossos custos estão em reais. Isto proporciona um *hedge* natural contra qualquer desvalorização do real perante o dólar norte-americano. Quando eventos desta natureza ocorrem, o impacto negativo imediato sobre a dívida em moeda estrangeira é compensado posteriormente com o efeito positivo da desvalorização sobre os fluxos de caixa futuros.

Com o regime de oscilações das taxas de câmbio do Brasil, adotamos a estratégia de monitorar as flutuações de mercado, usando a proteção de derivativos contra riscos específicos das variações de taxas de câmbio.

De tempos em tempos entramos em transações de *swap* de moeda estrangeira objetivando mudar as características dos nossos investimentos denominados em reais para instrumentos indexados em dólares norte-americanos. A ocorrência de tais transações depende de nossa percepção de mercado e do risco cambial, mas nunca terá natureza especulativa. Todas estas operações são valorizadas a mercado no encerramento de cada balanço e seu efeito incluído em receita ou despesa financeira do exercício. Para os períodos apresentados, a utilização de tais instrumentos não foi significativa.

(b) Risco do Preço de *Commodities*

Também usamos os instrumentos derivativos para gerenciar nossa exposição às variações de preço do ouro e assegurar um nível médio mínimo de receita futura e para a produção de alumina. Contudo, eles também têm o efeito de eliminar potenciais ganhos em certos aumentos de preços no mercado à vista. Gerenciamos nossas posições contratuais ativamente, e seus resultados são revisados pelo menos uma vez ao mês, permitindo ajustar nossos objetivos e estratégias sempre de acordo com as condições de mercado.

No caso de derivativos de ouro e alumina, nossa política tem sido de firmar todos os contratos através de pagamento ou recebimentos em dinheiro sem a entrega física do produto.

Nossas demonstrações contábeis consolidadas são auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. As demonstrações contábeis de algumas de nossas controladas e coligadas são auditadas por outros auditores independentes e, conforme mencionado no parecer, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes tem confiado nessas auditorias para expressar a sua opinião sobre as nossas demonstrações contábeis consolidadas.

As seguintes empresas preparam suas demonstrações contábeis em US GAAP, e são auditadas de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas nos Estados Unidos da América:

	Auditores	Anos auditados	Cidade	Estado	País
Alumina do Norte do Brasil S.A. - ALUNORTE	Trevisan	2003	RJ	RJ	Brasil
Alumina do Norte do Brasil S.A. - ALUNORTE	Deloitte	2002	RJ	RJ	Brasil
Alumínio Brasileiro S.A. - ALBRAS (1).....	Trevisan	2003	RJ	RJ	Brasil
California Steel Industries, Inc.	KPMG LLP	2002	Orange County	CA	EUA
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO.....	Deloitte	2003, 2002	RJ	RJ	Brasil
Companhia Coreano Brasileira de Pelotização - KOBRASCO.....	Deloitte	2003, 2002	Vitória	ES	Brasil
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRAS.....	Deloitte	2003, 2002	Vitória	ES	Brasil
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO.....	Deloitte	2003, 2002	Vitória	ES	Brasil
Mineração Rio do Norte S.A.	Deloitte	2003, 2002	RJ	RJ	Brasil
Navegação Vale do Rio Doce S.A. - DOCENAVE.....	Deloitte	2003, 2002	RJ	RJ	Brasil
Rio Doce Manganês S.A.	Deloitte	2003, 2002	Salvador	BA	Brasil
Urucum Mineração S.A.	Deloitte	2003	Salvador	BA	Brasil
Valesul Alumínio S.A.	Deloitte	2002	RJ	RJ	Brasil
Valesul Alumínio S.A.	Deloitte	2003	RJ	RJ	Brasil

(1) Consolidada em 1º de Janeiro de 2004.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RJ - Rio de Janeiro

ES - Espírito Santo

BA - Bahia

KPMG Auditores Independentes

Trevisan Auditores Independentes

* * *

CONSELHEIROS, MEMBROS DOS COMITÊS E DIRETORES

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Sérgio Ricardo Silva Rosa
Presidente

Arlindo Magno de Oliveira

Cláudio Bernardo Guimarães de Moraes

Erik Persson

Francisco Valadares Póvoa

Jaques Wagner

Katsuto Momii

Mário da Silveira Teixeira Júnior

Oscar Augusto de Camargo Filho

Renato da Cruz Gomes

Ricardo Carvalho Giambroni

COMITÊS DE ASSESSORAMENTO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Comitê de Auditoria

Antonio José de Figueiredo Ferreira
Heitor Ribeiro Filho
Inácio Clemente da Silva
Paulo Roberto Ferreira de Medeiros

Comitê de Desenvolvimento Executivo

Arlindo Magno de Oliveira
Francisco Valadares Póvoa
João Moisés de Oliveira
Olga Nietta Loffredi
Oscar Augusto de Camargo Filho

Comitê Estratégico

Roger Agnelli
Gabriel Stoliar
César Manoel de Medeiros
José Roberto Mendonça de Barros
Samir Zraick

Comitê Financeiro

Roger Agnelli
Fábio de Oliveira Barbosa
Rômulo de Mello Dias
Wanderlei Viçoso Fagundes
Wanderley Rezende de Souza

Comitê de Governança e Ética

Renato da Cruz Gomes
Ricardo Simonsen
Ricardo Carvalho Giambroni

CONSELHO FISCAL

Pedro Carlos de Mello

Marcelo Amaral Moraes

Oswaldo Mário Pêgo de Amorim Azevedo

Joaquim Vieira Ferreira Levy

Diretoria Executiva

Roger Agnelli
Diretor-Presidente

José Carlos Martins
Diretor Executivo da Área de Participações e Desenvolvimento de
Negócios

Armando de Oliveira Santos Neto
Diretor Executivo da Área de Ferrosos

Carla Grasso
Diretora Executiva de Recursos Humanos
e Serviços Corporativos

José Lancaster
Diretor Executivo da Área de Não-Ferrosos

Fábio de Oliveira Barbosa
Diretor Executivo de Finanças

Gabriel Stoliar
Diretor Executivo de Planejamento e Gestão

Guilherme Rodolfo Laager
Diretor Executivo da Área de Logística

Marcus Vinícius Dias Severini
Gerente Geral de Controladoria
Contador CRC-RJ 093982/O-3

Otto de Souza Marques Junior
Diretor do Departamento de Controladoria

Relatório da Firma Independente Registrada de Contadores Públicos

Ao Conselho de Administração
E Acionistas da Vale Overseas Limited

Somos de opinião que os balanços patrimoniais e as demonstrações do resultado e variações do prejuízo acumulado e do fluxo de caixa apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira da Vale Overseas Limited (a “Companhia”) em 31 de dezembro de 2004 e 2003 e os resultados das suas operações e do seu fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2004 e 2003, em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América. Estas demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração da Companhia; a nossa responsabilidade é a de emitir opinião sobre estas demonstrações contábeis baseados em nossas auditorias. Nós conduzimos as nossas auditorias destas demonstrações contábeis em conformidade com as normas de auditoria geralmente aceitas nos Estados Unidos da América as quais requerem que nós planejemos e executemos a auditoria para obter razoável segurança de que estão livres de erros materiais. Uma auditoria inclui exame, em base de testes, evidências que suportem os saldos e divulgações nas demonstrações contábeis, avaliando os princípios contábeis usados e as estimativas relevantes adotadas pela administração, e a avaliação da apresentação financeira como um todo. Nós acreditamos que as nossas auditorias fornecem uma base razoável para a opinião expressa acima.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes

Rio de Janeiro, Brasil
25 de março de 2005

Vale Overseas Limited
 Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro
 Expressos em milhares de U.S. dólares

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Ativo		
Ativo circulante		
Disponibilidades.....	2	-
Adiantamentos a partes relacionadas		
Itabira Rio Doce Ltd. - ITACO	824	678
Empréstimos e adiantamentos a partes relacionadas		
Itabira Rio Doce Ltd. - ITACO	31.790	18.700
Custos diferidos relacionados com empréstimos e financiamentos de longo prazo.....	2.498	1.585
	<u>35.114</u>	<u>20.963</u>
Outros ativos		
Empréstimos a partes relacionadas		
Itabira Rio Doce Ltd. - ITACO	913.004	600.000
Custos diferidos relacionados com empréstimos e financiamentos de longo prazo.....	13.692	7.390
	<u>926.696</u>	<u>607.390</u>
TOTAL.....	<u>961.810</u>	<u>628.353</u>
Passivo e patrimônio líquido		
Passivo circulante		
Adiantamento de partes relacionadas		
Rio Doce International Finance Ltd.....	832	680
CVRD Overseas.....	2	2
Juros de empréstimos e financiamentos de longo prazo.....	31.790	18.700
Receita diferida relacionada com empréstimos a partes relacionadas.....	2.498	1.585
	<u>35.122</u>	<u>20.967</u>
Exigível a longo prazo		
Empréstimos e financiamentos.....	913.004	600.000
Receita diferida relacionada com empréstimos a partes relacionadas.....	13.692	7.390
	<u>926.696</u>	<u>607.390</u>
Patrimônio líquido		
Capital Social.....	1	1
Capital Integralizado Adicional.....	21.942	
Lucros acumulados (prejuízos acumulados).....	(21.885)	61
Outros lucros abrangentes acumulados		
Ajustes acumulados de conversão.....	(66)	(66)
	<u>(8)</u>	<u>(4)</u>
TOTAL.....	<u>961.810</u>	<u>628.353</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Vale Overseas Limited
 Demonstração do Resultado e Variações no Prejuízo Acumulado
 Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro
 Expressa em milhares de U.S. dólares
 (exceto número de ações e valores por ação)

	<u>2004</u>	<u>2003</u>	<u>2002</u>
Receitas financeiras	90.398	37.674	21.811
Despesa financeira	(90.399)	(37.675)	(21.813)
Perda na extinção do empréstimo	(21.942)		
Ganho monetário e cambial, líquido	-	1	6
Gerais e administrativas	(3)	-	(2)
Lucro líquido (perda) do exercício	<u>(21.946)</u>	<u>-</u>	<u>2</u>
Lucro acumulado (perdas acumuladas)			
No início do exercício	61	61	59
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>(21.946)</u>	<u>-</u>	<u>2</u>
No fim do exercício	<u>(21.885)</u>	<u>61</u>	<u>61</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Vale Overseas Limited
 Demonstração do Fluxo de Caixa
 Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro
 Expressa em milhares de U.S. dólares

	<u>2004</u>	<u>2003</u>	<u>2002</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) líquido do período	(21.946)	-	2
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com recursos provenientes (usados) das atividades operacionais:			
Perda na extinção de dívida.....	21.942		
Perda cambial e monetária	-	(1)	(3)
Redução (aumento) em ativos:			
Adiantamentos a partes relacionadas.....	(146)	-	(678)
Aumento (redução) em passivos:			
Adiantamentos de partes relacionadas.....	152	-	682
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais.....	<u>2</u>	<u>(1)</u>	<u>3</u>
Efeito de variações da taxa de câmbio nas disponibilidades.....	-	-	(3)
Diminuição nas disponibilidades.....	2	(1)	-
Disponibilidades no início do ano	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>1</u>
Disponibilidades no fim do ano	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>1</u>
Juros pagos.....	100.632	25.875	-
Transações que não envolveram caixa:			
Dívida de longo prazo emitida e repassada para partes relacionadas na mesma data durante 2004, no valor de US\$ 492.785 (US\$ 295.179 em 2003)			
Recompra de dívida de longo prazo e perda na extinção de dívida via fundos recebidos na mesma data de partes relacionadas em 2004, nos valores de US\$ 186.996 e US\$ 21.942, respectivamente.			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Vale Overseas Limited

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

(Expressas em milhares de U.S. dólares, exceto quando indicado de outra forma)

1 A Companhia e suas Operações

Vale Overseas Limited (a “Companhia”), localizada nas Ilhas Cayman, foi constituída em abril de 2001 como uma controlada integral para fins específicos da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD e opera principalmente como uma companhia financeira.

2 Sumário das Principais Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos (“US GAAP”). Ao preparar as demonstrações contábeis, o uso de estimativas é necessário para contabilizar certos ativos, passivos e transações; os resultados reais podem variar das estimativas. As principais práticas contábeis são descritas abaixo:

(a) Base de apresentação

Adotamos a moeda funcional de nossa sociedade controladora (reais brasileiros) como nossa moeda funcional visto considerarmos nossa operação como uma extensão das operações da sociedade controladora. Desse modo, redimensionamos os ativos, passivos, receitas e despesas denominadas em dólar americano para reais nas taxas de câmbio vigentes no dia da transação ou utilizando as taxas de câmbio médias do período.

Subseqüentemente, redimensionamos todos os ativos e passivos de reais em dólares americanos na taxa de câmbio vigente na data de cada folha de balanço (R\$ 2,6544 e R\$ 2,8892 para US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2004 e 2003, respectivamente), e todas as contas nas demonstrações de renda na média prevalecendo durante o ano. O ganho ou perda de conversão resultante deste processo de redimensionamento está incluso na conta dos ajustes de conversão cumulativos no ativo patrimonial líquido.

(b) Receita e despesas

A renda e as despesas são reconhecidas na base de competência.

(c) Imposto de renda

As operações da Companhia estão isentas de impostos nas Ilhas Cayman.

(d) Custos diferidos relacionados com empréstimos e financiamentos de longo prazo

Custos relacionados a dívida de longo prazo são registradas de maneira linear no período respectivo as Notas.

(e) Demonstração de fluxos de caixa

Os investimentos de curto prazo que já possuem um mercado e vencimento pronto para a Companhia, quando comprados, de 90 dias ou menos são considerados disponibilidades.

3 Disponibilidades

As disponibilidades são denominadas em U.S. dólares e representam depósitos bancários de curto prazo.

4 Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo

Empréstimos e financiamentos de longo prazo consistem em:

- a) US\$ 113,004 (US\$ 300.000 em 2003) - Notas Garantidas remuneradas a 8,625% e vencíveis em 8 de março de 2007, incondicionalmente garantidas pela CVRD.
- b) US\$ 300,000 (US\$ 300.000 em 2003) - Notas Garantidas remuneradas a 9% e vencíveis em 8 de agosto de 2013, incondicionalmente garantidas pela CVRD.
- c) US\$ 500,000 (US\$ 300.000 em 2003) - Notas Garantidas remuneradas a 8,25% emitidas em janeiro de 2004 e vencíveis em janeiro de 2034, incondicionalmente garantidas pela CVRD.

A Companhia e a CVRD registraram as Notas de acordo com a Lei do Mercado de Capitais de 1933 a fim de prepará-las para uma oferta de troca por uma nova emissão de Notas Registradas e para revenda.

As Notas impõem certas restrições à Companhia com relação às garantias reais, ao endividamento e às incorporações.

Em março de 2002, a Companhia emitiu e repassou através da Itabira International Company (Itaco), uma controlada da CVRD, na mesma data, Notas Garantidas de US\$ 300.000 remuneradas a 8,625% e vencíveis em 8 de março de 2007, incondicionalmente garantidas pela CVRD.

Em dezembro de 2004, a Companhia iniciou uma oferta para todo e qualquer do nosso principal adicionado em circulação de US\$ 300.000 referentes as Notas Garantidas de US\$ 300.000 remuneradas a 8,625% e vencíveis em 2007. Como resultado, a Companhia recomprou o total de US\$ 186.996 das notas garantidas pelo preço de US\$ 1.117,34 por US\$ 1.000,00 do valor principal e juros provisionados e não pagos desde o último pagamento de juros datados, mas excludentes, da data de liquidação, para as notas aceitas referentes a data de oferta da liquidação, qual seja, 17 de dezembro de 2004. A recompra destas notas geraram uma despesa de extinção de dívida de US\$ 21.942 em 2004.

Simultaneamente, um valor igual nos empréstimos recebíveis da Itaco foi extinto e o ganho resultante de US\$ 21.942 foi oriundo desta transação sob controle comum e eliminado através da ciração de uma contribuição de capital no mesmo valor.

Em 2004 a Comapnhia emitiu títulos de US\$ 500 milhões vencíveis em 2034, obtendo US\$ 492.785, líquido de custos de emissão direta. Os bonds concedem um coupon de 8,25% ao ano com pagamentos semi-anuais e um *yield to maturity* de 8,35%, em um *spread* de 336 pontos básicos sobre 30 anos de *US Treasuries*. Os bonds vencem em janeiro de 2004. Os bonds não estão segurados e não estão subordinados a obrigações da Vale Overseas Limited e tem garantia total e incondicional da CVRD. A garantia será “*pari passu*” para todas obrigações da CVRD de natureza similar.

5 Outras Transações com Partes Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2004, o empréstimo de longo prazo a receber de US\$ 913.004 mil (US\$ 600,000 mil em 2003,) da Itaco, tem as mesmas condições e vencimento que a dívida de longo prazo obtida no mesmo valor.

6 Patrimônio Líquido

O capital autorizado pela controladora CVRD é de US\$ 1 mil, composto por 1.000 ações com valor nominal de US\$ 1,00 cada e é de posse exclusiva da CVRD.

Capital integralizado adicional é resultado da eliminação do ganho da extinção de empréstimo recebível da Itaco durante 2004.

* * * * *

BOARD OF DIRECTORS

Fábio de Oliveira Barbosa
Diretor

Bernardeth Vieira de Souza
Diretor

Fernando Ramos Nóbrega
Diretor

Marcus Vinicius Dias Severini
Contador
CRC-RJ 093.982/O-3

Anexos

Anexo 8

Lista de Controladas

Controlada	Jurisdição da Organização	Comumente conhecido como
1. Alumina do Norte do Brasil S.A. - Alunorte	Brasil	Alunorte
2. Alumínio Brasileiro S. A . - Albras	Brasil	Albras
3. CADAM S.A.	Brasil	CADAM
4. Caemi Mineração e Metalurgia S.A.	Brasil	Caemi
5. Companhia Portuária Baía de Sepetiba	Brasil	CPBS
6. CVRD Overseas Ltd.	Ilhas Cayman	CVRD Over
7. Ferrovia Centro-Atlântica S.A.	Brasil	FCA
8. Itabira Rio Doce Company Ltd. - ITACO	Bahamas	Itaco
9. Minerações Brasileiras Reunidas S.A. - MBR	Brasil	MBR
10. Navegação Vale do Rio Doce S.A. - DOCENAVE	Brasil	DOCENAVE
11. Pará Pigmentos S.A.	Brasil	PPSA
12. Rio Doce América Inc.	Estados Unidos	RDA
13. Rio Doce International Finance Ltd. - RDIF	Ilhas Cayman	RDIF
14. Rio Doce Limited	Estados Unidos	RDL
15. Rio Doce Manganês S.A.	Brasil	RDM
16. Rio Doce Manganèse Europe - RDME	França	RDME
17. Rio Doce Manganese Norway AS - RDMN	Noruega	RDMN
18. Salobo Metais S.A.	Brasil	Salobo
19. TVV - Terminal de Vila Velha S.A.	Brasil	TVV
20. Urucum Mineração S.A.	Brasil	Urucum
21. Vale Overseas Limited	Ilhas Cayman	Vale Overseas
22. DCNDB Overseas S.A.	Brasil	DCNDB

Eu, Roger Agnelli, certifico que:

1. Revisei este relatório anual sobre o Form 20-F da Companhia Vale do Rio Doce;
2. Com base em meu conhecimento, este relatório não contém nenhuma afirmação incorreta de fato relevante, nem omite nenhum fato relevante necessário para fazer tais afirmações, considerando as circunstâncias sob as quais tais afirmações são feitas, não logramos com relação ao período coberto por este relatório;
3. Com base em meu conhecimento, as demonstrações contábeis e outras informações financeiras incluídas neste relatório, fielmente apresentam, em todos os respeitos relevantes à condição financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da companhia a partir, e para os períodos apresentados neste relatório;
4. Os demais diretores certificantes desta declaração e eu somos responsáveis pelo estabelecimento e manutenção dos controles e procedimentos de divulgação (conforme definido no *Exchange Act Rules 13a-15(e)* e *15d-15(e)*) para a companhia e também:
 - a. Designamos tais controles e procedimentos de divulgação ou fizemos com que tais controles e procedimentos de divulgação fossem designados sob nossa supervisão, para assegurar que informações relevantes relacionadas à companhia, inclusive suas controladas consolidadas, se tornassem de nosso conhecimento através de outros dentro destas entidades, particularmente durante o período no qual este relatório está sendo preparado;
 - b. Avaliamos a efetividade dos controles e procedimentos de divulgação da companhia e apresentamos neste relatório nossas conclusões sobre a efetividade dos controles e procedimentos de divulgação, a partir do final do período coberto por este relatório com base em tal avaliação; e
 - c. Divulgamos neste relatório quaisquer mudanças no controle interno da companhia sobre o relatório financeiro ocorridas durante o período coberto pelo relatório anual que afetaram consideravelmente, ou podem afetar consideravelmente o controle interno da companhia sobre o relatório financeiro; e
5. Os demais diretores certificamos e eu divulgamos, com base em nossa avaliação mais recente do controle interno da companhia sobre o relatório financeiro, aos auditores da empresa e ao comitê de auditoria do Conselho de Administração da companhia (ou às pessoas que executam funções semelhantes):
 - a. Todas as deficiências relevantes e fraquezas materiais no projeto e operação do controle interno sobre o relatório financeiro que tenham certa probabilidade de afetar adversamente a capacidade da companhia de registrar, processar, sintetizar e relatar informações contábeis; e
 - b. Qualquer fraude, seja ela material ou não, que envolva a gerência ou outros funcionários que desempenhem papéis significativos no controle interno da companhia sobre o relatório financeiro.

Data: 2 de junho de 2005

Nome: Roger Agnelli
Cargo: Diretor Presidente

Eu, Fábio de Oliveira Barbosa, certifico que:

6. Revisei este relatório anual sobre o Form 20-F da Companhia Vale do Rio Doce;
7. Com base em meu conhecimento, este relatório não contém nenhuma afirmação incorreta de fato relevante, nem omite nenhum fato relevante necessário para fazer tais afirmações, considerando as circunstâncias sob as quais tais afirmações são feitas, não logramos com relação ao período coberto por este relatório;
8. Com base em meu conhecimento, as demonstrações contábeis e outras informações financeiras incluídas neste relatório, fielmente apresentam, em todos os respeitos relevantes à condição financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da companhia a partir, e para os períodos apresentados neste relatório;
9. Os demais diretores certificantes desta declaração e eu somos responsáveis pelo estabelecimento e manutenção dos controles e procedimentos de divulgação (conforme definido no *Exchange Act Rules 13a-15(e)* e *15d-15(e)*) para a companhia e também:
 - a. Designamos tais controles e procedimentos de divulgação ou fizemos com que tais controles e procedimentos de divulgação fossem designados sob nossa supervisão, para assegurar que informações relevantes relacionadas à companhia, inclusive suas controladas consolidadas, se tornassem de nosso conhecimento através de outros dentro destas entidades, particularmente durante o período no qual este relatório está sendo preparado;
 - b. Avaliamos a efetividade dos controles e procedimentos de divulgação da companhia e apresentamos neste relatório nossas conclusões sobre a efetividade dos controles e procedimentos de divulgação, a partir do final do período coberto por este relatório com base em tal avaliação; e
 - c. Divulgamos neste relatório quaisquer mudanças no controle interno da companhia sobre o relatório financeiro ocorridas durante o período coberto pelo relatório anual que afetaram consideravelmente, ou podem afetar consideravelmente o controle interno da companhia sobre o relatório financeiro; e
10. Os demais diretores certificamos e eu divulgamos, com base em nossa avaliação mais recente do controle interno da companhia sobre o relatório financeiro, aos auditores da empresa e ao comitê de auditoria do Conselho de Administração da companhia (ou às pessoas que executam funções semelhantes):
 - a. Todas as deficiências relevantes e fraquezas materiais no projeto e operação do controle interno sobre o relatório financeiro que tenham certa probabilidade de afetar adversamente a capacidade da companhia de registrar, processar, sintetizar e relatar informações contábeis; e
 - b. Qualquer fraude, seja ela material ou não, que envolva a gerência ou outros funcionários que desempenhem papéis significativos no controle interno da companhia sobre o relatório financeiro.

Data: 2 de junho de 2005

Nome: Fábio de Oliveira Barbosa
Cargo: Diretor Executivo de Finanças

Eu, Fábio de Oliveira Barbosa, certifico que:

11. Revisei este relatório anual sobre o Form 20-F da Vale Overseas Limited;
12. Com base em meu conhecimento, este relatório não contém nenhuma afirmação incorreta de fato relevante, nem omite nenhum fato relevante necessário para fazer tais afirmações, considerando as circunstâncias sob as quais tais afirmações são feitas, não logramos com relação ao período coberto por este relatório;
13. Com base em meu conhecimento, as demonstrações contábeis e outras informações financeiras incluídas neste relatório, fielmente apresentam, em todos os respeitos relevantes à condição financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da companhia a partir, e para os períodos apresentados neste relatório;
14. Os demais diretores certificantes desta declaração e eu somos responsáveis pelo estabelecimento e manutenção dos controles e procedimentos de divulgação (conforme definido no *Exchange Act Rules 13a-15(e)* e *15d-15(e)*) para a companhia e também:
 - a. Designamos tais controles e procedimentos de divulgação ou fizemos com que tais controles e procedimentos de divulgação fossem designados sob nossa supervisão, para assegurar que informações relevantes relacionadas à companhia, inclusive suas controladas consolidadas, se tornassem de nosso conhecimento através de outros dentro destas entidades, particularmente durante o período no qual este relatório está sendo preparado;
 - b. Avaliamos a efetividade dos controles e procedimentos de divulgação da companhia e apresentamos neste relatório nossas conclusões sobre a efetividade dos controles e procedimentos de divulgação, a partir do final do período coberto por este relatório com base em tal avaliação; e
 - c. Divulgamos neste relatório quaisquer mudanças no controle interno da companhia sobre o relatório financeiro ocorridas durante o período coberto pelo relatório anual que afetaram consideravelmente, ou podem afetar consideravelmente o controle interno da companhia sobre o relatório financeiro; e
15. Os demais diretores certificamos e eu divulgamos, com base em nossa avaliação mais recente do controle interno da companhia sobre o relatório financeiro, aos auditores da empresa e ao comitê de auditoria do Conselho de Administração da companhia (ou às pessoas que executam funções semelhantes):
 - a. Todas as deficiências relevantes e fraquezas materiais no projeto e operação do controle interno sobre o relatório financeiro que tenham certa probabilidade de afetar adversamente a capacidade da companhia de registrar, processar, sintetizar e relatar informações contábeis; e
 - b. Qualquer fraude, seja ela material ou não, que envolva a gerência ou outros funcionários que desempenhem papéis significativos no controle interno da companhia sobre o relatório financeiro.

Data: 2 de junho de 2005

Nome: Fábio de Oliveira Barbosa
Cargo: Diretor e Principal Diretor
Executivo

Eu, Leonardo Moretzsohn de Andrade, certifico que:

16. Revisei este relatório anual sobre o Form 20-F da Vale Overseas Limited;
17. Com base em meu conhecimento, este relatório não contém nenhuma afirmação incorreta de fato relevante, nem omite nenhum fato relevante necessário para fazer tais afirmações, considerando as circunstâncias sob as quais tais afirmações são feitas, não logramos com relação ao período coberto por este relatório;
18. Com base em meu conhecimento, as demonstrações contábeis e outras informações financeiras incluídas neste relatório, fielmente apresentam, em todos os respeitos relevantes à condição financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da companhia a partir, e para os períodos apresentados neste relatório;
19. Os demais diretores certificantes desta declaração e eu somos responsáveis pelo estabelecimento e manutenção dos controles e procedimentos de divulgação (conforme definido no *Exchange Act Rules 13a-15(e)* e *15d-15(e)*) para a companhia e também:
 - a. Designamos tais controles e procedimentos de divulgação ou fizemos com que tais controles e procedimentos de divulgação fossem designados sob nossa supervisão, para assegurar que informações relevantes relacionadas à companhia, inclusive suas controladas consolidadas, se tornassem de nosso conhecimento através de outros dentro destas entidades, particularmente durante o período no qual este relatório está sendo preparado;
 - b. Avaliamos a efetividade dos controles e procedimentos de divulgação da companhia e apresentamos neste relatório nossas conclusões sobre a efetividade dos controles e procedimentos de divulgação, a partir do final do período coberto por este relatório com base em tal avaliação; e
 - c. Divulgamos neste relatório quaisquer mudanças no controle interno da companhia sobre o relatório financeiro ocorridas durante o período coberto pelo relatório anual que afetaram consideravelmente, ou podem afetar consideravelmente o controle interno da companhia sobre o relatório financeiro; e
20. Os demais diretores certificamos e eu divulgamos, com base em nossa avaliação mais recente do controle interno da companhia sobre o relatório financeiro, aos auditores da empresa e ao comitê de auditoria do Conselho de Administração da companhia (ou às pessoas que executam funções semelhantes):
 - a. Todas as deficiências relevantes e fraquezas materiais no projeto e operação do controle interno sobre o relatório financeiro que tenham certa probabilidade de afetar adversamente a capacidade da companhia de registrar, processar, sintetizar e relatar informações contábeis; e
 - b. Qualquer fraude, seja ela material ou não, que envolva a gerência ou outros funcionários que desempenhem papéis significativos no controle interno da companhia sobre o relatório financeiro.

Data: 2 de junho de 2005

Nome: Leonardo Moretzsohn de Andrade
Cargo: Diretor e Principal Diretor
Financeiro

Certificado

Consoante com a *Section 906 of the Sarbanes-Oxley Act of 2002*
(*Subsections (a) and (b) of Section 1350, Chapter 63 of Title 18, United States Code*)

Consoante com a seção *906 of the Sarbanes-Oxley Act of 2002 (subsections (a) and (b) of section 1350, chapter 63 of Title 18, United States Code)*, cada um dos diretores abaixo assinados da Companhia Vale do Rio Doce (a “Companhia”), certifica por meio deste, ao conhecimento de tais diretores, que:

O Relatório Anual sobre o Form 20-F para o ano findo em 31 de dezembro de 2004 da Companhia atende a todas as exigências da seção 13(a) ou 15(d) do *Securities Exchange Act of 1934* e as informações contidas no Form 20-F apresenta imparcialmente, em todos os respeitos relevantes, a condição financeira e os resultados das operações da Companhia.

Data: 2 de junho de 2005

Nome: Fábio de Oliveira Barbosa
Cargo: Diretor Presidente

Data: 2 de junho de 2005

Nome: Fábio de Oliveira Barbosa
Cargo: Diretor Executivo de Finanças

Certificado

Consoante com a *Section 906 of the Sarbanes-Oxley Act of 2002*
(*Subsections (a) and (b) of Section 1350, Chapter 63 of Title 18, United States Code*)

Consoante com a seção 906 of the *Sarbanes-Oxley Act of 2002* (*subsections (a) and (b) of section 1350, chapter 63 of Title 18, United States Code*), cada um dos diretores abaixo assinados da Vale Overseas Limited (a “Companhia”), certifica por meio deste, ao conhecimento de tais diretores, que:

O Relatório Anual sobre o Form 20-F para o ano findo em 31 de dezembro de 2004 da Companhia atende a todas as exigências da seção 13(a) ou 15(d) do *Securities Exchange Act of 1934* e as informações contidas no Form 20-F apresenta imparcialmente, em todos os respeitos relevantes, a condição financeira e os resultados das operações da Companhia.

Data: 2 de junho de 2005

Nome: Fábio de Oliveira Barbosa
Cargo: Diretor e Principal Diretor
Executivo

Data: 2 de junho de 2005

Nome: Leonardo Moretzsohn de Andrade
Cargo: Diretor Executivo de Finanças